

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS

JULIANE VERISSIMO ALBUQUERQUE LIMA

**Das bordas ao centro: desafios da resistência dos atingidos pela mineração da Braskem
em Maceió-AL**

Maceió
2024

JULIANE VERISSIMO ALBUQUERQUE LIMA

**Das bordas ao centro: desafios da resistência dos atingidos pela mineração da Braskem
em Maceió-AL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas para a obtenção do título de mestra em Sociologia sob a orientação do Prof. Dr. Wendell Ficher Teixeira Assis e coorientação da Prof.^a. Dra. Camila Dellagnese Prates.

Maceió
2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

L732d Lima, Juliane Verissimo Albuquerque.

Das bordas ao centro : desafios da resistência dos atingidos pela mineração da Braskem em Maceió-AL / Juliane Verissimo Albuquerque Lima. – 2024.

196 f. : il. color.

Orientador: Wendell Ficher Teixeira Assis.

Coorientadora: Camila Dellagnese Prates.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 176-190.

Anexos: f. 191-196.

1. Conflito ambiental. 2. Braskem – Maceió(AL). 3. Mineração. I. Título.

CDU: 316 : 504.03 (813.5)

À luta por justiça ambiental.

O vento vai mudar... e com a maré enchente, temos de ir a remo...
Mas, não tem nada, patrão, é só uma meia hora mais...
As horas da gente da lagôa duram mais do que as horas dos relógios.
Já se occultava o Sol por traz da collina, para os lados de Coqueiro Secco,
quando os navegantes penetravam no canal de Bebedouro.”
L. LAVENERE, 1921

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANM - Agência Nacional de Mineração
BBC - British Broadcasting Corporation
BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento
CASAL - Companhia de Saneamento de Alagoas
CBC - Colégio Bom Conselho
CEAL - Companhia de Eletricidade de Alagoas
CEPA - Centro Educacional de Pesquisa Aplicada
CETESB - Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo
CNP - Companhia Nacional de Pesquisa
CODEAL - Companhia de Desenvolvimento de Alagoas
COHAB - Companhia de Habitação Popular
CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
DCE – Dicloroetano
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral
EPEAL - Empresa de Pesquisa e Extensão
FIEA - Federação das Indústrias do Estado de Alagoas
HGE - Hospital Geral do Estado
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICS - Instituto de Ciências Sociais
IHGAL - Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas
MUVB - Movimento Unificado das Vítimas da Braskem
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
PCF - Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente
PRODUBAN - Banco da Produção
PVC - cloreto de polivinila
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SBT - Sistema Brasileiro de Televisão
SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática
TEQUIAL - Terminal de Granéis Químicos
TRE - Tribunal Regional Eleitoral
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNEAL - Universidade Estadual de Alagoas
USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Ilustração do processo de subsidência	19
Figura 02: Ilustração de como funciona a mineração	45
Figura 03 a e b: Representação do polígono de concessão de lavra de sal-gema em Maceió-AL e imagem de satélite do mesmo.....	45
Figura 04: Matéria do Jornal de Alagoas sobre a chegada de sonda para a extração de sal-gema.	48
Figura 05: Propaganda apela para a realidade periférica do povo alagoano.	50
Figura 06: Matéria sobre a derrubada das Dunas do Pontal da Barra	56
Figura 07: Matéria sobre a localização da planta industrial no Pontal da Barra	56
Figura 08: Matéria sobre a remoção forçada de moradores do Pontal da Barra	58
Figura 09: Matéria traz alerta sobre nova fábrica da Salgema	60
Figura 10: Entrevista concedida pelo secretário de Planejamento, sobre o complexo Químico	60
Figura 11: Matéria sobre vazamento de cloro na região do Pontal da Barra.....	64
Figura 12: Matéria sobre vazamentos de cloro.....	65
Figuras 13a e 13b: Propaganda de 1989 da Salgema sobre os cadernos escolares e uma das versões do caderno	66
Figura 14: Matéria sobre explosão na Salgema em 1982.....	67
Figura 15: Nota de agradecimento da Salgema às autoridades	68
Figura 16: Propaganda da Salgema ocupa mais da metade da página do jornal	69
Figuras 17a e 17b: Protestos nos muros do pontal e Ato contra a duplicação da Salgema em 1985.....	70
Figura 18: Matéria do Jornal do Brasil de de 17 de junho de 1992	71
Figura 19: Vasta matéria do Jornal o Diário recupera o primeiro acidente e fala sobre as cavernas do Mutange.....	72
Figura 20: Entrevista com o presidente do IMA, em 1996	73
Figuras 21a e 21b: Notas sobre promoção cultural e apoio para parque ecológico em Quebrangulo	74
Figura 22: Matéria em programa local após explosão.....	76
Figura 23: Prêmio Salgema de Jornalismo	77
Figura 24: Reportagem com trecho da fala de Abel Galindo na reunião do CREA - AL.....	82
Figura 25: Sumário do trabalho de título: <i>Método de lavra por solução subterrânea empregado pela Salgema mineração S.A.</i>	85
Figura 26: Relatório das condições de segurança do complexo da Salgema Indústrias Químicas S/A,	87
Figura 27: Macro-objetivos não contabilizam Maceió (destaque)	89
Figura 28: Recorte com 6 publicações da página Braskem Explica (agora Compromissos Braskem)	90
Figura 29: Unidade Mineração no Mutange.....	91
Figura 30: Vista dos tanques da Braskem no Pontal da Barra.....	92
Figura 31: Barco escola presente no Pontal da Barra desde 2009.....	92

Figura 32: Tubulações de transporte entre unidades fabris	95
Figura 33: Localização dos dutos que interligam mineração, unidade cloro-soda e unidade PVC	95
Figura 34: Mapa ilustrativo da ligação entre a unidade cloro-soda no Pontal e a unidade Camaçari - BA.....	96
Figura 35: Região já demolida.....	96
Figura 36: Barreira metálica na entrada do Flexal, no cruzamento da rua Cônego Costa com a Tobias Barreto	97
Figuras 37a e 37b: Rua Cônego Costa em janeiro de 2011 e em 2023 sentido Centro - Chã de Bebedouro	97
Figura 38 a e 38b: Foto de Luis Lavenere no início do século XX Porto de Bebedouro e vista da estação de trem na entrada do Flexal.....	98
Figura 39: Avenida Major Cícero de Góes Monteiro sentido Mutange	98
Figura 40: Liberação de fumacê durante a procissão de São Pedro no Flexal	100
Figura 41: Mapa de interdições e via alternativa elaborado pela Defesa Civil	103
Figura 42: Captura de tela do vídeo sobre as ações de comunicação da Braskem.....	107
Figura 43: Trecho do acordo sigiloso firmado entre Braskem e os moradores atingidos.	107
Figura 44: Visita aos bairros atingidos, do então candidato a prefeito de Maceió nas eleições de 2020.	111
Figura 45: Comparativos das postagens da página do SOS Pinheiro.....	113
Figura 46: Casa com chão e paredes rachadas	114
Figura 47: Casa com paredes e chão rachados	115
Figura 48: A vista do quintal da casa de seu Mário.....	116
Figura 49: Cláusula 16ª do “Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco.....	119
Figura 50: Mapa de localização das áreas em condição de ilhamento socioeconômico	124
Figura 51: Versão 5 do mapa de ações prioritárias	125
Figura 52: Inundações próximo à Lagoa em 1988 e Deslizamento de terra no Mutange - 2013	127
Figura 53: Retrato do deslocamento campo-cidade na matéria de Jornal	127
Figuras 54: Matérias sobre as condições de vida em Bebedouro	128
Figura 55: Matéria sobre áreas de risco de Maceió	129
Figura 56: Nota sobre o abandono do Pinheiro em 1977.	131
Figura 57a e 57b: a) Matéria sobre os empobrecidos da cidade b) Matéria sobre a Gruta do Padre.....	132
Figura 58a e 58b: Matérias sobre a poluição da Lagoa e a morte do Sururu	133
Figura 59: Reportagem de capa sobre a poluição da Lagoa Mundaú.....	135
Figura 60: Comparativo do saneamento básico por setor censitário em Maceió	136
Figura 61: Esgoto corre à céu aberto enquanto mulher alimenta criança na porta de casa. ...	137
Figura 62: Propaganda em alusão ao dia do meio ambiente	138
Figura 63: A reportagem de Carlos Amaral e Evellyn Pimentel para a revista Painel Alagoas	140
Figuras 64a e 64b: Apresentação de Geólogo expõe o contraste entre minerações	141
Figuras 65: Fachadas com os protestos por realocação são a marca dos Flexais.....	151

Figura 66: Afloramentos de água no conjunto Padre Pinho, na região da Marquês de Abrantes.	152
Figura 67a, b e c: O Poste e fachadas como uma conquista individual e coletiva – Bom Parto	153
Figura 68: Protesto no Bom Parto cobrava realocação.....	157
Figura 69 a, b, c e d: Bloqueios nos portões principais da Braskem.....	157
Figura 70a e 70b: Cenas do cotidiano nos acampamentos	159
Figuras 71a e 71b: Água que brota em diversas casas no Bom Parto.	159

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Abairramento de Maceió com a área atingida pela mineração da Braskem	20
Mapa 02: Área arrasada pela mineração.....	21
Mapa 03: Áreas de borda visitadas e área arrasadas	23
Mapa 04: Áreas de borda visitadas.....	121
Mapa 05: Evolução das áreas de realocação e monitoramento	123

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 01: População dos bairros atingidos pela Braskem, por cor ou raça	117
Quadro 01: Características da população dos bairros atingidos pela Braskem por cor ou raça	117
Gráfico 02: Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade nos bairros atingidos pela Braskem.	118
Quadro 02: Produção de Laudos de 2020 a 2024.....	166

AGRADECIMENTOS

Ousar pensar e querer diferente, querer mudar a si e o mundo são qualidades que fui aprendendo em casa. O sonho e a realidade de cursar esse mestrado não seriam possíveis sem minha família. Trilhar o caminho de textos, aulas e trabalhos exigiu de uma mãe, que tem como meta ser presente e participativa, ainda mais criatividade, mas tudo se encaixou e só aconteceu pela dedicação de outra mãe, a minha, e também de minha irmã, pelas incontáveis vezes que ajudou a sobrinha nas tarefas de casa, ou me ajudou com as revisões de texto e confecção dos mapas desta dissertação, sendo presente ainda com seus ouvidos atentos, enquanto eu compartilhava minhas impressões sobre tudo o que envolvia esse meu período de estudos. Agradeço também ao meu pai, por ser o avô prestativo, cuidando da logística do dia a dia, me socorrendo nas angústias de uma recém-motorista e me acompanhando em campo algumas vezes

Pelas muitas vezes em que ouviu meus desabafos, inconformismo e revolta, também pelas vezes em que foi afago, agradeço à Juliano, companheiro de tantos anos. À minha família, meu agradecimento aconteceu a cada semana que terminava, foram muitas e intensas, sem eles tudo é mais difícil, com eles tudo faz sentido.

O final do mestrado não foi fácil, perdi meu avô logo após o colapso da minha mãe, a vida deu uma sacudida e precisei rever meus horários e prioridades, por essa família que sempre esteve pronta para me acolher, parei e exercitei minha acolhida. Preciso agradecer também a minha avó, que sempre esteve pronta para ajudar, assim como vovô. Os mais velhos são a ponte com a nossa história, e a minha é cheia de gente batalhadora e corajosa. Pelo suor de todas elas estou concluindo mais uma etapa de estudos e isso significa muito para mim.

Eu não sabia que era Júlia o bebê que carregava e me impulsionava enquanto escrevia o TCC, há 12 anos. Nossa parceria me ajuda a ser uma pessoa melhor; seu colo preenche meus dias. Que ela saiba que sempre terá o meu, além de ouvidos e olhar atentos para lhe compreender (parafrazeando Gil). Foi durante sua espera e a escrita daquele trabalho de conclusão que ouvi os incentivos das professoras Tania Nobre (in memoriam) e Alice Anabuki para prosseguir na vida acadêmica. A lembrança daquelas palavras fez com que o interesse em retornar não sucumbisse diante das muitas demandas de uma mãe da classe trabalhadora.

A cada passo e pausa dada, escrevia um pouco essa parte da dissertação, lembro que um dos primeiros rascunhos foi ainda em 2022, sobre a minha satisfação em retornar a

esse universo de estudos no ICS. O inconformismo e a necessidade de mudança me fizeram sair de uma vida aparentemente organizada, mas que não encaixava no meu desejo, que era de ouvir, ler e prestar atenção nas sociologias desse mundo. Já na primeira aula senti que havia feito a escolha certa e na primeira oportunidade, no fim do semestre, eu agradei a quem devia: Professor Wendell Ficher, que no desenrolar do tempo se tornou meu orientador, um mestre admirável, que com suas provocações durante as aulas, animaram minha jornada. Meu agradecimento também a todo o corpo docente do ICS, pelo compromisso e dedicação durante esse curso. Pelo incentivo à escrita etnográfica agradeço especialmente ao Professor Fernando Rodrigues.

Nos primeiros momentos, após saber o resultado da seleção, além da família, corri para contar à Daniela e Roberta, minhas amigas me deram a alegria de vibrar junto comigo. Os mais de 20 anos de amizade nos conectam mesmo sem estarmos perto, as tristezas e desganhos às vezes chegam com certo atraso no nosso grupo de zap, mas o acolhimento está sempre ali, pronto para ser exercitado. Dani e Beta, muito obrigada pela amizade sincera. Amigos do antigo trabalho também me incentivaram, Jaque, minha comadre e o pessoal do esporte eram minhas companhias nos lamentos e risadas naqueles dias difíceis de 2021, sei que vibraram com minha nova conquista.

O colorido dos dias durante o primeiro ano de curso, foi possível pela turma pequena, mas cheia de gente fina, elegante e sincera, composta por Monick, Paulo, Ivo, Givaldo, Fábio, Synthya e Laura, que foram importantes nas trocas durante as aulas. Até viagem fizemos juntos, para além das aulas de metodologia, fomos para a Serra da Barriga, com direito a lanche e toalha estendida na grama, momentos necessários nessa dureza de vida. A turma de 2022 foi um presente para mim, Monick e Paulo em especial, me ajudaram com muitas ideias para a pesquisa que ainda engatinhava. Pelos desabafos, união e sorrisos, muito obrigada, turma. Pela ajuda, acolhida e paciência, um agradecimento especial à Edna, secretária do PPGS, sempre atenta e acolhedora.

Grande parte dessa jornada foi possível pelo apoio, incentivo, dedicação e interesse de Camila Prates, que começou professora, se transformou numa grande parceira de pesquisa, para só depois, se tornar minha coorientadora. Com ela vivi alguns dramas e alegrias, nos indignamos, sorrimos, choramos e fizemos muita graça, a caminhada foi mais leve e feliz contigo, Camila. Essa relação de total horizontalidade, me deu a segurança e incentivo necessários para prosseguir. A vida acadêmica para mulheres (especialmente as mães) requer doses de coragem, muita insistência e perseverança, obrigada por não me fazer deixar a peteca cair.

Definitivamente a atividade de construção dessa dissertação não seria a mesma se eu não tivesse amigos com quem trocar. Camila, Carlos, Magda, Juliana, Rika, Nayara e Neire, não temos nosso grupo de pesquisa ainda, mas informalmente ele já existe e é tão forte quanto os moradores e moradoras com quem conversamos. As descobertas e “carreiras” (Carlos sabe bem) do campo, são mais interessantes se temos com quem compartilhar, ainda mais se o debate e a fofoca acontecer com a boa música tocada no Amarelinhos bar. Pesquisar o mesmo tema sugere, nesse sistema produtivo, uma competição que, eu tenho certeza, não existiu entre nós.

A caminhada pelas ruas e as conversas em cada parada são, para mim, a parte mais prazerosa do trabalho, apesar do suor, chuva, sol e toda a insalubridade envolvida, pude conhecer novos recantos da cidade e sair tocada a cada casa visitada. Aos moradores e moradoras do Bom Parto, Flexais e Marquês de Abrantes o meu agradecimento sincero e especial. À Neirevane Nunes, mãe, militante, eterna moradora de Bebedouro e pesquisadora deste caso, a minha admiração e gratidão, sem a boa vontade de toda essa gente não seria possível realizar esta pesquisa.

A inspiração para escrever não seria possível também sem muita música madrugada adentro. A arte tem mesmo um poder muito grande e sempre me conectou à escrita. Um quadro de sons, cheiros e sensações também dá sentido a esta jornada.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida à realização dessa pesquisa, sem ela todo o trabalho desenvolvido seria impossível.

RESUMO

LIMA, Juliane Verissimo Albuquerque. **Das bordas ao centro: desafios da resistência dos atingidos pela mineração da Braskem em Maceió-AL.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

Esta pesquisa investiga o conflito ambiental provocado pela empresa Braskem em Alagoas e suas implicações na luta das pessoas atingidas. Ela está ancorada na perspectiva teórico-metodológica que encara o conflito como fonte para deslocamentos políticos capazes de promover rearranjos da cena pública, dando maior possibilidade aos subalternos/desvalidos disputarem sobre as decisões que os envolvem. Por meio da abordagem crítica dos conflitos ambientais pretendeu-se observar a história de implantação da indústria, seguindo a trilha até a descoberta do afundamento do solo de cinco bairros de Maceió-AL. Através desta delimitação, foi possível recompor o pano de fundo do caso e evidenciar o modelo de exploração mineral operado pela Braskem durante mais de quarenta anos. Este modelo está baseado na rapina colonial da natureza, explorada até a exaustão do solo, num cenário característico da acumulação capitalista, onde o desenvolvimento de toda sua potência lucrativa, conta com o apoio do Estado enquanto as comunidades e seus territórios amargam o cenário de grandes áreas arrasadas. A investigação da trajetória do conflito nascido dessa exploração, se deu por meio de: revisão de literatura, análise de reportagens, observação participante (por meio de conversas informais, reuniões de moradores, protestos de rua, audiências e escutas públicas, além de eventos realizados nas comunidades) e relatos das pessoas atingidas que moram nas bordas da área delimitada pela Defesa Civil. Além disso, a pesquisa também dialoga com a metodologia da pesquisa-ação e participa de um contexto mais amplo de reivindicação de direitos para as pessoas envolvidas no conflito. Como resultado, a pesquisa discute sobre o conceito de atingido no contexto do desastre provocado pela Braskem que é composta por aquelas pessoas que ainda lutam para serem reconhecidas, e que de alguma forma mantém viva a busca por reconhecimento e justiça.

Palavras-chave: conflito ambiental; Braskem; Maceió; mineração; bordas; resistência.

De los bordes al centro: desafíos de resistencia de los afectados por la minería de Braskem en Maceió-AL

RESUMEN

Esta investigación examina el conflicto ambiental provocado por la empresa Braskem en Alagoas y sus implicaciones para la lucha de las personas afectadas. Se ancla en la perspectiva teórico-metodológica que ve el conflicto como fuente de cambios políticos capaces de promover reordenamientos de la escena pública, dando mayores posibilidades a los subalternos/desfavorecidos de disputar las decisiones que les concierne. A través de un enfoque crítico de los conflictos ambientales, pretendemos observar la historia de la implementación de la industria, siguiendo el rastro hasta el descubrimiento del hundimiento del suelo en cinco barrios de Maceió-AL. Con esta delimitación, fue posible reconstruir los antecedentes del caso y resaltar el modelo de explotación minera operado por Braskem durante más de cuarenta años. Este modelo se basa en la rapiña colonial de la naturaleza, explotada hasta agotar el suelo, en un escenario característico de la acumulación capitalista, donde el desarrollo de todo su poder rentable cuenta con el apoyo del Estado mientras las comunidades y sus territorios enfrentan un escenario de grandes zonas devastadas. La investigación sobre la trayectoria del conflicto nacido de esta explotación se llevó a cabo a través de la revisión de literatura, análisis de informes, observación participante (mediante conversaciones informales, reuniones de vecinos, protestas callejeras, audiencias y sesiones de escucha públicas, además de eventos realizados en las comunidades) y reportes de afectados que habitan en los límites del área delimitada por Protección Civil. Además, la investigación también dialoga con la metodología de la investigación-acción y participa en un contexto más amplio de reivindicación de derechos de las personas involucradas en el conflicto. Como resultado, la investigación discute el concepto de afectados en el contexto del desastre causado por Braskem, compuesto por aquellas personas que aún luchan por ser reconocidas y que, de alguna manera, mantienen viva la búsqueda de reconocimiento y justicia.

Palabras clave: conflicto ambiental; Braskem; Maceió; minería; bordes; resistencia.

From the edges to the center: challenges of resistance for those affected by Braskem mining in Maceió-AL

ABSTRACT

This research investigates the environmental conflict caused by the Braskem company in Alagoas and its implications on the struggle of the affected people. It is anchored in a theoretical-methodological perspective that sees conflict as a source for political shifts capable of promoting rearrangements of the public scene, providing greater possibility for the subalterns/disadvantaged to contest the decisions that involve them. Through a critical approach to environmental conflicts, the aim was to observe the history of the industry's establishment, tracing the path until the discovery of the sinking soil in five neighborhoods of Maceió-AL. Through this delimitation, it was possible to reconstruct the background of the case and highlight the model of mineral exploitation operated by Braskem for over forty years. This model is based on the colonial plunder of nature, exploited to the exhaustion of the soil, in a characteristic scenario of capitalist accumulation, where the development of its profit-making potential relies on state support while communities and their territories suffer from the devastation of large areas. The investigation of the conflict's trajectory arising from this exploitation was conducted through literature review, analysis of news reports, participant observation (through informal conversations, residents' meetings, street protests, hearings and public consultations, as well as events held in communities), and accounts of affected individuals living on the outskirts of the area delimited by Civil Defense. Additionally, the research also engages with the methodology of action research and participates in a broader context of advocating for the rights of those involved in the conflict. As a result, the research discusses the concept of "affected" in the context of the disaster caused by Braskem, composed of those individuals who still struggle to be recognized, and who in some way keep alive the pursuit of recognition and justice.

Keywords: environmental conflict; Braskem; Maceió; mining; margins; resistance.

SUMÁRIO

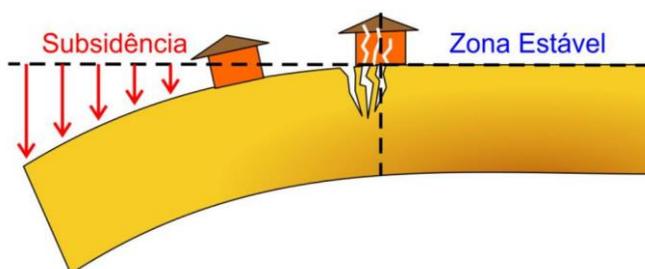
INTRODUÇÃO: A CARACTERIZAÇÃO PRELIMINAR E O PERCURSO ATÉ A	
DEFINIÇÃO DA PESQUISA	19
1.1 - Refletindo sobre a relação pesquisadora-pesquisa.....	24
1.2 - As bases teórico-metodológicas em diálogo com o desastre-crime.....	29
1.3 - O desenho da pesquisa-ação	33
1.4 - Os métodos de construção dos dados e os objetivos da pesquisa	35
1.5 - Breve apresentação dos capítulos	37
CAPÍTULO 1 - DESASTRES E O ENREDO REPETIDO.....	38
1.1 - Cena 1 - Problema produzido: o desastre não começa quando o solo vai abaixo.....	40
1.1.1 - Da descoberta à exploração.....	42
1.1.2 - A implantação da indústria ou “quem compra terra não erra”	51
1.1.3 - O Pontal da Barra e os primeiros conflitos	54
1.2 - Cena 2 - Enquanto a mineração acontece invisível.....	62
1.2.1 - Vazamentos, explosões e as respostas da empresa	63
CAPÍTULO 2 - O CONFLITO NO CENÁRIO DO DESASTRE-CRIME ATUAL	79
2.1 - Cena 3: Narrativas e territórios controlados depois que o solo grita	80
2.1.1 - A reativação do controle discursivo e a produção da realidade fictícia	81
2.1.2 - O controle territorial.....	91
2.2 - O sistema de justiça e o aprofundamento do conflito	105
2.3 - O jogo “político” do presente ou “O iludido é pior que doido” - arranjos políticos e o desengano da população.....	110
2.4 - A vulnerabilidade aprofundada pelo desastre-crime.....	113
CAPÍTULO 3 - AS BORDAS E AS DEMANDAS POR JUSTIÇA	120
3.1 - Do lado da área arrasada	121
3.1.1 - As bordas na história: a contínua vulnerabilização de corpos e territórios -.....	126
3.2 - Desigualdade e racismo ambiental na periferia da periferia	138
3.3 - O agir das bordas: a luta por reconhecimento como atingido e a pesquisa-ação como parceira nesse trajeto.....	147
3.3.1 - A via cotidiana	149
3.3.2 - A via midiática.....	156
3.3.3 - A via institucional e o diálogo com esta pesquisa-ação	161
3.4 - Avaliação da pesquisa-ação	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	175
ANEXOS	190

INTRODUÇÃO: A CARACTERIZAÇÃO PRELIMINAR E O PERCURSO ATÉ A DEFINIÇÃO DA PESQUISA

Desde 2018, a capital alagoana convive com a notícia de um desastre em curso: rachaduras no solo e nas casas dos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e Farol passaram a fazer parte dos noticiários locais. Até agora já são 2,70 km² de área arrasada, e este número tende a aumentar. Tudo começou a ficar mais evidente após um tremor de terra de 2,4 na escala Richter, ocorrido no dia 03 de março daquele ano, sentido com grande intensidade no bairro do Pinheiro, onde ocorreram as primeiras manifestações do afundamento do solo. Mas os buracos e rachaduras nas ruas daquele bairro são anteriores ao tremor, algumas casas e apartamentos já haviam passado por intervenções de reforço estrutural alguns anos antes de 2018. Mesmo assim, ao serem identificados aos montes pelos moradores, eram tratados pela Prefeitura de Maceió/Defesa Civil municipal, como problemas construtivos ou serviços malfeitos da Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL. No começo, a versão mais forte que circulava publicamente, era a de um solo encharcado pelas chuvas intensas, cogitou-se ainda que a captação de água subterrânea pela CASAL seria outro potencial motivo.

Mas em maio de 2019 a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM/SGB apontou em seu relatório que a causa das rachaduras estava relacionada à atividade minerária na região, que ativou falhas geológicas pré-existentes, causando fratura e colapso dos pilares de algumas minas. Na página 36 do referido relatório, os técnicos explicitam: “e. as análises permitem afirmar as atividades de extração de sal-gema, alteraram o estado de tensão in situ do maciço rochoso, causando os processos de subsidência no bairro do Pinheiro.” (CPRM, 2019, p.21) Abaixo, a ilustração trazida neste relatório, exemplifica o colapso em direção à Laguna Mundaú, (Figura 02).

Figura 01: Ilustração do processo de subsidência (afundamento do solo)

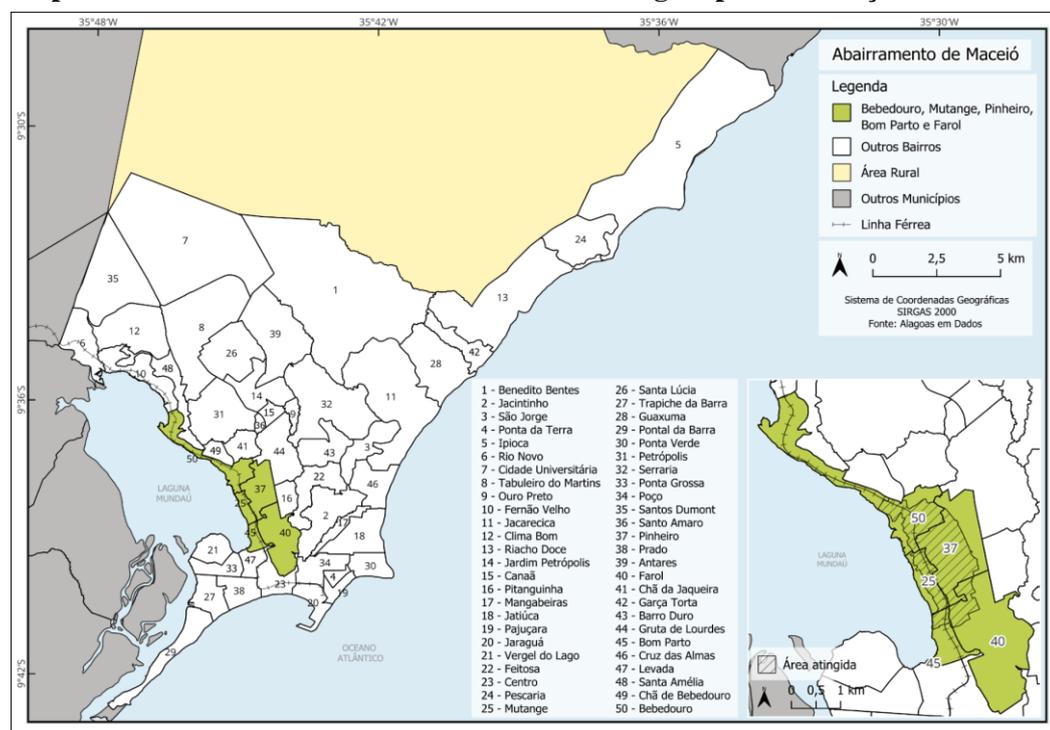


Fonte: CPRM, 2019, p.21

Já as comunidades atingidas¹ tratadas por este trabalho (Figura 02) são compostas por dois grupos: i) de pessoas que são alvo de remoção compulsória em virtude do chamado processo de subsidência², conhecido também como afundamento do solo, e ii) das pessoas que ocupam as bordas, ou seja, aquelas que estão às margens da área legitimada como atingida pelos órgãos públicos.

Na figura abaixo, observa-se o mapa de Maceió, uma cidade composta por zonas urbanas e rurais. Ele detalha o abairramento da cidade e a extensão das áreas atingidas pelo desastre-crime provocado pela Braskem, destacada em verde, temos os bairros atingidos pelo afundamento do solo provocado pela extração de sal-gema da Braskem. Uma área central da cidade, que conecta a chamada parte alta, com a parte baixa. Desde 2018, quatro bairros foram atingidos por remoções compulsórias, Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto foram os primeiros e em 2020 o bairro Farol passou a fazer parte da lista, essa inclusão ocorre devido a dinamicidade do desastre-crime em curso.

Mapa 01: Abairramento de Maceió com a área atingida pela mineração da Braskem



Fonte: elaborado por Lima (2024), com auxílio do software Qgis (3.32.1)

¹ Há outras escalas de pessoas atingidas, como trouxe o relatório de missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH: “O desastre em andamento afeta: i) a área diretamente impactada pela mineração industrial, identificada pela Braskem; ii) as áreas que estão na “borda do mapa”; iii) a capital alagoana e a Região Metropolitana. (Brasil, 2024, p.1)

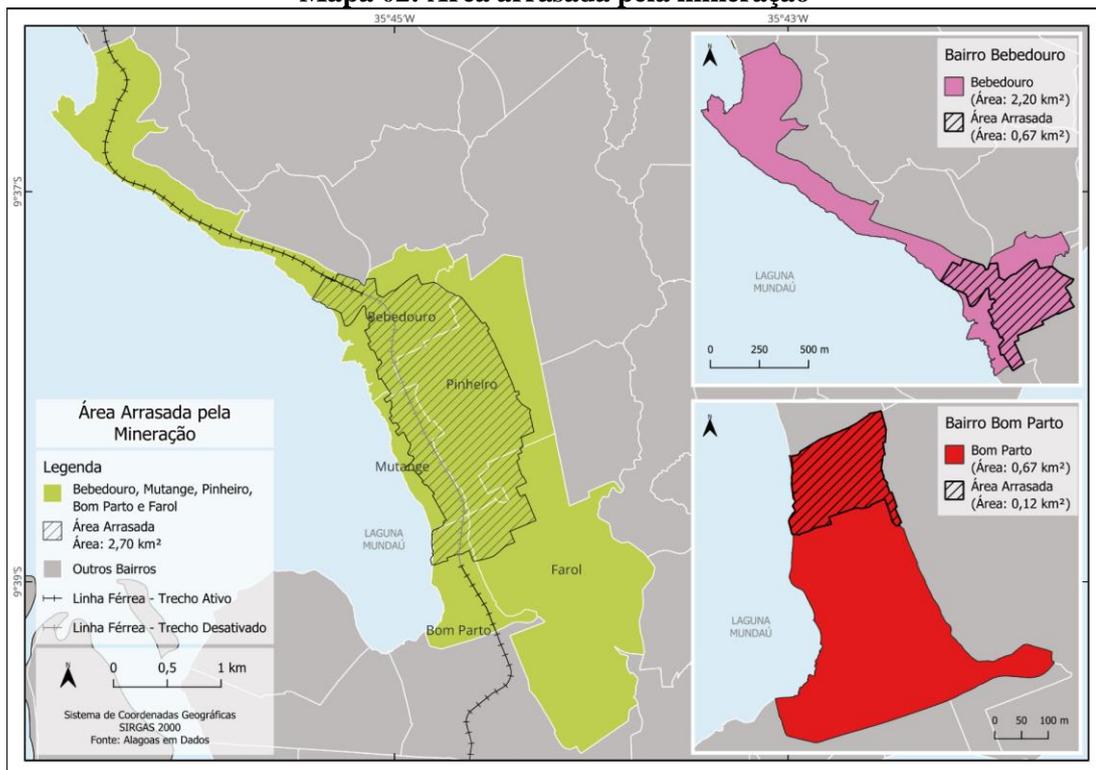
² Segundo Melo (2006), a subsidência “consiste no rebaixamento da superfície do terreno devido à remoção de fluido do subsolo e consequente redução da capacidade de suporte.” disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/5342>

As áreas identificadas com tracejado representam o que chamamos de “área arrasada,” ou seja, aquelas que estão passando pelo processo de remoção de seus moradores. Os cinco bairros atingidos somavam, de acordo com o Censo 2010, quase 62 mil habitantes

Esta pesquisa tem como objeto de análise o conflito ambiental entre a empresa petroquímica Braskem e as comunidades atingidas, localizadas nas bordas do mapa de risco. O estudo examina como esse conflito se desenvolveu ao longo do tempo, especialmente após o desastre causado pela mineração realizada pela Braskem durante pelo menos 40 anos no subsolo de Maceió, de modo a documentar suas feições mais marcantes.

O mapa a seguir tem como base o mapa de linhas e ações prioritárias nº 04, de detalha os bairros atingidos (em verde), indicando as áreas de remoção compulsória (tracejado) e mostra os bairros que mantêm o conflito ativo, Bebedouro (rosa) e Bom Parto (vermelho), identificando a parte arrasada de cada um. A área total de Maceió 508 km² de área total, mas de área urbanizada conta apenas com 254 km² daquele total, A área arrasada é de 2,70km² o que corresponde a mais ou menos 1,06% da área urbanizada da cidade.

Mapa 02: Área arrasada pela mineração



Fonte: elaborado por Lima (2024), com auxílio do software Qgis (3.32.1)

Bebedouro, um dos bairros mais antigos, teve 30% de seu território devastado pela

mineração. Em Bebedouro estão localizados os Flexais e parte da Rua Marquês de Abrantes. Estas regiões foram consideradas ilhadas socioeconomicamente pela Defesa Civil em 2021, após a elaboração de um relatório que levou à criação do “Projeto Flexais”, elaborado sem discussão, participação e poder decisório da população diretamente interessada, sendo por isso rechaçado pela maioria, que não acredita na possibilidade de retomada da “vida normal” no local.

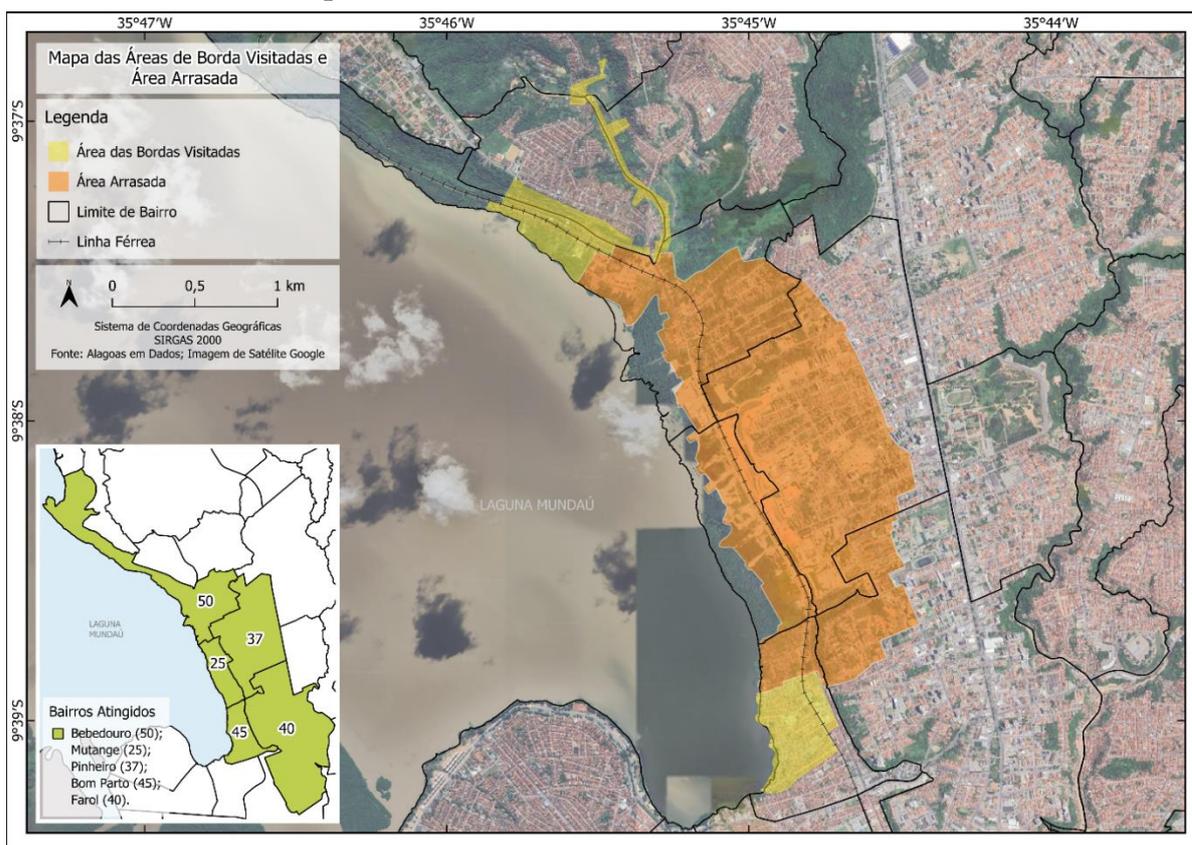
Conectada a Bebedouro e a poucos metros dos Flexais, está a Rua Marquês de Abrantes, com aproximadamente 1,34 km de extensão. Esta rua também enfrenta a condição de ilhamento vivida na área vizinha, embora apenas o início da rua tenha sido considerado ilhado.

Outra região afetada é o Bairro do Bom Parto, que teve 18,75% de seu território devastado. Os moradores vizinhos ao conjunto Vale do Mundaú, que foi totalmente removido, convivem com a insegurança constante e desejam uma saída digna do local. Assim como os Flexais, essa área sofre com a falta de serviços básicos, como educação, saneamento e saúde.

Como mostrado na imagem, o bairro Pinheiro tem a maior área devastada. Dos seus 1,97 km², aproximadamente 1,25 km² foram arrasados pela mineração, restando pouco do bairro. O Farol, o último a ser incluído na lista dos atingidos, possui uma área total de 2,99 km², dos quais cerca de 0,35 km² foram devastados. Este bairro está localizado numa região mais alta e plana, conta com infraestrutura adequada, incluindo postos de saúde, escolas, supermercados e áreas de lazer, diferentemente dos outros bairros, que possuem áreas de encostas e proximidade com a Laguna.

O foco da pesquisa está nas bordas do desastre, especificamente nos Flexais, Marquês de Abrantes e Bom Parto. Essas bordas são entendidas como as áreas imediatamente adjacentes às regiões oficialmente afetadas pela Defesa Civil e pela Braskem, onde há pelo menos três anos, os moradores reivindicam a inclusão no chamado mapa de linhas e ações prioritárias. Durante esta pesquisa, essas áreas foram visitadas algumas vezes e estão representadas no mapa a seguir:

Mapa 03: Áreas de borda visitadas e área arrasadas



Fonte: elaborado por Lima (2024), com auxílio do software Qgis (3.32.1)

O Mapa 03 ilustra parte da cidade de Maceió vista por satélite, demonstrando como as áreas de borda visitadas (em amarelo) estão conectadas às outras áreas da cidade. Na parte superior do mapa, é possível identificar que as regiões amarelas (Flexais e Marquês de Abrantes em Bebedouro) têm como vizinhas: a área arrasada, a Laguna Mundaú e áreas verdes (representadas por encostas), o que acentua seu isolamento. O Bom Parto, área amarela na parte inferior do mapa, possui a mesma configuração de Bebedouro e somada a ela uma conexão direta com o centro da cidade, que o faz vizinho de bairros com o histórico de maior vulnerabilidade social da capital como o Vergel do Lago. Em comparação com a região de Bebedouro, onde a Marquês de Abrantes e os Flexais estão localizados, o Bom Parto conta com índices de violência mais altos, não sendo recomendado por exemplo a presença de pesquisadores sem o acompanhamento de um morador do bairro ou um conhecimento prévio das lideranças locais.

Esta pesquisa identificou que o reconhecimento buscado pelas áreas em amarelo ocorre por três vias: cotidiana, midiática e institucional (que serão explicadas mais adiante). É importante ressaltar que as áreas do Farol e Pinheiro também fazem parte da borda, mas não

foram visitadas durante esta pesquisa por dois motivos: em virtude do tempo e sobretudo por

Observar e analisar as bordas foi a estratégia adotada para compreender como o conflito ambiental opera atualmente. Isso foi feito observando a busca das bordas pelo reconhecimento de direitos, ou seja, descrevendo e analisando o caminho trilhado pelos atingidos para serem incluídos na contagem (Rancière, 1996) dos danos causados pelo poder público e pela empresa.

Diante dessa apresentação preliminar da questão pesquisada, é necessário situar o leitor sobre o que motiva esta dissertação. Na seção seguinte, o recurso da autoetnografia auxilia na apresentação das bases que motivaram esta pesquisa.

1.1 - Refletindo sobre a relação pesquisadora-pesquisa

Fazer ciência em contexto de desastre pressupõe uma série de inquietações e reflexões, não só pela importância do caminhar crítico, atento e alerta a tudo o que envolve o objeto de pesquisa, como pela vigilância ao acesso e transmissão do senso comum que envolve o próprio pesquisador. Na tentativa de reconstruir os passos que trouxeram esta pesquisa até aqui, adianto que trarei minhas memórias como um exercício explícito de reflexão que ajuda na compreensão dos caminhos trilhados e das escolhas epistemológicas e metodológicas aqui realizadas. Bachelard (1996) sublinha que a reflexividade não é apenas um processo individual de autorreflexão, mas também um componente essencial da prática científica. O recorte do passado colocado aqui funciona, então, tomando de empréstimo o referido autor, como “linhas de inferência” do caminho escolhido, na tentativa de apresentar a “origem efetiva; o dinamismo psíquico que as percorre” (Bachelard, 1996, p. 308).

O recurso da autoetnografia é utilizado como uma forma de autoconhecimento como pontua Bénard Calva (2019 p. 10) e de investigação, tal qual Ellis, Bochner e Adams (2019, p. 18) colocaram: “A autoetnografia é uma abordagem à pesquisa e à escrita que busca descrever e analisar sistematicamente a experiência pessoal para compreender a experiência cultural... Portanto, como método, a autoetnografia é simultaneamente processo e produto.”³ (tradução nossa)

Esta pesquisa é fruto do retorno à UFAL após 11 anos de formada como cientista social, onde me dediquei na reta final, à construção de um trabalho de conclusão sintonizado com a

³ La autoetnografía es un acercamiento a la investigación y a la escritura, que busca describir y analizar sistemáticamente la experiencia personal para entender la experiencia cultural...Por ello, como método, la autoetnografía es ambas: proceso y producto. (ELLIS et al. 2019, p. 18)

temática dos acidentes de trabalho. O ingresso no Programa de Pós-graduação em Sociologia se deu também com essa temática, o projeto tratava sobre o acidente ocorrido em 2011 na planta da Braskem, localizada no Pontal da Barra em Maceió-AL. Queria entender sua repercussão e os motivos da população aparentemente não ser sensível àquela situação, pensava na influência da mídia, mas ainda havia algo que não caminhava para a operacionalização da pesquisa, a distância temporal com aquele acidente industrial era um dos problemas, além da provável dificuldade em obter relatos dos trabalhadores. A temática dos acidentes de trabalho ronda minha trajetória de vida desde muito antes (aos 11/12 anos), quando abri o portão de casa para receber meu pai acidentado depois de um dia inteiro de trabalho, ele era ajustador mecânico numa metalúrgica. Estive em vários momentos da vida na função de sua cuidadora, marcando horário de remédios e fazendo curativos, o que sempre me deixou sensível à essa questão.

Escrever o projeto para a seleção de mestrado, me fez pensar nas águas que passaram por debaixo da ponte durante todo esse tempo. Naquele ano (de 2011) o maior problema da Braskem e da população vizinha à fábrica eram os vazamentos de cloro e o medo de uma explosão, à parte isso, a cidade seguia seus rumos de urbanização e expansão sem pensar muito sobre a presença da Braskem em área urbana. Contudo, o cenário mudou drasticamente a partir de 2018. De lá para cá os problemas causados pela empresa ganharam uma proporção inimaginável aos moradores de cinco bairros da área urbana da capital alagoana.

A proximidade temporal no sentido de ter a possibilidade de acompanhar de perto os processos que envolvem o conflito provocado pela presença desastrosa da empresa em Maceió, me ajudariam muito na construção da dissertação, mas não estava segura para mudar. Lembrava que logo depois de apresentar o trabalho final da graduação, duas professoras me incentivaram a continuar na academia, mas demorei muito para retornar. Havia me tornado mãe, comecei a trabalhar em outra área, e a literatura sociológica passou a ser algo distante. Assumir a questão ambiental como meu novo tema só aconteceu após quatro meses do início no mestrado, quando as provocações das aulas de metodologia começaram a surtir efeito.

Percebi que os acidentes poderiam ajudar a contar a história da empresa, corroborando com a perspectiva da processualidade histórica dos fatos (Braudel, 1996; Thompson, 1992; Hobsbawm, 2004), que é atenta à noção de continuidades e mudanças ao longo do tempo. Logo, os acidentes estão presentes ao longo do tempo de existência da mineração de sal-gema e, nesse cenário, o desastre é considerado produto de um contexto mais amplo.

Diante de acontecimentos tão marcantes, relacionados à atuação da Braskem em Alagoas, e ao desastre ainda em curso, alterar a rota de pesquisa era o passo a ser dado, é

importante dizer também que apesar do medo, não foi difícil mudar. Tenho ligações com um dos bairros atingidos, pois estudei no Colégio Bom Conselho (CBC), minha primeira comunhão foi na Igreja de Santo Antônio, na Praça Lucena Maranhão, ambos em Bebedouro, as primeiras descobertas da transição infância-adolescência aconteceram naquele ambiente.

O Bom Conselho era uma escola imensa e histórica, o prédio principal foi construído em 1877 para abrigar as órfãs dos soldados que morreram na guerra do Paraguai, ele e outras construções compõe a Zona Especial de Preservação 3 (ZEP-3 Bebedouro)⁴ que indica área de patrimônio material e imaterial relevante para a cidade. Estudei lá entre 1996 e 1998, o internato ainda funcionava no prédio histórico ao lado, as aulas de religião aconteciam nos fundos da capela, num pátio chamado amarelão (por seu piso amarelo). A lembrança também guarda o jardim bem cuidado da entrada, com flores que formavam as letras CBC, a sigla do colégio. Descendo as escadas, no pátio do recreio, havia um palco para apresentações e uma arquibancada que permitia uma boa vista da quadra, por trás dela, mangueiras com bancos de cimento em volta, uma horta e o portão que limitava o acesso à lagoa.

Essas memórias foram reavivadas na visita que fiz ao colégio, acompanhada de minha filha e minha irmã, nas férias de janeiro de 2018, como uma ironia do destino, quase que premonitória da impossibilidade de visitas futuras, já que em março do mesmo ano o pesadelo dos bairros começou a ficar evidente. Lembro que ao chegar na escola o abandono já era muito visível, o jardim havia mudado, a umidade nas paredes do pátio e uma grade entre ele e a arquibancada gritavam as diferenças. No acesso pela capela a aparência era melhor, mas saí de lá com a sensação de que a história do bairro e daquele prédio poderiam se perder em meio a tanto abandono. Dois meses depois, a notícia de um tremor de terra em Maceió pegou a todos de surpresa, colocando toda cidade em estado de alerta, pelo medo de novos tremores e desabamento das casas do Pinheiro.

Mesmo assim, no caminho até o desenho atual deste trabalho, alguns desafios precisavam ser transpostos: apesar da ligação com Bebedouro, havia pouca inserção no campo, acompanhava o caso pelo noticiário local e pelas redes sociais, não costumava passar pela região destruída. Durante a pandemia, período em que as remoções cresceram, estive trabalhando numa carga horária tão exaustiva, que o Pinheiro - região que recebeu o estigma do desastre - estava apenas em minhas orações, especialmente na época de chuva, quando o

⁴ Segundo o Art. 58 do Código de Urbanismo e Edificações de Maceió: “A Zona Especial de Preservação 3 (ZEP-3) é constituída de um único Setor de Preservação Rigorosa 1 (SPR-1), abrangendo a sua área o núcleo histórico de Bebedouro que mantém a morfologia urbana e a tipologia das edificações de interesse histórico e arquitetônico...”

perigo de colapso era maior. Além das notícias do desastre, revisitando a memória do período pandêmico, lembro do quanto sofri com a incerteza do dia seguinte, além do medo que tomava conta de mim. Durante algum tempo, ao abrir os olhos pela manhã a primeira coisa que me ocorria era se toda aquela situação era real, as notícias eram muito duras e o vírus muito poderoso.

Escrever isso ajuda a pensar sobre o sofrimento duplo vivido pelos moradores atingidos pela mineração, também a pensar no quanto todo esse período também contribuiu para a manutenção da inação do restante da população que não se irmanou de maneira mais expressiva a esses moradores. Nesse contexto, também pouco sabia sobre as remoções, das condições estabelecidas nos acordos firmados na justiça, estava, portanto, alheia ao que acontecia de mais grave na cidade, assim como a maioria do restante da população.

A primeira ida à região atingida como pesquisadora do caso foi feita de ônibus, em outubro de 2022, na linha UFAL/Ponta Verde, aproveitando o relato de Monick, colega de turma, que sempre fazia esse trajeto no retorno para casa, e certa vez me contou que conversou rapidamente com uma ex-moradora de Bebedouro. Inspirada por este relato, resolvi fazer o percurso da UFAL até a Praça do Centenário, pensei que ali o mais importante seria passar pelo lugar, ter a visão privilegiada do ônibus e fazer algumas fotos.

Passando pela Chã de Bebedouro, várias pessoas subiram, uma delas se sentou ao meu lado, vi então a primeira oportunidade de conversar. Era uma senhora, usava óculos e máscara, estávamos sentadas na cadeira alta perto da porta traseira, quando olhando para o Bom Conselho, resolvi perguntar onde a escola estava funcionando agora, ela não entendeu bem, eu havia iniciado a conversa do nada, então repeti a pergunta. Ela respondeu que o colégio havia subido, estava perto da ladeira, em frente ao antigo colégio Batista Alagoano, (já desocupado, próximo ao Flexal) ela complementou: muitas escolas saíram dali para longe, uma inclusive foi para Rio Largo. Enquanto o ônibus subia a ladeira, engatamos uma conversa que parecia ter iniciado há muito tempo, não havia muitas perguntas da minha parte. Ela contou que morava perto da praça Lucena Maranhão, mas que foi morar na via expressa, no Conjunto Samambaia, devido à remoção forçada, mas não se adaptou, e por isso agora está morando com a filha na Chã de Bebedouro. Perguntei-lhe sobre o motivo da não adaptação, ela disse que não era a mesma coisa, apesar de ser um bairro com estrutura, pois tem supermercado e farmácia por perto..., mas ela falou que gosta mesmo é da feira livre. Indaguei-a sobre como realizava suas compras, já que o mercado de Bebedouro também acabou, ela disse que muitas pessoas estão

subindo para a Feirinha do Tabuleiro, ela inclusive é uma delas, pouco depois de passarmos pelo Hospital Sanatório ela se levantou, se despediu e desceu.

Os elementos citados até agora nesta introdução expõem uma trajetória de pesquisa que se une a minha experiência pessoal relacionada ao desastre para buscar elementos para compreendê-lo como uma experiência cultural, social mais ampla. Eles se unem à identificação com as pessoas com quem conversei nas áreas da “borda” e que absorvem “os efeitos do progresso”. Suas casas, suas histórias, suas linguagens, sua cor e classe social são familiares. A sensação de estar em casa na simplicidade e precariedade daquelas habitações, me fez recordar Nova Descoberta, bairro periférico de Recife, cheio de altos, barreiras e riscos, onde vive grande parte de minha família. A precariedade de políticas para atender essas periferias, o esquecimento proposital dos governantes para essas pessoas é muito semelhante.

Na busca por me aprofundar na história alagoana encontrei na literatura local uma inspiração na crônica *O Padre Cornélio - Scenas da Vida Alagoana*, escrita em 1921 por Luis Lavenere, é dela o trecho que ocupa a epígrafe deste trabalho, que expressa dentre outras coisas, a sabedoria do povo das margens, carregada de esperança, paciência e, sobretudo, muita força para operar o remo da vida. Todos os contatos, estabelecidos com a maioria dos atingidos, que guardam íntima relação com a Lagoa Mundaú, revelam a mesma força do canoeiro que rema contra o vento. A “gente da lagoa” tem sido atravessada continuamente pelo tempo linear inaugurado com a modernidade, que traça o que é arcaico e o que é avançado numa escala evolutiva. Essa gente ocupa um território que funciona como mero depósito do ônus do “progresso”. Este trabalho é sobre a margem e seus movimentos, sobre os moradores das “bordas” do mapa de risco (e do progresso), sobre os que ainda convivem todos os dias com as ruínas da destruição operada pela Braskem e lutam pelo reconhecimento de seus direitos.

Esta autoetnografia, que não se encerra aqui, pretende trazer elementos para refletir e representar a relação pesquisadora-pesquisa, ela indica muitas das direções tomadas durante este trabalho e ajuda a/o leitora/or a compreender melhor os caminhos epistêmicos, metodológicos e sociopolíticos aqui trilhados. Tem a intenção de demonstrar que essa relação está traduzida no processo contínuo de observação, atuação e análise, em diálogo ativo com a dinâmica da disputa e com as motivações internas da autora (não necessariamente nessa ordem), por isso, estão expressas no texto ao modo do que disse Charles Bukowski sobre o que deve mover o escritor: “se não sai de ti a explodir apesar de tudo, não o faças.”. Além da justificativa epistêmica, há uma justificativa social costurada a cada passo dado, uma vez que, as

contribuições sociopolíticas desta pesquisa foram acontecendo durante sua feitura, pelo alinhamento com outras redes criadas com outras instituições.

1.2 - As bases teórico-metodológicas em diálogo com o desastre-crime

Esta pesquisa é de caráter qualitativo e se apoia na perspectiva teórico-metodológica que encara o conflito tanto como conceito quanto, sobretudo, como objeto analítico (Simmel, 1983; Dahrendorf, 1982; Scott, 2013; Rancière, 2002; Das e Poole, 2008). Aqui, essa perspectiva relaciona-se com os estudos de Henri Acselrad (2004) por meio da categoria de conflitos ambientais. O autor em questão dialoga com a sociologia crítica de Pierre Bourdieu e é influenciado a pensar os conflitos ambientais a partir de relações simbólicas e de poder/dominação que envolvem o mundo material socializado (Fleury et al., 2014). Essa relação se dá com ênfase nas desigualdades de acesso aos meios essenciais à vida cultural e social, que ganharam novas dimensões ao longo da constituição da modernidade, como os conflitos por territórios, que incluem a apropriação de recursos naturais, como minérios, água e combustíveis fósseis, aprofundando processos cada vez mais complexos, tanto de conflitos quanto de ajustes sociais.

Os conflitos ambientais surgem quando os acordos são rompidos e evidenciam as contradições dos modelos de desenvolvimento. Eles são, segundo Acselrad (2004, p. 26):

... aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis - transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Caracterizar esses conflitos e problematizar os processos sócio-históricos que os envolvem é essencial para a compreensão da realidade (Acselrad, 2004; Valencio, 2014). Dessa forma, essas questões são centrais para entendermos a dinâmica da modernidade.

Diante disso, cabe dizer que o interesse deste trabalho é também demonstrar as relações ou os processos que levaram à contínua vulnerabilização das comunidades atingidas. Para tanto, o percurso analítico será feito a partir da mobilização do conceito de "atingido" de Carlos Vainer (2008) e das considerações importantes em torno do conceito de justiça/injustiça ambiental (Herculano, 2002; Acselrad, 2002).

Vainer (2008) sublinha que a categoria de "atingido" não é homogênea, pois depende do tipo de projeto e dos grupos sociais envolvidos no conflito. De maneira geral, o atingido é

o detentor de direitos, ele pontua:

Conceito em disputa, a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo - e, em alguns casos como legal - seu direito a algum ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária (Vainer, 2008, n.p).

A categoria é alvo de disputa por estar relacionada ao acesso a direitos. Os causadores do dano visam sempre restringir sua amplitude a fim de limitar seus gastos, enquanto os que sofrem o dano apresentam concepções variadas, de acordo com suas experiências de vida e relações sociais. Por isso, o autor ressalta que a noção de atingido não é meramente técnica nem estritamente econômica. Ou seja, as disputas travadas dizem respeito a uma questão mais ampla e, no caso em tela, ao fato de que as comunidades e famílias que moram nas bordas ainda são desconsideradas na contabilização dos danos diretos causados pela mineração predatória. O reconhecimento dos “economicamente dominados”, como ressalta aquele autor, “é resultado de uma longa e conturbada trajetória de lutas, confrontos e conflitos. Assim se afirmaram, ao longo da história, direitos que hoje parecem naturais” (Vainer, 2008, n.p.).

Nesse sentido cabe pensar se e em que medida há um caráter desproporcional de distribuição dos custos prejudiciais da indústria petroquímica na cidade. Acselrad (2009) observa a existência de um “...pensamento dominante, que considera “democrática” a distribuição dos riscos ambientais...”, ele retoma que contra este pensamento, “insurgiram-se os movimentos por justiça ambiental” (Acselrad et.al 2009, p. 15). Alinhado com as lutas por justiça social, esse movimento, surgido nos Estados Unidos a partir de 1980, proporcionou a reflexão sobre a distribuição dos riscos ambientais ligados às “condições de saneamento inadequadas, contaminação química de locais de moradia e trabalho e a disposição indevida de lixo tóxico e perigoso” (Acselrad et.al, 2009, p.17). A justiça ambiental então pode ser definida como:

... o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas. (Herculano, 2002, local.3)

A abordagem crítica relacional dos conflitos ambientais no Brasil é seguida pela trilha indicada por outros autores e autoras como: Wanderley, 2009; Becker, 2010; Milanez, 2017;

Zhour, 2018; Laschefski, 2020. Ela nos fornece insights para refletirmos sobre como nomear adequadamente o conflito, de maneira a enunciar a causa do desastre ambiental, uma vez que, a versão da empresa tenta emplacar a ideia de um fenômeno natural, tirando de cena a relação de causa e efeito existente entre a mineração praticada na região e o afundamento de cinco bairros de Maceió.

Entende-se que chamá-lo de desastre ambiental da Braskem é um passo importante para criar uma narrativa mais aproximada da realidade dos atingidos, contribuindo também para reforçar a visibilidade favorável à busca por justiça socioambiental. Zhour (2018), apresenta o conceito chamado desastre sociotécnico⁵, ou seja, um desastre onde as condições de risco já eram sabidas desde o início das atividades da empresa, segundo ela:

Essas condições foram assumidas pelas empresas e pelo estado brasileiro através dos órgãos ambientais e agentes da fiscalização sob o status da normalidade, contribuindo para a naturalização das ameaças e susceptibilidades fabricadas. (Zhour, 2018 p.40-41)

O desastre provocado pela Braskem em Maceió pode ser considerado um desastre sociotécnico, visto que as normas e fiscalizações foram negligenciadas ao longo da extração do minério. No entanto, o termo "sociotécnico" não ganhou força ou projeção em Alagoas. Mesmo passados seis anos, ainda lidamos com órgãos do sistema de justiça, defesa civil, entre outros, que utilizam termos como "evento" ou "fenômeno geológico" para se referir ao assunto. Por outro lado, os atingidos frequentemente se referem ao ocorrido como "o crime da Braskem" ou chamam a empresa de "Braskem criminosa". Entre os pesquisadores, há um receio em nomear o ocorrido como crime, uma vez que, até agora, não houve condenação judicial da empresa responsável pelos danos.

Diante de tantas evidências desastrosas e recorrentes (que serão apresentadas ao longo do trabalho), chamar o ocorrido de desastre sociotécnico (Zhour, 2018) parece insuficiente para caracterizar o fato e conferir o peso político que ele merece. Isso se deve ao enorme poder que as corporações ganharam com os contornos neoliberais, o que tornou o jogo ainda mais assimétrico. Azevedo e Júnio (2020) trazem, em sua análise sobre o caso Samarco, uma observação importante:

⁵ Adota-se aqui por enquanto o termo definido por Zhour e colaboradores (2018) "para enfatizar um processo deflagrado para além de uma avaria ou erro meramente técnico, remetendo-nos, assim, às falhas da governança ambiental, produtoras de novos padrões de vulnerabilidade que expuseram, de fato, a população ao risco." Zhour et al., 2018, p.40)

Por envolver condutas premeditadas, omissivas ou comissivas, violadoras de direitos humanos (como o próprio direito ao meio ambiente) é que o caso Samarco reverbera a ideia de desastre-crime, tendo em vista ultrapassar a noção de mero desastre pela incidência de crimes ambientais e suposição de culpabilidade dos envolvidos em face de acontecimentos danosos em territórios ocupados por inúmeras vítimas. O desastre assume, particularmente, feições delituosas quando a negligência, a imprudência e a imperícia são noticiadas por testemunhas e vítimas, com evidências apuradas desde as primeiras horas das investigações (Azevedo e Júnio, 2020, p.624).

Assim, além de tratar o caso como um desastre ambiental causado pela Braskem, o termo "desastre-crime" será utilizado como um aprofundamento do termo "desastre sociotécnico" de Zhouri (2018). Portanto, lidaremos com um desastre sociotécnico criminoso, conferindo ainda mais sentido à problemática sem precedentes no país, que alguns denominam como "o maior desastre urbano em curso no mundo" (Capretz, 2022). Além disso, o caso se insere em um contexto de conflito ambiental, especialmente porque se concorda com a argumentação de Acselrad (2004) e Pierre Bourdieu (1989), de que a manipulação do poder simbólico é exercida através de práticas sociais, como a linguagem e a classificação assimétricas. Diante dessas explicações, justifica-se a adoção, neste trabalho, do termo "desastre-crime" para nomear o conflito ambiental causado pela Braskem e vivido em Alagoas.

A criação de significados é um passo importante para os que estão em desvantagem na capacidade de influenciar a percepção da realidade. Como lembra Bourdieu (1989), grupos dominantes têm maior probabilidade de impor uma narrativa que legitime seus interesses. Jacques Rancière (2002) nos ajuda a pensar sobre isso, quando ressalta que é ao assumir publicamente sua posição pelo conflito, que os desvalidos, ou os sem voz, saem do círculo de exclusão que estão inseridos, forçando o olhar dos outros para sua condição marginal.

Além disso, essa abordagem está vinculada à pesquisa-ação inspirada nas contribuições de Michel Thiollent (1986), e captadas também a partir da necessidade da reativação de uma espécie de animismo, tal qual o tratado por Stengers (2017), ou seja, de recuperar algo que nos foi separado, unindo teoria e prática, e que diz respeito à participação efetiva em um contexto mais amplo de reivindicação de direitos, envolvendo pesquisadoras e as pessoas implicadas no conflito. Segundo Thiollent (1986):

Na pesquisa-ação os pesquisadores desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas [...] que consiste em organizar a investigação em torno da concepção, do desenrolar e da avaliação de uma ação planejada [...] necessária para que haja reciprocidade por parte das pessoas e grupos implicados nesta situação. (Thiollent 1986, p.15)

A adoção desta metodologia foi forjada ainda nos primeiros meses da pesquisa, após algumas idas à campo, e a partir da abertura de moradoras e moradores, sempre muito interessados em compartilhar informações e mais que isso, solicitar a presença de pesquisadores em espaços coletivos promovidos por eles.

1.3 - O desenho da pesquisa-ação

Em 08 novembro de 2022, logo após a homologação do Termo de Acordo para Implementação de Medidas Socioeconômicas destinadas à requalificação da área do Flexal, estive na região e encontrei um cenário de muita dúvida. Enquanto andava pela rua Tobias Barreto, muitos moradores e moradoras olhavam desconfiando que eu fosse da equipe contratada para entregar a cartilha que explica sobre o projeto de integração urbana, (que promete afastar a condição de ilhamento socioeconômico da região), depois de me apresentar como aluna e pesquisadora da UFAL, uma moradora conversou comigo, e ao final, após alertar sobre a hora (era final de tarde), e que ficava perigoso caminhar até a rua principal para pegar o ônibus, me convidou para comparecer à reunião de moradores do dia seguinte, que foi realizada no Parque da Lagoa⁶ às 19h.

A boa receptividade da moradora, depois de uma conversa relativamente curta, é um fato comum nas áreas de borda, identifico como um reflexo do completo abandono do poder público, e do diminuto interesse da cidade para com aquelas pessoas (provavelmente influenciada pelas campanhas publicitárias desenvolvidas pela Braskem).

No transcurso da pesquisa e em razão dela, surgiu o convite, feito pelo ex-colega de turma de mestrado, Roberto Moura, para participarmos (Camila Dellagnese Prates, Carlos Eduardo Lopes e eu, enquanto pesquisadores vinculados ao Instituto de Ciências Sociais - ICS/UFAL.), de uma inspeção de violações de direitos, pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB/AL - CDDH-OAB/AL, na rua Marquês de Abrantes. Esta inspeção se deu como fruto da demanda da comunidade para que a CDDH relatasse a situação de piora nas condições de vida na localidade. Assim a pesquisa-ação foi ganhando contornos mais evidentes. Depois deste relatório passamos a compor a equipe como membros consultivos, dessa forma pudemos contribuir mais diretamente, documentando as condições de vida das bordas, enquanto realizávamos nossas pesquisas.

⁶ A moradora fez um novo alerta depois de me perguntar como eu iria, já que seria à noite. Ela contou que até Uber é difícil depois de certas horas.

É importante ponderar que as idas a campo na condição de integrantes da comitiva da OAB/AL, apesar de ampliarem nossa presença no campo, também trouxeram algumas limitações. Em certos momentos, absorvemos críticas de moradores insatisfeitos com a atuação do órgão, que acreditavam que a OAB poderia adotar uma postura mais combativa. Conseguimos contornar esses questionamentos informando que nossa participação se restringia à coleta de dados para a produção de documentos sobre a realidade encontrada naquela comunidade.

De novembro de 2022 a abril de 2024, participamos da elaboração de cinco relatórios (tabela 01) e de um dossiê crítico, que não está relacionado à atuação na CDDH. Este dossiê foi produzido como uma contra-argumentação ao Diagnóstico Socioambiental elaborado pela empresa Diagonal, contratada pela Braskem em cumprimento ao Acordo Socioambiental firmado com o MPF, MPE e DPU.

Essa nova inserção no campo possibilitou a ampliação das redes de denúncia do caso, culminando com nossa participação na Missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), ocorrida em dezembro de 2023. Esta missão foi requerida pelo CDDH-OAB/AL, e colaboramos (Camila Dellagnese Prates e eu) como relatoras. O relatório desta missão foi aprovado no início de abril de 2024 e apresentado no dia 10 de abril do mesmo ano ao relator, senador Rogério Carvalho (PT), da Comissão Parlamentar de Investigação da Braskem (CPI da Braskem), instaurada em março para investigar os efeitos da responsabilidade jurídica socioambiental da empresa Braskem S.A.

Dessa forma, a pesquisa-ação parte do pressuposto de uma relação dialógica entre sujeito e objeto, ao contrário da separação que ocorre nas ciências naturais. Pimentel (2019) ressalta essas diferenças:

O conhecimento científico clássico tem sido feito segundo o modelo paradigmático de pesquisa proposto pelas ciências naturais, baseado nos princípios do reducionismo, replicabilidade e refutação... Assim, o fato da exterioridade do objeto nas ciências naturais permite que as concepções teóricas formuladas a respeito da natureza não a afetem diretamente, entretanto acontece o oposto no domínio das ciências da cultura... Assim, devido ao fato de os fenômenos sociais estarem sobrepostos ao sujeito que os observa e não serem homogêneos ao longo do tempo, o modo de observação desses fenômenos deve recorrer a um conjunto de concepções teóricas e metodológicas que sejam capazes de apreender as especificidades dos fenômenos sociais, permitindo a sua descrição, compreensão e explicação científica (Pimentel, 2019, p.78 e 80)

As condições de vulnerabilidade aprofundadas no conflito, que assumiu um caráter ainda maior com a implantação do projeto de revitalização nos Flexais, levou a uma aplicação

adaptada da pesquisa-ação em Thiollent (1986), essa interação diz respeito ao que Lefebvre (1995) já colocava sobre o conhecimento ser antes de tudo prático. Apesar das intensas interações com os sujeitos da luta por reconhecimento, onde a necessidade do estudo em conjunto de termos já consagrados nesse tipo de conflito ambiental foi identificada, (o conceito de atingido por exemplo) entendemos em consonância com as demandas provenientes das famílias das bordas, que mais urgente que tentar fomentar o reconhecimento individual para mobilização da categoria de atingido, seria direcionarmos a atuação voluntária e exigente de tempo para participar ativamente dessa rede de construção dos relatórios, pois o progressivo avanço do controle territorial da Braskem necessitava de ações mais objetivas e rápidas.

Como observado por Thiollent (1989, p.43) “A função política da pesquisa-ação é intimamente relacionada com o tipo de ação proposta e os atores considerados. A investigação está valorativamente inserida numa política de transformação”. Considerando essa ideia do autor, as realidades relatadas fazem parte da ação da pesquisa, à medida que fornecem elementos para análise e somado a isso, fornecem um caminho para que as comunidades desassistidas possam verbalizar o que as preocupam, incomodam e almejam. Os relatórios passam a ser um meio para documentar violações e ajudar a levar essas demandas ao centro de decisão, buscando correr por dentro, onde a maioria das famílias que residem ainda nas bordas não conseguem chegar sozinhas.

Reforça-se ainda que a pesquisa-ação advoga pelo não apagamento das práticas sociais no interior das pesquisas, favorecendo: i) o diálogo/ crítica às epistemologias hegemônicas; ii) produção de conhecimento local, com categorias e proposições práticas para os grupos envolvidos na pesquisa (Thiollent, 1980; Peruzzo, 2016). Nesse mesmo sentido, associa-se a pesquisa-ação à “necessidade de se promover maior articulação entre a teoria e a prática na produção do conhecimento, por meio do envolvimento direto dos grupos sociais na compreensão e busca de soluções para seus problemas” (Toledo et.al., 2016, p. 635). A avaliação mais detalhada e os limites da pesquisa-ação desenvolvida estão descritos ao final deste trabalho.

1.4 - Os métodos de construção dos dados e os objetivos da pesquisa

Como métodos de construção dos dados para esta dissertação, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, documental e hemerográfica (em jornais) para realização de uma retomada da

trajetória sócio-histórica do desastre. A pesquisa em jornais visou contribuir na exposição histórica do ponto de vista cotidiano, buscando entender como a indústria buscou se projetar na cidade e no imaginário de seus moradores, no período pré e pós instalação da planta industrial, além dos desdobramentos dos primeiros desastres causados por ela.

Os jornais analisados foram escolhidos a partir da leitura prévia de duas obras importantes sobre a presença da Braskem no estado: Vieira, 1997 e Cavalcante, 2020. Além delas a página História de Alagoas, mantida pelo jornalista Edberto Ticianeli, trazem pontos importantes para entender a presença da Braskem (antiga Salgema) em Maceió. De posse das datas (1970, 1975, 1976, 1982, 1986, 1988) foram feitas as buscas no Arquivo e Biblioteca pública estaduais e na Biblioteca Central da Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Na Biblioteca Pública Estadual, o acesso ao material é mais livre, e o horário de funcionamento é maior, e por isso a maior parte do material foi obtida lá.

Entendendo que a produção de jornais pode ser influenciada pelo alinhamento político, tomamos como base pelo menos três veículos diferentes: Jornal de Alagoas, Jornal de Hoje e Gazeta de Alagoas. Além disso, os jornais Tribuna de Alagoas e O Diário também foram consultados, embora com menor frequência devido ao curto prazo disponível para a pesquisa. Os livros selecionados foram examinados integralmente com dois objetivos principais: registrar matérias e propagandas relacionadas à Salgema Indústrias Químicas e identificar questões urbanas ligadas ao desenvolvimento da cidade. Dessa forma, foi possível traçar uma linha de compreensão sobre o impacto da chegada da empresa no Estado e as consequências nas áreas afetadas pelo desastre-crime. A utilização de jornais visou principalmente captar nuances do cotidiano local de modo a identificar a estratégia comunicacional da empresa nos primeiros anos de atuação no estado. O uso e análise de imagens também compõe o método investigativo, foi fonte importante para a contextualização histórica das mudanças e permanências ao longo do tempo.

O recurso da observação participante em reuniões, audiências, escutas públicas, manifestações de rua e eventos que pretendem dar visibilidade ao caso, foi utilizado para a construção de alguns diários de campo, produzidos ao modo da escrita etnográfica com inspiração no método trabalhado por Holston (2013), como forma de captar as minúcias do conflito ambiental. A fotografia também foi parte importante como mais um dos meios de registro em todas as idas a campo. Ela cumpre a função de acesso à memória da pesquisadora e do leitor/leitora, pretendendo ainda a criação dessas memórias, aproximando e provocando uma “ação interpretante” (Ferrara, 2007, p.07) em quem lê, sensibilizando-o, pois “permite

captar instantes exemplares” (Ferrara, 2007, p.07, p.35) propiciando a apreensão do ambiente que envolveu esta pesquisa e que envolve o dia a dia dos moradores.

Por estes meios buscou-se identificar as formas de apropriação da natureza, traçando um perfil da atuação da empresa e da experiência dos moradores das bordas do desastre em curso.

O objetivo central desta pesquisa foi analisar o conflito ambiental sob duas perspectivas: primeiramente investigando a relação entre o passado e o presente da indústria como geradora desse conflito ambiental em Alagoas; a segunda concentrou-se nas bordas, onde o conflito permanece ativo, uma vez que nessas áreas as comunidades litam pelo reconhecimento como atingidos pelo desastre. Além disso, examinamos as dinâmicas do conflito, seu impacto na cidadania dos moradores das bordas e os esforços para trazer suas reivindicações ao centro das decisões.

Essa análise consistirá em investigar se e em que medida a (in)justiça socioambiental está presente ao longo do tempo e como ela opera para inserir ou excluir os moradores na condição de atingidos.

Como objetivos específicos temos: i) demonstrar como este conflito ambiental está estabelecido em Maceió, por meio de recortes temporais históricos que abrangem a instalação (década de 1970) e desenvolvimento da atuação no estado (1980 a 2018); ii) evidenciar os mecanismos que propiciaram a ampliação do desastre e conflito ambiental (2018 até 2024), iii) expor a condição de vulnerabilidade das bordas, incluindo as demandas por justiça; iv) contribuir na luta das pessoas atingidas por meio da construção da pesquisa-ação, somando esforços na produção de relatórios sobre a condição de vida das mesmas.

Investigar e trazer à tona alguns fatos importantes sobre a atuação da Braskem em Alagoas é também a tarefa desta pesquisa, dito isso, algumas perguntas iniciais passam a fazer parte dela: Como tem sido processado este conflito ambiental em Maceió? Qual a relação entre passado e presente na atuação da empresa no Estado? Quais os caminhos e desafios da luta trilhada pelos atingidos das bordas desse desastre?

1.5 - Breve apresentação dos capítulos

Até este ponto, buscou-se apresentar o tema e o desenvolvimento da problemática desta pesquisa destacando sua complexidade e a necessidade de discussão. A estrutura deste trabalho

é composta de três capítulos, no primeiro capítulo estão descritos pontos importantes da história da atuação da empresa no Estado de Alagoas, evidenciando que o atual desastre é a manifestação visível e atrasada de um problema que se desenha desde a implantação da Salgema Indústrias Químicas. A análise documental e a pesquisa em jornais estão muito presentes na seção e revelam que, desde a década de 1970, já se tinha conhecimento da possibilidade de desastres nas minas de sal.

O segundo capítulo analisa o conflito em Maceió entre 2018 e 2024, destacando as ações dos principais atores envolvidos e os controles exercidos pela empresa nas narrativas e no território, revelando os mecanismos que contribuiram para a ampliação do desastre e de seus efeitos. No cenário atual, o sistema de justiça e os governos assumiram a gestão do conflito, colaborando com a empresa em detrimento da participação popular. Os conceitos sobre risco social corporativo e licença social para operar também farão parte da discussão a fim de ajudar na análise do contexto vivido antes e depois do desastre.

No terceiro capítulo, serão destacadas as condições de fragilidade das áreas periféricas e suas reivindicações por justiça, continuando o contexto histórico. Serão explorados aspectos que evidenciam como as regiões afetadas pelo conflito formam uma zona de sacrifício, com base nas teorias de justiça e injustiça ambiental de Herculano (2002), Acselrad (2004) e na Sociologia dos desastres de Valêncio (2009). Além disso, será analisado o conceito de cidadania insurgente de Holston, como uma preparação do terreno para discutir a ação das periferias em busca de reconhecimento, em contraposição à empresa e suas alianças. Essa análise visa demonstrar que a política, conforme definida por Rancière (1998), como aquela que permite o poder se manifestar, está longe de estar obsoleta, mas sim ressurgindo a partir do conflito mantido pelas bordas, desafiando a empresa e suas colaborações.

CAPÍTULO 1 - DESASTRES E O ENREDO REPETIDO

Não é incomum ao mencionar a luta dos atingidos pela mineração da Braskem, ouvir de pessoas não diretamente impactadas, os questionamentos: “o que eles querem mais? Já foram indenizados!”, “a empresa vem gastando muito dinheiro com as indenizações”. Essas realidades óbvias e difíceis de ver como descreve David Foster Wallace (2012, p. 263) são descritas por Bourdieu como fruto da operação da doxa (Bourdieu; Eagleton, 1996), que torna possível a naturalização de padrões que passam a governar a vida dos indivíduos, produzindo

violências simbólicas constantes, elas contribuem na naturalização de vulnerabilidades.

Este capítulo propõe realizar o resgate histórico do conflito buscando os elementos que formatam o conflito ambiental e o desastre-crime em Maceió para entender como as naturalizações do tipo citado acima podem ser tão recorrentes. Essa tarefa é amparada no desenvolvimento teórico dos conflitos e desastres (Acsehrad, 2004; Zhouri, 2018; Valencio, 2014) com ajuda de algumas estratégias metodológicas, como diário de campo (produzido entre julho de 2022 e março de 2024) e de reportagens de jornais impressos (Jornal de Alagoas, Gazeta de Alagoas, Jornal de Hoje, O diário) descritos na seção anterior.

Levando em conta o aspecto da historicidade, apresentaremos o que chamamos de cenas do conflito, neste capítulo estão presentes as cenas 1 e 2 que delineiam os primeiros anos da indústria em Alagoas, trazendo alguns atores-chaves para compreender as singularidades do conflito, que não nasce em 2018, mas sim nos primeiros anos após sua implantação. Desta forma serão vistas, as articulações políticas locais, o jogo de cena na mídia, e a relação capitalista da natureza socializada, ou seja, a maneira como o capitalismo molda e estrutura nessa interação com o meio ambiente, transformando a natureza, a partir de sua exploração, em uma mercadoria e perpetuando padrões de exploração e desigualdade. Assim, a construção do desastre será apresentada demonstrando que os desastres ambientais têm raízes profundas, anteriores aos problemas visíveis.

Considera-se a questão colonial um ponto emblemático e fundamental para entendermos os conflitos ambientais na periferia do capitalismo, uma vez que, no caso em tela, estamos tratando de Alagoas, localizada no Nordeste brasileiro, região onde as primeiras ocupações coloniais se desenvolveram no Brasil e onde a cultura da cana-de-açúcar (marca daquele período), ainda tem grande peso na economia, os primeiros traços dessa ligação podem ser vistos desde a implantação e serão elencados aqui.

O objetivo principal deste capítulo é, então, apresentar/revisitar a memória da presença da indústria no Estado de Alagoas, pois se a doxa afeta a forma como lembramos eventos e experiências, as opiniões e crenças acabam moldando nossa memória. Criar um ponto de acesso que possibilite identificar as práticas e desastres já provocados pela indústria é a contribuição que se pretende deixar documentada para a construção de um outro entendimento e visão da realidade, evitando as distorções perpetradas pelo poder que ela exerce no território alagoano. Nesse sentido, cabe lembrar que trabalhos acadêmicos sobre a presença da Salgema/Trikem/Braskem antes do desastre provocado pela mineração no Estado de Alagoas

são poucos, assim como os documentos da burocracia para a implantação da mineração e posteriormente da indústria.

1.1 - Cena 1 - Problema produzido: o desastre não começa quando o solo vai abaixo

Para introduzir o tema dos desastres ambientais brasileiros pode-se começar por enfatizar o traço que perpassa a todos: a condição de vulnerabilidade social dos atingidos e das áreas ambientalmente sensíveis (mangues e beira de área de Proteção Ambiental - APA, por exemplo), como o vazamento de bauxita pela mineradora norueguesa, Hydro Alunorte ocorrido em fevereiro de 2018 em Barcarena no Pará, revelada aos moradores pela cor da água dos rios da região. O Instituto Evandro Chagas constatou a contaminação e a existência de um duto clandestino que jogava resíduos da mineração nos cursos d'água⁷, mais um, entre tantos outros casos de contaminação dos rios da região. Um desastre ambiental revelado não pela tecnologia, ou por critérios técnicos de fiscalização, mas sim pela natureza e pelas pessoas que com ela se relacionam, tornando evidente a destruição pela coloração da água.

Da mesma época e explorando o mesmo mineral que a Salgema/Trikem/Braskem em Alagoas, é a Dow Química na Bahia, que não por acaso também sofre desde 2018 com o aparecimento de uma cratera⁸, que a cada ano aumenta e assusta os moradores da comunidade. A sede da mineração naquele território está localizada na Ilha Matarandiba, no município de Vera Cruz, uma comunidade que convive com a forte presença da empresa desde os anos de 1970.

A pesquisadora Thaís Vieira (2013, p.4) descreveu o território alguns anos antes do aparecimento da cratera, revelando que a Dow Química “é proprietária majoritária de Matarandiba, sendo que 97% do território da ilha pertence à Dow e 3% aos moradores da vila...”. Esse caso é pouco conhecido e guarda outras semelhanças com o caso alagoano: a implantação de uma indústria numa região ambientalmente sensível; o controle da região com portão no acesso à ilha pela via terrestre, assim como passou a existir em Bebedouro e no Bom

⁷ Reportagem disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/17/barcarena-ha-um-ano-mais-uma-tragedia-marcava-a-mineracao-no-brasil> Acesso em 09 de fev. de 2024.

⁸ A cratera é chamada pelos geólogos de “sinkhole”, decorrente do afundamento da superfície, em Matarandiba, que é ocasionado pela mineração. Ela está localizada numa área de mata, a 200km da unidade de mineração e a 1km de distância da comunidade.

Parto; as “benfeitorias” à comunidade e o perfil da população atingida⁹.

Além da vulnerabilidade e pouca visibilidade, há outros pontos em comum entre esses casos e a mineração de sal-gema em Maceió: estão localizados em regiões periféricas do país e do mundo, ocorrem pela lógica de rapina colonial, são fruto da implantação de grandes projetos durante a ditadura militar que pretendia “desenvolver” as regiões Norte e Nordeste, contam com a omissão dos órgãos de controle e fiscalização, e não provocaram mortes diretas, como nos casos dos desastres da Samarco em Mariana e da Vale em Brumadinho. Todas essas nuances demonstram a complexidade que um conflito dessa natureza demonstra, a reconstituição dos acontecimentos, trilha apontada por Acselrad (2004) nos leva então a traçar um paralelo com as práticas coloniais, um traço importante do Estado de Alagoas, onde a antiga Salgema, hoje Braskem foi instalada.

Apesar dos desastres desse tipo serem cada vez mais comuns na contemporaneidade, eles são frutos do tipo de modernidade produzida na periferia do capitalismo, uma vez que as transformações da sociedade não aconteceram no mesmo ritmo ao redor do mundo. A modernidade segundo Giddens (1991) é marcada por um processo de avanços e descontinuidades, mudanças que emergiram na Europa, no século XVII por exemplo, só ganharam algum fôlego no Brasil a partir do século XIX.

A estrutura essencialmente rural, a utilização de mão de obra escravizada, os baixos índices de industrialização compõem o cenário brasileiro. Não se pode perder de vista que esses elementos fazem parte da divisão internacional do trabalho, sobre ela Galeano ressalta as assimetrias existentes sublinhando que neste jogo uns “se especializam em ganhar e outros em perder” (Galeano, 2021, p.17).

As usinas de açúcar são os primeiros traços da industrialização de Alagoas, originárias dos engenhos do período colonial, foram e ainda são a grande marca do estado. Manuel Diegues Júnior, em seu livro *O Banguê nas Alagoas*, lembra que excetuando Penedo e em parte Atalaia, “os demais núcleos populacionais se deram em derredor dos engenhos de fabricar açúcar” (Diegues Júnior, 2006, p.25), toda história contada de Alagoas traz o peso do cultivo da cana.

Gonçalves (2009) em sua dissertação, frisa que a abundância de águas contribuiu na montagem da economia local, as lagoas tinham função estratégica de expansão das terras

⁹ O município de Vera Cruz, o qual a vila pertence, segundo o Censo 2022, conta com 90% da população de pessoas negras (somados pretos e pardos). Segundo o relatório da CPRM/SGB elaborado em 2018, a comunidade possui mais ou menos mil habitantes. Disponível em: https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/20607/1/relatorio_matarandiba_07_nov_18_final.pdf. Acesso em 10 de mar de 2024.

cultiváveis, logo, com potenciais de povoamento além de escoamento da produção. Esta relação entre produto e as condições objetivas para sua produção foram colocadas por Marx:

Num sentido mais amplo, o processo de trabalho inclui entre seus meios, além das coisas que medeiam o efeito do trabalho sobre seu objeto e, assim, servem de um modo ou de outro como condutores da atividade, também todas as condições objetivas que, em geral, são necessárias à realização do processo. Tais condições não entram diretamente no processo, mas sem elas ele não pode se realizar, ou o pode apenas de modo incompleto. (Marx, 2013, p.189- 190)

Assim como a relação estabelecida entre a exploração do solo e a industrialização da cana-de-açúcar, a industrialização do sal-gema está intimamente ligada ao tamanho da jazida, e às outras condições arquitetadas para o intento desenvolvimentista dar certo, embora esses aspectos não estejam diretamente envolvidos na execução das tarefas do trabalho, eles são indispensáveis para que o processo ocorra de maneira a atender ao projeto lucrativo, a ausência ou inadequação pode comprometer ou até mesmo impossibilitar a realização completa do trabalho.

Direcionando o olhar para a década de 1970, não custa ressaltar: foram as águas, ou a proximidade com o Porto de Maceió a justificativa para a implantação da indústria química no Pontal da Barra (Vieira, 1997), ela cumpria o padrão de desenvolvimento adotado nos países subdesenvolvidos naquele período, ou seja, contava com incentivo do estado e com apoio do capital internacional para implantação de multinacionais nas periferias do globo. Segundo Bresser-Pereira (1978, p.23), as multinacionais: “tendem a estabelecer as bases de um tipo de desenvolvimento, ou mais especificamente de subdesenvolvimento, desigual e marginalizado, beneficiando apenas uma minoria de tecnoburocratas e capitalistas nos países periféricos”, configurando, assim, um novo imperialismo (Bresser-Pereira, 1978)

A cana-de-açúcar sempre ocupou um lugar de protagonismo na economia de Alagoas, por algum tempo, nem mesmo a descoberta de sal-gema em abundância, na década de 1940 tirou esse protagonismo, uma vez que a exploração do mineral só virou realidade na década de 1970.

1.1.1 - Da descoberta à exploração

O grande bloco de sal-gema em Maceió, com 3 bilhões de toneladas¹⁰, foi descoberto pelo Serviço de Pesquisas de Petróleo do Conselho Nacional de Petróleo, comandado pelo

¹⁰ Informação disponível em Lustosa (1997, p.9).

general Horta Barbosa, na região do Mutange, fato noticiado no Jornal a Noite do Rio de Janeiro, do dia 08 de março de 1941¹¹.

Divaldo Suruagy (1992) conta que Euvaldo Luz, empresário baiano, que havia ganhado a concorrência para fazer a manutenção das sondas¹² de perfuração de petróleo:

...fiscalizando os trabalhos das oficinas, verificou que algumas brocas guardavam resíduos de uma substância desconhecida. Mandou fazer as análises e constatou tratar-se de sal-gema...viaja ao Rio de Janeiro, para requerer o direito de lavra junto ao Departamento Nacional de Pesquisa Mineral. Qual não é sua surpresa em saber que a Union Carbide, poderosa multinacional, pertencente ao cartel mundial de cloro-soda, já o havia requerido. Pertinaz, espera pacientemente, durante vinte anos, e, em sigilo, solicita, no primeiro dia após o vencimento do prazo, novo direito de lavra (Suruagy, 1992, p.20)

A liberação do governo para pesquisa da área foi concedida anos depois, pelo decreto nº 59.356, de 4 de outubro de 1966. Suruagy retoma ainda um ponto muito importante: Euvaldo procurou o presidente da Companhia de Desenvolvimento de Alagoas, professor Afrânio Lages, para divulgar a notícia da liberação para pesquisa e pedir apoio, o retorno foi imediato, inclusive, na sensibilização dos irmãos Brito para a venda de terrenos na região do Pontal da Barra a fim de completar a área que faltava para construção da fábrica. “Euvaldo Luz, sigilosamente, havia comprado vários lotes a preços irrisórios”. (Suruagy, 1992, p.21, p.21). Mais tarde, outro decreto autoriza a lavra: o de nº 65.175, de 17 de setembro de 1969, alterado duas vezes¹³.

O sal é produto indispensável à vida humana, tanto que antigas civilizações enxergavam seu valor desde tempos imemoriais, como pontua Melo et al. (2008 p. 552-561)

Evidências arqueológicas indicam que o sal era extraído de ocorrências salinas a céu aberto, próximas do Mar Morto, antes da Idade de Bronze. Os sumérios, 3.500 a.C., já salgavam carne e preservavam alimentos. Aproximadamente, 1.000 a.C., os troianos aprenderam a usar o sal para preservar o pescado. As civilizações marítimas, tal como os fenícios, faziam um intenso comércio com sal, através do Mediterrâneo. Os chineses já produziam sal, 3.000 a.C. e 2.000 a.C., o imperador Yu instituiu um tributo a ser pago com sal, sendo deste modo supridas as necessidades da corte. Os primeiros registros da utilização deste método de lavra foram encontrados na China por volta de 250 a.C., onde poços foram perfurados em depósitos profundos de sal.

¹¹ Disponível em: <https://historiasdosubsolo.org/documentos#2-2>. Acesso em março de 2023

¹² Segundo o Glossário da Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU, a sondagem é uma “perfuração com inúmeras finalidades, destacando-se: 1) pesquisa geológica (poço stratigráfico); 2) prospecção de jazidas minerais (amostragem); 3) extração de água, salmoura, petróleo ou gás; 4) inspeção da profundidade da rocha firme e das características do solo subjacente; 5) colocação de cargas explosivas na prospecção geofísica (métodos sísmicos); 6) detonação de uma frente de mineração a céu aberto etc.”

¹³ A primeira alteração, no decreto nº 66.718, de 15 de junho de 1970 e a última no decreto nº 69.037, de 9 de agosto de 1971, com mudanças relativas ao tamanho da área liberada, indo de 1721,18 ha, para 1928,32 ha e em seguida para 1.922.12 ha, respectivamente.

Para injeção e produção da salmoura eram utilizados tubos de bambu. (Melo et al. 2008 p. 552-561)

A exploração econômica do sal-gema é possível desde o final do século XIX, como descreve os mesmos autores.

Desde a invenção do processo de eletrólise, no final do século 19, o sal tornou-se essencial à indústria química, a qual é a maior consumidora de sal, principalmente, na indústria de cloro e soda. Estes dois elementos químicos são essenciais em muitos processos de geração de produtos de consumo, tais como: (i) cloreto de polivinila (PVC), um termoplástico que utiliza cloro e eteno; (ii) a soda cáustica na obtenção de polpa de celulose e no beneficiamento da bauxita para obtenção da alumina (processo Bayer). (Melo et al. 2008 p. 579)

O mineral halita ou sal-gema está localizado entre 900 e 1200 metros da superfície, em Alagoas ele é resultado de processos geológicos muito antigos¹⁴ que formaram a bacia sedimentar Sergipe-Alagoas. O processo de lavra é conhecido como lavra por dissolução (possível quando a rocha evaporítica¹⁵ é solúvel em água) ele é feito a partir da perfuração de um poço (Figura 02), em seguida colocado um revestimento de aço carbono, esse espaço é ocupado, tanto pelo tubo onde é injetada a água para dissolução (tubo de injeção) quanto pelos tubos por onde a salmoura é captada (tubo de produção). (Florêncio, 2001; Melo et al., 2008).

Como é possível ver na figura abaixo para a dissolução ser possível, é preciso que haja aplicação de água sob pressão, e no caso da Braskem, a água vem de poços que até 2018, não tinham outorga¹⁶, segundo declaração fornecida à CPI da Braskem.

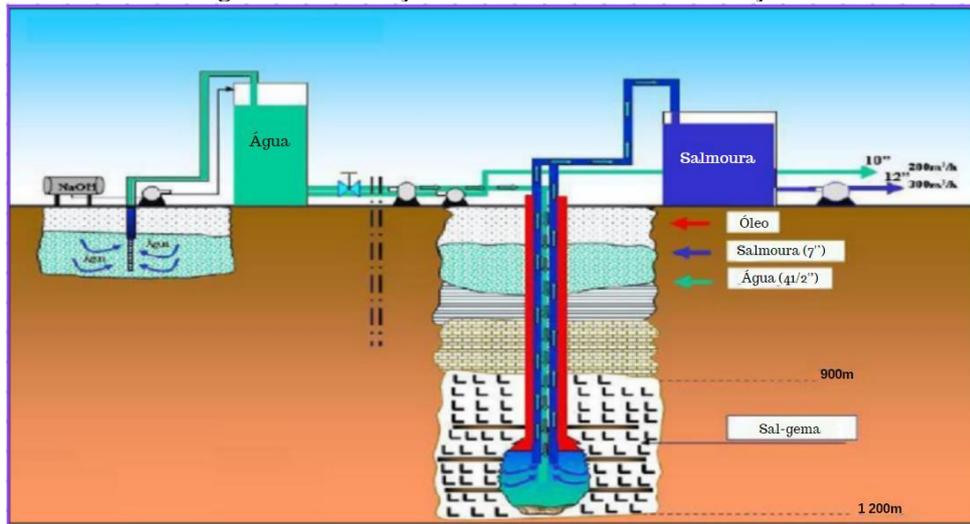
¹⁴ “Os depósitos salinos são encontrados em todos os períodos geológicos, desde o Cambriano até o Terciário, havendo evidências que indicam também os depósitos no Pré Cambriano.” (Melo et al., 2008, p.559)

Segundo Florêncio (2001, p.01) “A deposição destas camadas ocorreu no Cretáceo inferior, durante a fase transicional, de condições continentais para marinhas, onde são registrados espessos pacotes de sais solúveis.”

¹⁵ Segundo Silva et al. (2000, p. 337-349) “Evaporitos são rochas sedimentares comumente formadas em ambientes de sedimentação de baixo aporte de terrígenos, submetidos a clima seco onde as taxas de evaporação das águas são elevadas permitindo a formação de uma salmoura a partir da qual minerais evaporíticos se formam...”

¹⁶ A outorga é fornecida pelo órgão ambiental, neste caso o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA/AL

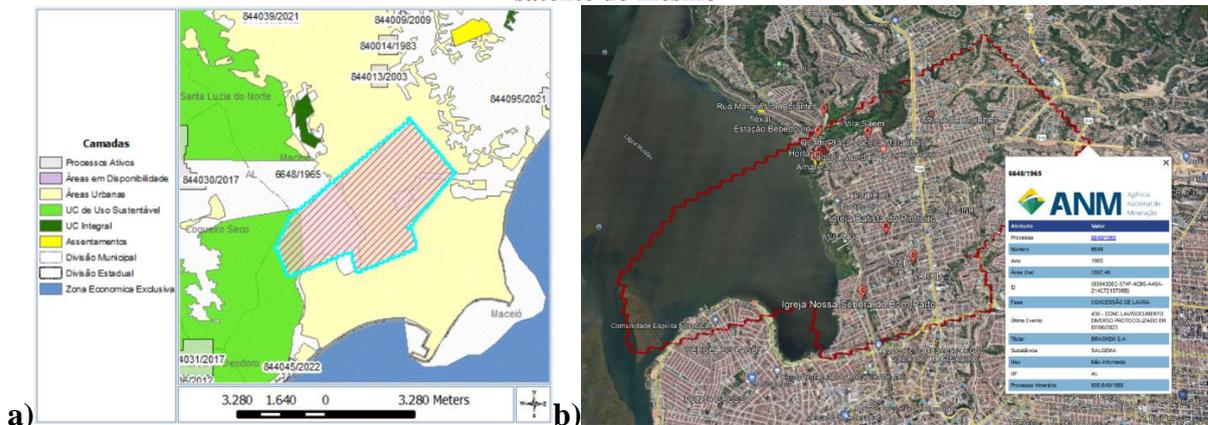
Figura 02: Ilustração de como funciona a mineração



Fonte: Bastos (2011, p.22, apud Diodato, 2017, p.84)

O processo, na Agência Nacional de Mineração - ANM, referente a esta exploração, é anterior aos decretos, data de 1965, como consta em seu número: 006.648/1965, onde o tamanho da área liberada é de 1.897,46 ha, ou 18,9746 km² como observado no arquivo do tipo .kml, disponibilizado pela mesma agência (Figura 03 a b), e no documento apresentado também por ela, em razão da “Audiência em comissão externa da câmara dos deputados sobre os eventos geológicos dos bairros em Maceió - AL”, em 19 de novembro de 2019.

Figura 03 a e b: Representação do polígono de concessão de lavra de sal-gema em Maceió-AL e imagem de satélite do mesmo



Fonte: ANM (2023).

As maiores concentrações deste mineral em Alagoas estão localizadas, em Maceió, especificamente em Bebedouro, às margens da Lagoa Mundaú e na área que se estende do Aeroporto de Palmares até a Praia da Barra de Santo Antônio, abrangendo uma superfície de aproximadamente 1.000 km². (Barros, 2005, p. 24)

A exploração mineral surgia como uma possibilidade de diversificação econômica para o estado, questão de difícil enfrentamento para o Brasil de uma forma geral, que sempre atuou em torno de ciclos de exploração da natureza: pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro, algodão, café e borracha, a história não mudou muito. Segundo Celso Furtado (2006), a consolidação do desenvolvimento brasileiro tem dificuldades desde aquele período, quando a colônia cumpriu o papel primeiro de “empresa espoliativa e extrativa” e depois de “parte integrante da economia reprodutiva europeia”, pois os produzia para atender o mercado europeu (Furtado, 2006, p. 29), o mercado interno não estava consolidado e as negociações comerciais eram feitas obrigatoriamente apenas com Portugal.

O conceito de colonialidade trazido por Quijano (2005) ajuda a aprofundar essa análise, uma vez que, o autor pensa na modernidade como inteiramente dependente da exploração colonial. Avançando nesse campo, Assis (2014) explícita a existência de uma colonialidade na apropriação da natureza indicando-a como:

O resultado da construção no interior da modernidade de formas econômico-instrumentais de se pensar e explorar o meio ambiente, quanto como expressão de processos concretos de expropriação territorial que sustentam a lógica prevaiente da acumulação capitalista e mantém em funcionamento o sistema-mundo colonial moderno.” (Assis, 2014 p. 615)

É por ela, como disse o mesmo autor, que a velha exploração territorial passa a ocorrer de formas mais avassaladoras. A relação estabelecida entre centro e periferia perdura por isso, ocorrendo internamente também, o fato de o Brasil ter no comando a elite agrícola escravista ajuda a explicar essa relação e a industrialização tardia brasileira. Furtado pondera que “a monocultura impossibilita alcançar formas superiores de organização da produção.” (Furtado, 2016, p. 333). Por outro lado, Francisco de Oliveira (2003), sobre a interpretação do subdesenvolvimento como coisa singular, atrelada à dualidade atrasado x moderno, assinala que de singular ela não tem nada, pois acontece em todos os períodos e lugares, essencialmente porque faz parte de uma “simbiose e organicidade” que permite fazer crescer o moderno pela existência do “atrasado”, “O "subdesenvolvimento" é precisamente uma "produção" da expansão do capitalismo.” (Oliveira, 2003, p.22)

Em Alagoas o estímulo à diversificação industrial começou em 1960, este foi um período de estruturação, com a elaboração do 1º plano diretor ainda no governo de Muniz Falcão, com ele veio a criação de um aparato para organização da administração pública que prometia dar condições para o sonhado desenvolvimento, como o Banco da Produção -

PRODUBAN, da Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL; Companhia de Eletricidade de Alagoas - CEAL; Companhia de Desenvolvimento de Alagoas - CODEAL; Empresa de Pesquisa e Extensão - EPEAL, entre outros. (FIEA, 2018).

Pouco depois da liberação para pesquisa da área o empresário Euvaldo Luz, que inicialmente era o principal acionista da recém-criada Salgema Indústrias Químicas Ltda, uniu-se com a UNION CARBIDE em 1966, mas a sociedade durou pouco, em 1971 quem passa a ocupar este lugar é a DU PONT, junto com o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDE. Durante esse período, a distribuição acionária da empresa era composta por Euvaldo Luz, detendo 45% das ações, o BNDE com 10% e a Dupont possuindo os outros 45%. Com o objetivo de estatizar a empresa, o governo, por meio do BNDE, decidiu aumentar o capital de 70 para 140 milhões de dólares. No entanto, o Grupo Euvaldo Luz não tinha recursos para acompanhar os investimentos e optou por se retirar, vendendo suas participações para o próprio BNDE. Posteriormente, em junho de 1975, essas ações foram transferidas para a Petroquisa, passando a dividir o controle estatal da Salgema Indústrias Químicas S/A com a Du Pont¹⁷. (História de Alagoas, 2015).

A primeira sonda para a industrialização do sal-gema chegou em Alagoas em 1970, o início das atividades de perfuração estava programado para 31 de março daquele ano, como mostra a reportagem do Jornal de Alagoas de 19 de março (figura 04), ela aponta ainda o local do primeiro poço em terreno vizinho à Casa de Saúde do Dr. José Lopes em Bebedouro.

¹⁷ Importante frisar o elo forte entre o capital internacional representado pelas empresas Union Carbide e Du Pont, no início da atuação da antiga Salgema. Em todos os lugares por onde essas empresas passaram grandes desastres-crimes aconteceram, o mais conhecido da Union Carbide foi o ocorrido em Bhopal na Índia, quando uma nuvem tóxica de isocianato de metila, usado como inseticida matou várias pessoas em poucos minutos, já a Du Pont deixou sua marca no sangue de muitos norte-americanos, pela contaminação de rios com o ácido perfluorooctanoico (PFOA), mais conhecido como teflon, mas não só ele, outros componentes químicos produzidos/manuseados na fábrica, contaminam a região causando câncer nos trabalhadores e moradores. “Ao longo dos 123 anos em que permaneceu no local, a DuPont liberou aproximadamente 50 mil toneladas de resíduos perigosos no solo, no ar e na água, de acordo com uma análise ambiental concluída em 2016.” (disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/07/14/museu-desastres-quimicos-dupont/>, acesso em 22 de fev. de 2024). A ação criminosa não difere muito do que acontece em Maceió, pois a Du Pont sabia desde 1993, que o PFOA causava tumores testiculares, pancreáticos e hepáticos cancerosos em animais de laboratório, todo o esquema foi descoberto pelo advogado, Rob Billot, que evidenciou à justiça americana. Este caso foi retratado no filme O preço da Verdade - Dark Waters, dirigido por Todd Haynes.

Figura 04: Matéria do Jornal de Alagoas sobre a chegada de sonda para a extração de sal-gema.



Fonte: Jornal de Alagoas, março de 1970, Arquivo público de Alagoas.

Em paralelo às mudanças pelas quais o país passava, com o período ditatorial, ocorre a Conferência de Estocolmo, (primeira conferência mundial para debater impactos ambientais, realizada em 1972) onde o Brasil fazia coro com outros países periféricos no sentido de afirmar que o remédio para as desigualdades mundiais deveria partir da iniciativa de países desenvolvidos, implantando suas empresas nas regiões subdesenvolvidas do mundo, de maneira que os pactos ambientais devessem ser assumidos apenas pelos países já industrializados, a preocupação com a economia em detrimento do meio ambiente estava mais do que colocada.

O discurso do Ministro, chefe da delegação do Brasil na conferência, General Costa Cavalcanti nos ajuda a entender a lógica que propiciou projetos como o da industrialização do sal-gema em Alagoas:

Primeiro: as decisões e recomendações de ação deveriam levar em conta o estágio relativamente incompleto de conhecimentos das condições ambientais, bem como as necessidades de desenvolvimento de cada país... para a maioria da população mundial, a melhoria de condições é muito mais questão de mitigar a pobreza, dispor de mais alimentos, melhores vestimentas, habitação, assistência médica, emprego, do que de ver reduzida à poluição atmosférica.

Segundo: foi precisamente o crescimento econômico que permitiu aos países desenvolvidos apresentar grande progresso na eliminação da pobreza em massa, da ignorância e da doença, dando assim alta prioridade às considerações do meio-ambiente. A humanidade tem necessidades legítimas, tanto materiais quanto de ordem estética e espiritual. Um país que não alcançou o nível satisfatório mínimo no prover o essencial não está em condições de desviar recursos consideráveis para a proteção do meio-ambiente.

Terceiro: a deterioração ambiental vai muito além da poluição industrial. Há outras formas de degradação, tanto em zonas urbanas como em zonas rurais, que constituem a poluição da pobreza ou do subdesenvolvimento ... Seria de fato impossível corrigir tais deteriorações ambientais sem desenvolvimento, uma vez que os recursos necessários para combatê-las não podem ser obtidos em baixos níveis de renda.

Quarto: devemos confiar em que as soluções virão no tempo necessário a evitar perigos em um futuro demasiado distante. Uma atitude sensata e objetiva nos impedirá de crer seriamente em ameaças à humanidade, apresentadas de forma exagerada e emocional. (Relatório da Delegação Brasileira à Conferência Das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente - Anexo C, Brasília, 1972, p.12 e 13)

Na perspectiva adotada, o problema do desenvolvimento seria a concentração dele nos países ricos, que impediria países periféricos de atingir patamares sociais parecidos com os do centro do capitalismo. No discurso, a degradação ambiental também está ligada à pobreza e ao subdesenvolvimento. Trata-se de uma fala para diminuir os danos da mineração em detrimento de seus ganhos e o problema dos perigos futuros não poderiam ser remediados de “forma exagerada e emocional”.

O primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, instituído em 1972 já visava a trilha para uma economia de mercado, o mundo desenvolvido era o farol que apontava que as atividades industriais eram a saída para o atraso brasileiro, o documento fala timidamente de uma preocupação ambiental enquanto entrave a esse crescimento econômico, vinculado à construção de grandes projetos de infraestrutura e ao desenvolvimento tecnológico moderno. Os padrões de modernidade ou desenvolvimento estiveram sempre atrelados ao padrão europeu e americano. Quijano observa que “Nesse sentido, a modernidade foi também colonial desde seu ponto de partida.” (Quijano, 2005 p. 125), desencadeando um processo que ele denomina como colonialidade de poder, que se reproduz ao longo dos tempos e desconsidera todo e qualquer desenvolvimento que parta de outras bases que não a da dependência e da padronização, inclusive cultural.

Rosa Luxemburgo (2021, p. 453) já havia colocado sobre a necessidade de acumulação, intrínseca ao capitalismo, que tem como método o modelo colonial, e além dele, os “empréstimos internacionais, a política de interesses privados e a guerra”, constituindo um cenário pautado na “violência, trapaça, opressão e rapina”, onde a liberdade não tem assento.

Quijano (2005) que em seus estudos sobre a América Latina e Caribe, destaca como impossível dissociar os efeitos da colonização vividos nessas regiões, da falta de liberdade ou independência vivida por elas, pois essa colonização acabou por rearticular-se em outras bases, não havendo, portanto, um processo efetivo de descolonização. É neste cenário que se desenvolve o projeto de implantação da indústria química em Alagoas. Observa-se nesse contexto a apropriação colonial atualizada, onde indústrias e empresários são apresentados como entusiastas de um mundo de desenvolvimento e progresso, o que justificou o apoio do Estado com aportes financeiros em todas as fases, da pesquisa à industrialização.

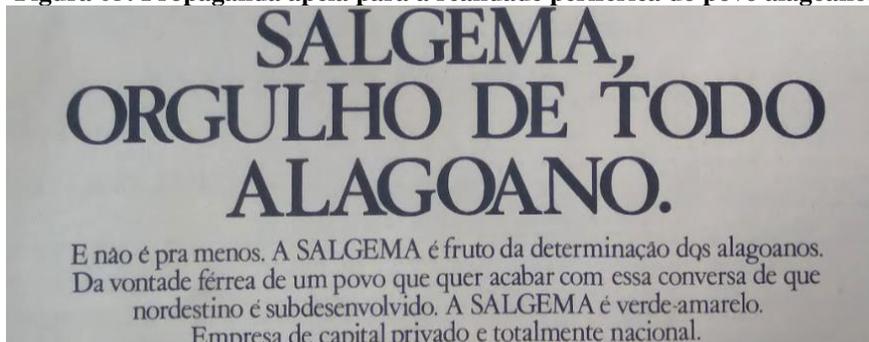
A proximidade com a Laguna Mundaú e suas margens pobres e racializadas também justificam a implantação, permanência e sobretudo, falta de compromisso com o ambiente de exploração mineral em escala industrial, esses serão os pontos explorados daqui em diante. Para alguns autores, a abundância de recursos naturais é um ponto que explica o subdesenvolvimento ou a dependência econômica do sul global. Segundo Gallup e Sachs (1998), há um crescimento lento em países tropicais, onde a questão geográfica pesaria em desfavor de países muito distantes dos principais centros. Gavin e Hausmann (1998, p. 4) encontraram evidências de que: “as exportações de produtos de base não combustíveis, e especialmente metais e minerais, estão fortemente associadas negativamente ao crescimento econômico.”¹⁸ (tradução nossa).

Pautada por essas análises, a cartilha do Banco Interamericano - BID, indica uma solução para o tal determinismo geográfico, que seria, como resumido por Gudynas (2009), focar no mercado e nas reformas neoliberais. Acosta (2016) detalha essa ideia:

Para tanto, se poderia recorrer às políticas econômicas de inspiração ortodoxa e conservadora, a uma crescente participação da sociedade civil como observadora dos projetos extrativistas e a um maior investimento social em áreas de extrativismo para diminuir a ocorrência de protestos sociais, ao mesmo tempo que devem se tornar transparentes as receitas obtidas por empresas extrativistas, governos regionais e governo central. Os destroços ambientais são assumidos, assim, como custos inevitáveis para se alcançar o desenvolvimento. (Acosta, 2016, p.48 e 49)

Analisando o caso Salgema/Braskem em Alagoas, por esse prisma, observa-se que parte desta cartilha foi seguida. Primeiro, no que diz respeito à política econômica conservadora, uma vez que o modelo fordista era o praticado durante os primeiros anos da indústria; segundo, pela ampliação da visibilidade do projeto, com os PNDs, que forçaram o olhar para o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste, o trabalho focado no convencimento e adesão da população dessas regiões pode ser visto nesse trecho da propaganda da Salgema (figura 05).

Figura 05: Propaganda apela para a realidade periférica do povo alagoano.



Fonte: Gazeta de Alagoas, junho de 1982, Biblioteca Pública Estadual.

¹⁸Na versão original: “However, we do find that exports of nonfuel commodity exports, and especially metals and minerals, are strongly negatively associated with economic growth.”. Gavin e Hausmann (1998, p. 4)

Alagoas seguiu a tal cartilha até certo ponto, pois o tópico que trata sobre o investimento social nas áreas mineradas como uma forma de diminuir protestos não ocorreu. Relacionamos esse fato a um provável mapeamento prévio que viabilizou a conformação de zonas de sacrifício, ou seja, a partir de um diagnóstico sobre a região minerada, onde foi possível saber que aquela comunidade não apresentaria resistência nem questionamentos.

Nesse sentido pode-se dizer que a implantação das indústrias transnacionais na Ásia e América Latina, está baseada numa “necroeconomia de fronteira” (Aráoz, 2020, p. 457) aquela baseada na morte de territórios, um recurso da racionalidade capitalista para a maximização dos lucros. A fragilidade da população em inúmeros aspectos, como dificuldade no acesso à saúde, saneamento básico, educação, recursos básicos à manutenção e reprodução da vida, baixa autoestima (condição comum aos que vivenciam as violações pautadas no racismo), são tanto a expressão da violação de um corpo não cuidado como lembrou Sueli Carneiro (2005), largado à própria sorte, como também o que propiciou uma exploração do território em sua máxima potência.

1.1.2 - A implantação da indústria ou “quem compra terra não erra”

Os padrões industriais perseguidos pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento - PNDs da ditadura empresarial-militar¹⁹ seguiam a cartilha da colonização. Na época, tanto a Amazônia quanto o Nordeste faziam parte do “projeto de integração nacional”. Essas regiões eram consideradas áreas a serem exploradas, povoadas e industrializadas. A expansão industrial foi destacada no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) como uma aposta significativa para criar um modelo brasileiro de capitalismo industrial. Isso indicava que tanto a indústria quanto a exploração mineral, devido à necessidade de investimento e tecnologia, poderiam contar com o apoio de empresas estrangeiras. A indústria química era frequentemente citada como exemplo desse processo.

O II PND (1974 -1979), coincidiu com o início da extração de sal-gema. O documento contém um trecho que reafirma a posição adotada durante a Conferência de Estocolmo em 1972: “Não é válida qualquer colocação que limite o acesso dos países subdesenvolvidos ao estágio de sociedade industrializada, sob pretexto de conter o avanço da poluição

¹⁹ Comparato (2014, p. 2), conceitua como: “...regime político que se instalou no país após o Golpe de 1964 fundou-se na aliança das Forças Armadas com os latifundiários e os grandes empresários, nacionais e estrangeiros”

mundialmente.” (II PND, 1975 p. 92). Da mesma época também é a criação, em âmbito local, da Coordenação de Meio Ambiente (1975) e do Conselho Estadual de Proteção Ambiental, bem como o estabelecimento das Diretrizes de Proteção Ambiental em 1978 e 1979. No entanto, essas ações, que aparentam ser o início efetivo das preocupações ambientais, são, na verdade, o que Guimarães (1992) denomina de “conservadorismo dinâmico”. Esse termo se refere à criação de uma estrutura institucional que incorpora as questões ambientais para controlá-las, mantendo-as isoladas dentro da burocracia.

Esse conservadorismo dinâmico está explícito no referido Plano, quando num mesmo documento aponta questões como: “Disciplinar a ampliação de estabelecimentos industriais atualmente localizados em áreas críticas e intermediárias, de forma que sua expansão não aumente a intensidade de sua ação poluidora e incentivar a transferência, para fora da cidade, de fábricas mais poluidoras já em funcionamento.” (II PND, 1974, p. 94), mas também prevê a estruturação do polo cloroquímico do Nordeste, onde Alagoas e Sergipe abasteceriam Camaçari na Bahia, uma vez que, na Bahia, o polo já estava estruturado.

As pretensões de Alagoas eram maiores, e é em razão disso que a Planta do Pontal é ampliada e em seguida o distrito industrial, mais conhecido como Pólo Cloroquímico de Marechal Deodoro é construído alguns anos depois. Toda a ânsia em estabelecer Alagoas como grande produtor de cloro-soda levou o Governo Divaldo Suruagy à desconsideração de posicionamentos técnicos da área ambiental solicitados por ele mesmo.

Os ajustes para enquadrar as ampliações da planta do Pontal ao II PND foram feitos com a inclusão do anexo que “trata” do zoneamento da área industrial do Pontal da Barra - Lei n. 2.485, na alteração do Plano Diretor, realizada pela Prefeitura de Maceió e Câmara de vereadores ocorrida em 1978, Fragoso (2022) recupera o documento e observa que os dados que deveriam compor a tabela, com o detalhamento a tal zona industrial trazia a inscrição que dizia que deveria ser preenchido: “A critério do órgão competente (Planejamento do Distrito Industrial Cloro Químico.)” ou seja, tratava-se apenas de um ajuste para garantir a formalidade das exigências do Plano de Desenvolvimento.

Durante o período do III PND (1980 - 1985), o Presidente da República, General João Figueiredo, cria por meio de decreto²⁰, o Pólo Cloroquímico de Alagoas - PCA, em 1981 e em 1985 o então governador (Divaldo Suruagy), assina²¹ a delimitação de sua área. Mesmo com Camaçari já avançando nesse sentido. Fragoso (2022) destaca que, o estado contraiu dívidas

²⁰ Criado pelo Decreto Federal n° 87.103, de 19 de abril de 1982.

²¹ A partir do decreto n° 6.608 de, de 08 de outubro de 1985.

para viabilizar a infraestrutura necessária e atrair empresas para o novo polo, Lustosa (1997) pontua que além da Salgema, integravam o PCA, a ALCLOR, a CPC e a CINAL²². Cavalcante (2020) ressalta esse papel da ditadura no cenário de controle e poder que a empresa exercia, como por exemplo a presença de um coronel do exército como chefe da segurança da empresa, como trouxe o relato de Tácito Yuri ao jornalista Joaldo Cavalcante (2020, p. 62):

“Era tempo difícil, todo tipo de iniciativa sofria reprimenda. Também havia tentativa de cooptação. Para se ter ideia, o chefe da segurança da Salgema era um coronel do Exército. Nós entendíamos como uma espécie de mensagem de que a planta industrial se tratava de área de segurança nacional.”

E de fato era isso, em conversa com um ex-funcionário com mais de 30 anos de serviços prestados à empresa, foi relatado que além do chefe de segurança ter ligações com o Exército, os vigilantes também tinham. Quando desligados do Exército passavam a compor o quadro de segurança da Salgema. Ele mencionou ainda que os vigilantes trabalhavam armados. Somado a isso, a presença do Peace Corps²³ em Alagoas, para tratar do que eles chamam de proteção aos investimentos privados norte-americanos, como lembrou Azevedo (2007), reforçam a ideia de uma ditadura empresarial-militar, não a serviço do Brasil, mas sobretudo aos interesses estrangeiros, e é essa parceria que possibilita a ocorrência e gestão dos desastres, afinal foram os olhos americanos que ditaram a localização da planta industrial, como será visto mais à frente.

A máxima: quem compra terra não erra, expressa no título desta seção, só faz sentido para a visão empresarial, aos moradores da região onde ocorre a mineração e depois aos vizinhos da planta industrial no Pontal, coube/cabe apenas o sentimento de tristeza, revolta, a sensação de estar no lugar errado na hora errada e sobretudo a necessidade de adequação/readaptação.

²² “A ALCLOR produzia epícloridrina - necessária para fabricação de resina epóxi, tintas e vernizes... A CPC - Companhia Petroquímica de Alagoas que produz monocloreto de vanila - MVC e o policloreto de vanila - PVC... A CINAL foi criada para dar ao PCA infraestrutura básica, como terraplanagem, asfaltamento das vias internas, iluminação interna, e outros. Posteriormente, tornou-se fornecedora de utilidade para as indústrias do Pólo e a responsável pelo tratamento de efluentes. (Lustosa, 1997, p.18)

²³ Agência americana criada em 1961 por John Kennedy, era prestadora de serviços assistenciais aos países em desenvolvimento, nas palavras do site da agência, como uma: “nova oportunidade para os americanos servirem ao seu país e ao mundo.” <https://www.peacecorps.gov/about/history/>, sua atuação está retratada no documentário *Em nome da América* de Fernando Weller, e também no livro de Cecília Azevedo, que entre outras coisas demonstra a organização como um meio de conter a influência das Ligas camponesas no Nordeste brasileiro, por serem consideradas uma “ameaça comunista” inspiradas na revolução cubana e além disso, entre os objetivos da Peace Corps ou Corpos da Paz na América Latina estavam: “promover o crescimento econômico e assumir uma posição de neutralidade em relação às reformas sociais e proteger os investimentos privados norte-americanos”(Azevedo, 2007 p. 156)

1.1.3 - O Pontal da Barra e os primeiros conflitos

Apesar do conflito atual envolvendo a Braskem e o povo alagoano estar situado nos bairros mais centrais da cidade, não foi lá que eles começaram. O Pontal da Barra é onde ocorre o primeiro foco de conflito e embates políticos que se tem notícia, por isso é importante apresentar a região onde ela foi implantada.

Como recuperado por Maria do Carmo Vieira (1997) o assentamento do Pontal da Barra iniciou na região da prainha a partir de 1792, data do registro histórico de 30 casas naquela localidade, quem trouxe esse dado foi o historiador Moacir Santana, segundo o estudioso, é naquela região onde acontece a primeira luta pelo território e o deslocamento para o lado da lagoa Mundaú, uma vez que a movimentação das marés fazia o mar avançar sobre as construções erguidas pela comunidade.

O crescimento da comunidade esteve ligado à Lagoa Mundaú, Vieira (1997) aponta que a própria ocupação da região demonstra a importância dela, sendo a atividade da pesca a fonte principal de reprodução social, “Os depoimentos levam a crer que nos primeiros tempos a circulação se dava pelas margens da lagoa, e em direção a Marechal Deodoro. A região era muito pobre, o que se comprova pela inexistência de estradas, o que havia eram trilhas/caminhos, além disso, as casas eram voltadas para a lagoa.” (Vieira, 1997, p.46).

O Pontal da Barra, passou por intensa transformação, depois da luta contra a natureza, nos tempos em que as habitações de provavelmente uma única família, estavam à beira-mar, e o avanço dele fazia com que tivessem que mudar as casas de lugar, é preciso lembrar também que mudança da capital para Maceió, impactou a região. Vieira (1997) relata que ela passou a abrigar os camponeses vindos do sertão, e da região do cultivo da cana, onde a mesa farta era vista por temporada, o lugar de abundância de pescado seria então o maior motivo da ampliação do assentamento.

Com a ocupação do território urbano seguindo o fluxo do centro da cidade em direção ao Pontal, o Trapiche da Barra foi um dos bairros contemplados pelo processo de valorização imobiliária, pois contava com hospital, estádio de futebol e estava próximo ao Centro, a instalação da indústria química quebrou esse processo, e não foi à toa, ela se daria numa antiga vila de pescadores e rendeiras, caracterizada por José Geraldo Marques como “estreita linha de terra limitada de um lado pelo oceano Atlântico e do outro por um volumoso canal estuarino-lagunar.” (Marques, 2022, p. 29), área considerada santuário ecológico e cheia de “vantagens locais” (Acsegrad, 2004, p. 23). Figurava em segundo plano, a exploração mineral, numa região que também apresentava vantagens, além do grande bloco de sal que possuía, era uma

região em desvalorização, iniciada por volta dos anos 1950, com saída da elite local para outras áreas com maior infraestrutura urbana e o mais importante, longe da lagoa.

Com a chegada da indústria na década de 1970, o bairro sofreu novas intervenções em sua paisagem e dinâmica, Vieira (1997, p. 93) traz o depoimento de uma moradora que ilustra bem as mudanças pelas quais aquele ambiente passou após a implantação da indústria:

O trabalho do pescador, mesmo o que trabalha a noite, mas ele está em contato com a natureza, é uma coisa assim mais aberta, ele não cansa, acho. Não cansa tanto quanto a pessoa estar dentro de uma fábrica, trancado ali... acho... incuca muito a pessoa... agora, no futuro, com a Salgema, eu não sei não, sabe? Com a Salgema eu tenho medo, acho que todo mundo vai trabalhar, aqueles horários assim, de rodízio, a pessoa tem de ficar a noite todinha ali, é um trabalho diferente.

Depois do período fordista, entre 1945 e 1973, onde as expansões internacionalistas foram intensas, o mundo entrou mais uma vez em mudanças aceleradas, o colapso daquele modelo foi ocorrendo especialmente após 1960 e então, mudanças tecnológicas, automação, fusões, e uma série de ajustes foram feitos para a sobrevivência do sistema (Harvey, 1992, p.140). No Brasil o fordismo tardio predominou por algum tempo e é nesse bojo que nascem indústrias como a Salgema em Alagoas. As transformações no ambiente e na dinâmica social local vão ganhando força com os investimentos estrangeiros e a necessidade criada de flexibilização dos processos de trabalho, onde o trabalhador deveria ser polivalente e a exploração da natureza ganha maior agressividade.

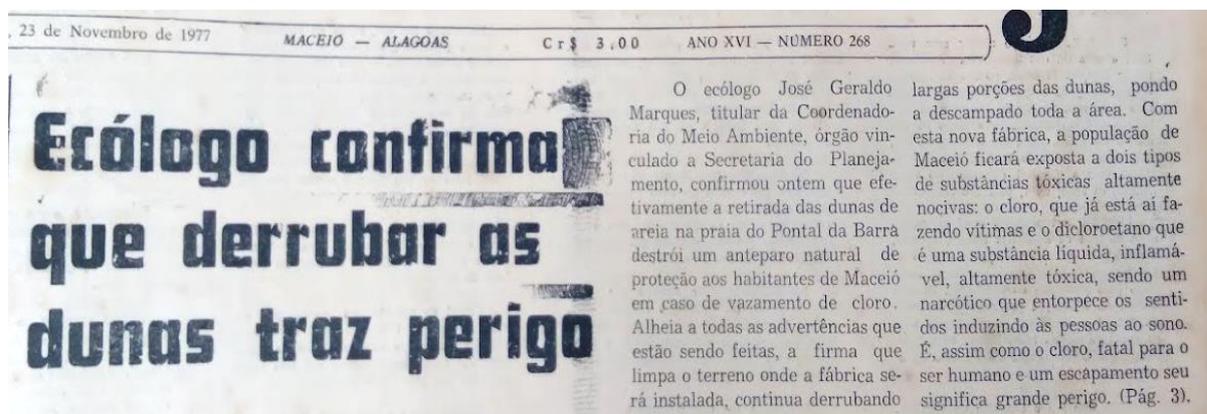
As diferenças entre a atividade desenvolvida pelos pescadores e rendeiras no Pontal da Barra, contrasta com a construção e depois operação industrial, é nesse bojo que a sobreposição de um modelo de desenvolvimento se coloca de forma assimétrica como mobilizador do conflito ambiental na região, pois não considera as diferentes realidades e necessidades das comunidades locais. A assimetria na distribuição dos impactos e benefícios desse modelo propicia os conflitos, tornando-os mais intensos e complexos.

O tratamento dado pelas autoridades à exploração do mineral e implantação da Indústria, como ponto de redenção econômica para o estado, foi muito alardeado e permanece no imaginário de muitas pessoas. Como já observado, Alagoas, entre a década de 1960 e 1970, contava apenas com o predomínio do setor açucareiro/alcooleiro e da indústria têxtil, os estímulos ao industrialismo apresentavam o desafio para a superação de modelos arcaicos, que tinham na cana-de-açúcar seu mais antigo representante, tratava-se de uma “missão urgente”, e que se traduziu em uma busca fictícia para a exploração do ambiente por outros caminhos.

O então candidato ao governo, Divaldo Suruagy fez sua campanha alardeando a intenção de “transformar o estado em um pólo ecológico” (Marques, 2022, p.27), como lembra José Geraldo Marques, que aos 26 anos, mestrando em Ecologia da UFRJ foi convidado para compor a equipe. José Geraldo Marques (2022), conta no livro Rasgando a cortina de Silêncios, que se tornou Secretário Executivo de Controle de Poluição, mas na prática não tinha nem sala para trabalhar. No começo sua equipe se reunia numa sala da Secretaria de Saúde, mas logo precisaram procurar outro lugar, pois ela havia sido entregue, à Peace corps, sem qualquer aviso prévio.

Procurado por Marques, o secretário de Planejamento “cedeu a sala que pôde”, além desse, outros desafios precisavam ser superados, como tentar impedir a destruição do campo de dunas do Pontal (figura 06), onde o vice-presidente da Dupont indicou que a fábrica deveria ser construída (figura 07), e a utilização de mercúrio para a fabricação do cloro, uma tecnologia já superada que seria usada para redução de custos.

Figura 06: Matéria sobre a derrubada das Dunas do Pontal da Barra



Fonte: Jornal de Hoje, novembro de 1977, Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos

Figura 07: Matéria sobre a localização da planta industrial no Pontal da Barra

POLÍTICA

INSTALAÇÃO DA INDÚSTRIA NO PONTAL FOI IMPOSIÇÃO DE AMERICANOS

Por amaldo ferreira | Edição do dia 18/07/2020
Matéria atualizada em 18/07/2020 às 06h00

Fonte: Jornal Gazeta de Alagoas, em 18 de julho de 2020²⁴.

Das duas batalhas a primeira foi perdida, a fábrica do Pontal da Barra foi ampliada e segue ocupando a paisagem do lugar com seus grandes tanques que ultrapassam os muros, e a segunda pode ser considerada uma vitória da equipe de Marques, pois exigiram a utilização da tecnologia mais moderna, isenta de metais pesados, à exemplo do desastre ocorrido por contaminação por mercúrio liberado pela indústria química em Minamata no Japão.²⁵

Apesar das diferenças internas vividas em seu governo, Suruagy (1992) conta do pioneirismo de seu governo com a criação de um dos primeiros órgãos colegiados do Brasil, o Conselho de Proteção Ambiental - CEPRAM, que nas palavras dele envolvia a sociedade alagoana, uma vez que participavam do conselho, “representantes das entidades organizada por trabalhadores, classes produtoras, jornalistas, Universidade Federal, Secretários de Estado e Diretores da Salgema” (Suruagy, 1992, p.25). No que concerne à visão estratégica de captura do discurso ambiental, adotada pelo governador Suruagy, Acselrad (2010, p. 109) enfatiza que:

o “meio ambiente” é visto como “oportunidade de negócios” (vide concepções vigentes em seguidos Planos Plurianuais de Investimento de governos brasileiros); o meio ambiente e a sustentabilidade tornam-se categorias importantes para a competição interterritorial e interurbana; para atrair capitais, a “ecologia” e a “sustentabilidade” podem tornar-se apenas um símbolo, uma marca que se quer atrativa.

O tratamento dado à questão ambiental pelo Governo Suruagy, tinha a intenção de fazer parecer responsável, mas a própria visão de “oportunidade” evidente nesse jogo de trazer para perto pessoal técnico e jovem, e de envolver “toda a sociedade” a partir do conselho, mas sem poder decisório, escamoteia qualquer ideia de tratamento responsável com a natureza, em resumo, a retórica política sobre ecologia e sustentabilidade pode mascarar interesses econômicos e a exploração do meio ambiente como uma oportunidade de negócios. Cabendo aqui uma breve explicação de Rosa Luxemburgo: “na realidade, o poder político não é aqui, tampouco, mais do que o veículo do processo econômico” (Luxemburgo, 2021, p. 453) o que pode ser visto na conjuntura presente na época, já que na década de 1970, houve um esforço

²⁴ Disponível em: <https://d.gazetadealagoas.com.br/politica/278459/instalacao-da-industria-no-pontal-foi-imposicao-de-americanos> Acesso 07 de mar de 2024.

²⁵ Na década de 40, imediatamente após o fim da guerra, a empresa química Chisso (hoje fornecedora de cristal líquido usado para LCDs), visando a produção de cloreto de vinila e acetaldeído, começou a utilizar mercúrio como matéria-prima, despejando posteriormente os resíduos resultantes em um rio que deságua na Baía de Minamata. No dia 21 de abril de 1956, uma criança de apenas 5 anos foi admitida em um hospital apresentando disfunção nervosa. Essa foi a primeira de uma sequência de ocorrências que culminavam em loucura ou morte. Disponível: <https://oglobo.globo.com/acervo/fatos-historicos/desastre-de-minamata-crime-ecologico-que-deixou-marcas-por-decadas-no-japao-10102255>

conjunto entre governo federal e local, como se pode depreender do livro de crônicas intitulado: Os ventos estão inquietos, no qual Divaldo Suruagy (1992), ressalta a importante participação do presidente Ernesto Geisel na implantação da fábrica:

O apoio do Presidente Geisel foi fundamental para a viabilização do Pólo. Havendo presidido a Petrobrás, quando foi criada a Petroquisa, tinha uma consciência muito exata da importância das fábricas químicas, como indústria de ponta, para o processo de enriquecimento da economia brasileira.

A ideia de fartura econômica tão presente nos discursos de desenvolvimento nacional pode ser percebidas em diversas publicações, como essa da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas - FIEA (2018), que aponta:

A implantação da SALGEMA Indústrias Químicas abre, invariavelmente, outro eixo para o desenvolvimento do Estado, diminuindo a dependência do setor sucroalcooleiro. Mais que isso, o Pólo Cloro-Álcool-Químico promove a diversificação industrial com inclusão do químico e do plástico na economia local. Uma nova vertente para o desenvolvimento de Alagoas, que experimentou o boom dos anos 1970, a chamada “era dourada” da economia alagoana.

Para a ampliação da fábrica, a expulsão de moradores passou a fazer parte de maneira objetiva da operação da Salgema, ela ocorreu em locais estratégicos, especialmente nos arredores da fábrica, como mostra a reportagem do Jornal de Hoje, de 21 de dezembro de 1977, (figura 08), alguns meses depois da fábrica iniciar a operação, ocorrida em 23 fevereiro de 1977.

Figura 08: Matéria sobre a remoção forçada de moradores do Pontal da Barra



Fonte: Jornal de Hoje, dezembro de 1977, Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos.

Na matéria, moradores, chamados de “flagelados”, foram expulsos dos sítios na região do Pontal da Barra para a ampliação da fábrica, o trecho que estampa a capa do Jornal traz a

seguinte apresentação:

O desespero, a angústia, o medo de perder o resto de seus pertences, a preocupação de uma nova morada e o pouco dinheiro recebido, tudo isso formou o drama vivido pelas famílias de flagelados da Salgema, que tiveram seus barracos, onde residiam há muitos anos, muito antes de se falar na instalação da fábrica, destruídos (foto), pelos pesados tratores contratados para derrubarem as dunas do Pontal da Barra... As desapropriações a preços incontestáveis continuarão até deixar de existir o último barraco. Até o momento nenhuma autoridade, nem mesmo a comissão da Defesa Civil, falou em favor daquelas pobres famílias que tiveram como presente de Natal a desapropriação de seus barracos. Um deles ficou louco, ontem, vendo a derrubada de seu lar: tocou fogo no seu barraco e nos Cr\$ 2.500,00 recebidos da Salgema e saiu correndo aos gritos. (Jornal de Hoje, 21 de dezembro de 1977)

A situação desesperadora é retratada com maiores detalhes na matéria completa, que em muitos pontos se assemelha aos casos vividos pelos atingidos atualmente:

Sem oferecerem o mínimo espaço de tempo, para que os flagelados localizados anexo ao Complexo do Salgema, trabalhadores daquela indústria, com potentes tratores, iniciaram na manhã de ontem a desapropriação do terreno onde se localizam inúmeros barracos. Em menos de uma hora, todos os barracos foram evacuados e destruídos... Dona Genalva, que há mais de sete anos se instalou próximo a pista asfáltica, vizinho ao Salgema: “Primeiro veio os homens do Salgema oferecendo nove mil cruzeiros, pelo barraco, e disse que tínhamos que desocupar de qualquer maneira. Mas meu barraco foi comprado aos Bredas, em 1972, por isso só saímos por quinze mil cruzeiros. Eles chegaram aos doze mil, mas como iremos encontrar um terreno para construirmos outro barraco?” (Jornal de Hoje, 21 de dezembro de 1977)

O relato da moradora descreve uma situação de desapropriação e expulsão abrupta e injusta, que demonstram a força da empresa. Os custos das atividades extrativas e industriais são sentidos de forma desigual pela população, revelam no caso relatado a inexistência de resposta rápida por parte das instituições. Há um cálculo importante por parte das empresas, que é o de minar o exercício de poder por parte dos despossuídos, que pode ser via licença social para operar (Gaviria, 2015), gestão social dos riscos (Pinto, 2019) ou simplesmente demonstrações de controle e poder, como relatado na matéria acima, aproveitando que a preocupação imediata de quem está em perigo, morando em local insalubre e passando por assédio constante, é a de tentar encontrar novo lugar, figurando no plano menos importante qualquer confronto com a empresa, vê-se aqui que as ações do passado foram repetidas anos depois numa escala muito maior.

Além dos posicionamentos contrários do secretário José Geraldo Marques, que renunciou ao cargo em 1978, diante da falta de autonomia, as matérias de alguns jornais da época repercutiam as controvérsias em torno da ampliação na área de restinga, o Jornal de Hoje

trouxe uma reportagem sobre o potencial poluidor do dicloretoano (figura 9):

Figura 09: Matéria traz alerta sobre nova fábrica da Salgema



Fonte: Jornal de hoje, dezembro de 1977, Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos.

Dias depois o mesmo jornal divulgou entrevista com o secretário de Planejamento de Alagoas, José de Melo, (figura 10), que justificou a construção da unidade como sendo uma alternativa ao desperdício de cloro, que em vez de ser estocado (comprometendo a segurança), ou transformado em ácido clorídrico e jogado no mar (poluindo a região), passaria a ser combinado com eteno para abastecer o polo de Camaçari, gerando lucro para Alagoas.

Figura 10: Entrevista concedida pelo secretário de Planejamento, sobre o complexo Químico



Fonte: Jornal de Hoje, dezembro de 1977, Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos.

Em 1979, o governador de Alagoas era Guilherme Palmeira, a unidade de dicloroetano saiu do papel e entrou em funcionamento na restinga do Pontal. Mas os projetos foram ficando ainda maiores e o novo desafio da indústria química alagoana passou a ser a duplicação da capacidade da planta do Pontal e a consolidação do Pólo Cloro-químico na região de tabuleiro

localizada em Marechal Deodoro, essas movimentações levaram a novos conflitos na década de 1980, ocorrendo mais intensamente com o retorno de Suruagy ao governo, num momento onde a abertura política vai sendo ensaiada, as ações deliberadas da empresa geraram movimentações contrárias dos moradores, e foram abraçadas pela sociedade civil, a UFAL e o Movimento pela Vida, organizado pelo sindicato dos jornalistas, ambientalistas e alguns parlamentares do PMDB, começaram a movimentar protestos pela cidade.

O então governador Divaldo Suruagy, lançou em 1985, a ideia de um plebiscito para decidir ou não pela duplicação da indústria, o site História de Alagoas lembra que *O Jornal do Brasil* de 26 de junho de 1985 apontou sobre a intenção de dividir as responsabilidades: “É que ninguém está querendo assumir o risco da decisão, diante do fator político”. Vieira (1997) observa que ao mesmo tempo em que o Governador pedia apoio ao Tribunal Regional Eleitoral - TRE, para esta realização do plebiscito, a empresa aumentava sua propaganda na televisão, na imprensa falada e escrita. O plebiscito foi adiado várias vezes, e acabou não acontecendo. Não custa dizer que o slogan do governo era: *Governo da Participação*. Após as eleições, o governador autorizou a duplicação e a partir de 1986 o Movimento Pela Vida começou a enfraquecer.

Se um plebiscito para “ouvir a sociedade” não vingou, ouvir a comunidade do Pontal da Barra seria ainda mais improvável, por outro lado, medidas “compensatórias”, (que não compensam), foram tomadas desde o início. Naquela época, a agenda ambiental local operava de maneira semelhante à agenda nacional, criando uma aparência de comprometimento com a causa, mas, na prática, resultando apenas em burocracia. Vieira (1997, p.70) recorda o momento em que o bairro foi tombado como patrimônio histórico-cultural. Esse tombamento, ocorrido durante um período de luta, foi apresentado pelo vereador Fernando Costa em 1987. O objetivo era evitar a implantação do Terminal de Granéis Químicos - Tequial, e expansão da Salgema na região. O tombamento, decretado em 1988 (DL n. 33.225/88), funcionou mais como uma contenção dos ânimos dos moradores, mas na prática não contemplava toda a área de restinga, só a área urbanizada do Pontal fazia parte do polígono do tombamento.

Como um incremento à justificativa para ampliação da indústria química no estado na década seguinte, organizou-se a estratégia de integrá-la à já consolidada indústria da cana, o estímulo para a produção de eteno a partir dela, é uma evidência, a geração de vapor a partir do bagaço também, estabelecendo assim uma parceria entre elas. Essa movimentação foi pontuada por Vieira (1997, p.79)

O aproveitamento do álcool excedente da indústria sucroalcooleira no processo industrial do Polo cloroquímico, significava o casamento das duas atividades

industriais e garantia a manutenção do nível de emprego na indústria açucareira, que atravessava forte crise, com os preços de exportação em declínio.²⁶

A “fase dourada” durou pouco, mesmo com a criação do polo e a nova leva de promessas, logo perceberam que a parceria entre as indústrias não era viável, pois a produção canavieira teria que aumentar vinte vezes a safra alagoana, além do aumento dos custos comparado ao eteno produzido a partir do petróleo (Diodato, 2017). Assim, mais uma justificativa da indústria química cai por terra, os empregos só aumentaram no período de construção. Com a fábrica de pé, a mão-de-obra precisava ser especializada e por isso reduzida, portanto, nunca se consolidou como grande geradora de empregos. De acordo com dados da própria empresa²⁷, ela gera atualmente 530 empregos diretos, o que significa 0,833% do total de pessoal ocupado na Indústria de forma geral em Alagoas.²⁸ Enquanto toda essa trama acontecia, vários “acidentes” com explosões e vazamentos de cloro atingiram/atingem a população do entorno desde o começo. Como já mencionado, a fábrica, além de ser vizinha de um bairro histórico e de um santuário ecológico, está localizada em área urbana, ou seja, com muitos moradores²⁹, e próxima de equipamentos públicos importantes (a 2 km do estádio Rei Pelé e do Hospital Geral do Estado - HGE).

1.2 - Cena 2 - Enquanto a mineração acontece invisível

Aqui serão evidenciados os mecanismos que tentam nublar a existência do conflito, a partir da apresentação de algumas ocorrências de vazamentos e explosões ocorridos na planta industrial no Pontal da Barra, onde a presença da indústria era mais que percebida, ou seja, era

²⁶ A crise nacional do setor sucro-alcooleiro# vivenciada a partir da metade da década de 1980 havia ganhado contornos acentuados no estado de Alagoas, uma vez que o então governador Fernando Collor produziu o que ficou conhecido como acordo dos usineiros. O preço do Petróleo havia baixado e a produção sucroalcooleira estagnado, depois da grande ascensão entre 1975 e 1985, com o Proálcool, para piorar o cenário os recursos públicos estavam escassos e não podiam mais ajudar a produção useira como antes.

O acordo dos usineiros foi: “O acordo pelo qual o governo de Alagoas concedeu 15 anos de prazo para que os usineiros de açúcar e álcool paguem apenas R\$ 400 milhões de uma dívida de R\$ 3 bilhões relativa ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Até 1987, os usineiros pagavam ICMS sobre a cana-própria, em razão de um dispositivo da legislação estadual. Considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a cobrança foi suspensa, mas os usineiros reivindicaram a devolução dos valores pagos nos cinco anos anteriores.”

Fonte: Agência Senado, disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2004/09/02/heloisa-classifica-de-vigarice-tributaria-acordo-do-governo-de-alagoas-com-usineiros> Acesso em 16 fev. de 2024.

²⁷ Constante no material do Programa de Compensação Financeira, disponível em: https://www.braskem.com.br/porta1/principal/arquivos/alagoas/25.03.2021_book.pdf

²⁸ Dados da Pesquisa Industrial Anual - Empresa/IBGE, 2021 o número de pessoal ocupado na indústria alagoana era de 63.615 pessoas.

²⁹ Segundo o Censo 2010 os bairros do Trapiche da Barra e Pontal da Barra somam quase 28 mil moradores.

sentida pela comunidade do entorno da fábrica, durante os anos de 1970, 1980 e 2000. Busca-se, pelo sobrevoo nas formas simbólicas que a empresa operou para justificar acidentes e a poluição da lagoa, desde a década de 1970 até 2011, ano da ocorrência mais recente (antes do desastre-crime conhecido a partir de 2018), demonstrar como se deu essa atuação, isso será feito através das notícias e propagandas localizadas nos jornais supracitados.

1.2.1 - Vazamentos, explosões e as respostas da empresa

A indústria química é causadora de diversos desastres ambientais pelo mundo e para lidar com esse fato comum, utiliza-se da palavra ‘acidente’ como um mero desvio de rota, deslize de percurso, ato inseguro ou falha humana. Assim, permanece atuando como se os desastres fossem o ônus do desenvolvimento, ou o preço que se terá que pagar para desenvolver o Estado ou o país, operando de maneira paralela um esquema de publicidade para minimizar os danos à sua imagem. São essas justificações e formas de atuação que pautaram em Alagoas, o percurso para a aprovação e permanência da Braskem no estado.

Logo no início da operação da fábrica em 1977, os vazamentos de cloro já assustavam os moradores da região do Pontal da Barra, apontados como “favelados da Salgema” nas matérias jornalísticas, como no Jornal de Hoje de outubro de 1977 (figura 11).

Figura 11: Matéria sobre vazamento de cloro na região do Pontal da Barra



Fonte: Jornal de Hoje, out. 1977, Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos

Em matéria de novembro do mesmo ano (figura 12) o problema dos vazamentos foi mencionado como previsível e não acidental, numa menção à declaração de José Geraldo Marques que atuava na Coordenação Estadual do Meio Ambiente:

Os recentes vazamentos ocorridos na Salgema, fábrica do Pontal da Barra, não foram qualificados pelos técnicos da coordenação do meio ambiente da secretaria de Planejamento como acidentais, mas como “previsíveis e passíveis de repetições” Essa denúncia foi, inclusive, oficializada pelo ecólogo José Geraldo Marques através de telex ao secretário Especial do Meio-Ambiente do Ministério do Interior, Paulo Nogueira Neto.

Figura 12: Matéria sobre vazamentos de cloro



Fonte: Gazeta de Alagoas, nov. 1977, Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos.

Sobre esses primeiros desastres causados pela indústria, Suruagy (1992), conta que o diretor da Salgema, Roberto Coimbra, entregou às autoridades do Estado de Alagoas, um documento onde abordava "aspectos catastróficos" de um vazamento de cloro entre Trapiche e Pontal da Barra. Apesar de tratar de documento sigiloso, a oposição teve acesso e passou a divulgar, para agir contra a implantação da fábrica de dicloretoano, segundo Suruagy, a atitude causou pânico à toda população:

O impacto foi terrível. Pessoas que passavam, de automóvel, em frente à Salgema, juravam que ficaram nauseados, com vontade de vomitar por causa do cloro... cada caso, independentemente de confirmação, era explorado ao máximo, de uma maneira sensacionalista pela imprensa... A redenção econômica passa a ser considerada por muitos uma verdadeira bomba atômica (Suruagy, 1992, p.26).

De acordo com este relato do governador do estado à época, a imprensa era propagadora de alarde entre a população, e a população não era capaz de identificar o problema por si mesma. Nas pesquisas em diferentes jornais da época é possível perceber que a experiência de viver em risco não era mera suposição, ela passou a ser concreta com o primeiro vazamento. Em resposta ao documento foi criada pela Defesa civil a operação Catavento, para contornar os problemas advindos de vazamentos de cloro e/ou explosões que ocorressem na fábrica da Salgema. Cavalcante (2020), lembra da medida mitigadora, observando que entre outras recomendações, a operação aconselhava que em dias de jogos os torcedores, caso sentissem o cheiro de cloro, molhassem lenços e levassem-nos às narinas enquanto se retiravam com

serenidade. José Geraldo Marques, Coordenador de Meio Ambiente da época, em entrevista ao site Histórias do subsolo disse:

Uma voz tranquila deve transmitir pelo alto-falante: Aconteceu! Mas não há motivo para pânico. Porque o cloro é facilmente contornável pelo uso da água. Então, peguem em um lenço, (gente, está lá!), molhem e coloque no nariz. A população deve ser evacuada para o CEPA. (Histórias do subsolo, 2022)

Vieira (1997) retoma, a partir de seu trabalho de campo naquela comunidade, a existência de uma política clientelista, que ia da doação de cadernos à execução de obras no bairro. Na pesquisa feita nos jornais, uma propaganda (figura 13a) revelou outros detalhes: os cadernos eram fruto de um programa em parceria com o governo estadual que fazia a distribuição pelas escolas da cidade. Algum tempo depois, encontrei por acaso, em arquivos de minha família, um desses cadernos (figura 13b), onde a estética do material chama atenção pelo apelo que faz à imagem da planta industrial, com uma foto dela na capa, enquanto na propaganda do jornal importava mais demonstrar seu compromisso com o Estado.

Figuras 13a e 13b: Propaganda de 1989 da Salgema sobre os cadernos escolares e uma das versões do caderno



Fonte: a) Jornal de Alagoas, 1988, Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos e b) arquivo pessoal

Como é possível observar ao lado da logomarca da empresa na figura 37a, a doação dos cadernos estava relacionada ao chamado *Programa de Cadernos Escolares*, iniciada em 1982,

mesmo ano da explosão de um reator de dicloroetano - DCE³⁰, ocorrida em 31 de março, que arremessou para o lado de fora da indústria, parte de uma tubulação. Moradores da rua Riachuelo, a 500 metros, localizaram “um pedaço do tubo retorcido em pleno logradouro” (Cavalcante, 2020, p.33). Após a explosão, foi possível ver as chamas, que alcançaram 15 metros, alguns jornais, como Tribuna e Gazeta de Alagoas, documentaram o ocorrido.

A matéria da Gazeta trouxe a fala do diretor administrativo da Salgema à época, Antônio Mattos, que reconheceu os riscos da fábrica, dizendo que: “tudo o que é inflamável um dia pega fogo”, mas direcionou a culpa para as casas que são construídas muito próximas à indústria, ressaltando também que os prejuízos diante do ocorrido eram de “pequena monta”, (figura 14).

Figura 14: Matéria sobre explosão na Salgema em 1982



Fonte: Gazeta de Alagoas, de 01 de abril de 1982, Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos.

O diretor ressaltou ainda que “as unidades médicas da Salgema passaram a percorrer várias ruas do bairro”, mas que só uma senhora e um funcionário foram atendidos por problema “apenas emocional”. As notícias sobre o ocorrido revelam algumas questões: havia despreparo para responder sobre os vazamentos e explosões, desprezo pela população do entorno e a certeza da impunidade, com desastres minimizados atribuindo a culpa aos moradores da região. As declarações do diretor da Salgema chamam atenção para algo que Scott (2004) pontua: “O

³⁰ Produto químico incolor, que tem cheiro semelhante a clorofórmio, e produz gases tóxicos.

poder significa não ter que agir ou, mais precisamente, ter a possibilidade de ser mais negligente e informal em qualquer representação.” (Scott, 2004, p.55), assim podemos dizer que o desleixo apresentado é representativo do poder que a empresa exerce no território alagoano.

Para tentar entender esse ponto, segui na análise dos jornais subsequentes até encontrar a curiosa nota de agradecimento ocupando um espaço no jornal Gazeta de Alagoas, quatro dias depois (figura 15):

Figura 15: Nota de agradecimento da Salgema às autoridades



Fonte: Gazeta de Alagoas de 04 de abril de 1982, Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos.

A nota ocupa o canto superior da página que trata sobre assuntos nacionais diversos, ela agradece as “autoridades que prestaram apoio e solidariedade durante e após o acidente”, na unidade dicloretano (figura 16). Depois disso, percebe-se anúncios publicitários cada vez maiores e mais elaboradas nos jornais da época, como este (figura 16) que ocupa quase toda a página, no jornal Gazeta de Alagoas, três meses após a explosão.

Figura 16: Propaganda da Salgema ocupa mais da metade da página do jornal

**SALGEMA,
ORGULHO DE TODO
ALAGOANO.**

E não é pra menos. A SALGEMA é fruto da determinação dos alagoanos. Da vontade férrea de um povo que quer acabar com essa conversa de que nordestino é subdesenvolvido. A SALGEMA é verde-amarelo. Empresa de capital privado e totalmente nacional.

A maior fábrica de cloro e soda cáustica da América Latina. Uma prova de que o homem do Nordeste é capaz de construir coisa muito grande. Hoje, a SALGEMA representa mais de 2.000 empregos diretos e indiretos. Responsável por substancial parcela no ICM do Estado, ela contribui, desta forma, para a construção de mais hospitais, mais escolas, mais estradas. Melhor padrão de vida para todos nós. Na hora de falar da SALGEMA, encha o peito de orgulho. O que a SALGEMA faz e produz em Alagoas, torna a vida melhor de ser vivida.

Salgema
Indústrias Químicas S.A.

Fonte: Jornal Gazeta de Alagoas de 17 de junho de 1982, Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos.

Mais que uma nota, tratava-se agora de uma estratégia para propagar os benefícios da indústria ao Estado, de maneira aproximada do público. Como é possível ver na imagem, em comparação com a nota de agradecimento (mais formal e menor), nesta outra, optou-se por um desenho da fábrica e do emissário submarino, criando uma imagem mais amistosa, em vez da imagem real e embrutecida, com ferragens e tubulações.

A imagem escolhida se une ao texto que envolve o leitor: “A SALGEMA é fruto da determinação dos alagoanos, da vontade férrea de um povo que quer acabar com essa conversa

de que nordestino é subdesenvolvido...” traz ainda a referência aos empregos que gera no estado: “Hoje, a SALGEMA representa mais de 2000 empregos diretos e indiretos.”, concluindo com um chamamento: “Na hora de falar da SALGEMA, encha o peito de orgulho. O que a SALGEMA faz e produz em Alagoas, torna a vida melhor de ser vivida.”.

Assis (2016), em análise sobre as justificações midiáticas construídas como estratégias de ambientalização dos empreendimentos cujas atividades degradam a natureza, lembra que: “no processo de ambientalização da produção, a mídia pode ser encarada como uma máquina social de fabricação de interpretações” e como o mesmo autor sublinha, a partir das considerações de Boltanski e Chiapello (2009), há uma evidente “resposta às tensões”. Aqui no caso da Salgema pode-se dizer que em virtude do vazamento ocorrido meses antes produz-se uma ofensiva midiática visando minimizar os efeitos negativos da planta industrial, e, para além disso, emplacar a ideia da indústria química como conquista e bem maior dos alagoanos.

O controle territorial imposto pela Salgema se faz presente em nova cena quando das buscas da empresa para duplicar a capacidade de produção da planta industrial, na década de 1980, como medida mitigadora dos possíveis danos, a empresa levou a frente o projeto do cinturão verde, mas a obra previa o fechamento da rua que conecta o Pontal com o Trapiche, bairro vizinho, como conta Vieira (1997), “a cerca de arame farpado feita pela Salgema cerca toda a área, delimitando os limites do Pontal da Barra, e expulsando mais de 40 famílias, sendo que o processo de indenização aos moradores expulsos foi outro item que sensibilizou a população do bairro.” (Vieira, 1997, p.66). A atuação do Movimento Pela Vida acontece nesse momento, e diversos protestos passam a se somar às ações dos moradores (figuras 17a e 17b).

Figuras 17a e 17b: Protestos nos muros do pontal e Ato contra a duplicação da Salgema em 1985.



Fonte: a) Tribuna de Alagoas agosto de 1986, Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos. b) Ticianeli, 2019³¹.

³¹ Disponível em <https://www.historiadealagoas.com.br/salgema-e-o-movimento-contr-a-ampliacao-de-1985.html>. Acesso: 02 mai. 2024.

Várias ações pela visibilidade do movimento ocorreram, Vieira (1997) cita alguns, como “os abaixo-assinados, concentrações, passeatas, reuniões com autoridades, relatórios para instâncias superiores, pichação, etc., ou seja, buscava-se ganhar visibilidade e, ao mesmo tempo, interferir junto às autoridades constituintes” essas ações foram perdendo força segundo a autora, diante da “política clientelista da Salgema e descrença da população que espera resultados imediatos e acaba se desmotivando pela morosidade do processo reivindicatório” (Vieira, 1997, p.68 e 71).

Além das explosões, chamas, cheiro de cloro e vazamentos marcam o histórico da Salgema, que se transformou em Trikem e depois em Braskem. Em 1988, a empresa Alclor, que atuava no Polo de Marechal Deodoro e era uma subsidiária integral³² da Salgema, contaminou o lençol freático da região, com organoclorados³³, causando um dos maiores desastres do tipo no país, como trouxe a nota do Jornal do Brasil, a justiça condenou as parceiras: Cinal³⁴, Salgema e Alclor pelo desastre. (Figura 18).

Figura 18: Matéria do Jornal do Brasil de de 17 de junho de 1992



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional³⁵

Cavalcante (2020), observa que o primeiro desastre ocorreu na unidade mineração, no Mutange em 1976, antes do início da operação na fábrica, este caso foi retomado numa vasta matéria sobre a atuação da empresa, dezoito anos depois, pelo Jornal O Diário, em 31 de março de 1996 (figura 19), segundo a matéria, a explosão provocou a morte de um Vigilante.

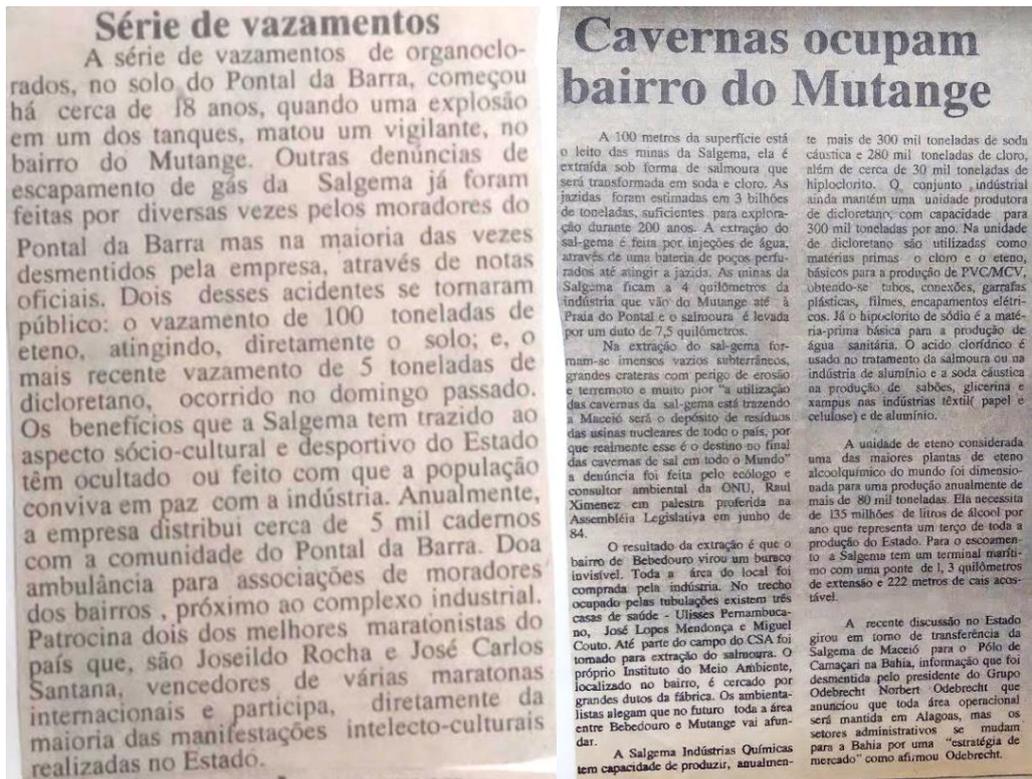
³² Quando a empresa matriz tem o total controle acionário.

³³ A Alclor produzia epiclorigidrina matéria-prima para resinas epóxi. Organoclorados são “compostos de carbono, hidrogênio e cloro. um material altamente tóxico.

³⁴ A Cinal nesta época produzia água desmineralizada e clarificada além de vapor, a partir do gás natural e bagaço de cana-de-açúcar.

³⁵ Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1992_00070.pdf Acesso em: 02 mai. 2024.

Figura 19: Vasta matéria do Jornal o Diário recupera o primeiro acidente e fala sobre as cavernas do Mutange



Fonte: Jornal O Diário, março de 1996, Biblioteca central-UFAL.

Fruto de um levantamento feito pelo jornalista Gerônimo Vicente, após novo vazamento de produtos químicos, em março de 1996, quando “5 toneladas de dicloroetano vazaram de uma tubulação próximo a casamata localizada sob a ponte Divaldo Suruagy...”, a matéria além de apontar vários casos de acidentes, lembra ainda os “benefícios que a empresa tem trazido ao aspecto sociocultural e desportivo do Estado” como uma possível tentativa de ocultação das mazelas que vinha provocando ao meio ambiente. Na mesma reportagem, a questão das cavernas do Mutange veio à tona, como mostra a figura 43, nela o trecho é categórico: “Na extração do sal-gema formam-se imensos vazios subterrâneos, grandes crateras com perigo de erosão e terremoto... O resultado da extração é que o bairro de Bebedouro virou um buraco invisível. Toda a área do local foi comprada pela indústria”.

Os desastres se apresentavam de muitas formas. Apesar das mudanças de nome, a tática de se projetar como empresa responsável, agindo para desfazer qualquer ligação de sua imagem aos problemas ambientais permaneceu e hoje é ampliada com o alcance das redes sociais. Maria do Carmo Vieira, em 1997 já analisava:

Aqui ressalta-se apenas que o empreendimento agradava às elites locais, e que a racionalidade do planejamento tecnoburocrata, visando a integração do processo produtivo, baseado em critérios econômicos, não levava em consideração os interesses dos moradores da cidade, e que a presença da Salgema no cenário urbano, gera conflitos, de duas ordens, e envolvendo diferentes segmentos da população: - de um lado a questão do uso do solo urbano, com fins industriais, a necessidade de reserva de terra e de isolamento da área industrial, afeta a população dos bairros mais próximos, o Trapiche e o Pontal da Barra, que se vê ameaçada de expulsão; - por outro lado a poluição industrial coloca em risco a vida da cidade, e em especial dos bairros adjacentes, principalmente o Trapiche e o Pontal da Barra. (Vieira, 1997, p.16)

Outros atores são trazidos na extensa matéria, como a entrevista com o então presidente do IMA, o engenheiro Marcos Carnaúba, que foi desafiado pelos pescadores da região a comer os produtos da Lagoa (figura 20). O desafio estava baseado na constante mortandade de peixes e suspeitas quanto a poluição da Lagoa, os pescadores precisavam de uma definição do órgão, já que os vazamentos eram frequentes. O presidente não aceitou o desafio, alegando que só comeria se o peixe fosse pescado e analisado pelos técnicos do Instituto.

Figura 20: Entrevista com o presidente do IMA, em 1996

Empresa lança DCE para a atmosfera

Foto: Sandro Lima

Entrevista

1 - A Salgema renova, periodicamente, a sua licença de operação. Nesta licença está a obrigação de fiscalizar suas instalações sobretudo aquelas que estão em áreas públicas, dando-lhes total vigilância e segurança. O acidente mostrou que nada disto aconteceu. Não, havia vigilância no local e, por isso, ocorreu o acidente se é que a causa foi mesmo vandalismo ou sabotagem. E agora? A fábrica vai sair impune disto?

Carnaúba - Já foi multada, não sei o valor mas deve ser a penalidade máxima. A empresa já está mantendo a fiscalização permanente. Agora acredito que houve sabotagem no vazamento. Alguém que sabe manusear os equipamentos teve o cuidado de separar a válvula que resulta no jato do gás e a manômetro que apenas faz escorrer o produto. A indústria também tem suas precauções já que abaixo da tubulação há um tanque que absorve todo o produto evitando que ele se desloque para o solo e água. Fizemos uma colheita do solo e enviaremos para São Paulo para estudar se houve contaminação.

2- Qual a multa máxima aplicada para esses casos?

Carnaúba - O valor é de 500 UFPAL, de acordo com a lei aprovada pela Assembléia legislativa. Temos proposta para aumentar o valor, por exemplo de R\$ 6 mil que representa o valor citado para R\$ 60 mil. Creio que se for aprovado diminuirá a reincidência de poluição por parte das indústrias.

4- A Salgema não paga indenização pelos danos que já causou?

Carnaúba - Só na recuperação das 135 toneladas de eteno vazados no ano passado, a indústria sofreu uma pesada multa da Consultoria Especializada Aldo Rebouças, de São Paulo e, agora, desenvolve um trabalho de purificação da água. A Alclor por exemplo já gastou cerca de 9 milhões para recuperação do lençol freático contaminado em 92. Por isso, inclusive a indústria fechou. No caso deste novo vazamento fizemos, novamente esta exigência e o trabalho de recuperação do solo já está sendo feito. Agora, as providências mais rígidas somente serão tomadas se houver aval do Ministério do Meio Ambiente.

5- É verdade que a Salgema manda para a atmosfera 10 quilos por hora de dicloreto, há mais de 10 anos, só porque não quis colocar um filtro em sua torre de DCE?

Carnaúba - Na verdade a Salgema emite produtos nocivos, mas não sei precisar quantos quilos de agentes poluentes são jogados na atmosfera. Mas pedimos a colocação do filtro na torres e a empresa já está providenciando.

Carnaúba: "Só comeria um peixe da Lagoa se meu pessoal pescasse"

Fonte: Jornal O Diário, 1996, Biblioteca central-UFAL.

A entrevista feita com o presidente do IMA à época, questiona a renovação de licenças e as penalidades adotadas à Braskem, mas as respostas são sempre no sentido de dizer que a

indústria, quando autuada, cumpria os pagamentos. Ao longo de 48 anos muitos desastres foram trazidos à tona pela imprensa, porém sempre foram minimizados, tratados como falha humana e até sabotagem. O Sindicato dos trabalhadores das indústrias químicas - Sindiquímica apresentou um levantamento dos acidentes ocorridos, o documento repercutiu na imprensa local, tendo sido publicado no jornal O Diário de 17 de abril de 1996, como conta Joaldo Cavalcante (2020). As matérias jornalísticas tentavam dar conta dos problemas causados pela indústria, mas sempre depois de um desastre, alguma propaganda tentava ofuscar os acontecimentos.

Em março de 1988, a busca pela aprovação do Terminal químico de Alagoas - Tequial passa a ser um dos prováveis motivos para o “investimento” na divulgação de projetos e apoios ao governo como é possível ver algumas notas do Jornal de Alagoas (figuras 21a e b):

Figuras 21a e 21b: Notas sobre promoção cultural e apoio para parque ecológico em Quebrangulo



Fonte: Jornal de Alagoas, mar. de 1988, Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos.

As notas de jornal expostas acima demonstram a “preocupação” em promover ações em outros campos, numa espécie de responsabilidade social corporativa, muito antes do uso desses termos e ações coordenadas com setores específicos dentro das empresas, alavancadas

nos anos 2000, como ressalta Acselrad (2018).

Continuando na estratégia de exposição histórica dos desastres anteriores, em maio de 2011 a empresa virou notícia do horário nobre da televisão. Num domingo à noite, a TV GLOBO exibiu matéria sobre um acidente na Fábrica do Pontal da Barra, ocorrido após o vazamento com rompimento de tubulação, que vitimou cinco funcionários da empresa terceirizada Mills, responsável pela montagem de andaimes, dias antes, um grande vazamento de cloro gás levou diversas pessoas da comunidade do entorno da indústria, a procurarem ajuda nos hospitais da região, principalmente crianças e idosos, que relataram queixas de falta de ar, mal estar, tosse, desmaios e ardência nos olhos. O SAMU e o Corpo de Bombeiros foram acionados para fazer o socorro às vítimas, de acordo com jornais da época, 152 pessoas foram socorridas, a maior parte no Hospital Geral do Estado e algumas crianças na Clínica Infantil Dayse Brêda.

Boa parte desta movimentação foi acompanhada de perto pelo programa policial Plantão Alagoas, transmitido pela antiga TV Alagoas que era afiliada do grupo Bandeirantes, hoje TV Ponta Verde (afiliada ao SBT). Em agosto do mesmo ano, diretores de marketing da Braskem visitaram a emissora. Uma matéria sobre a visita foi exibida no mesmo programa. A reportagem inicia informando a visita dos diretores, a primeira fala é a do Diretor Nacional de Marketing, Frank Alcântara, que observando a importância da relação de parceria entre a empresa e os Estados onde ela atua, pontua que a empresa investe muito em Alagoas e completa: "...temos essa consciência que os projetos de Alagoas, as coisas de Alagoas, devem ser valorizados sempre". Sua fala é seguida de imagens das plantas industriais (Figura 22) e da narração que informa sobre os números da empresa, um deles é o faturamento do ano anterior, que ultrapassou 27 bilhões de reais, informa ainda que "parte destes recursos são destinados a projetos socioeducativos e de incentivo à cultura e ao jornalismo local".

Figura 22: Matéria em programa local após explosão



Fonte: Plantão Alagoas de 03/08/2011³⁶

Em seguida a reportagem segue para a fala do diretor de marketing local, Milton Pradines, que enumera os projetos de valorização da cultura e de preservação do meio ambiente realizados no Estado, sua fala é novamente cortada pela narração que diz: “uma boa notícia para quem procura emprego”, informando que a empresa está construindo nova planta no Polo de Marechal Deodoro, a ser inaugurada no ano seguinte (2012). Esta e outras reportagens relacionadas ao período do “acidente” foram obtidas na plataforma de compartilhamento de vídeos Youtube nos canais das TVs locais. James Scott lembra que: “ao controlar a cena pública, os dominadores criam uma realidade aparente que se aproxima, idealmente, daquilo que pretendem que seja visto pelos subordinados” (Scott, 1992 p.89-90). Sobre esse controle da cena pública podemos citar também o prêmio Salgema de jornalismo (Figura 23) criado em 1989, com o objetivo muito evidente de trazer para perto a imprensa atuante no Estado.

³⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6JOAADtJJg> Acesso em 07 de fev. de 2024.

Figuras 23: Prêmio Salgema de Jornalismo



Fonte: A voz dos Jornalistas, setembro/outubro 1996 - Misa-AL³⁷.

Se um conflito ambiental é caracterizado pelo rompimento de acordos (Acselrad, 2004) evidenciando a disputa entre formas diferentes de apropriação da natureza, o desenrolar da indústria química em Alagoas pode ser lido como conflito ambiental multidimensional, por seus muitos impactos e pela diversidade de interesses envolvidos (ações e omissões). Em um contexto em que a extração, construção da fábrica e sua ampliação ocorrem sem a existência de leis ambientais³⁸, sem a autonomia dos órgãos fiscalizadores e sem a pressão que um movimento ambiental poderia exercer. Todo esse cenário é antecedido e marcado pelos indicadores sociais e econômicos do Estado, onde as desigualdades sempre estiveram presentes. Elas acabam sendo projetadas como o motivo para a necessidade da ampliação da capacidade industrial e ao mesmo tempo, são a razão da fragilidade regulatória dessas atividades, promovendo um ciclo de exclusão intenso aos moradores de suas bordas.

Este capítulo tentou demonstrar o começo das disputas que propiciam o conflito ambiental provocado pela Braskem em Alagoas. Um conflito que parte da visão dualista entre humanidade e natureza, ou natureza e sociedade. Todos nós, em alguma medida, nos apropriamos da natureza, as condições em que isso se dá é que podem ser diferentes. Contudo, é preciso dizer que não é razoável equiparar a exploração da natureza para manutenção da vida, como no caso das marisqueiras e pescadores da região lagunar de Maceió, com a mineração realizada em larga escala, para abastecer e propiciar a produção industrial igualmente grande, onde o lucro é drenado e não chega à população que vive no território onde ela está instalada.

³⁷ Disponível em: <https://misa.al.gov.br/uploads/documentos/A-Voz-do-Jornalista-no33.PDF?v=1646348026>. Acesso em: 02 mai. 2024.

³⁸ A Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA instituiu a obrigatoriedade de um instrumento de controle ambiental em 1981 pela Lei 6.938.

Prates (2016), ressalta que essas disputas, envolvendo relações distintas de sociedade e natureza, agenciam traduções tanto de natureza quanto de sociedade, “revelando em cada uma das conexões estabelecidas, interesses e engajamentos distintos” (Prates, 2016, p. 226). Nesse ponto a agência do solo destruído e do próprio mineral entram como fatores importantíssimos a serem considerados. Abel Galindo, em suas explicações sobre o caso, relata que em seu estado natural o sal-gema tem boa resistência, mas após o desequilíbrio provocado pela mineração industrial, transforma o minério em um “verdadeiro bicho vivo”³⁹, apresentando uma de suas propriedades fundamentais: a fluência, ela começa a fluir “como se fosse uma cobra” com a deformidade, as outras camadas superiores do solo acompanham o rebaixamento causado por essa agência. Esse tipo de interpretação da relação sociedade e natureza leva em consideração a agência da natureza e sua relação intrínseca com as sociedades envolventes.

O tipo de interpretação da relação entre sociedade e natureza operada é a da transformação ativa do ambiente pela operação da empresa, como Jason Moore (2022), chama a atenção. Este autor salienta como os dualismos entre Humanidade e Natureza, ou Capitalismo e Natureza, reforçados por alguns teóricos são “fundamentais para o raciocínio que levou a biosfera à transição atual em direção a um mundo menos habitável” (Moore, 2022, p.15), e que este binarismo implica em “violência, desigualdade e opressão do mundo moderno” tal qual os encontrados na segregação eurocêntrica, racista e sexista.

A escala industrial operada pela Braskem na extração mineral é ressaltada aqui para explicitar o peso que ela significa ao conflito, nessa configuração de exploração, que carrega os contornos coloniais são acopladas as nuances da “modernidade” industrial como ressaltam Simmel (1983) e Dahrendorf (1982), esses autores discutem as mudanças sociais ocorridas com a consolidação da sociedade industrial, cabendo aqui o peso dado por Dahrendorf à análise da produção de consensos, fomentada especialmente durante o pós guerra. Este autor analisa que a complexidade e interdependência da sociedade industrial requer mecanismos para evitar rupturas, o que a faz caminhar numa manutenção da ordem.

A hegemonia do consenso como neutralizadora de conflitos nasce naquele período. Nas sociedades industriais os conflitos vão sendo absorvidos com o objetivo de não alterar a ordem vigente. Para compor a análise ele retoma os conceitos de Weber sobre poder e autoridade, onde o primeiro é “a probabilidade de que um ator em uma relação social tenha condições de implementar sua vontade”, e diz respeito a personalidade do indivíduo, e a segunda é “a

³⁹ Essa explicação foi proferida publicamente na audiência pública ocorrida em Brasília dia 08/05/2023, disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?0&reuniao=11304>

probabilidade de que uma ordem com conteúdo específico seja obedecida por um dado grupo de pessoas”, guardando relação com posições ou papéis sociais. (Dahrendorf, 1982, p.152).

Essa leitura se entrelaça com a atuação que a Salgema/Trikem/Braskem em Alagoas, onde as táticas para o estabelecimento de consensos foram ditadas pela própria empresa (por quem detém autoridade) e aprimoradas com o passar do tempo. O autor observa que mesmo buscando tirar o conflito de cena, a autoridade gera “consequências desagregadoras” e “implica tanto dominação quanto sujeição” (Dahrendorf, 1982, p. 158), ou seja, implica na existência de dois grupos em oposição, implica em conflito.

O resgate proposto até aqui pretendeu contribuir para o entendimento dos arranjos que levaram aos problemas enfrentados atualmente, pois são frutos de processos históricos. No capítulo seguinte será apresentado o conflito atual, e algumas de suas dimensões, escancarando ainda mais suas raízes coloniais.

CAPÍTULO 2 - O CONFLITO NO CENÁRIO DO DESASTRE-CRIME ATUAL

Segundo o mapa de conflitos da Fiocruz: “A capital de Alagoas, Maceió, enfrenta um dos maiores conflitos ambientais do País.”⁴⁰. Os números do desastre demonstram isso, segundo as informações da empresa⁴¹, 14,4 mil imóveis foram desocupados, o que chega a mais ou menos 58 mil moradores (considerando uma média de 4 pessoas por imóvel) deslocados de seus lares. Trata-se do primeiro grande conflito ambiental urbano vivido no Estado, mas é o terceiro envolvendo a empresa. Os outros dois momentos ocorreram na década de 1970, e 1980, com a implantação da indústria no Pontal da Barra, e a duplicação da capacidade da planta industrial do Pontal, respectivamente. Eles ajudam a contar a história do desastre de 2018, que ganha outros elementos, no desenrolar dos fatos e ações das instituições.

O sistema de justiça e os governos têm papel importante nisso, pois assumiram a tarefa de gerenciar o conflito, mas contaram com a empresa na construção das soluções em detrimento da participação popular, essa atitude tem reflexos diretos na percepção de justiça tanto dos já considerados atingidos, como dos moradores das bordas, que disputam essa categoria. Neste capítulo, o conflito que se desenvolve na cidade de Maceió de 2018 até 2024 será apresentado a partir das ações desses atores, e dos controles que a empresa exerce nas narrativas e no

⁴⁰ Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/conflito-de-extrema-complexidade-entre-populacao-de-maceio-e-mina-de-sal-gema-da-braskem-envolve-danos-irreparaveis/> Acesso em 16 de fev. de 2024.

⁴¹ Disponível em: <https://www.braskem.com.br/balancopcf> Acesso em 10 abr. de 2024.

território, para evidenciar os mecanismos que propiciaram a ampliação do desastre e do conflito ambiental.

2.1 - Cena 3: Narrativas e territórios controlados depois que o solo grita

Aparentemente a repercussão dos desastres precisa contar com números vultosos, sejam de vítimas, sejam de impactos relacionados, para que tenham alguma visibilidade. Os desastres ocorridos em Minas Gerais estão mais vívidos na memória nacional, pois além de ocorrerem na história recente⁴², marcaram a região mais desenvolvida do país, e se apresentaram com um grande potencial destruidor, com desdobramentos que se arrastam pelo tempo, assim como a lama que desceu num curso impactante à toda a vida do ambiente, como resume Laschefski, (2020).

No caso do colapso da barragem do Fundão, 60 milhões de metros cúbicos de lama tóxica foram despejados em um percurso de 663 quilômetros dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce. A avalanche causou 19 mortes, levou a casa de cerca de 1200 famílias e atingiu 35 municípios, sendo que os povoados Bento Rodrigues e Paracatu foram completamente destruídos. No caso da ruptura da barragem do Córrego do Feijão, segundo as últimas informações, incluindo 14 pessoas desaparecidas, 270 pessoas perderam a vida (Rocha, 2019) e a contaminação pela lama com substâncias tóxicas se estende por mais de 300 km no Rio Paraopeba (Aragaki, 2019). (Laschefski, 2020, p.100)

Mencionar estes casos como um crime em vez de desastre, é um fato recorrente entre os atingidos, como coloca Laschefski (2020) no começo de seu artigo, sobre o rompimento de barragens, e não é diferente em Maceió. Além disso, o autor ressalta a prevalência de antecedentes de menor proporção, ocorridos nos anos de 1986, 2001, 2008, 2014, que revelam:

o caráter sistêmico da ineficiência dos processos de tomada de decisão em torno das licenças ambientais e da fiscalização. Observa-se essa deficiência também na gestão da reparação dos danos, o que causa ainda mais sofrimento social para as vítimas (...), enquanto a recuperação econômica das empresas responsáveis por tais crimes socioambientais acontece rapidamente. (Laschefski, 2020, p. 102)

Desastres de “menor” proporção, relacionados à operação da Braskem em Maceió também estão documentados, alguns foram apresentados no primeiro capítulo, eles foram colocados como acidentes de trabalho, o que não muda a prática da empresa, que sempre esteve focada em suavizar sua imagem negativa, como apontam Vieira (1997) e Cavalcante (2020).

⁴² O rompimento da barragem de Fundão em Mariana da Empresa Samarco ocorreu em 2015 e da Barragem do Córrego do Feijão da Empresa Vale S.A em 2019.

Dois campos de atuação vêm sendo bastante explorados pela empresa demonstrando seu poder de maneira a tentar cercar os atingidos e reduzi-los em sua atuação política. No campo discursivo, área em que ela tem se especializado desde os anos 1970, e no campo territorial, onde a atuação foi ficando mais sutil ao longo do tempo, com inserções controladas para não causar alardes e holofotes, uma atuação discreta no campo da responsabilidade social foi se consolidando em Maceió, até que foi necessário ativar de modo expressivo a presença marcante de suas propagandas, quando da eclosão do caso do afundamento dos bairros. Nas próximas linhas daremos atenção a essas áreas do conflito atual.

2.1.1 - A reativação do controle discursivo e a produção da realidade fictícia

As disputas que desenham o conflito atual envolvendo a Braskem em Alagoas, estão colocadas mais uma vez no plano discursivo (além do territorial), ponto sempre trabalhado pela empresa ao longo de sua presença no território alagoano. Esse traço é reafirmado já em 2018, mesmo sem uma conclusão técnica contrária à exploração minerária. O resgate das notícias da eclosão do caso e as reações da empresa são importantes e ajudam a dar uma dimensão do processo que levou ao controle da cena pública. Veremos nessa seção, além das estratégias de controle e suavização de sua imagem através dos discursos, o peso da presença da mineração que até então era invisível aos olhos da população da cidade e até mesmo dos atingidos, que revela uma exploração fiel aos moldes coloniais.

As investigações sobre rachaduras e buracos nas ruas no Pinheiro, realizadas pela Prefeitura de Maceió, começaram em fevereiro⁴³, antes mesmo do tremor, elas foram percebidas após fortes chuvas. Dois dias depois do tremor de terra, em virtude dos rumores que circularam sobre a possível ligação entre as rachaduras e a atividade da Braskem, a empresa emitiu a seguinte nota:

A Braskem, diante dos fatos ocorridos em Maceió, no sábado, dia 3, vem a público prestar os seguintes esclarecimentos.

Como atestam institutos especializados em sismologia, o Laboratório Sismológico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e o Centro de Sismologia da Universidade de São Paulo foram detectados abalos sísmicos nas cidades de Maceió e Satuba. **Abalos sísmicos são eventos naturais provocados por falhas geológicas.** Tão logo tomou conhecimento dos fatos externos, a empresa procedeu uma vistoria em suas instalações e não constatou nenhuma ocorrência ou anormalidade em suas operações. **As instalações da Braskem e sua produção de salmoura estão**

⁴³ Como mostra a matéria do site Tribuna Hoje, disponível em:

<https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2018/02/16/67270-equipe-comeca-a-investigar-rachaduras-em-ruas-no-pinheiro-na-segunda-feira> Acesso em: 18 mar de 2024.

localizados numa área restrita às margens da Lagoa Mundaú e de pouca densidade residencial. Esta operação é sistematicamente monitorada e fiscalizada. A extração do sal é uma técnica utilizada em todo mundo, com comprovada segurança. A Braskem reafirma seu compromisso com as questões de saúde, segurança e meio ambiente e está à disposição dos órgãos fiscalizadores para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que mostrem necessários. (grifo nosso) Fonte: <https://ojornalextra.com.br/noticias/alagoas/2018/03/34084-braskem-nega-ligacao-de-tremores-com-extracao-do-sal-gema>

A nota traz à cidade, pela primeira vez, a versão firmada pela empresa, de uma causa natural, geológica, que foi reafirmada muitas outras vezes. Um outro ponto interessante presente na nota, é a afirmação de que a mineração ocorre num local com “pouca densidade residencial”, recorrendo ao senso comum presente no imaginário da maioria da população, que não sabia da ocorrência de minas embaixo de suas casas, pois entendiam a mineração como restrita às áreas cercadas em Bebedouro, Mutange e Pinheiro. Em dezembro de 2018, a principal causa investigada era a captação de água, como indicou a reportagem do site UOL⁴⁴.

Em junho de 2019, a Revista Painel Alagoas, trouxe a fala de Abel Galindo realizada em março de 2018 numa reunião do CREA-AL (Figura 24), onde ele já apontava a mineração como causa das rachaduras, pois acompanhava problemas na região desde 2010, quando foi chamado para fazer o reforço de fundação de algumas residências.

Figura 24: Reportagem com trecho da fala de Abel Galindo na reunião do CREA - AL

<p>"Foi no Jardim Acácia em 2010 que eu vi a primeira rachadura, que não level muito a sério porque era uma região muito baixa e atribui à retração do solo. Mas uns seis meses depois apareceram outras na parte alta. Apareceram fissuras em casas, e o detalhe é que fiz sondagem e pela resistência apresentada no terreno não era para ter essas fissuras. Tinha poço e mandamos abrir na época e existia a fissura, em uns 8 metros, 10 metros talvez. Na época um prédio apresentava fissuras pequenas e hoje já apresenta grandes por dentro, na parte de fora. Mas no dia 15 de fevereiro [2018], depois do Carnaval, os moradores testemunharam um tremor com um barulho. Já no dia 03 [março de 2018] agora o estrondo foi testemunhado por muita gente, em outros bairros, deixando as pessoas apavoradas. Nós trabalhamos com hipóteses", detalhou Galindo em audiência realizada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-AL) em março de 2018.</p> <p>As tais hipóteses defendidas por</p>	<p>Galindo foram comprovadas mais de um ano depois da audiência. Em diversas ocasiões o pesquisador atribuiu o problema à atividade de mineração.</p> <p>"A causa principal que eu considero é a extração do sal-gema, é a suspeita principal, a minha. Aproximadamente há uns cinco meses a CPRM elencou três principais causas, elencou oito, mas destacou essas três que foi a extração do sal-gema, a água extraída dos lençóis freáticos, e a falha geológica. Essas falhas são coisas muito antigas, coisas de milhões de anos, elas estavam quietas, eu digo que elas estavam dormindo e foram acordadas. Essas falhas têm em todo o lugar, Tabuleiro, Farol, toda a cidade possui falhas, elas começam nas rochas e vão até 3 mil metros de profundidade. E tudo isso estava quietinho. Aí você chega num ambiente tirando milhares e milhares de materiais, há mais de 40 anos, começou em 1975. Isso começou a se movimentar: O que foi elencado, as três hipóteses estão juntas, trabalham simultaneamente", defendeu Abel Galindo.</p>
---	--

Fonte: Amaral e Pimentel, 2019 ⁴⁵.

⁴⁴ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/12/11/rachaduras-pinheiro-maceio-alagoas-prefeitura-emergencia.htm>. Acesso em 04 mai. 2023.

⁴⁵ Disponível em: https://issuu.com/painelnoticias/docs/revistapainelalagoas_junho2019. Acesso em 8 mar. 2024.

Segundo o próprio Abel Galindo, em entrevistas, e mais recentemente em declaração à CPI da Braskem, o chamaram de doido, por fazer essa vinculação: “Não é fácil você acusar uma empresa poderosa como a Braskem, não é fácil, eu só acusei em 2018, me chamaram de doido.”. O nexos entre as rachaduras e a atividade da empresa foi trazido a público por ele quase um ano depois, em janeiro de 2019, quando Galindo concedeu entrevista a um jornal de ampla audiência na cidade⁴⁶.

Em 08 maio de 2019, a equipe do Serviço Geológico Brasileiro (SGB), apresentou o relatório conclusivo em audiência pública⁴⁷, no auditório da Justiça Federal em Maceió, e mesmo após a relação entre mineração e afundamento dos bairros ser atestada, os acordos firmados entre Ministérios Públicos, Defensorias públicas⁴⁸ e Braskem, tratam o caso nomeando-o como “fenômeno de subsidência” o que é insuficiente para caracterizar a fonte do dano. Informes da Defensoria Pública da União (DPU)⁴⁹ e notícia veiculada no site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)⁵⁰ vão além, e trazem a expressão “evento geológico” como nomenclatura, que não condiz com os diagnósticos produzidos. O geólogo Thales Sampaio, durante a CPI da Braskem, dia 06 de março de 2024, foi categórico: “Fenômeno geológico, evento geológico é quando é causa natural. Se não é causa natural, não é evento geológico. E a Braskem insiste em chamar evento geológico. Então, não é evento geológico.”

A vontade da verdade (Foucault, 1996) se impõe nesse cenário a partir da pressão que o poder econômico que uma dessas verdades exerce, neste caso a verdade da empresa contra a verdade da ciência produzida pelo SGB, cabendo aqui uma breve exposição sobre os controles externos aos discursos. Foucault observa esses controles e como eles funcionam como sistemas de exclusão, estabelecendo três tipos: o primeiro é o mecanismo da interdição, aquele que estabelece que não se tem o direito de dizer tudo, não é dado o direito a qualquer um de dizer qualquer coisa, o segundo é a rejeição, onde não se interdita, mas rejeita o discurso a partir da classificação do discurso como fora da razão ou dentro da loucura, o terceiro é a oposição do verdadeiro x falso, construída historicamente, onde é considerado verdadeiro aquele que detém poder social, o autor observa que as duas primeiras formas se encaminham

⁴⁶ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7298420/> Acesso em 8 de mar. 2024.

⁴⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/sbggov/videos/299733694294627>

⁴⁸ A Defensoria Pública do Estado assinou apenas o primeiro acordo, que se refere a desocupação das áreas e instituição do Programa de Compensação Financeira - PCF

⁴⁹ Disponível em: <https://direitoshumanos.dpu.def.br/informes-defensoriais-2/>. Acesso em 19 de abr. de 2024.

⁵⁰ Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-e-cnmp-alinhamento-prioridade-de-casos-do-observatorio-de-causas-de-grande-repercussao/> Acesso em 19 abr. de 2024

na direção da terceira pela força que a vontade da verdade demonstra.

A vontade da verdade exercida pela empresa tem tido êxito do ponto de vista da adesão das instituições, e está expressa na modelagem de acordos concretizados de maneira a excluir quem não tem poder para estabelecer a verdade, neste caso, os atingidos, este ponto será detalhado mais adiante quando o ponto do sistema de justiça como agravador do conflito for apresentado. O poder de enunciar as causas do afundamento do solo, como um “evento geológico”, foi sendo construído pela empresa ao longo do tempo, assim como o desastre-crime em si. Prática comum da “visão dominante” sobre desastres ambientais, como ressalta Milanez (2021).

Tal qual Zhouiri (2018), entende-se que o desastre da Braskem em Maceió, não é um fato recente, mas que ele vinha sendo processado há algum tempo pelo uso da tecnociência adotada. Em 2019, o relatório da CPRM indicou que imagens de satélite detectaram deformação do relevo desde pelo menos 2016. Contudo, é importante voltar no tempo para alertar que os riscos de desmoronamento das minas são anteriores a esse relatório, eles eram conhecidos desde a implantação da fábrica, como demonstra o trabalho apresentado no VII Simpósio Brasileiro de Mineração em 1977 (ano em que a indústria inicia as atividades), pelo engenheiro Paulo Roberto Cabral de Melo, que atuava como gerente geral da planta de mineração da empresa Salgema em Alagoas.

Àquela altura, a Unidade Mineração já possuía 06 poços/minas, no trecho a seguir ele justifica enumerando os pontos que levaram à opção (naquela época) pelo uso de minas isoladas, questão interessante para entender que já se tinha conhecimento dos riscos existentes:

Os fatores que levaram em conta na escolha do emprego de minas isoladas, devem-se ao conhecimento ainda limitado das condições estruturais da camada mineralizada, a ocorrência de intercalações de folhelhos e uma série de outros fatores ligados à estabilidade das cavidades criadas pela dissolução. Nas jazidas de sal onde existem intercalações de sedimentos insolúveis no corpo salino, o fluxo de injeção poderá ser invertido... Esse procedimento faz com que a configuração da caverna tenha o aspecto de um sino invertido, reduzindo as condições de estabilidade da mesma, mas com a vantagem de oferecer uma salmoura com alto grau de concentração a curto prazo [...]. O problema da estabilidade das cavidades envolve uma série de fatores que atuam diretamente na vida útil de cada mina. A proteção do teto da caverna é feita através de uma almofada de óleo diesel que impede que a dissolução eleve descontroladamente o teto da caverna. Devido ao fato de o óleo diesel possuir densidade inferior à da salmoura, o mesmo tende a permanecer na parte superior da salmoura que se encontra na cavidade impedindo a dissolução do sal existente naquela região. Este procedimento faz com que a dissolução atue somente na parede vertical da caverna, aumentando seu diâmetro. (Melo, 1977, p.281, 282 e 283)

As condições de estabilidade das minas e as alternativas de proteção do teto da caverna,

visando impedir a dissolução do sal de maneira descontrolada, já eram pontuadas em 1977, assim como já se tinha conhecimento das alternativas para uma extração lucrativa. Os pontos 9 e 10 deste trabalho (figura 25), que tratam das reservas e dos problemas surgidos nos poços/minas de salgema, respectivamente, não constam no arquivo disponível no site da Escola Politécnica - Faculdade de Engenharia da USP, onde este trabalho foi obtido. Cheguei até ele enquanto pesquisava na internet sobre o método de lavra por dissolução.

Figura 25: Sumário do trabalho de título: *Método de lavra por solução subterrânea empregado pela Salgema mineração S.A*

VII Simpósio Brasileiro de Mineração 277

SUMÁRIO

1. — **Complexo Industrial da Salgema**
2. — **Composição acionária**
3. — **Situação atual — Salgema Mineração Ltda.**
4. — **Métodos utilizados na dissolução subterrânea**
5. — **Esquema de construção das minas**
 - 5.1 — **Proteção utilizada para evitar a dissolução do teto da caverna**
6. — **Operação das minas**
7. — **Recuperação do sal disponível**
8. — **Procedimento utilizado para acompanhar o desenvolvimento das cavernas**
9. — **Reservas**
10. — **Problemas surgidos nos poços (minas) de Salgema**

Fonte: Acervo da revista Geologia e Metalurgia ⁵¹

Este documento é mais um dos indicativos de que a empresa trabalhou desde o início, ciente do risco de colapso. A razão da negligência em relação ao controle e exploração pode ser indicado pela busca por melhores e maiores resultados, revertido em aumento dos lucros. Em trechos no mesmo relatório, a preocupação com os custos está traduzida na abordagem sobre os métodos de extração:

A fase inicial é bastante crítica pela pequena caverna em formação. Passada esta etapa os desmoronamentos ficarão fora da zona de influência das colunas, reduzindo,

⁵¹ Disponível em:

<http://sites.poli.usp.br/geologiaemetalurgia/Revistas/Edi%C3%A7%C3%A3o%2042/artigo42.8.pdf>. Acesso em: 08 mar 2023.

portanto, os problemas mais sérios. No futuro, haverá a substituição dos tubos em face da corrosão, mas este trabalho será programado para evitar perdas de tempo (Melo, 1977, p. 285)

Como é possível observar, o alto grau de salmoura a curto prazo (em detrimento das condições de estabilidade do terreno) e a substituição dos tubos de forma programada para “evitar perdas de tempo”, denotam a racionalidade capitalista materializada na mineração adotada, que visa redução de custos e busca pelo lucro. A preocupação exposta no trecho, estava relacionada à produção, os “problemas mais sérios” fazem referência ao aumento de custos para reparos ou até mesmo inviabilização da mina devido aos desmoronamentos. A busca pelo lucro direcionou as ações negligentes/irresponsáveis da empresa.

No livro de Lustosa (1997), sobre o pólo cloroquímico de Alagoas, a autora lembra que segundo o relatório do IPEA/IPLAN, PNUD/CEPAL/ILPES de 1983, a reserva recuperável⁵² de sal-gema (de 125 milhões de toneladas), existente na região de Maceió, era suficiente para manter a produção por cerca de 300 anos, com uma produção de 250 mil toneladas por ano, o livro traz também a observação que uma exploração da reserva recuperável levaria ao rebaixamento do solo do bairro de Bebedouro.

O geólogo Thales Sampaio, ex-funcionário do Serviço Geológico do Brasil, nome respeitado entre os moradores dos bairros atingidos, e técnico responsável pelo relatório que apontou a ligação entre a exploração mineral e o afundamento do solo, revelou durante oitiva da CPI da Braskem, que a quantidade de sal retirada das minas da Braskem em Maceió, durante o período em que a extração esteve ativa, de 1976 até 2019, é equivalente a 700 mil caminhões de areia, ou três estádios do Maracanã⁵³. A partir desses dados, e considerando que 1 caminhão de médio porte suporta 6 toneladas de areia, observa-se que foram extraídos o equivalente a mais ou menos 4.200.000 toneladas de areia, que não esgotaram a jazida de 3 bilhões de sal-gema, mas provocou o esgotamento do solo 257 anos antes do previsto para a reserva, indicando uma exploração muito acima do aceitável.

É importante salientar que ao mesmo tempo em que operou a mineração industrial, a Braskem se tornou, segundo informações da própria empresa, a maior produtora de resinas termoplásticas das Américas, concentrando em Alagoas a maior produção de PVC da América Latina e a maior fábrica de soda cáustica da América do Sul⁵⁴, números como estes só são

⁵² “É a parcela da reserva da mina possível de ser extraída, considerando as perdas resultantes do método de lavra, eventuais problemas geológicos e outros” (Freitas e Souza Junior, 1988)

⁵³ Disponível em <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?0&reuniao=12344&codcol=2642> Acesso em 06 de março de 2024.

⁵⁴ Disponível em: <https://www.braskem.com.br/braskemalagoas>. Acesso em 16 de fev. 2024.

possíveis a partir da exploração significativa do solo rico em matéria prima. Em 1983, outro documento passa a compor o cenário de riscos e tensões vividos, o então governador de Alagoas, Divaldo Suruagy⁵⁵, criou uma comissão para realizar um relatório das condições de segurança do complexo da Salgema Indústrias Químicas S/A na área de restinga do Trapiche e Pontal da Barra, o relatório menciona os riscos de desabamento das minas de sal no Mutange (figura 26):

Figura 26: Relatório das condições de segurança do complexo da Salgema Indústrias Químicas S/A,

licos até a planta industrial. Esses poços, quando operados, produzem, em sua extremidade inferior, um vazio tecnicamente chamado "caverna", que adota formas dependentes da estrutura do subsolo. As "cavernas" são previamente dimensionadas e devem ser desativadas quando atingem a dimensão prefixada ou quando o poço é operado ininterruptamente, durante 10 anos em média.

Por oportuno, é de se ressaltar que a captação de matéria prima, se não forem observadas as dimensões das cavernas, poderá oferecer acentuado perigo, com desabamento das paredes e conseqüente afundamento do solo na superfície.

O dimensionamento prefixado das cavernas, nos poços em operação, é conferido periodicamente, mediante utilização de ferramenta especializada que funciona com o sistema de sonar, atualmente inexistente no país. As medições para conferência, já realizadas em três oportunidades, foram procedidas mediante o aluguel da referida ferramenta, a custo elevado, devendo ser repetidas de acordo com as exigências do projeto, tendo Salgema Indústrias Químicas SA informado estar a empresa determinada a adquirir instrumento similar.

Verificando-se a aquisição, que temos como indispensável à segurança do setor, e mantendo-se a utilização dos poços de captação de matéria prima nos limites operacionais, prévia e cientificamente já fixados, o perigo ficará contido e sem conseqüência.

Fonte: Site Histórias do Subsolo, 2022.⁵⁶

Cabe enfatizar o ponto do relatório: "Por oportuno, é de se ressaltar que a captação de matéria prima, se não forem observadas as dimensões das cavernas, poderá oferecer acentuado perigo, com desabamento das paredes e conseqüente afundamento do solo na superfície.", portanto os riscos já eram sabidos pelas autoridades.

A decisão de abrir poços de sal e proceder a exploração de sal-gema onde há falhas geológicas, numa área urbanizada, contraria as normas técnicas, sendo então tomada visando exclusivamente a obtenção de lucro, o geólogo Thales Sampaio explicou à CPI da Braskem:

⁵⁵ Governador nos períodos de 1975-1978 (eleição indireta), 1983-1986 e 1995 a 1997 (eleições diretas)

⁵⁶ Disponível em: <https://historiasdosubsolo.org/documentos#3-10> Acesso em 16 de fev. de 2024.

“Explotar, com casa em cima, nunca! Quando isso começou o bairro era pequeno. Você não pode explotar num lugar desses.”, segundo ele os técnicos que fizeram a prospecção deveriam saber desse impeditivo.

Ainda sobre a forma de operação das minas, podemos recorrer à explicação do professor Abel Galindo (2022), quando diz que o diâmetro delas era superior ao recomendado, além da distância de eixo a eixo entre duas minas ser muito pequena, o que levou à união entre elas, formando enormes vazios. O monitoramento das minas não era feito pela Agência Nacional de Mineração - ANM, o acompanhamento da produção era feito pela própria Braskem, que por serem assinados por um responsável técnico, eram acatados.

O paralelo com o esquema colonial não se faz por acaso, a continuidade na forma como as apropriações territoriais e minerais se dão, revelam as semelhanças com aquele período, por isso, como recupera Assis (2014), Quijano observa e analisa a montagem dessa colonialidade, como “algo que transcende as particularidades do colonialismo histórico e que não desaparece com a independência ou descolonização.” (Assis, 2014, p. 614)

Elas ocorrem em larga escala, porque estão intimamente relacionados aos moldes da rapina colonial, que literalmente sugam a riqueza sem colocar nada no lugar⁵⁷. Essa situação é evidenciada pelo descaso com a manutenção das minas, priorizando lucros e a produção em detrimento da segurança ambiental. A atenção dada à região minerada diz respeito apenas à extração desses recursos. Mas assim como a natureza é violentada, o “espaço socioterritorial periférico” como pontua Aráoz (2020) é também palco de violências, o que explica o abandono dos bairros minerados em Maceió.

Mesmo com a destruição causada silenciosamente, os lucros expressos no relatório anual de 2018 da Braskem são de 7,1 bilhões de reais, 187% maior que o obtido no ano de 2017 (Braskem, 2019). Toda a rede que proporciona esses lucros é gerada a partir da extração de matéria prima como a que ocorre/ocorreu⁵⁸ em Maceió, que se traduziu no maior desastre ambiental em andamento no mundo, suprimindo inúmeros modos e meios de vida. Parece óbvio, mas nos relatórios anuais da empresa essa relação entre exploração e lucro se dilui com

⁵⁷ Quando a mina atinge seu limite de exploração, ela deve ser preenchida para: “manter as paredes daquela caverna quieta, equilibrada, porque tem que deixar ali dentro a mesma pressão que existia quando ela tava sem ninguém mexer nela.” Abel Galindo em entrevista à TV Mar, em 30/11/2023. disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pFCanEYxU-g> Esse processo pode ser feito a partir de pressurização ou pelo preenchimento com outros tipos de materiais.

⁵⁸ Muitos moradores não acreditam que a exploração do mineral parou, mas a empresa alega que encerrou as extrações nos poços, a comunicação foi divulgada em novembro de 2019, como mostra a reportagem do G1 AL: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/11/14/braskem-decide-fechar-pocos-de-extracao-de-sal-gema-em-maceio.ghtml>

tudo o colorido de dados e números exitosos que ela apresenta (figura 27).

Figura 27: Macro-objetivos não contabilizam Maceió (destaque)



Fonte: Relatório anual 2019, Braskem, (2020, p.12.)

O trecho do relatório de 2019, ano seguinte à descoberta do afundamento do solo de bairros de Maceió, traz os macro-objetivos do desenvolvimento sustentável da empresa, mas no tópico sobre desenvolvimento local, para o ano de 2019, Maceió não aparece na contagem, apesar de toda a importância da produção da planta para o desenvolvimento da empresa. Sobre a aparente mágica dos diagramas, Assis e Acselrad (2024) enfatizam:

A relação entre os diagramas e a produção de verdades nos permite considerá-los como um mecanismo que, embora se construa como reflexo análogo do real, traz consigo a capacidade de criar novas figurações esquemáticas, conduzindo-nos de uma premissa originária para o surgimento de novas afirmações que, por sua vez, têm o poder de produzir sentidos novos acerca da realidade. (Assis e Acselrad, 2024, p.8)

Os relatórios são uma forma de demonstração das boas capacidades das empresas, suas conquistas são alardeadas visando atender aos anseios dos investidores, e essa produção de novos sentidos apontada pelos autores, em paralelo com os dados do trecho do relatório, aponta para a lacuna na representação da realidade, com o objetivo específico: “capturar adesão” (Assis e Acselrad, 2024, p.10). As ações para “limpar a barra” da empresa não acontecem só para os investidores a prática de controle discursivo por meio da propaganda foi reatualizada com o desastre-crime, e acontece em diversas redes sociais, pois estar presente na cena pública é, sobretudo, disputar a consciência das pessoas, de maneira direta e para além da premiação direcionada aos jornalistas que ela fez durante tanto tempo. A produção de material informativo para as redes sociais como o Instagram (figura 28) é atualizada semanalmente, muitas vezes com mais de uma publicação, junto a elas, propagandas televisivas são veiculadas com ares de telejornal.

Figura 28: Recorte com 9 publicações da página Braskem Explica (agora Compromissos Braskem)



Fonte: Instagram⁵⁹

Em conversa com um morador da Rua Marquês de Abrantes para a elaboração de relatório da CDDH-OAB/AL, em novembro de 2022, pude observar mais de perto o poder informativo que a empresa detém:

A gente se informa mais através da televisão, da reportagem, e outro, de boca em boca, não se escreve né?! eu gosto muito de ouvir a reportagem, porque não vem ninguém assim feito você tá vindo, pra conversar com a gente, durante esse período que eu tô aqui, depois que a Braskem começou com esse negócio, a primeira pessoa que veio foi você até agora, não veio mais ninguém, não veio advogado, não veio mais ninguém.

“Informar” passou a ser, nesse novo contexto, parte de sua presença na cidade. Essa prática é muito diferente da adotada nos anos anteriores à eclosão do caso, quando a empresa mantinha uma atitude discreta de forma geral, exceto nos momentos em que ocorriam problemas mais sérios na fábrica, quando as justificações simbólicas para sua existência no estado eram ativadas. Vê-se o evidente o cálculo do lucro a partir do escamoteamento da verdade, assim vamos percebendo que o poder de controlar territórios e informações a partir da geopolítica dos riscos é o grande trunfo adotado pela Braskem, na sequência abordaremos o controle territorial operado neste conflito ambiental.

⁵⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/braskemexplica/>. Acesso em 18 de fev. de 2024

2.1.2 - O controle territorial

Diante da confirmação da ligação entre atividade minerária e rachaduras, convém analisar a presença dela na região, especialmente no Mutange, onde está localizada a unidade de mineração. A mineração integrava a paisagem sem deixar evidente que se tratava de uma grande exploração do solo, em fotos capturadas pelo Google Maps (figuras 29) observa-se que inicialmente a sede da unidade mineração estava integrada à paisagem, sem muros, (foto de 2012), já em 2015, um muro passa a compor o cenário, de forma muito discreta, da cor da paleta do lugar, sem chamar muita atenção; a logomarca já é outra na foto de 2016 e se mantém até a foto capturada em janeiro de 2018, em 2019 já não há mais a placa da empresa, apesar de estar ativa, pois só comunicou o encerramento das atividades de mineração em novembro daquele ano.

Além do pouco apelo à exposição da marca na região, não existiam ações em benefício daquela comunidade, as ações de responsabilidade social, tão em voga atualmente, não foram aplicadas na região.

Figuras 29 a, b, c e d: Unidade Mineração no Mutange



Fonte: Google Maps, a) out. 2012, b) abr.2015, c) jan.2018 e d) out. 2019

Já no Pontal, a prática era outra, muito em função do fato de não ser possível esconder uma indústria de grande porte, ao longo do tempo os tanques que mantinham a logomarca da empresa, foram sendo reformados e percebe-se que a logomarca não está sendo utilizada (figuras 30a e 30b).

Figuras 30a e 30b: Vista dos tanques da Braskem no Pontal da Barra



Fonte: Google Maps, a)2015 e b)2017.

Já no bairro do Pontal da Barra, por outro lado, o nome Braskem estampa, o barco escola do projeto que leva estudantes para conhecer o Complexo Estuarino Lagunar Mundaú – Manguaba (CELMM), uma parceria entre a empresa e o Instituto do Meio Ambiente - IMA (conforme a figura 31).

Figura 31: Barco escola presente no Pontal da Barra desde 2009



Fonte: UFAL⁶⁰

Além do barco, há uma escola municipal, o Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI) Mestre Izalino, “construído para se tornar a primeira escola sustentável da capital alagoana”, feito em parceria com a Braskem, como ressaltou o boletim⁶¹ da Secretaria Municipal de Educação - SEMED/Maceió. Outra ação é o treinamento simulado promovido pela Braskem, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros, chamado programa Alerta e Preparação de Comunidades para Emergências Locais – APELL⁶², que mantém a comunicação empresa-

⁶⁰ <https://ufal.br/ufal/noticias/2010/09/professores-participam-de-projeto-barco-escola-do-ima> Acesso em mar. de 2024.

⁶¹ Disponível em: <https://boletimsemed.blogspot.com/2016/05/> Acesso em mar. de 2024.

⁶² Regulamentado pelo Decreto nº 38.652, de 07 de dez. de 2000.

comunidade ativa. Além dessas ações a presença do cinturão verde, ao lado da indústria, há 36 anos, contribui na construção de um outro imaginário na região do Pontal.

Milanez (2017), observa que a lavra mais comum no Brasil é feita a céu aberto, como nos casos de Minas Gerais, a “amputação” da paisagem é vista muito facilmente, por mais que se realizem medidas “compensatórias”, o dano está visível. Em Alagoas, a lavra não é a mesma de Minas, e funcionou bem ao estilo do ditado: o que os olhos não veem, o coração não sente. Ela é feita por dissolução e ocorre no subsolo. Durante mais de 40 anos o método de extração proporcionou a captura de recursos sem alarde, o que ajuda a explicar a não vinculação imediata do desastre à mineração, por parte dos atingidos, dos órgãos de controle e do sistema de justiça.

Apesar da aparente falta de alarde, é possível notar, em diálogo com moradores, que a empresa não era percebida como “salvadora da pátria”, como muitas autoridades defendiam, eles apontam os danos causados pela empresa à Lagoa e ao ofício dos pescadores. Em conversa com um pescador da região do Flexal, foi relatado que de tempos em tempos (mesmo depois de terem dito que a extração foi encerrada) a rede de pesca aparece preta, cheia de óleo, ele conta que imagina ser o óleo que vem do Mutange (local onde funciona a base da mineradora), o óleo seria de quando eles “lavam as máquinas de lá”, disse ainda que eles aproveitam a maré cheia para “soltar tudo o que não presta” na lagoa. Conta ainda que acorda muito cedo para pescar e como mora na Chã de Bebedouro consegue ver carretas passando com tubulações enormes, ele não acredita que a extração tenha parado, conta que estão “mexendo” agora lá no colégio Bom Conselho.

Essa face do conflito que envolve o controle territorial é reveladora do poder da empresa, que ao cercar as áreas e se cercar de agentes públicos complacentes, impossibilitam o controle social dos moradores que são excluídos também dos espaços de decisão, o acompanhamento das movimentações da empresa e órgãos públicos é feito à distância. Outro morador da Marquês de Abrantes, que entrevistei durante a inspeção da CDDH-OAB/AL, em 19 de novembro de 2022, diz que conhece tudo na região e que a espessura dos canos que cortam a lagoa aumentou:

...as pessoas alegam que ela não tá extraíndo, mas um dia ela vai extrair o sal, ela vai voltar, vai faltar matéria prima? se ela tem a matéria prima, ela não vai parar, ela pode parar pra vocês que são justiça, mas ela não vai deixar de tirar. Eu nasci e me criei moça... Moça eu conheci esse mangue como a palma da minha mão, os canos que tinha antigamente pros canos que tem hoje, ahhh, mas tá fechando as crateras... não minha gente, a gente não pode, vocês têm que fiscalizar mais, a fiscalização tem que aumentar mais, muito mais. Ela acabou com a vida das pessoas, eu sou um dos mais

jovens, eu vi tudo essa mudança acontecer, a minha infância foi brincar nesses matos aqui, Bom Conselho, Ulisses Pernambucano, conheci tudo, eu vi tudo, meu pai que faleceu, era pescador, eu conheço essa lagoa igual a palma da minha mão. Eu nunca saí daqui eu vejo a situação que a gente tá passando, só piora, nada melhora, a primeira vez que alguém parou pra me escutar foi a senhora nesse exato momento. Eu não vou sair pra fazer protesto, pra queimar pneu, eu não vou sair pra fazer nada, não vou não, as pessoas de fora não tem nada a ver, já basta as pessoas que saíram daqui pra ir pra bem longe e eu fechar a rua? jamais, eu vou fechar a rua, jamais eu vou fazer protesto, porque ela sabe do erro dela (Braskem). Ela sabe o que ela fez na vida da gente, eu que tinha um valor x que eu ganhava por mês hoje eu não ganho mais, eu trabalhava com os comerciantes, fornecia pros comerciantes no bairro, hoje o meu serviço tá pingando, pra eu poder atender um cliente, um cliente que era do bairro, que tá bem distante de mim...

Os olhos que acompanham a movimentação da empresa (no primeiro relato), não contam, não fazem diferença, pois suas versões ficam restritas às experiências relacionais desses grupos sociais com a mineração. São versões que não atingem as instâncias de justiça e muito menos nas esferas governamentais. Essa desconexão entre as versões da empresa e das pessoas que experienciam as transformações ambientais provocadas por ela culminam no desamparo que acaba por reverberar na forma como alguns moradores percebem os acontecimentos. Cabe aqui lembrar Honneth (2003), que identifica três esferas principais de reconhecimento: o amor, como sendo aquela importante para a formação da autoestima, ou seja, é o reconhecimento de si; o direito, onde há a definição do reconhecimento de direitos e também de deveres, é a instância de reconhecimento onde as regras moldam as relações sociais; e a solidariedade, como sendo aquela onde reconhecemos as capacidades dos outros membros da comunidade, ela está relacionada à valorização social e participação ativa que os indivíduos/grupos exercem na comunidade.

Esse desamparo expresso nas declarações dos moradores é consequência do não reconhecimento nas três esferas, isso impacta inclusive sua disposição para a luta, que se revela quando o morador diz: “jamais eu vou fazer protesto, porque ela sabe do erro dela”. O relato não é unânime, outros moradores demonstram disposição para protestar, mas revelam muito sobre as dimensões que este conflito tomou, ou não tomou, mesmo após seis anos das primeiras revelações desastrosas⁶³.

O peso da Braskem no Estado foi sendo produzido a cada nova conquista territorial, a implantação das dutovias que ligam as plantas industriais, (Mineração - Unidade Pontal - Unidade Marechal - Planta Camaçari/BA) é uma das grandes demonstrações desse poder. Diodato (2017) em vasta análise sobre a concepção do polo cloroquímico de Alagoas (título

⁶³ O detalhamento desse não reconhecimento será aprofundado no segundo capítulo.

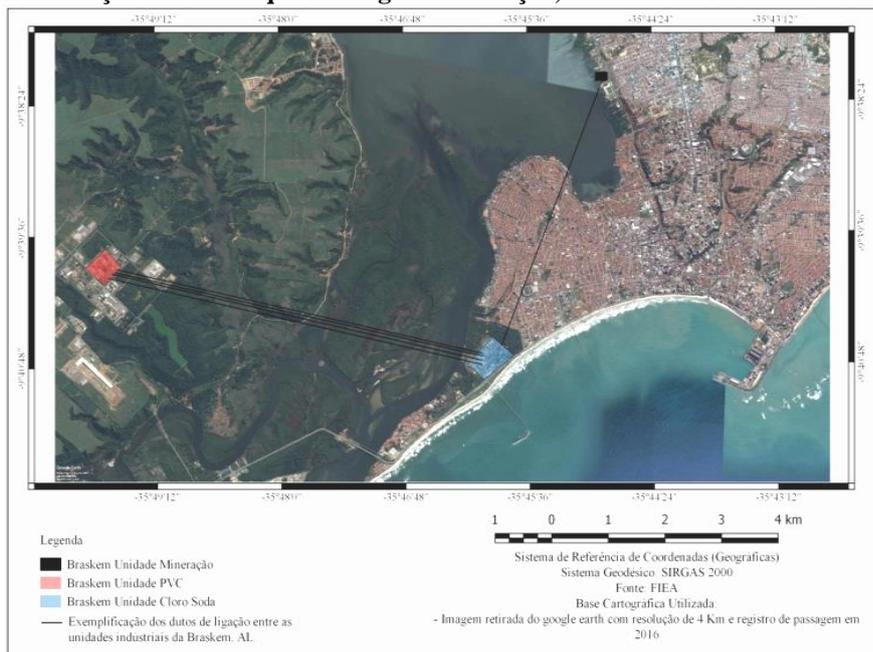
de seu trabalho), trouxe uma ilustração do mapa desses dutos (salmourodutos/tubovias) e recupera uma foto de Lima (2011, p. 95), (figura 32), que mostra a ligação entre a unidade mineração no Mutange e a do Pontal da Barra que se conecta com a unidade de Marechal Deodoro (figura 33), além desses, há também o etenoduto que liga a unidades industriais da Braskem em Alagoas à Camaçari na Bahia, pois esta unidade envia o eteno produzido lá, para produção de dicloroetano - DCE no Pontal (Figura 34).

Figura 32: Tubulações de transporte entre unidades fabris



Fonte: Lima (2011), recuperada por Diodato (2017, p.86).

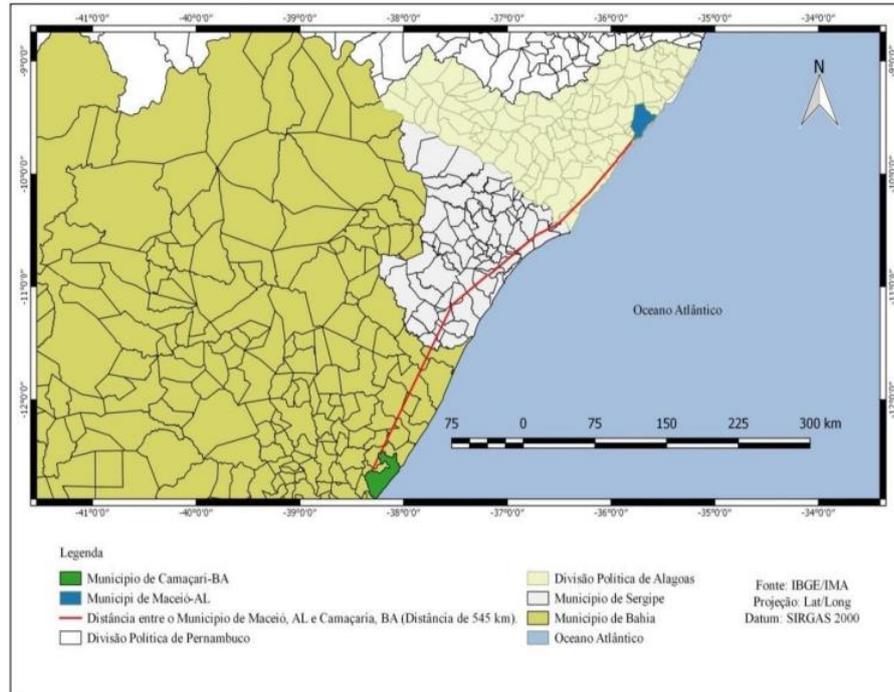
Figura 33: Localização dos dutos que interligam mineração, unidade cloro-soda⁶⁴ e unidade PVC.



Fonte: Diodato (2017, p. 85)

⁶⁴ “A cadeia produtiva da indústria de soda-cloro inicia-se com a eletrólise da salmoura. Nesta operação, a soda é coproduzida com o cloro, em uma proporção fixa de 1 tonelada de cloro para 1,12 tonelada de soda cáustica.” (Fernandes, 2009, p. 281). além do que o material tem: “mais de 14.000 usos conhecidos. Muitos destes usos derivam das propriedades químicas do sódio e do cloro e dos seus papéis essenciais na nutrição humana e animal” (Melo et al. 2008 p. 579).

Figura 34: Mapa ilustrativo da ligação entre a unidade cloro-soda no Pontal e a unidade Camaçari - BA



Fonte: Diodato (2017, p 87)

Como podemos observar, para a acumulação de capital as fronteiras são permeadas, facilitadas, na contramão de seu fluxo, lembro das inúmeras barreiras criadas pela empresa para evitar a passagem das pessoas, determinadas pela Defesa Civil e o SGB/CPRM, nos bairros atingidos. Julgo ilustrativa as fotos tiradas nas idas a campo (Figura 35 e 36).

Figura 35: Região já demolida



Fonte: Foto da autora tirada em 25 jan 2023.

Figura 36: Barreira metálica na entrada do Flexal, no cruzamento da rua Cônego Costa com a Tobias Barreto



Fonte: Foto da autora tirada em 27/05/2023

Como é possível observar, para além da barreira metálica, há um braço de lagoa, vegetação do mangue (que sempre estiveram alí), além de ruínas misturadas ao barro, algumas casas que serão demolidas, e o maquinário usado para este fim. A paisagem, antes dinâmica, vai recebendo inúmeras formas de controle. O silêncio do lugar, era (e ainda é) interrompido apenas pelo barulho dos carros, mas antes o comércio próximo à linha férrea era intenso, havia supermercados, lojas de ração, venda de frutas e verduras, igrejas, escolas e uma circulação intensa de pessoas (Figuras 37a e 37b), aquela região foi porta de entrada da cidade pela via lagunar no início da ocupação do território (Figuras 38a e 38b).

Figuras 37a e 37b: Rua Cônego Costa em janeiro de 2011 e em 2023 sentido Centro - Chã de Bebedouro



Fonte: a) Bairros de Maceió [s.d]⁶⁵ b) foto cedida por Carlos Eduardo Lopes, (acervo pessoal) 2023.

⁶⁵ Disponível em: <https://bairrosdemaceio.net/bairros/bebedouro>. Acesso em: 02 mai. 2024.

Figura 38 a e 38b: Foto de Luis Lavenere no início do século XX Porto de Bebedouro e vista da estação de trem na entrada do Flexal.



Fonte: a) História de Alagoas, 2020.⁶⁶ e b) Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos.

A barreira mais reclamada pela população atualmente tem sido o fechamento da Avenida Major Cícero de Góes Monteiro, interditada desde 28 de março de 2020 (figura 39):

Eu tenho muita vontade de dizer aos meus filhos: aqui foi o bairro que eu nasci, aqui foi o bairro que eu brinquei, passava a ponte do lado pro outro, eu tenho esse sonho, de ver isso voltar, principalmente a via, por que fechou a via?

Juliane: A via que você fala, ali na, depois do Bom Conselho?

Morador: Isso, depois do Bom Conselho, do Ulisses até o Bom Parto, porque fechar a via, se a Fernandes Lima já não aguenta mais, já não aguentava? E com a perca dessa imensa, de uma via desta, cada dia só piora, motoqueiro, que eu sou motoqueiro, cada dia só piora, a gente precisa ver isso, ela não tá só mexendo com a vida das pessoas, ela tá mexendo com a cadeia geral! Se a gente a parar e analisar tá mexendo com todo o sistema.

Figura 39: Avenida Major Cícero de Góes Monteiro sentido Mutange



Fonte: Google Maps

Wanderley (2009, p. 477), observando a racionalidade das mineradoras na Amazônia, lembra que “as empresas criam novas formas de regulação do uso do território numa escala

⁶⁶ Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/estrada-de-bebedouro-um-dos-primeiros-caminhos-para-maceio.html>. Acesso em: 02 mai. 2024.

local”, de forma que possam exercer controle mais livremente, para isso valem-se de mecanismos de coerção, que podem ser materiais, como as tais barreiras metálicas, cancelas, ou por meio de regras que se desobedecidas podem causar alguma sanção para quem as viola. Isso só é possível com apoio estatal, conquistado por meio do que o autor chama de chantagens locais, assim toda (má)sorte de desregulações passa a ser possível. No caso Alagoano, a livre atuação da empresa quanto ao fechamento de ruas e monitoramento constante das vias em que ainda há circulação, mas não há mais moradores, ganha maior incremento após a acordo de 1,7 bilhão com a prefeitura de Maceió, 1,7

Os conflitos visíveis ou manifestos, se quisermos usar a linguagem corporativa, no desastre-crime da Braskem tem ocorrido nos lugares onde a convivência com áreas compradas/tomadas pela empresa se dá mais diretamente, ou seja, nas margens, onde só transitar é motivo da observação vigilante no melhor estilo panóptico moderno, com o uso de drones, como quando pesquisadores avistaram o instrumento enquanto visitavam a região do Flexal (bairro ainda habitado que luta pela realocação), ou liberação de gases (fumacê para controle de pragas) como a ocorrida no último dia 29 de junho de 2023, durante a procissão de São Pedro no mesmo bairro que não acontecia desde a chegada da pandemia (figura 40).

Enquanto a procissão passava, avistamos uma fumaça intensa na altura do antigo Parque da Lagoa, um cheiro forte tomou conta do lugar, a procissão parou e esperou a neblina se dissipar, entoando o canto de São Pedro que dizia: *Óh São Pedro, pedra forte, rocha firme do Senhor, intercede pela gente, nosso apóstolo pastor!* Senhoras olhavam umas para as outras e para mim repetindo a pergunta: “pra quê isso, né?”, “que absurdo, justo na hora da procissão”, a equipe de vigilância privada que possui carro e moto à disposição e uma base montada perto da estação de trem, observava tudo de longe, assim como duas mulheres que levavam as mãos em direção ao santo enfeitado na charola de flores e depois afagavam o peito, como quem pede o consolo ao santo.

Figura 40: Liberação de fumacê durante a procissão de São Pedro no Flexal



Fonte: Fotos da autora, Flexal de baixo, 29 de junho de 2023

O nível de controle territorial da Braskem não é obtido de uma hora para outra, desde junho de 2019 ela vem reproduzindo nas redes sociais e depois em programas de televisão em canais abertos, uma espécie de programa informativo chamado Braskem Explica, um deles, trata sobre a limpeza urbana e controle de pragas das regiões atingidas, feito com auxílio de fumacê e drones que jogam inseticida nos locais de difícil acesso. Quem assiste e não tem contato com a realidade dessa região pensa que ela está fazendo sua parte para mitigar os danos causados por ela.

Harvey (2005) diz que “O capitalismo internaliza práticas tanto canibais como predatórias e fraudulentas...” (Harvey, 2005. p, 124), pode-se dizer que em Maceió o solo rachado é a expressão da prática predatória escondida de muitas formas, durante muitos anos, essa prática tem seu potencial destruidor incrementado pelo controle territorial (Becker 2010; Laschefski, 2020). Além das ocultações, o controle territorial é operado de muitas formas, e ocorre especialmente com anuência do Estado, como ressalta Becker (2010):

O fortalecimento do poder das corporações representa a perda de poder pelo Estado, na medida em que os países deixam de ser as unidades econômicas da realidade histórica e ele perde o controle sobre o conjunto do processo produtivo, fato agravado nos países subdesenvolvidos pela dívida externa. Sob condições de menor autonomia estatal, amplia-se sobremaneira a fragmentação do espaço nacional pela apropriação e gestão privada de grandes parcelas, que, vinculadas a um espaço transnacional, são relativamente autônomas (Becker, 2010, p.19).

A total falta de fiscalização do Estado entregou aquele território para que a empresa gerenciasse como bem entendesse, desde a implantação da mineração, na década de 1970. Demonstrações desse tipo de controle vêm sendo vistas ao longo dos anos, primeiro por tornar aquelas comunidades vizinhas da mineração, segundo por obrigá-las a viverem um processo de remoção inesperado e indesejado e terceiro por fazê-las assistir a transformação da cidade com o selo Braskem de qualidade, uma vez que ela pode continuar propagando seus feitos a partir das obras que executa em função dos Termos de Acordos firmados na justiça.

O caráter multidimensional dos desastres é sublinhado por Ávila e Mattedi (2015) que observam que eles são construídos a partir de variáveis sociais e naturais, os autores delineiam dois paradigmas: o paradigma dos hazards, aquele que toma o desastre como exterior à sociedade, como algo que apresenta um problema para ela, esta perspectiva trata o problema isoladamente e dificilmente suas práticas desenvolvem ações contínuas e integradas em busca de resolução. E o paradigma da vulnerabilidade, que encara o desastre como um problema ambiental socialmente construído, que se revela na percepção parcial e inadequada dos atingidos sobre o desastre, podendo ser descrito como uma incapacidade de agência dos indivíduos sobre eles. Em resumo os autores dizem:

Quanto maior a vulnerabilidade, maior a destruição causada à população e seu território. Esse território é resultado da mudança no tempo (desenvolvimento) - cujo ritmo pode ser rápido ou lento - em um determinado espaço ou lugar (região) - cuja dimensão pode ser ampla ou restrita. Quanto mais equilibrado o ritmo da mudança, mais equilibrado o desenvolvimento (Mattedi, 2014). Quanto mais desequilibrado o desenvolvimento, maior a vulnerabilidade. (Ávila e Mattedi, 2015, p.9)

No final de novembro de 2023 o controle territorial ganhou mais um capítulo importante, a ameaça do colapso da mina 18, localizada próximo ao campo do Centro Sportivo Alagoano - CSA ampliou a área de impedimento do tráfego de embarcações, juntamente com a proibição da pesca, o tráfego em outras vias também passou a ser limitado e a ordem de expulsão dos moradores residentes em alguns pontos no alto de Bebedouro e no Pinheiro, com processo de remoção travado (pois não aceitavam o valor que a Braskem ofereceu “compensação” pelo incômodo causado) recebeu reforço da justiça. O Juiz Federal, Ângelo Cavalcanti Alves de Miranda, autorizou a desocupação compulsória desses imóveis, com o uso da força policial, se fosse necessário, pois segundo a Defesa Civil, eles estariam localizados em área de risco. Assim, as remoções foram feitas a toque de caixa, sem o mínimo de previsibilidade e organização dos moradores, e sem que todos os pertences pudessem ser levados.

Essa redefinição dos modos de governar, legislar e aplicar as leis funcionam quando os semelhantes em poder e influência estão em sintonia (quase sempre), a redefinição precisa contar com uma justificativa “aceitável”, neste caso a do risco. Veena Das e Deborah Poole (2008) exploram essas fronteiras entre o legal e o ilegal, que segundo elas, revelam as emaranhadas relações entre os agentes estatais e os atores privados a serviço da reprodução e apropriação econômica, suas análises ajudam na compreensão das dinâmicas de opressão.

Na oitava realizada durante a visita do Conselho Nacional de Direitos Humanos em Maceió, duas moradoras expulsas nas condições descritas acima, relataram os momentos de horror, uma delas relatou que: eles (Braskem) ditam todas as regras, “além de terem quebrado todo o bairro, num modus operandi orquestrado” para vencer os moradores pelo cansaço, “eles descontam o valor até do serviço de psicologia que oferecem”, falou que há formas de tratamento diferenciado “que vai piorando à medida que vai descendo o padrão de vida dos bairros atingidos”, onde o Pinheiro recebe maior atenção, depois de Bebedouro, Bom parto e Mutange.

Em entrevista ao programa AL TV 2ª edição, uma moradora declarou⁶⁷:

2h da manhã, a campanha tocou na minha casa, eu vim atender, quando abri o portão já me deparei com o oficial de justiça, com um cenário de muitos policiais, cheio de policial federal, muito policial militar. Eu achei até que eles tivessem vindo pegar um bandido de alta periculosidade, ambulância, defesa civil, funcionários da Braskem, e disseram que eu tinha que desocupar a casa de imediato. Tô com a roupa do corpo, sou advogada, não tenho roupa de trabalho, não tenho bolsa de trabalho, não tenho nada, eu tô sem saber até como vou trabalhar...

Deram dez minutos para que a moradora tirasse os pertences, que foram amontoados em sacolas plásticas, na mala de um carro, tudo filmado pela reportagem. A partir do dia 05 de fevereiro 2024 vários trechos dos bairros do Pinheiro e Bebedouro foram bloqueados, 65 pontos estão com o acesso limitado, algumas ruas ainda funcionavam como rota alternativa ao engarrafamento sempre presente na Av. Fernandes Lima, regiões onde os moradores já haviam passado pelo processo de remoção. Os bloqueios e traçados da rota permitida foram feitos pela Defesa Civil com a justificativa de garantir a segurança dos condutores, reforçando e ampliando o processo de controle territorial que vem sendo praticado há alguns anos (figura 41).

⁶⁷ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12159190/> Acesso em 25 fev. 2024.

Figura 41: Mapa de interdições e via alternativa elaborado pela Defesa Civil



Fonte: G1/AL⁶⁸

Tanto o controle territorial como o controle discursivo exercidos pelas empresas, compõem a gestão de riscos sociais corporativos, Raquel Giffoni Pinto (2019) recupera algumas discussões iniciais do campo da Sociologia para contextualizar a análise dos riscos políticos, lembrando a ideia contida em Weber sobre o sucesso da exploração capitalista ter estreita ligação com a “confiança nos aparelhos jurídicos e administrativos” (Weber, apud Pinto, 2019, p.17). O desenvolvimento das empresas capitalistas precisa, portanto, encontrar um ambiente estável e livre de conflitos, para a realização de seu projeto lucrativo. Um risco político pode desestabilizar o andamento desse projeto, e é por isso que esse tipo de gestão tem sido cada vez mais praticada.

Pinto (2019) cita alguns problemas enfrentados por grandes empresas e como o Banco Mundial trabalhou para fomentar ações de prevenção e contenção desses riscos, a autora retoma o caso da Coca-Cola Co na Índia, que teve de enfrentar protestos de ativistas ambientais que denunciavam a empresa sobre o consumo e degradação das águas pela empresa. De acordo com

⁶⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2024/02/02/ruas-de-bairros-afetados-pela-mineracao-em-maceio-sao-interditadas-a-partir-de-segunda-feira-veja-quais.ghtml> Acesso em 16 fev. 2024.

manuais e consultorias especializadas⁶⁹, o risco político é a capacidade de uma movimentação política impactar uma empresa ou mercado. Buscando conter a escalada desse tipo de risco e fomentar o desenvolvimento, o Banco Mundial incentivou a criação de um fundo para este fim, sendo criada em 1988 a Multilateral Investment Guarantee Agency, - MIGA.

A retrospectiva proposta pela autora, nos ajuda a entender como um cenário de riscos move as estratégias das empresas, uma delas já analisada por Gaviria (2015) chamada de “licença social para operar”, uma “ferramenta de gestão” elaborada pelos consultores Ian Thompson e Robert G. Boutilier (2011), que influencia setores minerários, por sua abordagem que pretende “resolver” problemas de relacionamento entre empresas e sociedade, “uma espécie de aprovação da comunidade em relação às operações de uma determinada empresa.” (Thompson, apud Gaviria, 2015, p. 138). Como explica Gaviria, “a noção da licença surgiu nos debates sobre conflitos sociais associados à expansão da indústria mineradora no Canadá” (Gaviria, 2015, p. 141) sendo valorizada e difundida pelo Banco Mundial.

Apesar do aparente apelo à aprovação popular, a tal licença é “produzida empresarialmente”, e “responde mais ao espaço de interação de não-mercado” onde as estratégias “visam interações institucionais, políticas e sociais como forma de aumentar sua capacidade de criar e capturar valor” (idem, p.142). Gaviria (2015) lembra da dificuldade característica do setor minerário que possui uma rigidez de localização, por nem sempre contar com um cenário político “favorável” nos territórios de abundância mineral, com facilidades de desregulação social, ambiental e fiscal. Nesse contexto, pode-se dizer que a Salgema/Trikem/Braskem esteve em grande vantagem, pois o cenário da implantação foi favorável à empresa, pela ausência de legislação específica (a Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº6968/81, só foi criada na década de 1980, quando a indústria já estava em funcionamento) e pelos incentivos e facilidades criados pelo período ditatorial que desejava “desenvolver” as regiões Norte e Nordeste.

A atividade extrativa de sal-gema em Alagoas foi levada às últimas consequências desconsiderando os riscos políticos que um desastre poderia trazer à imagem da empresa, e com preocupações escassas muito pontuais em relação a aprovação das comunidades, em nossa análise isso decorre da confiança no caráter periférico da localização da indústria: Alagoas, periferia da periferia, e com a localização do mineral em área igualmente periférica, tornou-se um modelo ideal de zona de sacrifício, assim como foi Bhopal para a Union Carbide,

⁶⁹ Pinto (2019) cita a definição de Bekefi e Epstein (2006), em rápida pesquisa encontramos outras definições similares, como a da consultoria Insight Geopolítico, disponível em: <http://www.insightgeopolitico.com/risco-politico/>, mas todas

Brumadinho para a Vale ou Barcarena para a Hydro Alunorte. O caráter periférico não se relaciona apenas com a vulnerabilidade dos atingidos, mas com a confiança na inação das instituições, e falta de combatividade do sistema de justiça, ponto que será esmiuçado na próxima sessão.

2.2 - O sistema de justiça e o aprofundamento do conflito

No contexto do desastre-crime em Alagoas, duas soluções discutidas pelo sistema de justiça e a empresa Braskem merecem destaque inicial: o Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco, que instituiu o Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação - PCF e o Termo de Acordo para Extinguir a Ação Civil Pública Socioambiental. Ambos foram celebrados sem a participação dos atingidos e o conflito em vez de solucionado foi ampliado em novas esferas, as decisões operadas pelo sistema de justiça local, marcam profundamente as vidas dos atingidos e por isso serão apresentadas e analisadas aqui.

Como um desastre dessa magnitude pode ser tratado por muitos, apenas como um caso reparável financeiramente? Para responder a essa pergunta é preciso dar atenção às soluções adotadas nas instâncias de justiça em sinergia com a empresa. O Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF), previsto no Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco, e o Termo de Acordo Socioambiental e Urbanístico são pontos importantes a serem considerados, pois foram alardeados pela Braskem em suas propagandas, compondo assim a chamada ambientalidade⁷⁰ (Leite Lopes, 2006) capitalista.

O primeiro, foi firmado entre Ministérios Público Federal e Estadual, Defensorias Públicas da União e do Estado de Alagoas e a empresa Braskem, como alternativa para remoção preventiva dos moradores da área de risco, mesmo com o não reconhecimento de responsabilidade por parte da Braskem. O segundo extinguiu a ação civil pública socioambiental, que pedia a responsabilização da empresa e dos órgãos fiscalizadores, como o Instituto do Meio Ambiente - IMA, prevendo o monitoramento do “fenômeno de subsidência” (expressão recorrente nos documentos) e a contratação de empresa especializada, indicada pela

⁷⁰ Leite Lopes, (2006 p.34) sublinha como: “uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do “meio ambiente”. Essa incorporação e essa naturalização de uma nova questão pública poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial...O ambientalismo poderia propiciar uma dessas formas de controle do capitalismo ou caracterizar uma de suas transformações possíveis.” Acsehrad, tomando como base este conceito o ressalta como “o processo de adoção de um discurso ambiental genérico por parte dos diferentes grupos sociais, como a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas, científicas etc.” (2010, p.103)

Braskem, para avaliação e acompanhamento da execução do plano ambiental, elaborado pela empresa Tetra Tech, que realizou o diagnóstico e o plano, por indicação da Braskem, além da empresa Diagonal, contratada para realizar estudos sociais para a elaboração de medidas de compensação social.

Os acordos citados, são construídos sem a participação dos atingidos, que em suas oportunidades de fala relatam a sensação de que apenas a empresa levou vantagem. Em contraste com essa declaração, o defensor público da União, por ocasião da visita feita pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH em dezembro de 2023, declarou: “temos 125 recusas, o índice de satisfação é muito alto. Muitos dizem que a Braskem ofereceu valores irrisórios, eu acompanhei casos individuais e isso não aconteceu.”

Não foi apresentado como esse índice foi medido, mas não custa lembrar que aceitar não significa concordar e nem muito menos estar satisfeito, uma vez que, os problemas decorrentes de viver em constante estado de alerta, com medo de que o chão de sua casa se abra, explica facilmente a tal “aceitação”, que pode ser substituída muito mais pela palavra imposição. São as alternativas infernais impostas pelo sistema capitalista como explicou Isabelle Stengers (2015).

A palavra compensação está colocada estrategicamente para não incriminar a empresa, já a palavra apoio, (à realocação), não reflete a sensação de alguns moradores, que relatam uma verdadeira via crucis para conseguir encontrar imóvel disponível e com valor acessível para alugar/comprar, além do próprio processo de remoção vivido, marcado pela angústia da privacidade invadida, com várias pessoas circulando dentro de casa para a realização de empacotamento e retirada dos móveis e outros pertences. Uma moradora do Pinheiro relatou que essa foi a pior parte de todo o processo de expulsão (como ela chama), foram dias de muita tensão, constrangimento e dor, ela disse se sentir uma refugiada na própria cidade. Compensar e apoiar são também verbos que denotam cooperação, lançam a ideia de trabalho em conjunto, de parceria e contribui para a construção de uma imagem de empresa disposta a ajudar.

O conflito não é enunciado, mas as ações para sua resolução passam a ser o grande trunfo discursivo das campanhas de marketing da empresa veiculadas em sites e durante a programação televisiva, como a apresentada a seguir, disponível no canal anteriormente intitulado Braskem explica e que passou a se chamar Compromissos Braskem, trazendo nova roupagem às ações/feição⁷¹ da empresa, expostas por Neto, et al (2023), (figura 42).

⁷¹ Definidas como o entrelaçamento de “argumentos discursivos com imagens, cujo objetivo é manipular o leitor para embolar o verdadeiro sentido do feição da ajuda” onde “percebe-se que a empresa utiliza elementos

Figura 42: Captura de tela do vídeo sobre as ações de comunicação da Braskem.



Braskem Explica - Comunicação Braskem

Fonte: Youtube, Canal Braskem explica ⁷²

E não só isso, como num processo de compra e venda, a propriedade do imóvel atingido pelo risco passa a ser da Braskem, como mostra o trecho específico apresentado pelo site The Intercept (figura 43), algo sem precedentes, pois é difícil imaginar que uma empresa cause um dano ambiental, e em vez de responsabilizada, passe a ser proprietária da área destruída por ela.

Figura 43: Trecho do acordo sigiloso firmado entre Braskem e os moradores atingidos.

d) a transferência para a **BRASKEM** da posse e/ou da titularidade dos imóveis na **ÁREA DE RESGUARDO** e nas **ÁREAS DE RISCO** é um **requisito essencial** para a **DESOCUPAÇÃO**.

Fonte: The Intercept, 2023⁷³

O documento escriturado funciona quase como um prêmio por toda a remoção conquistada. Ao modo dos colonizadores, a empresa não ensaia o “descobrimento” das terras, elas jogam num terreno marcado a seu favor, é possível entender ainda mais nesta explicação:

Maceió, 01 de outubro de 2020 - Os moradores das áreas de desocupação, em Maceió, contam com o apoio da Braskem na formalização dos documentos de propriedade dos imóveis. A Braskem flexibilizou as exigências para agilizar ainda mais as negociações. O Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação tem vários meios para reconhecer a posse do imóvel pelo morador, entre os documentos estão contrato de compra e venda, declaração e comprovante de residência. E, quando não é possível confirmar a posse ou propriedade, o morador conta com as facilidades

retóricos para construir uma tessitura imagética de si descolada do problema causado por si, porque a língua é ação social” (Neto, et al. 2023, p.13).

⁷² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GwqVfkUOSmY> Acesso em 18 março de 2024.

⁷³ Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/12/22/braskem-acordo-secreto-que-empresa-firmou-com-vitimas-em-maceio/> Acesso em 18 mar de 2024.

do Programa Posse Legal. (Braskem, 2020⁷⁴)

Mesmo não utilizando exatamente esses termos, os órgãos de justiça enfatizam a ideia de “resolução do conflito”, que como afirmou o juiz da 3ª Vara da Justiça Federal de Alagoas, Frederico Wildson da Silva Dantas, em matéria⁷⁵ de 21 de janeiro de 2021:

Desarma os espíritos. A adesão voluntária tem um efeito psicológico positivo. A saída litigiosa, embora sempre disponível, foi evitada. Pelo caminho heteronormativo do Estado, mais modernamente, buscam-se soluções não-contenciosas. O mérito foi resolvido, não julgado. O direito ao dano material e moral será indenizado. Quem não concordar também será indenizado. Nesse caso, o valor será definido por perito nomeado pela Justiça.

As procuradoras do Ministério Público Federal (Júlia Wanderley Vale Cadete, Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara, Niedja Gorete de Almeida Rocha Kasparly e Roberta Lima Barbosa Bomfim) lembram, na mesma matéria, do poder da Braskem como uma empresa multinacional, que poderia arrastar o caso por muitos anos na justiça, sem uma definição favorável para a coletividade:

Não podemos ignorar que a Braskem é uma multinacional, com muitos recursos técnicos, tecnológicos e jurídicos, que poderia levar a disputa judicial até o limite dos moradores e comerciantes, as principais vítimas do fenômeno de subsidência que afeta – atualmente – cinco bairros de Maceió. Segundo avaliação do Serviço Geológico do Brasil e das Defesas Cíveis Nacional e Municipal, a situação é tão grave que é considerado o maior desastre em curso no país.

O Defensor Público da União, Diego Alves, ressaltou ao CNDH, em dezembro de 2023, a necessidade de tratar sobre o caso de maneira técnica, afastando as discussões políticas, incorrendo assim numa demonstração política, tal qual a apontada por Rancière (1996), que enfatiza: “A política não é feita de relações de poder, é feita de relações de mundos.” (Rancière, 1996, p.54). É a Braskem que tenta desde o primeiro momento despolitizar a discussão, tirando o conflito de cena, essa prática é replicada quando o sistema de justiça tenta diminuir o peso da política na discussão.

O Defensor justifica a opção pelos acordos, ressaltando a possível morosidade para resolução do caso pela via judicial, assinalando que: “a Braskem resiste com todo o acesso que ela tem...”. Essa relação de mundos, fica demonstrada ainda mais no fato dos moradores não

⁷⁴ Disponível em: <https://www.braskem.com.br/noticia-alagoas/moradores-tem-apoio-para-legalizar-imoveis-no-programa-de-compensacao-financeira>. Acesso em 27 fev. 2024.

⁷⁵ Declaração exposta na matéria do Conselho Nacional de Justiça, disponível em: <https://www.cnj.jus.br/caso-pinheiro-a-maior-tragedia-que-o-brasil-ja-evitou/>

concordarem com a posição adotada pelo sistema de justiça, pois afirmam que seus pedidos foram desconsiderados na formulação das decisões que os afetam. Rancière também reflete sobre quem está autorizado a opinar, contribuindo para a compreensão deste cenário onde a política é negada e substituída por “consensos” entre as opiniões não divergentes. O autor recorre à história dos primeiros tempos de república romana, onde não havia um palco comum onde patrícios e plebeus poderiam debater diretamente, na opinião dos patrícios não havia motivo para discutir com os plebeus, “pela simples razão de que estes não falam” (Rancière, 1996, p.36), pois não têm nome, e de suas bocas só saiam ruídos e não palavras. Nesse sentido não poderia haver troca, debate, pois os signos não são compartilhados, os mundos são diferentes.

Tanto os acordos citados, como o interesse da prefeitura em trazer para dentro da administração pública lideranças comunitárias dos bairros atingidos, contribuiriam no processo de despolitização social, que implode a capacidade de organização e enfrentamento das assimetrias de poder. Eles demonstram sobretudo, mais uma vez a aposta na economia como chave mágica que resolve todos os problemas, tal qual os ensinamentos dos manuais liberais, como o de Lerner (1972, p.259):

What I want particularly to stress is that the solution is essentially the transformation of the *conflict* from a political *problem* to an economic *transaction*. An economic transaction is a solved political problem. Economics has gained the title of queen of the social sciences by choosing *solved* political problems as its domain.

O que eu quero particularmente enfatizar é que a solução é essencialmente a transformação do conflito de um problema político para uma transação econômica. Uma transação econômica é um problema político resolvido. A economia ganhou o título de rainha das ciências sociais ao escolher problemas políticos resolvidos como seu domínio. (Tradução nossa)

A ideia da transformação do conflito em uma transação econômica, de tão alardeada em diferentes espaços, passa a fazer parte dos ditos populares, como o que escutei no Flexal, na casa de um morador, durante a inspeção do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos da OAB/AL, em 25 de julho de 2023. Depois de contar todo o sacrifício que tem passado para chamar um táxi ou uber, quando precisa socorrer a esposa ou a mãe, e revelar que terá que sair dali, não porque quer, mas porque está sendo expulso, o morador enfatiza: “Meu pai dizia uma coisa, moça: aonde o dinheiro for e não resolver é porque foi dinheiro pouco”. No seu caso, a Braskem está vencendo pelo cansaço, a ideia inicial era ficar até que os Flexais entrassem na contagem para a realocação, mas seu Vicente saiu dia 02 de dezembro de 2024, quatro meses depois da nossa visita, com o temor do colapso da mina 18.

As ações das instituições jurídicas participantes dos acordos, buscaram “assimilar” o dano, Ranciere (1996). A intenção é de fazer a política desaparecer, como ficou expresso no discurso do Defensor Público. O autor aponta que é o dano o grande mobilizador da política:

O conceito de dano não se liga pois a nenhuma dramaturgia de "vitimização". Faz parte da estrutura original de toda política. O dano é simplesmente o modo de subjetivação no qual a verificação da igualdade assume figura política. Há política por causa apenas de um universal, a igualdade, a qual assume a figura específica do dano. O dano institui um universal singular, um universal polêmico, vinculando a apresentação da igualdade, como parte dos sem-parte, ao conflito das partes sociais. (Ranciere, 1996, p.51)

Em resumo, o dano não é apenas uma questão individual, mas desempenha um papel importante na política, especialmente quando se trata de igualdade e conflitos sociais. É o dano que institui um “universal polêmico”, que faz os moradores atingidos se reconhecerem como tal. Ao reduzir a questão do dano a uma “reparação” econômica o sistema de justiça blinda a empresa e ao celebrar o acordo para a desocupação a favorece, levando os moradores a revitimização e conseqüente sofrimento, já que não estão em pé de igualdade na transação.

2.3 - O jogo “político” do presente ou “O iludido é pior que doido” - arranjos políticos e o desengano da população

No conflito atual que se desenrola na área de mineração, algumas das comunidades removidas não tiveram tempo e nem reuniam condições favoráveis para formar coletivos de luta por direitos, como foi o caso dos moradores da encosta do Mutange, colocada como prioridade no processo de remoção por se tratar de uma “ocupação irregular” em área de risco. Outros coletivos chegaram a ser formados e conseguiram caminhar até certo ponto, mas foram desarticulados pelo esfacelamento promovido no próprio processo de remoção forçada e no jogo de sedução/cooptação, iniciado por exemplo a partir da aproximação de candidatos em momentos de campanha eleitoral e concretizados com a conquista do cargo, como o caso da campanha eleitoral das eleições municipais de 2020.

Dois candidatos a prefeito nas eleições de 2020, “levantaram a bandeira” dos bairros atingidos de forma mais enfática, João Henrique Caldas, mais conhecido como JHC e Davi Davino. No primeiro turno, JHC saiu vencedor⁷⁶ nos bairros da planície lagunar e no Pinheiro,

⁷⁶ O candidato Davi Davino ficou em segundo lugar na região atingida com 29,83%, na contabilização geral, no primeiro turno. Disponível em: <https://especiaisg1.globo/al/alagoas/eleicoes/2020/mapas/apuracao-zona-eleitoral-prefeito/maceio/2-turno/> Acesso em 17 de fev. de 2024.

que compõem a terceira zona eleitoral, obtendo 29,87% dos votos. No segundo turno ele obteve 62,75% dos votos da região, essa porcentagem foi a melhor do candidato na comparação com as outras zonas, (G1 Eleições).

A aproximação àquela população (figura 44) contribuiu significativamente para sua vitória. Por outro lado, naquele período, também foi percebida a desarticulação dos grupos de atingidos. A associação denominada SOS Pinheiro, que mobilizou moradores e a atenção midiática nos primeiros anos após o desastre, foi perdendo força. O próprio líder do movimento relatou no documentário "A Braskem passou por aqui", de Carlos Pronzato:

Colocamos 5 mil pessoas aqui na Fernandes Lima, em uma determinada ocasião... o movimento teve todo o seu corpo de moradores sempre muito engajado nessa situação, mas à medida que os moradores vão saindo para outros bairros, você perde esse poder de aglutinação.

Figura 44: Visita aos bairros atingidos, do então candidato a prefeito de Maceió nas eleições de 2020.



Fonte: Lopes (2020)⁷⁷

Nas fotos da visita de JHC e seu candidato a vice, Ronaldo Lessa, aos bairros, eles aparecem acompanhados do líder da Associação SOS Pinheiro, Geraldo Vasconcelos. O líder do grupo se lançou candidato a vereador nas eleições de 2020, mas conseguiu apenas 855 votos⁷⁸. Dois meses depois do início do mandato de JHC, no dia 04 de março de 2021, Geraldo foi nomeado como Secretário Adjunto da Defesa Civil.

Há um nítido movimento político em torno da questão sempre à beira dos períodos eleitorais. Em diversas oportunidades de conversa com os moradores, ouvi sobre a aproximação dos políticos nesses períodos. O distanciamento gradativo de JHC após sua vitória também foi enfaticamente relatado, pois causou e ainda causa indignação de muitos moradores, que se

⁷⁷ Disponível em: https://www.br104.com.br/eleicoes-2020/afundamento-dos-bairros-e-um-problema-de-toda-maceio-com-impactos-sociais-e-economicos-afirma-jhc/#google_vignette. Acesso em 17 de fev. de 2024.

⁷⁸ Informação disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/2020/apuracao/1turno/al/maceio/27855.shtml> Acesso em 17 de fev. de 2024.

sentem enganados e abandonados em seus pleitos. Numa das mais recentes idas ao Bom Parto, em 05 de março de 2024, para o lançamento do livro *Colapso Mineral em Maceió*⁷⁹, uma moradora que luta para ser reconhecida como atingida conversou sobre o adoecimento de seu companheiro, preocupada em falar comigo, mas também em ir para casa medicá-lo, ela disse do desengano vivido após o voto no atual Prefeito, e então solta: “Minha filha, o iludido é pior que doido, porque o doido a gente sabe que está doente, o iludido não. Estamos nessa agonia e ninguém olha por nós”, ela lamenta que muitos ainda permaneçam iludidos com políticos.

No caso dos movimentos de moradores do Pinheiro, Mutange, Bebedouro e parte do Bom Parto, a disputa foi canalizada, após os “acordos” firmados na justiça, para a revisão dos mapas e do referido acordo, no sentido de incluir imóveis e aumentar o valor das indenizações. O grande incômodo de muitos atingidos é a desvalorização proposital dos imóveis analisados pela Braskem, baseada em relações de “compra e venda” forçada e que não beneficiam os moradores.

Além dessas questões, movimentos como o SOS Pinheiro cobravam pela celeridade nos pagamentos, mas as postagens aguerridas do começo, realizadas no perfil público da rede social Instagram, deram lugar a outras de cunho educativo/informativo e sem o rosto do antigo representante, que era muito presente antes de sua nomeação (figura 45). A tática de fomento à apatia e desarticulação social da cidade segue ativa e com novas nuances, como por exemplo com o convite a pesquisadores que participaram das escutas públicas no mês de março de 2023, para compor análises para a empresa Diagonal, contratada pela Braskem para a realização de relatório sócio urbanístico previsto no acordo celebrado com o Ministério Público Federal - MPF.

⁷⁹ Organizado por Maira Mansur e Luiz Jardim Wanderley.

Figura 45: Comparativos das postagens da página do SOS Pinheiro⁸⁰.



Fonte: Instagram⁸¹

A captura dos pleitos populares para a pequena política é uma prática comum e analisada por Rancière (1996), que denuncia a redução da política a uma mera disputa partidária ou a um exercício de poder entre elites. Ele argumenta que essa visão restritiva da política exclui deliberadamente certos grupos da participação política e perpetua relações de dominação e subordinação, visando a redução da participação dos subordinados que essas ações são montadas e atualizadas.

Isso inclusive reduz o espaço dos atingidos, que acabam lutando pelo mínimo, ou até mesmo não lutando. O autor propõe uma concepção mais ampla de política, que não está limitada aos espaços institucionais ou aos atores tradicionalmente considerados políticos, mas é entendida como a capacidade de qualquer pessoa interferir e reconfigurar o ordenamento social, buscando uma redistribuição do sensível e uma redefinição das relações de poder.

2.4 - A vulnerabilidade aprofundada pelo desastre-crime

Numa das últimas idas a campo, em dezembro 2023, uma moradora do Bom Parto me mostrava as condições precárias de sua moradia e contou que mora ali há mais de 20 anos, e que a casa sempre alagou, mas afirma que a situação piorou muito com a “história da Braskem”, perguntada se a Defesa Civil já esteve em sua casa, ela disse que sim e que isso aconteceu mais de uma vez, perguntei então: “O que eles dizem?” e ela prontamente respondeu: “Eles dizem que eu cuide da casa.” (figura 46). É importante registrar que, sempre que citamos a Defesa

⁸⁰ Em 17 de fevereiro de 2024, durante a revisão e atualização deste trabalho, foi constatado que a página do SOS Pinheiro não existe mais.

⁸¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/sospinheiroal/> Acesso em: 08 de jul. de 2023.

Civil nessas comunidades, os moradores e moradoras são muito claros nas queixas ao órgão, dizem que “chamá-los é mesmo que nada.” Conseguir capturar o melhor ângulo para demonstrar o que os olhos viram e o que os pés sentiram na visita àquela casa é algo difícil, pela tentativa em trazer a dimensão do desastre para quem lê.

Figura 46: Casa com chão e paredes rachadas



Fonte: Fotos da autora, Bom Parto, dezembro de 2024.

Caminhar pela cozinha me causou uma espécie de vertigem, o lado onde a mesa de jantar está apoiada é ladeirado e o piso é cheio de desníveis, a moradora teme que tudo desabe. Mas as explicações técnicas dadas a ela são as mesmas passadas para outros moradores com quem conversei, o máximo que dizem é que o problema ali é construtivo e que o solo é frágil, pois está próximo de uma área alagada.

Os moradores por outro lado contestam, alguns nasceram e cresceram na região, e de pouco tempo pra cá é que percebem a existência desses problemas, tais como enchentes mais frequentes, rachaduras que aparecem maiores, e mesmo que sejam tapadas, reaparecem e o afundamento do piso. Seu Mário, que nos permitiu entrar em sua casa e registrar os pontos reformados por ele (durante inspeção da CDDH - OAB/AL), mora há 52 anos no Bom Parto.

Ele foi muito explicativo, informando que tentou consertar os problemas várias vezes (figura 47). Relatou que em 2018 o imóvel foi condenado pela Defesa Civil, que pediu que ele saísse. Apontando o buraco no chão da cozinha, nos contou que nele cabia uma criança pequena, disse que não tinha para onde ir e por isso permaneceu na casa.

Figura 47: Casa com paredes e chão rachados



Fonte: Fotos da autora, Bom Parto, outubro de 2023.

Contou ainda que junto ao cunhado, comprou as ferragens e “tapou tudinho de novo” se referindo às paredes que remendou, em outro momento teve também a ajuda de seu filho, pois não pode fazer grande esforço depois de ter sido operado de apendicite aguda. Tentou reformar o piso três vezes, perguntado como realiza esses tipos de reparo ele conta que quebra o que está rachando e afundando e aterra com barro e brita, segundo ele, já usou uns 20 carros de mão cheios para preencher o vazio do chão que se abre, ele calcula ter gastado mais ou menos R\$350,00 ao todo.

Seu Mário revela também que já foi ajudante, pedreiro, servente, carpinteiro, encanador, eletricista, auxiliar de office boy, mas de 2005 pra cá “não faz nada”, só pegava carregos no mercado, mas depois da cirurgia, há 3 anos, trabalha do jeito que pode com reciclagem. Ele nos levou para os fundos da casa, que fica na beira da lagoa, no caminho, muito material de trabalho,

garrafas plásticas, madeiras, restos de construção, foi lá que ele construiu um puxadinho de madeira, como uma palafita, da porta da Lagoa, ele mostra a bela vista que tem, paramos para contemplar enquanto ele apontava o Vergel, o Trapiche (bairros vizinhos) e Coqueiro Seco (cidade da região metropolitana). Falou com orgulho que conhece tudo ali, sua empolgação só diminui quando observa o lixo dentro da lagoa (figura 48).

Figura 48: A vista do quintal da casa de seu Mário

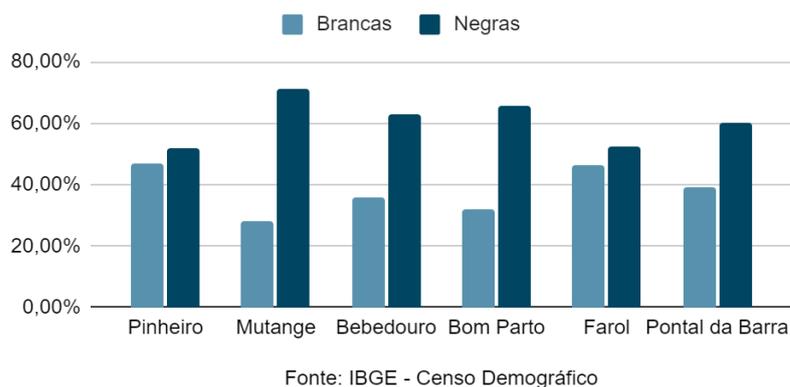


Fonte: Fotos da autora, Bom Parto, outubro de 2023.

São muitos os relatos de casas e vidas rachadas, o que chama atenção é sempre a condição de vulnerabilidade atrelada ao padrão racial que atravessa essas histórias. Segundo o Censo 2010⁸², a população dos bairros atingidos era composta, segundo critérios de cor ou raça, por uma maioria negra (somatório as autodeclaradas pretas e pardas), que representam 57% do total dos bairros atingidos. O gráfico a seguir, ilustra essa questão, nele participa como bairro atingido pela Braskem, o Pontal da Barra, pela localização da planta industrial, outros como Trapiche, Vergel e Chã de Bebedouro poderiam estar na lista, pois estão no rastro deixado pelos impactos diretos da empresa, mas não mudaria a configuração da maioria de pretos e pobres. Na sequencia é possível observar o detalhamento dos mesmos dados (quadro 01)

⁸² Os dados do Censo 2010 foram utilizados para a contabilização da população e comparação de renda destes bairros uma vez que sua atualização só ocorreu no Censo de 2022, quando os bairros atingidos já haviam sido expulsos ou impactados com a saída de muitos de seus moradores.

Gráfico 01: População dos bairros atingidos pela Braskem, por cor ou raça



Quadro 01: Características da população dos bairros atingidos pela Braskem por cor ou raça

Cor ou raça			
Bairros	Total	Branças	Negras
Pinheiro	19.062	8.934	9.842
Mutange	2.632	738	1871
Bebedouro	10.103	3.625	6.344
Bom Parto	12.841	4.143	8.415
Farol	16.859	7.791	8.835
Pontal da Barra	2.478	965	1486
Cor ou raça (%)			
Bairros	Total	Branças	Negras
Pinheiro	100	46,87	51,63
Mutange	100	28,04	71,09
Bebedouro	100	35,88	62,79
Bom Parto	100	32,26	65,53
Farol	100	46,21	52,41
Pontal da Barra	100	38,94	59,97

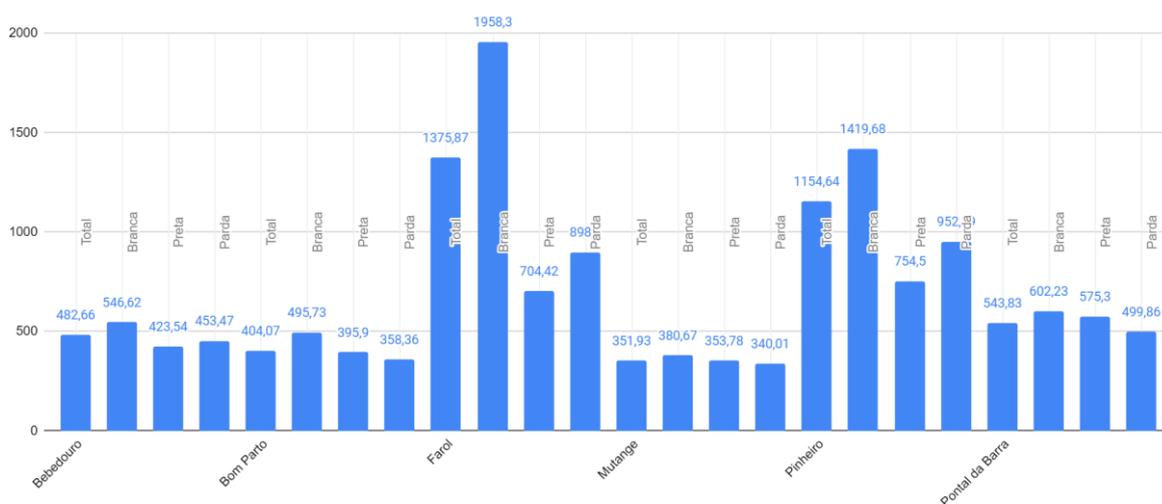
Fonte: IBGE- Censo Demográfico

A partir dos dados obtidos, observa-se que até mesmo no Pinheiro e Farol, bairros com infraestrutura maior que os outros bairros atingidos, possuíam em 2010, maior número de pessoas negras em relação a pessoas brancas, por isso é importante também recorrer à história de formação dos bairros. Observa-se que quanto maior o número de pessoas negras nos bairros

atingidos, maior também o nível de exclusão.

Assim como seu Mário do Bom Parto, encontrei muitos outros moradores e moradoras que contaram sobre adoecimentos físicos combinados à busca por novas formas de obtenção de renda, revelando a incapacidade de manter a casa com algum programa social ofertado pelo governo, muitos tem até o acesso a auxílios-doença/aposentadoria, negados. O comparativo entre as variáveis rendas e cor ou raça, no gráfico a seguir, nos ajuda a entender:

Gráfico 02: Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade nos bairros atingidos pela Braskem.

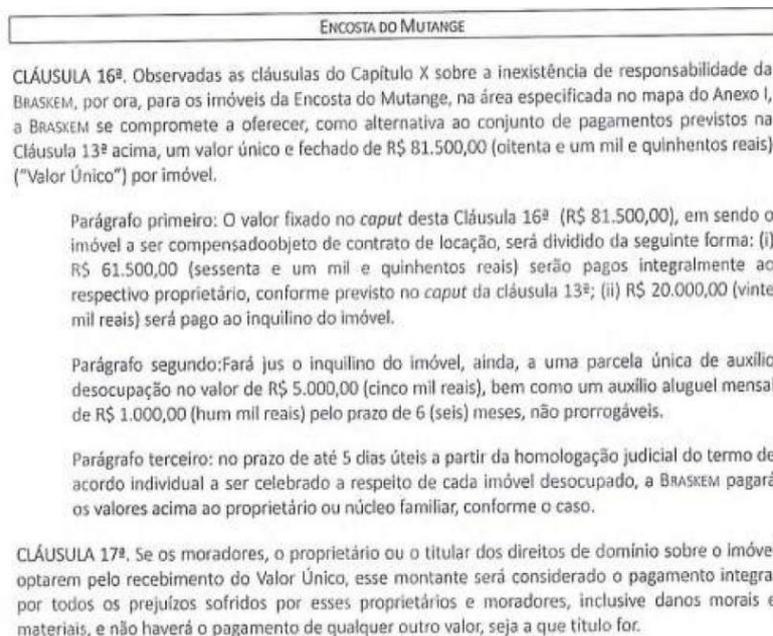


Fonte: Censo 2010

O gráfico apresenta o rendimento nominal médio mensal das pessoas com 10 anos ou mais de idade dos bairros atingidos pela Braskem, é possível observar que o Mutange tinha em 2010, a menor renda média com R\$ 351,93, enquanto o Farol abrigava moradores com a maior renda média, em torno de R\$ 1.300,00. Pretos e pardos amargaram as piores rendas em todos os bairros. As desigualdades entre brancos e negros eram mais acentuadas nos bairros Farol e Pinheiro. Apesar da distância de mais ou menos 5km em linha reta, em relação ao local atingido pela mineração, os dados do Pontal da Barra demonstram que sua configuração socioeconômica é semelhante à dos outros, compondo o cenário de “espaços destinados à degradação” (Acsehrad, 2015, p. 63).

A mesma vulnerabilidade que mantém a borda sem o direito ao reconhecimento como atingido, acelerou a expulsão dos moradores da encosta do Mutange. Estar situado na encosta foi a alegação para a remoção emergencial daquelas famílias. A cláusula 16ª do “Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco” é específica para a encosta do Mutange, como é possível observar no trecho abaixo (figura 49):

Figura 49: Cláusula 16ª do “Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco



Fonte: Site do MPF⁸³

A referida cláusula diz que a Braskem, (apesar da não comprovação da responsabilidade até o momento) “se **compromete a oferecer**” para os ocupantes da encosta, como alternativa ao conjunto de pagamentos previstos a todos os moradores atingidos, um valor único e fechado de R\$ 81.500,00, a cláusula 17ª é a mais intrigante, pois estabelece que se os moradores optassem por receber o valor de uma única vez, ele seria considerado “como pagamento integral por todos os prejuízos sofridos por esses proprietários e moradores, inclusive danos morais e materiais”. Sobre os danos morais, estes foram pagos por lote e o valor foi de 40 mil reais, independentemente do número de integrantes existentes em cada um deles. Observa-se o uso de palavras que denotam o cuidado da empresa com àquela comunidade, cumprindo a função de apagar o conflito existente, estabelecendo o consenso, Rancière observa: “O que é o consenso senão a pressuposição de inclusão de todas as partes e de seus problemas, que proíbe a subjetivação política de uma parcela dos sem-parcela, de uma contagem dos incontados?” (Rancière, 1996, p. 117)

As famílias moradoras da encosta do Mutange, não tiveram direito à negociação dos

⁸³Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-pinheiro/linha-do-tempo>. Acesso 20 de abril de 2024.

valores, como mostrou a matéria da Gazeta de Alagoas⁸⁴:

Uma moradora que não quis se identificar reclamou que a audiência pública ocorreu apenas após o acordo, assinado entre autoridades e a Braskem no último dia 3. “Primeiro eles fazem um acordo com a empresa, que diz respeito ao nosso destino, e só depois vem conversar com a gente. (Gazeta de Alagoas, em 15/01/2020.)

Por todo exposto, foi possível perceber como as instâncias jurídicas promoveram uma espécie de “transição pelo alto”⁸⁵, que estipulou o valor das casas e dos danos imateriais de maneira unilateral e diante da imposição e urgência colocada para a desocupação, a comunidade foi rapidamente removida da paisagem.

Neste capítulo buscou-se entender o conflito ambiental desenvolvido na cidade de Maceió de 2018 até 2024, apresentado pelas atuações de importantes atores na promoção da justiça socioambiental, como o sistema de justiça que compõe os Termos de Acordo assinados com a Braskem, e também dos controles midiáticos e espaciais que a empresa tem exercido nas narrativas e na formação desse território arrasado, evidenciando como esses setores reforçaram a versão da Braskem, de um evento geológico de um lado e de outro, amparando-se na morosidade do sistema de justiça para apressar os deslocamentos compulsórios, ampliando o desastre e o conflito ambiental.

CAPÍTULO 3 - AS BORDAS E AS DEMANDAS POR JUSTIÇA

Neste capítulo, inicia-se com a caracterização mais detalhada das bordas, expondo a vulnerabilidade a que estão submetidas além de suas demandas por justiça, seguindo a trilha do resgate histórico já realizado nos capítulos anteriores, retomando a ideia da colonialidade. Serão apresentados aqui aspectos voltados a demonstrar como as áreas atingidas pelo conflito compõem uma *zona de sacrifício*. Por zona de sacrifício entende-se ser a criação de áreas que destinadas a serem transformadas ao uso interessado de determinados grupos sociais, tornando aquele território antes vivo e produtivo em um território degradado (Bolado, Jerez, 2019). O conceito está estritamente vinculado aos de justiça e injustiça ambiental, trabalhadas pela perspectiva crítica de Herculano (2002) e Acselrad (2002), relacionando também ao racismo

⁸⁴ Disponível em: <https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/246990/moradores-do-mutange-devem-aceitar-r-815-mil-ou-negociar-com-braskem>

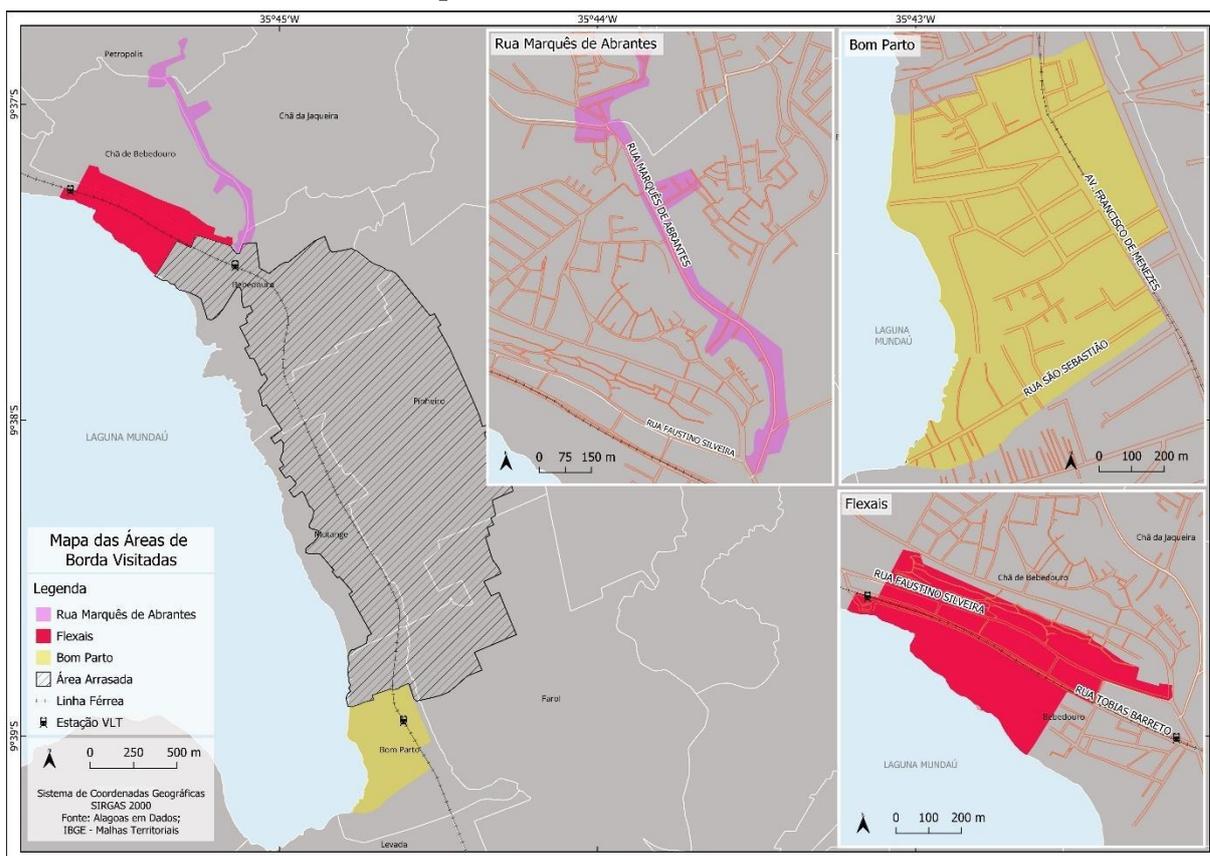
⁸⁵ Em Referência a um processo de mudança ou transformação que ocorre de forma centralizada, muitas vezes liderada por instituições, governos ou atores poderosos.

ambiental. A composição da análise será complementada com os pontos trazidos pela Sociologia dos desastres proposta por Norma Valencio (2014), e pelo conceito de cidadania insurgente estudado por James Holston a fim de preparar o campo para a discussão sobre o agir das bordas pelo reconhecimento (Vainer, 2008). Essa construção visa demonstrar que a verdadeira política é ativada a partir do conflito que as bordas mantêm ativo, contrariando a empresa e suas parcerias pois “a política existe ali onde a contagem das parcelas e das partes da sociedade é perturbada pela inscrição de uma parcela dos sem-parcela” (Rancière, 1996, p. 123), ou seja, basta que uma parte dos desvalidos se insurja, para que haja política.

3.1 - Do lado da área arrasada

O desastre-crime operado pela Braskem em Alagoas, construiu uma grande área arrasada dentro da cidade de Maceió, ao redor dela estão as bordas não reconhecidas como atingidas, entre essas localidades, visitamos aquelas que tem mantido a luta por reconhecimento ativa: o Bom Parto, os Flexais e a rua Marquês de Abrantes, identificadas no mapa 04:

Mapa 04: Áreas de borda visitadas



Fonte: elaborado por Lima (2024), com auxílio do software Qgis (3.32.1)

No mapa é possível ver que as regiões coloridas ultrapassam a área reconhecida pelo mapa 4, divulgado pela prefeitura e demais órgãos em dezembro de 2020, essas áreas convivem com a vizinhança vazia, cheia de ruínas, tapumes, insetos, animais selvagens, alagamentos mais frequentes e aumento da violência, ocasionados pela remoção dos imóveis do entorno, além dos danos aos imóveis, que apresentam rachaduras pelas paredes e piso, e afloramentos de água.

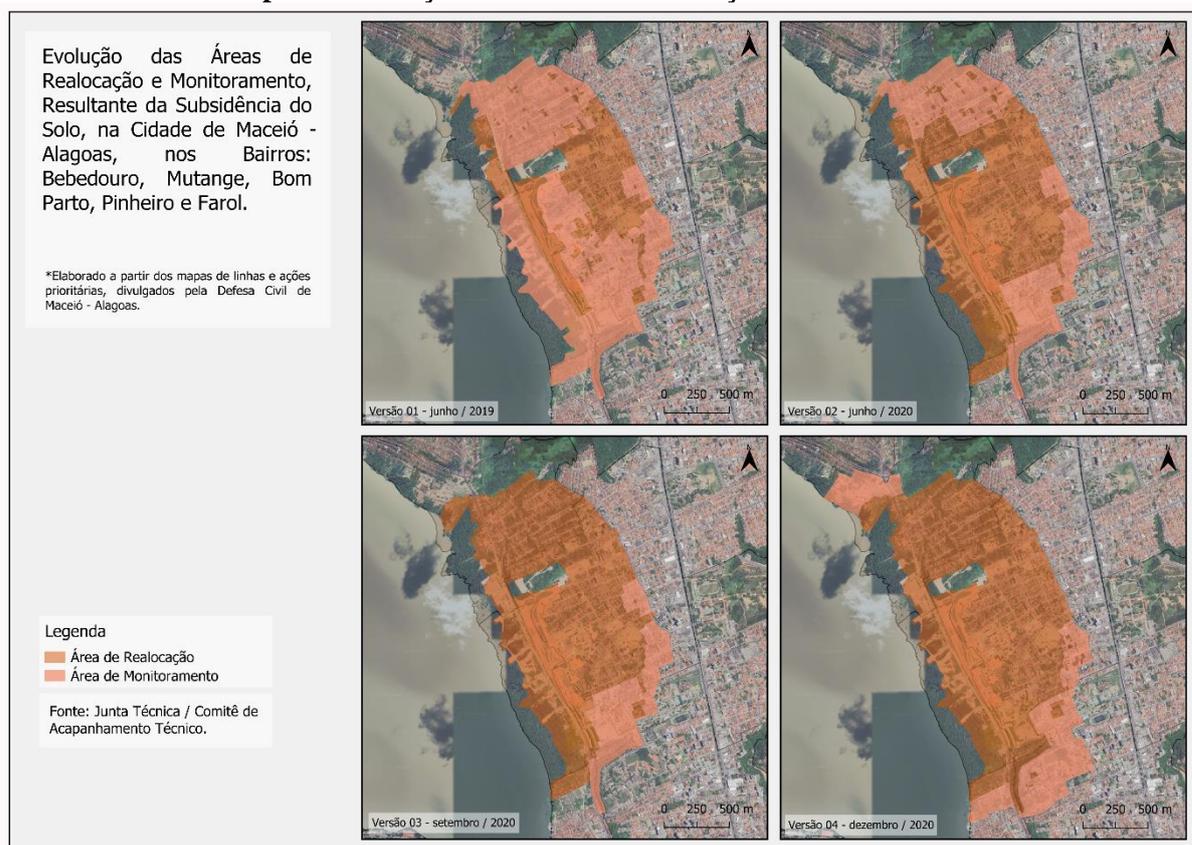
De acordo com os dados por setor do Censo 2022⁸⁶ realizado pelo IBGE, o Bom Parto possui uma população de 8.840 pessoas, a área delimitada como borda por esta pesquisa conta com aproximadamente 4.300 moradores, já os Flexais somam aproximadamente 2.700 moradores. A contabilização da população da Marquês de Abrantes foi feita a partir da base cartográfica da prefeitura, uma vez que, não foi possível contabilizar da mesma forma utilizada nas outras duas (somando os dados por setores censitários), logo a região identificada como borda nessa última área é de 1.600 pessoas. Ao todo temos, então, mais ou menos 8 mil moradores nas bordas identificadas.

De 2019 até 2024, acompanhamos as divulgações do mapeamento das áreas de criticidade, cinco mapas vieram à público desde então, o último, divulgado dia 30 de novembro, dias antes do colapso da mina 18 no Mutange, está sendo questionado na justiça, pois a Braskem mudou seu entendimento sobre os procedimentos em relação às áreas de criticidade, não aceitando realocar as famílias moradoras das novas áreas de monitoramento (áreas entendidas como criticidade 01). Todos os mapas elaborados por Lima (2024), desenvolvidos para este trabalho, tiveram como base o mapa 4, em virtude do impasse com o mapa 5. Diante da dinamicidade dos cenários, a população esperava que revisões ocorressem num espaço menor de tempo.

No mapa abaixo (mapa 05), é possível observar as quatro versões elaboradas pela Defesa Civil e Braskem, apresentadas ao sistema de justiça. Ele mostra a ampliação progressiva do desastre entre 2019 e 2020, especialmente das áreas de realocação, em laranja mais escuro, mostra ainda que as bordas, consideradas áreas de monitoramento também aumentaram, o mapa 1 apresenta 2,13km² de área atingida e no mapa 4 essa área aumentou para 2,70km².

⁸⁶ Os dados por setor censitário do Censo 2022 ainda são preliminares.

Mapa 05: Evolução das áreas de realocação e monitoramento



Fonte: elaborado por Lima (2024), com auxílio do software Qgis (3.32.1)

As bordas do desastre, definidas pelos mapas de linhas e ações prioritárias são áreas que os técnicos da defesa civil e integrantes da força tarefa (MPF, MP/AL, DPU e DPE), criada pelo sistema de justiça, definem como um instrumento para além dos limites de risco, ou seja, já incluem uma margem de segurança. Porém, na perspectiva das famílias não reconhecidas como atingidas, a metodologia oficial não é satisfatória.

Há pelo menos 3 anos moradores das regiões dos Flexais, Marquês de Abrantes e Bom Parto lutam por reconhecimento de maneira organizada, buscando ampliar o escopo do mapa para inserir os efeitos do isolamento socioeconômico.

O relatório dos danos mais recentes, apresentado pela empresa em março de 2024, contabiliza a desocupação de 14.487 mil imóveis, do total de 14.546, todos da área de realocação foram removidos, em novembro de 2023 (Braskem, 2024). Nesta área restavam 22 imóveis, as 59 remoções restantes são referentes a área de monitoramento, aquela onde a remoção é facultativa. Estabelecendo o número médio de quatro pessoas por imóvel, observa-se então que, pelo menos, 58 mil pessoas já sofreram o processo de remoção forçada.

Em 2021 a Defesa Civil elaborou um relatório sobre as condições de vida nos Flexais e parte da rua Marquês de Abrantes, e passou a considerar a área em situação de “ilhamento

socioeconômico”⁸⁷ (figura 50), o que levou à construção por parte dos Ministérios Públicos, Defensoria Pública da União e Braskem de um “Termo de Acordo para Implementação de Medidas Socioeconômicas Destinadas à Requalificação da Área do Flexal”, que foi rechaçado pela maioria da população por entenderem que não há mais condições de viver no lugar, mesmo assim o acordo para revitalização foi homologado em outubro de 2022.

Figura 50: Mapa de localização das áreas em condição de ilhamento socioeconômico



Fonte: Relatório da Defesa Civil de Maceió (2021)

O mapa versão 5, (figura 51) inclui apenas novas áreas de monitoramento, a mudança de criticidade em regiões do Farol e Bom Parto, não impactou o cenário existente, uma vez que, já estavam desocupadas anteriormente.

⁸⁷ A Defesa Civil municipal elaborou, em 2021, um relatório sobre o caso dos Flexais e início da Marquês de Abrantes, constatando que há ilhamento socioeconômico, caracterizado pela supressão dos “serviços públicos e privados que determinam a convivência necessária a manutenção da vida.” (Maceió, Defesa Civil Municipal, 2021, p.10)

Figura 51: Versão 5 do mapa de ações prioritárias



Fonte: Prefeitura de Maceió⁸⁸. Acesso em 24 fev. de 2024.

Há dois tipos de situações envolvendo as remoções forçadas: o primeiro grupo é aquele que vive nas áreas nomeadas como criticidade 00, onde o indicativo é a realocação e o segundo grupo é a zona de criticidade 01 chamada de área de monitoramento, onde a decisão de sair da região é facultativa ao morador, (isso ocorreu até a divulgação do mapa 05, quando a Braskem mudou a interpretação, não aceitando mais a opção pela realocação dessas áreas.) As áreas de borda desejam o reconhecimento como área 00 ou área 01, para que possam entrar no escopo dos atingidos e poder optar pela realocação.

Percebe-se que a rejeição aos projetos propostos nos acordos firmados entre a justiça, o

⁸⁸ [https://maceio.al.gov.br/noticias/Defesa Civil municipalcivil/mapa-de-acoes-prioritarias-e-atualizado-e-amplia-area-de-monitoramento](https://maceio.al.gov.br/noticias/Defesa%20Civil%20municipalcivil/mapa-de-acoes-prioritarias-e-atualizado-e-amplia-area-de-monitoramento)

poder público e a Braskem, é fruto da não participação do povo nas escolhas que os atingem diretamente. Para os Flexais e parte da Marquês de Abrantes foi escolhido um projeto de revitalização, para a área do Bom Parto não foi proposto nada. Na tentativa de entender os motivos dessas diferenciações e ao mesmo tempo apresentar melhor as bordas, seguiremos com a caracterização da área do ponto de vista histórico e na sequência, abordaremos um pouco do percurso trilhado pelas famílias que lá residem e que buscam o reconhecimento.

3.1.1 - As bordas na história: a contínua vulnerabilização de corpos e territórios -

Os bairros atingidos pela mineração de sal-gema seguem o padrão encontrado nas chamadas “zonas de sacrifício”, segundo a relatora especial da ONU, E. Tendayi Achiume (2022), essas zonas são aquelas regiões em que “a degradação ambiental tornou perigosas e até mesmo inabitáveis, estão principalmente nos territórios anteriormente colonizados do Sul Global. No entanto, o principal responsável por essas condições é o Norte Global.”⁸⁹ (ONU, 2022). As áreas que margeiam as minas de sal-gema também foram construídas como vulneráveis, neste ponto pretende-se argumentar que a precariedade instalada nesses locais não é obra do acaso, mas uma estratégia para controlar a insurgência daquela população. Como ressalta Araújo (2020) é a manutenção da exploração colonial, que contribui como uma espécie de “disciplina civilizatória” que vai moldando o agir das comunidades para inviabilizar ou dificultar uma visão ampliada do contexto em que estão inseridas e dos questionamentos sobre como se vive.

Voltar o olhar para o histórico da região minerada e seu entorno, é perceber que o início do controle territorial da região esteve baseado na presença conveniente da empresa no lugar, visando tão somente o abastecimento da fábrica. Trata-se de uma presença calculada, uma vez que, não há nenhum histórico de atuação da empresa nessas áreas com ações de “responsabilidade social”, administração de riscos políticos ou de busca pela chamada “licença social para operar”. Essas regiões ocuparam/ocupam as páginas de jornais locais por diversas vezes ao longo do tempo com notícias que demonstram essa condição de precariedade, e a inexistência de ações de mitigação. Enquanto a mineração se mantinha “invisível” na região, deslizamentos de barreira, eram uma ocorrência constante no Mutange (figura 52), mas que acabavam por ser justificados pela ocupação desordenada do território e/ou pela força da natureza. Além das encostas que desabavam, o histórico das áreas é composto por inundações,

⁸⁹ No original: “regions rendered dangerous and even uninhabitable owing to environmental degradation. Whereas sacrifice zones are concentrated in the formerly colonized territories of the global South, the global North is largely to blame for these conditions.” (ONU, 2022)

falta de saneamento básico, levando a surtos de leptospirose, dengue e outras doenças, atendimento precário nos postos de saúde, altos índices de violência, entre outros problemas.

Figuras 52 a e 52 b: Inundações próximo à Lagoa em 1988 e Deslizamento de terra no Mutange - 2013



Foto: a) Gazeta de Alagoas de 18 de julho de 1988, Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos b) Silva e Targino (2013)⁹⁰

Colocar a culpa dos desastres que assolam essas regiões, nos eventos naturais não é prática nova, quase sempre é a saída adotada pelos governos que não tratam o planejamento urbano como uma pauta prioritária. Mas que no caso tratado por esta pesquisa, se soma à montagem de uma zona propícia à degradação. O ponto agravante das expulsões do campo entra no cenário. Junto às grotas, as margens ribeirinhas e lacustres, o morro do Mutange compunha a área para onde a população mais pobre e vinda do campo foi empurrada entre 1970 e 1990 (figura 53).

Figura 53: Retrato do deslocamento campo-cidade na matéria de Jornal

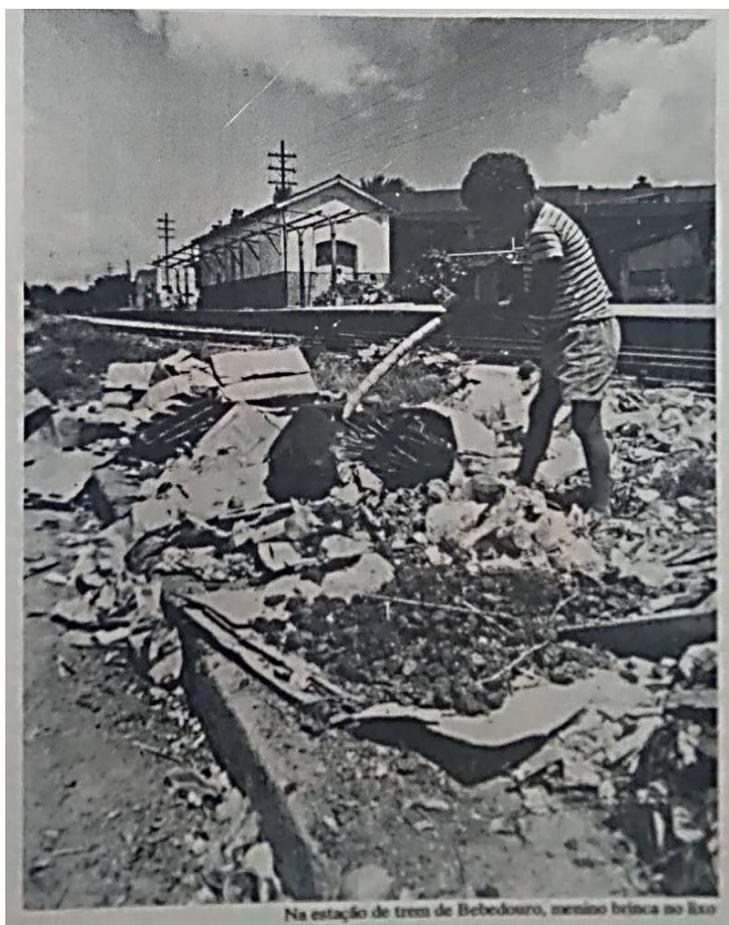


Fonte: Jornal de Hoje, outubro de 1977. Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos.

⁹⁰ Disponível em: <https://www.alagoas24horas.com.br/480079/chuvas-familias-sao-retiradas-de-areas-de-risco-no-mutange/> Acesso em 07 de fev. de 2024.

Em 1988, quando a empresa já tinha 10 anos de atuação no estado, uma reportagem da Gazeta de Alagoas, com título: *Bebedouro: um bairro populoso e sujo*, falava sobre a falta de serviços básicos, como a dificuldade do transporte público, ruas esburacadas, além das áreas de encosta continuamente habitadas mesmo após deslizamentos (figura 54).

Figuras 54: Matérias sobre as condições de vida em Bebedouro



Fonte: Gazeta de Alagoas, out. de 1988. Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos.

A via principal do bairro ficava intransitável nos períodos de chuva ainda na década de 1970 e 1980, no Bom Parto não era diferente. A Defesa Civil, na década de 1980, nomeava essas áreas de risco como “pontos negros”. Outra reportagem do jornal Gazeta de Alagoas, de 1988, trouxe o seguinte título: *Maceió uma cidade em perigo*, que além de apontar para a contradição entre a “sofisticação” do complexo cloroquímico e um Corpo de Bombeiros sem equipamentos modernos, ressalta a existência de tais “pontos”, caracterizados pelas “favelas do Alto da Boa Vista, Mutange, Frechal de Cima, Santo Amaro, Aldeia do Índio, Grota Senhor do Bomfim, Miguel das Casas, Triunfo, todas na capital alagoana.” (figura 55).

Figura 55: Matéria sobre áreas de risco de Maceió

Rosivan Vanderlei

Maceió é considerada uma das importantes áreas de desenvolvimento do turismo, e cidade que cresce desordenadamente, sendo "uma capital em constante perigo". Esta é a constatação a que chegaram integrantes da Companhia de Corpo de Bombeiros após ampla análise comparativa entre o desenvolvimento de seu diversificado parque industrial e os setores de segurança pública.

As empresas privadas e condomínios habitacionais estão formando seus próprios agrupamentos de defesa e contra incêndio, servindo - embora não seja de sua responsabilidade - de elementos de apoio em diversas ações de atendimento a acidentes registrados em torno da grande Maceió.

O setor industrial inclui o parque sucro-alcooleiro, constituído por 27 usinas de açúcar, 23 destilarias de álcool anexas e 09 autônomas, faz este Estado o segundo maior produtor de açúcar e álcool do País. Há também a Salgema e o Polo Cloroalcooquímico que surge em torno de sua produção de cloro e soda cáustica (e a maior fábrica dos dois produtos na América Latina), atendendo cerca de 1,3 de toda demanda nacional.

E, lamentavelmente, a sofisticação desse complexo, se confronta com uma Companhia de Corpo de Bombeiros que não acompanhou em meios técnicos e materiais esse processo de desenvolvimento tecnológico. Sem esquecer que a Salgema S. A., e o Polo Cloroquímico estão localizados em áreas da considerada central da grande Maceió.

Soma-se a tudo isso um sistema de abastecimento d'água da cidade, que vem tomando seus serviços a cada dia mais precário, com continuados racionamentos ou cortes totais e as péssimas condições de tráfego das viaturas de combate a incêndio, diminuindo sobremaneira a eficiência dos serviços e aumentando o tempo de deslocamento nos socorros.

São conclusões de técnicos do Corpo de Bombeiros, contidas em documento oficial.

SEGURANÇA

A capital alagoana mostra-nos um quadro bastante claro de quanto diminuiu a eficácia da proteção do homem e da cidade, contra inundações, desabamentos e de incêndios. "Preocupa a expansão das atividades industriais do Estado, cada vez mais sofisticadas e diversificadas principalmente as do gênero químico e metal-mecânico, cuja consolidação se efetiva com implantação do Polo Cloroquímico de Alagoas (PCA). E, em consequência, haverá a dinamização da indústria da construção civil, tanto pelo alargamento das suas bases quanto pela própria verticalização da cidade sem esquecer o desenvolvimento do turismo.

Como estão sendo aplicadas e respeitadas as leis de prevenção, a colaboração policial, ensino e orientação ao público nos casos da necessidade de evacuação de determinadas áreas da população. O abastecimento d'água tem condições de atender as necessidades nos considerados "pontos negros".

Hoje, a frota de veículos do Corpo de Bombeiros é deficiente. Atende precariamente a um incêndio de pequenas proporções. Não existe uma viatura que ofereça condições de atuação em plano elevado. A ocorrência de qualquer sinistro em algum edifício alto da cidade, poderia inevitavelmente trazer consequências desastrosas dada a impossibilidade do Corpo de Bombeiros de combater ou mesmo promover salvamento das pessoas acoissadas pelo fogo.

Além do Quartel Central localizada na capital, o Corpo de Bombeiros possui diversos quartéis no interior do Estado. Contudo, "o potencial de equipamento existente atende mesmo ao Quartel Central. A Seção de Combate a Incêndio instalada na cidade de Arapiraca encontra-se totalmente desaparelhada. E uma operação de socorro bem sucedida é, na verdade, o resultado do emprego eficaz de viaturas, equipamentos adequados e homens bem treinados. Pois, em segurança, não há espaço para improvisações.

PERIGO COM A CHUVA

Segundo Manoel Marques, chefe do Estado Maior da Companhia de Bombeiros da Polícia Militar de Alagoas, o perigo e a insegurança não vem apenas do crescimento industrial, com maior relevância da indústria química. Vem, também, com a chuva.

E neste contexto, o descaso das autoridades se alia à falta de estrutura material dos Bombeiros, que possui recursos humanos qualificados mas sem condições de atuação ampla e de promover a aplicação de seus conhecimentos pela falta de equipamentos.

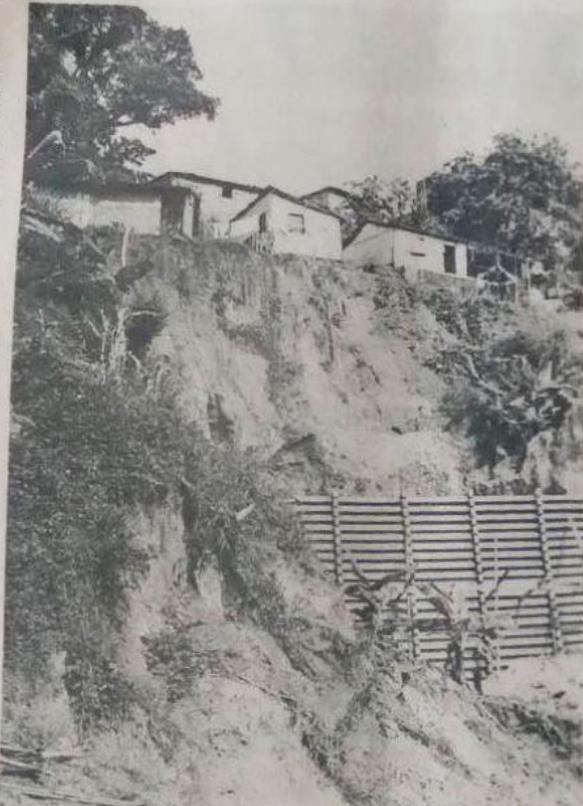
"É fácil verificar que, de maneira genérica, a população contribui para aumentar os riscos, quando corta a barreira para construir sua casa desprovida do necessário, talude ou a constrói no topo, a poucos metros e até centímetros da borda da barreira, expondo a sua morada e a própria vida dos usuários às calamidades naturais, como deslizamentos, desabamento, inundações, com todas suas consequências.

Com a chuva que cai atualmente em Maceió, todos os "pontos negros" identificados pelos bombeiros estão em estado de alerta. No Vale da Amizade, no bairro da Pitanguiha, com o deslizamento de terras, houve desabamento e várias crianças estão internadas na Unidade de Emergência. Também sofrem ameaças as favelas do Bolão, a Ladeira do Jacintinho, as casas localizadas nas barreiras do Mutange e Chã da Jaqueira. E poucas são as condições de atendimento a esta população, caso os registros sejam elevados, pela carência atual do Corpo de Bombeiros.

Devido à chuva que cai, estão sem proteção, as favelas do Alto da Boa Vista, Mutange, Frechal de Cima, Santo Amaro, Aldeia do Índio, Grota Senhor do Bomfim, Miguel das Casas, Triunfo, todas na capital alagoana.

As saídas para reduzir o número de vítimas que surgem com os deslizamentos de terras, inundações e desabamento de casas, segundo o Corpo de Bombeiros. Esta a decisão administrativa da Prefeitura de Maceió de interditar as encostas das barreiras, impedindo a construção de residências sem requisitos mínimos de segurança e evitando a proliferação de barracos que possam comprometer a estabilidade do terreno.

Destaca, ainda, a necessidade de dragar riachos, para evitar a concentração de lixo e limpeza de galerias. A coleta sistemática do lixo e conscientização da população que habita as margens de riachos e próximo a barreiras. Medidas necessárias e constantes, defende o Corpo de Bombeiros.



Sem fiscalização, casas são construídas em áreas consideradas "pontos negros"

Fonte: Gazeta de Alagoas, junho de 1988, Arquivo da Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos

A matéria aponta um relatório produzido pelo Corpo de Bombeiros à época, que deixou evidente o desequilíbrio de forças, onde a mesma estrutura que possibilitava, a presença da maior fábrica de cloro e soda cáustica da América Latina, não garantia o abastecimento de água da cidade, que vivia com constantes racionamentos e até cortes totais do serviço. A nomenclatura utilizada pela Defesa Civil é sugestiva e autoexplicativa do retrato de um sistema de prevenção que aqui em Alagoas, diante do maior desastre em solo urbano do mundo, não é

reconhecido por seu trabalho, como já observado em outros momentos neste trabalho.

Apesar de problematizar o contraste vivido na cidade, a matéria não menciona a presença da mineração na região que compõe os tais “pontos negros”, por isso sustenta-se neste trabalho, a ideia da construção da vulnerabilidade como saída para a exploração irresponsável. Um dado interessante e relacionado a tudo isso é que a constante falta de água na cidade, nunca comprometeu o processo de mineração da Braskem, pois como ressaltou o geólogo Thales Sampaio à CPI no Senado Federal⁹¹, a empresa explorava, “de forma importante”, os aquíferos da região.

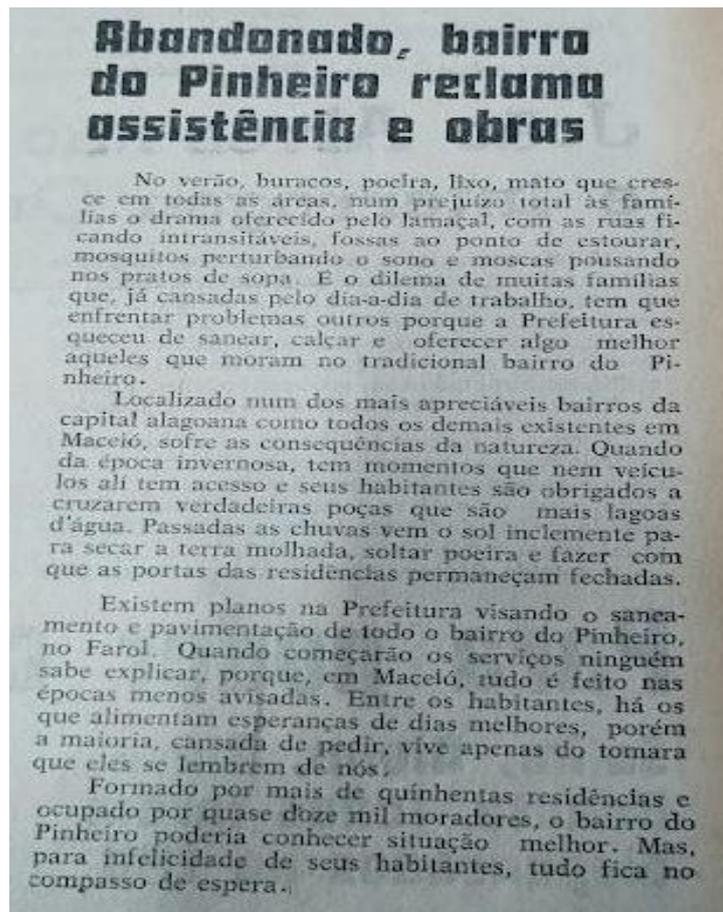
Outro ponto relevante a ser trazido sobre a construção da vulnerabilidade dessas áreas, é que os equipamentos de pressurização das minas (procedimento que possibilita a estabilidade delas) eram desligados no horário de maior pico e tarifa, visando conter gastos, como também trouxe o referido geólogo naquela mesma oportunidade: “Existe lá no relatório da Agência Nacional de Mineração, antigo DNPM, que eles paravam a pressurização de noite e o sal saía pra economizar energia na parte da noite.”. Esse dado também está descrito no relatório elaborado pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea:

Pelo exposto, o Grupo de Trabalho concluí, pelos dados ora existentes que: 1. houve desleixo por parte das empresas mineradoras tendo em vista o abandono dos poços/minas inativos(as), inclusive desligando as bombas que pressurizavam as cavernas, e horários de bandeira vermelha da companhia elétrica com vistas a economizar, porém, causando despressurizado, propiciando a fluência salina; (Confea, 2019, p.20)

Esses indicativos revelam o desprezo com que a região foi tratada ao longo dos anos. O grau de exposição à riscos é flexibilizado de acordo com a composição de cor/raça, e acesso a quesitos básicos como saúde e educação, é essa a lógica da formação de zonas de sacrifício. É importante registrar que o Pinheiro nos primeiros anos de implantação da Salgema no Estado, também era um bairro desassistido, como mostra a matéria de 1977, (figura 56), que relata uma infraestrutura precária. O bairro abrigou por exemplo alguns dos primeiros conjuntos habitacionais populares da cidade, o Jardim das Acácias construído em 1971 (Marroquim, 2017), sua fase de expansão e verticalização com notável aquecimento imobiliário era recente e não guarda nenhuma relação com a Braskem.

⁹¹ Naquela oportunidade Thales Sampaio declarou: “O bairro do Pinheiro tem aquíferos maravilhosos, apesar desses aquíferos terem sido explorados de uma forma importante pela Braskem, não foi isso que causou a subsidência do bairro”

Figura 56: Nota sobre o abandono do Pinheiro em 1977.



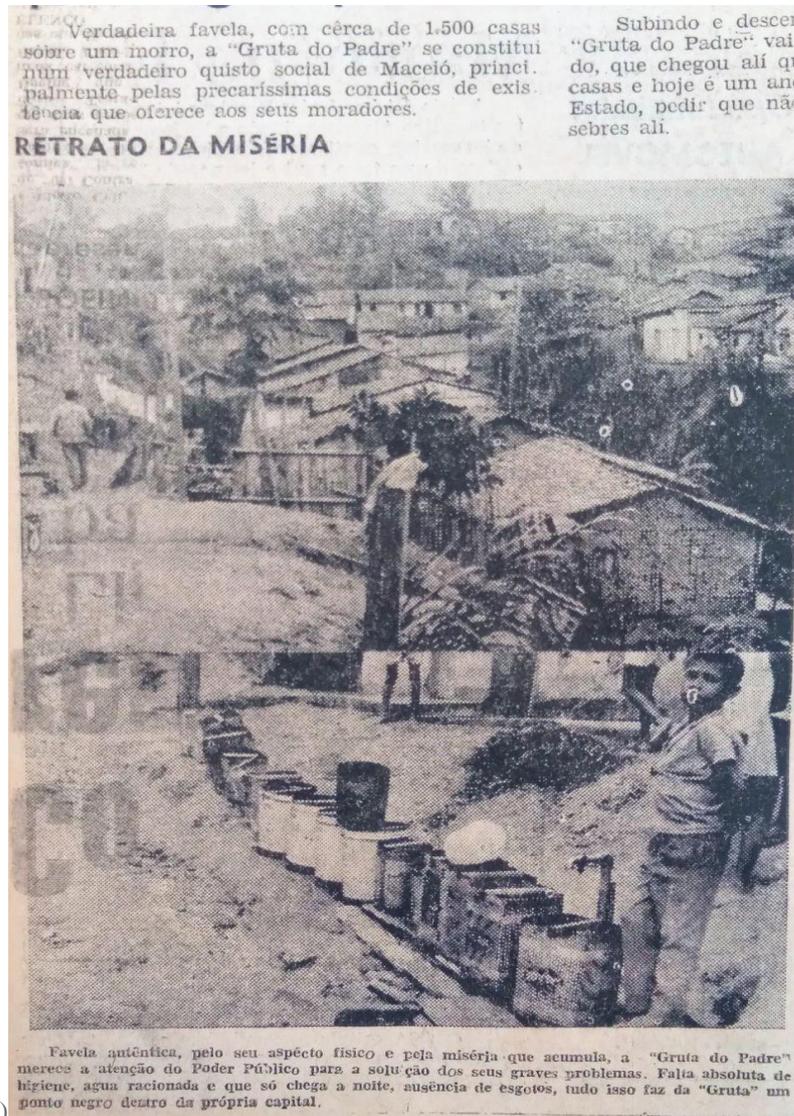
Fonte: Jornal de Hoje de 1977, Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos.

Nas pesquisas aos arquivos de jornais da Biblioteca Pública Estadual, as matérias com registros da população empobrecida da cidade chamam atenção, como as fotos de dona Juliana, tirada à margem da linha do trem no cruzamento do Bom Parto com o Mutange, enquanto preparava o alimento para seu filho, (figura 57a), ou da criança compondo a fileira de latas d'água na Gruta do Padre, encosta daquele mesmo bairro, esta última trazia o título: *Gruta do Padre: uma favela que exige a presença do poder público* (figura 57b).

Figura 57a e 57b: a) Matéria sobre os empobrecidos da cidade b) Matéria sobre a Gruta do Padre



a)



b)

Fonte: a) Jornal de Hoje, 02 de outubro de 1977. b) Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos b) Jornal de Alagoas, março de 1970. Arquivo Público de Alagoas.

Não há mais moradores em nenhum desses locais. Outras matérias também vão revelando o peso da Salgema na cidade, que crescia em tamanho, propagandas e problemas. Depois da instalação da indústria no Pontal da Barra, a contaminação da Lagoa passou a ser percebida com mais intensidade pelas comunidades de suas margens, como mostram as diversas reportagens sobre o sururu contaminado na década de 1980 (figura 58a) e sobre o sururu branco das reportagens mais recentes (figura 58b).

Figura 58a e 58b: Matérias sobre a poluição da Lagoa e a morte do Sururu



a)

É como um apocalipse debaixo d'água

Morte de sururu, borbulhas na água e surgimento de 'sururu branco' evidenciam crimes ambientais na Lagoa Mundaú

© Wanessa Oliveira 07/07/2023 15:57



AAA

Resumo

1. "Um apocalipse embaixo d'água": causas das mortes
2. "É como se ele crescesse se contorcendo pela dor": o surgimento do sururu branco e as borbulhas na água
3. Falta de repostas, ações pontuais e ausência das entidades competentes
4. Múltiplos, difusos, e quem se responsabiliza?



Pescador sobre situação da Lagoa Mundaú: 'É como um apocalipse debaixo d'água'. Foto: Wanessa Oliveira

b)

Fonte: a) Gazeta de Alagoas de 13 de março de 1982, Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos b) Mídia Caeté de 07 de julho de 2022⁹².

A matéria de 1982, documenta que, em certas áreas da Lagoa Mundaú, os peixes aparecem mortos e o sururu pescado estava causando diarreia nas pessoas (figura 59). A semelhança entre as duas é muito grande e revelam uma contínua produção de vulnerabilidade das comunidades da margem, essa região é a zona de sacrifício escolhida pela Salgema, e reforçada por ela ao longo dos anos, com o apoio do Estado, que é mencionado nas matérias como um ator ineficiente e muitas vezes omisso quando a temática é o cuidado com a Lagoa.

Em 1982 os moradores atribuíam a poluição às atividades da Salgema como traz o trecho da matéria abaixo: "A causa de toda essa poluição, apontada pelos pescadores de Fernão Velho e Rio Novo, é a Salgema, embora não saibam explicar como é originada."

⁹² Disponível em: <https://midiaacaete.com.br/e-como-um-apocalipse-debaixo-dagua/>. Acesso em 12 de mar de 2024.

Figura 59: Reportagem de capa sobre a poluição da Lagoa Mundaú



Fonte: Gazeta de Alagoas de 20 de março de 1982, Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos

As desigualdades ambientais para Acsegrad (2015) se revelam no “processo de concentração de poder, por parte dos agentes das práticas espaciais dominantes, de impactar a terceiros – os promotores de práticas espaciais não dominantes – e de não ser por estes impactados”. (Acsegrad, 2015, 63)

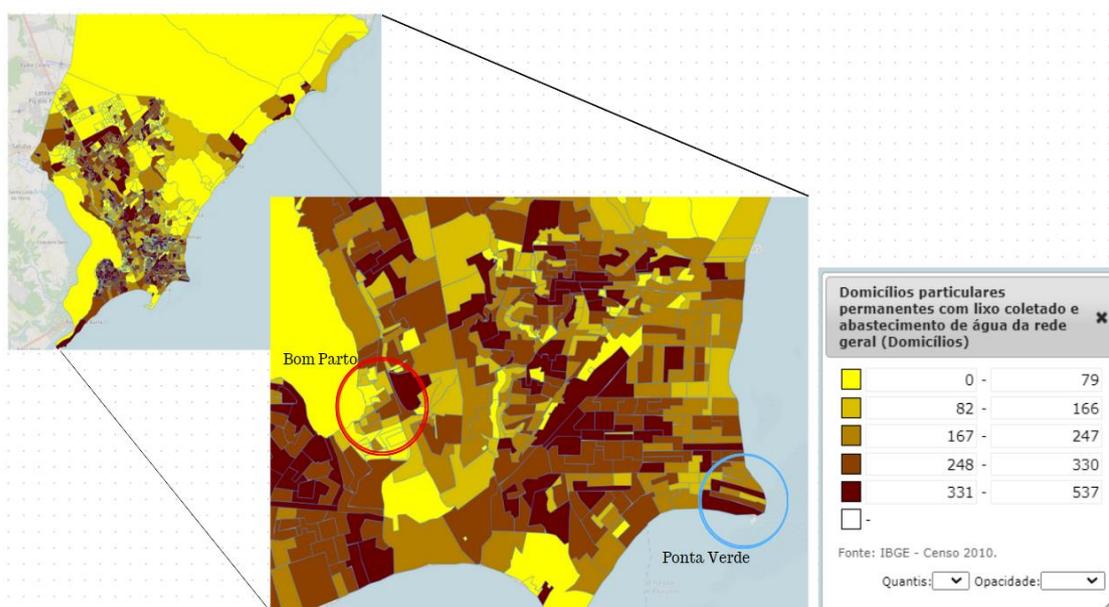
São as desigualdades ambientais que revelam a existência de zonas de sacrifício ou seja de “espaços destinados à degradação” (idem), dando espaço para aplicarmos aqui a ideia de “racismo ambiental”, surgida inicialmente nos Estados Unidos, e trabalhada por Robert Bullard,

que observou e analisou a localização desproporcional de depósitos de resíduos tóxicos e indústrias poluentes nas proximidades de comunidades compostas por afrodescendentes e pessoas pobres, argumento que fez o movimento contra as injustiças ambientais ganhar força. (Acselrad et al. 2004b, p.9).

Observando o ordenamento urbano de Maceió no trabalho de Duarte (2019), é possível identificar essas hierarquias, elas diferenciam a região marítima da região lagunar, onde a primeira conta com a infraestrutura adequada e esperada por todos, enquanto toda a região lagunar amarga o descaso. Segundo Jesus (2020) “o enfoque na relação saneamento e raça é bastante limitado na bibliografia nacional. E, quando o fazem, as pesquisas não trazem o contexto histórico, tampouco a colocam na discussão teórica e política do racismo (estrutural, institucional, ambiental).” (Jesus, 2020, p.3).

Dados sobre o abastecimento de água, coleta de lixo, e o padrão de cor e raça são reveladoras das injustiças sofridas pela população negra e pobre moradora das bordas do desastre-crime causado pela Brakem. Na figura 60, é possível observar a comparação dos dados de domicílios com lixo coletado e abastecimento de água, entre dois bairros, o bairro Bom Parto, (identificado com um círculo vermelho), e o bairro Ponta verde (círculo azul), um dos que compõe a região turística da capital, eles estão a uma distância mínima de 7km, ou 17 minutos com trânsito livre de congestionamentos, mas apesar da proximidade possuem realidades bem diferentes.

Figura 60: Comparativo do saneamento básico por setor censitário em Maceió



Fonte: Censo 2010 – IBGE

Como é possível observar no mapa, a região do Bom Parto conta com vários setores censitários com baixa cobertura de saneamento, identificado pelas cores mais claras da legenda, enquanto a maioria dos setores da Ponta Verde, conta com uma cobertura maior nesse quesito. A comparação dos dados detalhados por bairro (anexo 1) mostra que a população do Bom Parto era composta por 32,3% de pessoas brancas, enquanto na Ponta Verde esse número é de 71,1%, já pretos e pardos somam 65,5% no Bom Parto, enquanto na Ponta Verde esse número é de 28%, vale lembrar que o metro quadrado mais caro⁹³ da cidade está localizado na orla marítima.

A percepção da população das bordas é reveladora dessa hierarquia, em conversa com uma moradora do Bom Parto ela identifica a existência de duas cidades numa só, uma para o turista e elites, e outra para o restante, nossa conversa aconteceu logo após a divulgação sobre a instalação de mais um espaço “instagramável”⁹⁴ na orla: “Vai fazer uma roda gigante lá na Pajuçara, será que os pobres vão usar, será que os humildes? Você acha que a gente vai andar naquela roda gigante? eu não vou, que eu não tenho condições... eles fazem o melhor para os turista, faz pros ricos.” Na região vizinha à área realocada no Bom Parto o cenário de abandono é o mesmo apontado nos jornais e estatísticas de décadas anteriores (figura 61):

Figura 61: Esgoto corre à céu aberto enquanto mulher alimenta criança na porta de casa.



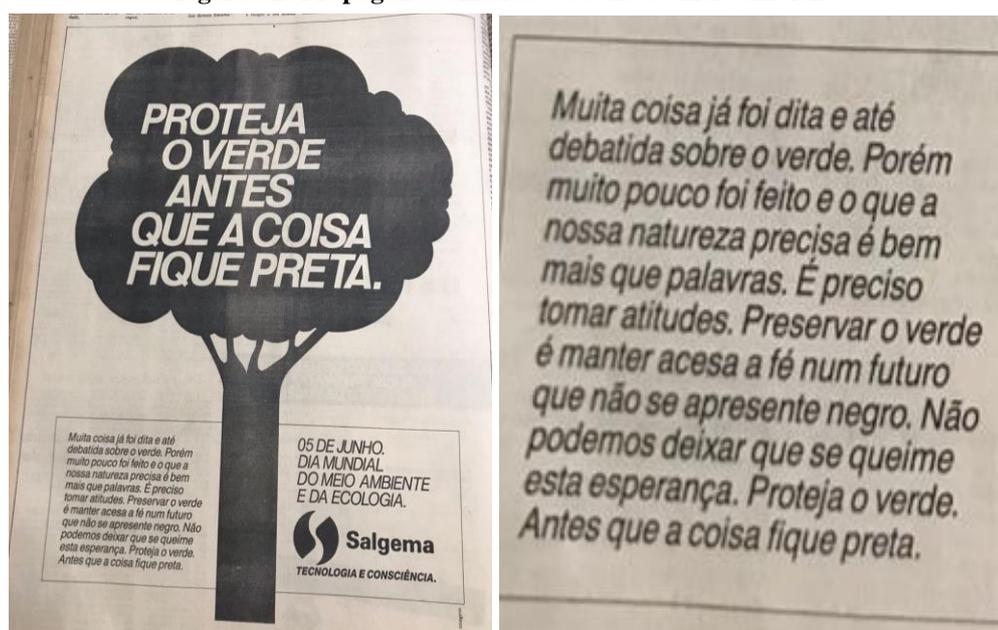
Fonte: foto da autora, Bom Parto, outubro de 2023.

⁹³ De acordo com o índice Fip Zap, a Pajuçara é o bairro com o metro quadrado mais caro, seguido de Jatiúca e Ponta Verde. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/10/06/de-pajucara-a-serraria-os-10-bairros-com-o-m-mais-caro-em-maceio.ghtml>, acesso em 07 de abr. de 2024.

⁹⁴ A moradora fez referência à nova “atração instagramável”, ou seja, pontos para fotos, localizados em sua grande maioria na orla marítima, que podem ser considerados a marca deixada pelo Prefeito João Henrique Caldas, na cidade.

Mesmo sem se fazer presente nessas localidades para além da extração de minério, a Salgema/Trikem/Braskem, seguiu atuando livremente e se utilizando do manto do desenvolvimento para passar a ideia de que estava comprometida com Alagoas, como já apresentado em alguns momentos ao longo deste trabalho. A propaganda sempre foi a principal via para isso, mas se a propaganda é a alma do negócio, como dizem, essa de 1986 deixa evidente muita coisa (figura 62).

Figura 62: Propaganda em alusão ao dia do meio ambiente



Fonte: Gazeta de Alagoas, julho de 1986. Arquivo Público de Alagoas

Com o lema: Tecnologia e consciência, a Salgema fez o alerta nas letras menores desta peça publicitária, onde as ações para proteção do meio ambiente, (o tal verde), precisavam, segundo ela, sair do campo do debate: “É preciso tomar atitudes.” para que o futuro “não se apresente negro”. Aproveitando a semana do meio ambiente, a propaganda aponta o racismo estrutural enraizado na associação dos termos “preto” e “negro” como algo pejorativo, já ações de preservação nunca foram feitas na região minerada. O jogo de palavras e sentidos não é mero recurso de uma época, ele é o retrato do que a empresa “acolhe” e “despreza”, e se revelou para todos 32 anos depois desta propaganda.

3.2 - Desigualdade e racismo ambiental na periferia da periferia

As primeiras análises sobre distribuição de riscos ambientais na década de 1960, já

davam conta que “os impactos dos acidentes ambientais estão desigualmente distribuídos por raça e renda” (Acsehrad et.al 2009, p. 18). O racismo ambiental é lido como uma manifestação específica da injustiça ambiental, estando focado nas dimensões raciais das desigualdades ambientais. Robert Bullard, foi um dos primeiros a utilizar o termo, em suas pesquisas sobre o impacto desproporcional dos danos ambientais a comunidades negras nos Estados Unidos, evidenciando em seu argumento a ligação com o status colonial das comunidades negras. Acsehrad (2009) recupera esse conceito a partir do que Bullard já colocou, apontando que essas questões acionaram a noção de “equidade geográfica”, que se refere “à configuração espacial e locacional de comunidades em sua proximidade a fontes de contaminação ambiental, instalações perigosas, usos do solo localmente indesejáveis, como depósitos de lixo tóxico, incineradores, estações de tratamento de esgoto, refinarias etc” (Bullard, apud Acsehrad, 2009, p.17).

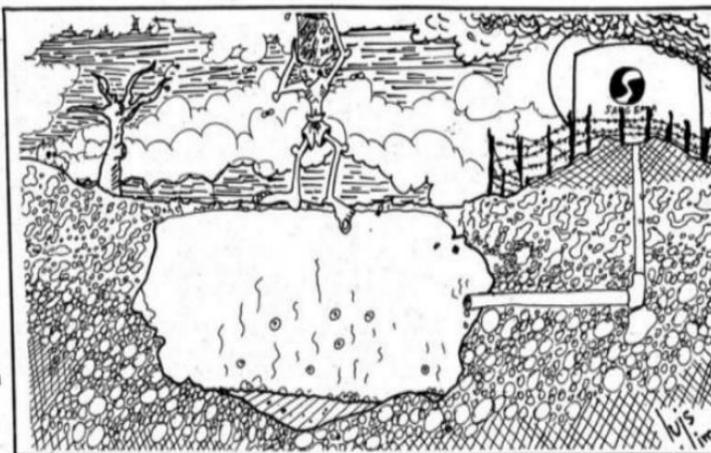
O estudo de Bullard e Wright (2009) sobre o impacto do furacão Katrina em Nova Orleans, ocorrido em 2005 é um dos estudos que cunha o termo geografia racial, para explicar o processo da ocupação territorial, evidenciando que as vulnerabilidades pré-tempestades limitam a participação de comunidades negras de baixa renda na reconstrução, pós-tempestade, uma conclusão que conseguimos enxergar analisando o caso dos moradores da margem lagunar em Maceió.

A ocupação da periferia das áreas mineradas pela Braskem havia chegado ao limite junto com a capacidade do solo de suportar uma extração de nível industrial em 2018. O desconhecimento da mineração sob seus pés atingia muitos moradores da região, a precariedade instalada nas comunidades está retratada na charge de Luis Lima, que ilustra a matéria do jornal laboratório de 1985, da faculdade de jornalismo da UFAL, recuperada na reportagem da revista Paineis Alagoas (figura 63).

Verba publicitária e o silêncio das rotativas: A Salgema versus Imprensa

PÁGINAS 8 e 9

Salgema e Imprensa Alagoana, uma relação direta entre verbas publicitárias e o silêncio das rotativas. Tudo aconteceu depois da tragédia de Bophal na Índia, quando a comunidade de técnicos e ecólogos alagoanos falaram da possibilidade de acontecer vazamentos semelhantes na fábrica química da Salgema. Após o acidente um grande volume de propagandas da empresa estampou nas páginas dos jornais de Maceió. Como os próprios editores revelaram, houve um silêncio deliberado em torno de qualquer notícia sobre os riscos da Salgema. Veja na reportagem como tudo começou, desde a localização da fábrica no Pontal da Barra, a entrada e saída das multinacionais até o último acidente, o primeiro desse ano. Enquanto o Coordenador do Polo Cloro Químico, Evilásio Soriano, afirma que a Salgema é uma indústria de boa absorção de mão de obra, o economista Cícero Pérciles, diz que não significa nada comparados aos 40.000 empregos gerados pela indústria alcooleira. Veja também de que maneira a Salgema Indústrias Químicas S/A usa seus quase 100 bilhões de lucro em promoções, campanhas filantrópicas, anúncios publicitários, que visam limpar a imagem da empresa, conforme seu Relações Públicas, Roberto Rodrigues.



Fonte: Amaral e Pimentel⁹⁵

Na charge, podemos observar uma pessoa esquelética carregando uma lata, provavelmente contendo água, na cabeça (uma vez que o desabastecimento era um problema frequente em Maceió). Enquanto isso, o que realmente interessa naquele território (a salgema e a água necessária para sua dissolução) é extraído do solo e enviado para a indústria, longe do alcance do olhar. A incapacidade de agir diante desse desastre pelo desconhecimento, também revela a vulnerabilidade dessas comunidades.

O solo carcomido⁹⁶ pela mineração, aprofundou ainda mais as condições em que vivem as famílias dos bairros mais pobres atingidos pela Braskem. Tal qual a Potosí descrita por Aráoz, a região atingida pela mineração realizada pela Braskem, “foi um espaço de expropriação radical” (Aráoz, 2020, p. 124), primeiro por todo o dano constatado com a terra que afunda, e depois pelo do imenso vazio⁹⁷ de 10 milhões de m³, resultado de quarenta e oito

⁹⁵ Disponível em: https://issuu.com/painelnoticias/docs/revistapainelalagoas_junho2019 Acesso em 07 mar 2024.

⁹⁶ Expressão inúmeras vezes usada pelo professor Wendell Ficher Teixeira Assis para se referir ao dano causado pela Braskem, a expressão está registrada em sua intervenção (dia 21/03/2023) durante a “escuta pública” realizada pela empresa Diagonal, contratada da Braskem para realização de “diagnóstico técnico participativo”, sobre a “desocupação” dos bairros: “... É interessante também perceber que vocês diagnosticam, não é à toa que é um diagnóstico, que as populações foram realocadas, (deslocadas e expulsas compulsoriamente) pros bairros já precarizados dessa cidade, mas não são fieis o suficientes à ciência para dizer que isso é fruto de negociações que colocou a população em situação de não escolher, não havia uma escolha, tínhamos alternativas infernais: ficar sobre um **solo carcomido**, ou escolher uma indenização que não cobria seus danos...”

⁹⁷ Disponível na apresentação de Thales Sampaio, à CPI da Braskem em 06 de março de 2024:

<https://legis.senado.leg.br/comissoes/audiencias?codcol=2642> e nas notas taquigráficas da mesma reunião: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/12344> Acesso em 20 de abril de 2024.

anos de exploração mineral. Fotos comparativas apresentadas pelo geólogo Thales Sampaio à CPI da Braskem, são a expressão do descaso da empresa e dos órgãos fiscalizadores com a região (figuras 64a e b):

Figuras 64a e 64b: Apresentação de Geólogo expõe o contraste entre minerações



Fonte: Apresentação do geólogo Thales Sampaio à CPI da Braskem⁹⁸

O técnico comparou uma exploração de sal-gema no Canadá, em área não urbanizada com a ocorrida em Alagoas, um espaço densamente povoado. O lixo e restos de construção que circundam a boca do poço, além da ferrugem nas tubulações, é revelador do desprezo da mineradora com o lugar. Segundo Sampaio, além disso, as condições que envolvem o terreno, tem como regra, para a segurança de todos, uma área desabitada em volta da mineração, o que não foi seguido em Alagoas.

Não é possível analisar a ocorrência desses desastres-crimes, sem considerar as questões

⁹⁸ Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?0&reuniao=12344&codcol=2642> Acesso em 07 de mar. de 2024.

de desigualdade e racismo ambiental, uma vez que os conceitos são complementares e ajudam a entender a exploração operada na periferia do capitalismo. O casamento entre uma região rica em minério e outra propícia ao escoamento da produção (Mutange e Pontal da Barra) esteve somado ao fator vulnerabilidade social de ambas, para a tranquila operação industrial da Braskem. As potencialidades de corpos também são mapeadas, tanto no quesito força de trabalho, como no quesito capacidade de insurgência, esse mapeamento e aplicação da lógica racista ocorrem com o uso abusivo da violência direcionada a ambos como lembra Aráoz (2020).

Analisando as violências vivenciadas a partir da conquista espanhola, Aráoz sublinha que o colapso demográfico que sacrificou os indígenas, resultou também no colapso ecológico, e nesse contexto cita Wolf (1959): “A conquista não só destruiu as pessoas fisicamente, mas também despedaçou o tecido usual de sua vida e os motivos que as animavam...” (Wolf, 1959 apud Aráoz, 2020, p. 131). Mbembe (2022, p. 18), retomando o conceito de Foucault, afirma que; “a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros - ou a dominação exercida por eles.”

Carneiro (2005), quando menciona o epistemicídio e sua relação com a autoestima, nos ajuda a pensar também sobre a capacidade de neutralização do outro racializado, uma ação de violência tanto física, quanto moral e psíquica. Em campo, nos bairros é possível observar como isso é operado, como no relato de algumas moradoras do Bom Parto, durante o acampamento montado em setembro de 2023, para exigir a ampliação do mapa de ações prioritárias. Falávamos sobre assistência de saúde quando a moradora trouxe o desprezo e desdém com que funcionários e médicos do posto de saúde local, tratavam as pessoas da comunidade, elas relataram:

Moradora 1: Quando a gente chega no posto a médica não olha pro nosso olho. Tinha o atendente, o Fulano⁹⁹, se aposentou, que era um bicho! Dizia assim: - Eu vou logo dizendo viu: Ginecologista? pode ir pra casa, e não me pergunte nada mais!
Moradora 2: Quando a gente não entendia (o que eles falavam) o médico dizia: Eu já falei! A senhora é môca¹⁰⁰?

Esse tipo de atendimento é impensável nos bairros elitizados da capital alagoana. Na roda de mulheres que conversavam naquele dia, o tema da saúde voltou algumas vezes.

⁹⁹ Nome ocultado.

¹⁰⁰ Referência à deficiência auditiva, em tom pejorativo.

Maceió vinha registrando alguns casos de meningite em crianças e uma das moradoras fez a seguinte observação:

Está tendo surto de meningite, né? Cadê a prefeitura preocupada com as crianças do Bom Parto? Tá cheio de criança aqui, por que não mandou uma equipe pra cá? Quando eles diz que tá preocupado com a nossa segurança perto desse portão (o portão da Braskem), é tudo mentira!

Muitos moradores das bordas sentem-se tratados como animais, do outro lado, a construção da ideia de que o comportamento deles não é adequado, (de são selvagens) está presente nos discursos das instituições, como numa das reuniões com procuradoras do MPF e representante DPU, para apresentar o novo relatório da condição de deslocados in situ¹⁰¹ dos Flexais, elaborado pela CDDH-OAB/AL, onde foi questionado em dois momentos sobre quais moradores acompanharam a inspeção, perguntando se tivemos contato com o grupo que deseja permanecer nos Flexais:

A procuradora 1: perguntou quem recebeu as equipes nos Flexais, **quem foi a liderança que acompanhou e em quais casas os levaram.**

A Profª. Camila Dellagnese respondeu e foi complementada por Roberto Moura

A procuradora 1: perguntou se as equipes chegaram a ter contato com a comunidade que deseja ficar e se conseguiram documentar **todos os pedidos dessa comunidade específica que não deseja sair**, que são pessoas que, como mencionado pela Profª Camila, estão nos Flexais há muitos anos e que não se veem em outro local. **Reiterou a pergunta** de se isso foi apurado e se consta do relatório.

A Profª. Camila Dellagnese respondeu que as inspeções são muito boas, porque vão em dois ou três carros e dividem as equipes entre a parte alta e a parte baixa e começam a seguir nas casas conversando com as pessoas. Afirmou que vão de casa em casa e que muitas vezes são chamados.

A procuradora 2: perguntou se a equipe que foi a campo tem relato de que líderes comunitários impedem ações.

A Profª. Camila Dellagnese (que apresentava o relatório) perguntou quais ações.

A procuradora 2: exemplificou com as ações de segurança privada, considerando que foi exigido da Braskem a instalação de câmeras de segurança na região e houve caso de funcionários irem instalar e receber ameaças de líder comunitário para sair, de forma que o serviço foi impedido. Afirmou que por isso dizem que **o problema é muito mais complexo**. Saliu que **crítica construtiva é sempre bem-vinda, mas que é preciso ter conhecimento do que acontece.**

A procuradora 1: complementou que até mesmo os equipamentos DGPS, de monitoramento, foram destruídos. Afirmou que não sabe se conseguiram perceber nessas visitas que a comunidade está dividida e que um lado ameaça o outro e que se chegam acompanhados por uma das lideranças, por exemplo, **as pessoas que querem ficar no Flexal não vão procurar as equipes**. Saliu que tem relatos

¹⁰¹ Conceito de Feldman et.al (2003) que se refere aquelas pessoas que estão deslocados mesmo vivendo em seus territórios.

de ameaça e retaliação de um grupo para o outro. (MPF/AL, 2023) (Grifo nosso, os nomes das procuradoras e do morador citado foram suprimidos)

A pergunta sobre qual liderança nos recebeu diz respeito ao estigma que os moradores que representam a maioria carregam diante das instituições, os moradores que apoiam a revitalização eram minoria inclusive no relatório antropológico realizado pelo setor de perícia do MPF em 2021 a pedido das procuradoras:

A preferência pela realocação é marcante: 337 moradores declararam preferir sair da região na expectativa de serem realocados, totalizando 74% do total das 454 famílias ouvidas. A preferência pela revitalização do bairro também é significativa com 91 defensores, chegando a 20%. Enquanto aqueles que revelaram dúvidas compõem a minoria de 26 famílias, com 6%. (MPF/AL - PARECER TÉCNICO Nº 02/2021 – SPPEA/CNP/ISF)

A inspeção realizada pela CDDH em julho de 2023 visava atualizar os dados colhidos na primeira visita realizada em 2022, ambas foram requisitadas pela população que percebeu seu direito de morar dignamente retirado pelas decisões das instituições, mas como apontado pela professora Camila, e registrado na ata, as visitas seguem a demanda da população que ao identificar a presença institucional na área, vai ao encontro ou até mesmo chama pedindo que entremos em suas casas para constatar as condições em que se encontram.

Sobre a complexidade da questão e a necessidade de críticas construtivas apontadas pela procuradora 2, fica nítido que a realidade enxergada pelo sistema de justiça está relacionada ao contato direto que ele trava com os atores que cuidam do processo de revitalização (empresas de consultoria e segurança patrimonial Diagonal e GPS, Prefeitura de Maceió e Braskem). Sobre a intimidação supostamente praticada pelo grupo que deseja realocação aos que abraçam a revitalização, impedindo que estes últimos busquem informações, não parece refletir a dinâmica existente na comunidade, uma vez que, as equipes da empresa de consultoria é que fazem a busca ativa pela região, e com relação a nossa visita também não procede, uma vez que circulamos livremente e algumas vezes encontramos pessoas que não desejam sair, a diferença é que essas estão com o direito respeitado ao contrário das outras. Nesses dois pontos vê-se o desequilíbrio de forças comum nos processos de conflito ambiental.

Outro exemplo recente ocorreu na última manifestação dos moradores do Bom Parto, ocorrida dia 12 de março de 2024, na entrada do prédio da Justiça Federal em Alagoas. Cerca de 40 pessoas, levavam faixas e camisas com a inscrição: *Bom Parto a funda*¹⁰² *em lágrimas*

¹⁰² A expressão A funda está separada em alusão à Funda de Davi, descrita no texto bíblico como o instrumento usado por ele para derrotar o inimigo.

e, localizados em três pontos, saíam da calçada até o centro da pista exibindo as faixas (durante o sinal vermelho). Buscavam dessa forma sensibilizar sobre a realocação das famílias, já que a revisão do mapa 5 será decidida no Tribunal Regional Federal da 5ª região. O juiz de Alagoas (1ª instância), já havia decidido pela realocação, mas a empresa recorreu, e então o caso terá de ser decidido em Recife (2ª instância).

Ainda no início da manifestação, um senhor veio em minha direção e, apresentando-se como servidor da Justiça Federal, pediu que o pessoal não atrapalhasse a entrada de veículos “para que ninguém se machucasse”, apontei então para a liderança do movimento, que informou que aquele protesto era pacífico. Em poucos minutos o líder da manifestação foi convidado (com mais dois moradores) a entrar no prédio e conversar com o juiz. Ao saírem de lá, foram acompanhados pelo mesmo funcionário, que repetiu algumas vezes, que o modelo do protesto foi o que possibilitou aquela conversa.

Esse fato me chamou atenção, pois a própria população demonstrou que foi o modelo de manifestação adotada (chamada de pacífica) descolada do comportamento considerado “selvagem” por muitos, inclusive por eles (os moradores do Bom Parto já protestaram algumas vezes ateando fogo em pneus) que permitiu ser chamado para conversar. Os moradores repetiram algumas vezes antes de entrar, que o protesto era pacífico.

A alusão à Foucault feita por Sueli Carneiro (2005) é valiosa para a análise sobre a questão, ela se refere ao “indivíduo a ser corrigido”, aquele que é “regular na sua irregularidade”, quando o autor trata da genealogia das anomalias e do indivíduo anormal, descrevendo o monstro e esse outro indivíduo, de tal maneira que ela entende como “reveladoras das construções culturais que assujeitam o corpo negro...” (Carneiro, p.125).

O caso em questão é exemplar na medida em que é a “correção” de suas ações, que possibilita o convite de moradores para a conversa com a autoridade, mas, muito maior que a tática utilizada para ser ouvido, é a necessidade do indivíduo revestido da instituição que representa, enfatizar o comportamento adequado ao chegar no lado de fora, onde o grupo maior de moradores esperava. O representante da justiça federal retornou para o grupo, enfatizando que foi a não-baderna, que possibilitou o convite para conversa, isso está vinculado ao imperativo que é a necessidade em reiterar a correção.

Segundo Foucault esse tipo de “anormal” será sempre um incorrigível e por isso “requer um certo número de intervenções específicas em torno de si,” (Foucault, 2001, p.73). Essas correções podem chegar com batidas policiais (numa violência explícita), mas também de forma sutil, como num convite para sentar-se à mesa com o poder, acessando assim outra

via para contenção dos ânimos e mapeamento das insurgências.

Achille Mbembe (2022) analisa, como o poder de ditar quem deve viver e quem deve morrer define a máxima expressão de soberania e, retomando o conceito de biopoder de Foucault, o autor se pergunta: que lugar é dado ao corpo humano já massacrado? A partir das experiências de campo é possível dizer que o lugar reservado pelo Estado e empresa-estado a esse corpo é a boca da mina prestes a colapsar, onde continuam vivendo milhares de moradores dos Flexais e Bom Parto.

A constante reatualização da marginalização remonta, como indica Aníbal Quijano (2005), o período colonial, mas em novas bases, de aparente independência, descolonizadas e modernas. São práticas que inauguram um novo padrão de poder, baseado no controle do trabalho, de recursos e de produtos, “Desse modo, estabelecia-se uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo mundial.” (Quijano, 2005, p. 118). Maristela Svampa (2016, p. 142) também ressalta um ponto importante:

Em termos geopolíticos, a opção extrativista que se busca implementar na região latino-americana, do México à Argentina, responde a uma nova divisão territorial e global do trabalho, baseada na apropriação irresponsável dos recursos naturais não renováveis, o que deu lugar a novas assimetrias econômicas, políticas e ambientais entre o Norte e o Sul geopolíticos.

Essa divisão global, coloca as Américas como grande fonte dos recursos naturais do mundo capitalista, é esse o modelo que arrasa territórios naturalmente abundantes, como a região Amazônica, e que em Alagoas propiciou, muitos anos depois, a expulsão de pelo menos 58 mil famílias, impactando toda a região metropolitana de Maceió.

Sendo o colonialismo alicerçado na ideia de superioridade de raça e controle das formas de trabalho, que inclui também os recursos e produtos para e de sua realização, a apropriação territorial promovida pela Braskem demonstra a face do racismo ambiental, pois vem paulatinamente apropriando-se de territórios com o apoio do estado desde a década de 1970, quando tudo começou via exploração do solo para a mineração. Assis (2014, p. 614) sublinha essa construção de hierarquias:

A construção das hierarquias raciais, de gênero e de modos de apropriação dos recursos naturais, pode ser vista como simultânea e contemporânea à constituição de uma divisão internacional do trabalho e dos territórios, marcada por relações assimétricas entre economias cêntricas e periféricas.

Estar no campo, em contato direto com os moradores, e depois relacionar essa experiência com a pesquisa das notícias sobre os bairros, torna possível pensar na existência

de uma violência desmobilizadora praticada pelas instituições, que fomenta o desamparo, apresentando, assim como o solo da região, fraturas na autoestima, com a intenção de minar pouco a pouco as capacidades de insurgência das comunidades. Os mecanismos para isso são traduzidos nesse controle dos corpos, no acesso que terão ou não aos serviços básicos.

Lutar pelo básico, contra, por exemplo, o canal de esgoto, que na chuva transborda de leptospirose, se apresenta mais urgente que qualquer outra demanda. As demandas urgentes de sempre se mesclam com as urgências do agora, de rachaduras, deformações de paredes e pisos e de minas à beira de um colapso. A luta por justiça ambiental, nesse contexto, exige dos atingidos, muita energia, disposição e movimentação em várias frentes, sobre esse grande esforço trataremos na seção seguinte.

3.3 - O agir das bordas: a luta por reconhecimento como atingido e a pesquisa-ação como parceira nesse trajeto

Esta seção, irá abordar o desenrolar da busca por reconhecimento empreendida pelas bordas do desastre-crime. Inicialmente é importante dizer que a categorização de atingido, tal qual Vainer (2008) aponta, é disputada pelas bordas, pois há duas vertentes de entendimento no caso em tela, o que por óbvio, configura a existência do conflito. Para as instituições os atingidos são os elencados nos mapas elaborados pelo Comitê de acompanhamento técnico, instituído pelo segundo Aditivo ao Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco, firmado em dezembro de 2020, e formado pela Defesa Civil Municipal, Defesa Civil Nacional e Braskem, onde o que define o que é a área atingida é apenas o risco geológico, o detalhe importante é que o protocolo a ser seguido pelo Comitê foi instituído pela causadora do dano, como descreve a Cláusula do referido aditivo:

CLÁUSULA 4. As Partes concordam com a criação de grupo técnico, cujo protocolo será apresentado pela Braskem em 45 (quarenta e cinco) dias após homologação deste Segundo Aditivo, com objetivo de acompanhar e estudar as áreas adjacentes ao Mapa de Linhas de Ações Prioritárias - Versão 4, a ser composto por Braskem, Defesa Civil Municipal e Defesa Civil Nacional (“Comitê de Acompanhamento Técnico”), pelo prazo de cinco anos. (Brasil, 2020, p.2)

No requerimento elaborado pelo MUVB à Defensoria Pública do Estado, em abril de 2022, apesar de não trazer explicitamente a caracterização da categoria atingido, entende-se, a partir do pedido realizado em dois momentos no documento, que são assim considerados, aqueles que sofrem os:

a) Por tais razões, o MUVB requer que seja analisado, de modo aprofundado, a situação de **risco geológico direto (primário)** de toda a região do Flexal de Baixo, do Flexal de Cima, das Quebradas, da Rua Marquês de Abrantes (em toda a sua extensão) e da Vila Saem (particularmente a Rua Santa Luzia), chamando a Defesa Civil Municipal e o SGB-CPRM para realizar esses estudos, pois é a entidade que tem experiência comprovada na análise dessas situações de risco, para que toda e qualquer dúvida seja espancada, esclarecendo à população da região sobre a sua segurança, e possam as próprias autoridades ter as informações necessárias para subsidiar sua atuação.

b) Por essas razões, o MUVB pede que seja aprofundado o estudo acerca dos **riscos geológicos indiretos (secundários), tais como o risco físico, o do isolamento socioeconômico, do risco psicológico à população afetada e das consequências negativas à educação, à saúde e a segurança da população, abrangendo não só os Flexais e as Quebradas, mas toda a extensão da Rua Marquês de Abrantes e toda a Vila Saem e suas ruas adjacentes.**

c) Por tais razões, o MUVB pede a rejeição do projeto de revitalização dos Flexais e a realocação imediata da população do Flexal de Baixo, do Flexal de Cima, das Quebradas, da Rua Marquês de Abrantes, na sua integralidade, e da Vila Saem (particularmente a Rua Santa Luzia).

A maioria dos moradores se reconhecem como atingidos/afetados, nomeiam os danos e atribuem nome ao causador, apontando que “depois do problema da Braskem as coisas pioraram e muito”, pelo aparecimento de novos problemas, mas o conjunto dos atingidos ainda não mobiliza o dano de forma coletiva integrada, apesar das diferenças, como ressalta Rancière (1996), tomado de empréstimo aqui: “Falta ainda a construção do dano como vínculo de comunidade com os que não pertencem ao mesmo comum” (Rancière, 1996, p.137).

As dificuldades em dar visibilidade ao conflito e garantir a conquista da realocação com justa indenização, não passam só pelas ações que envolvem o poder da empresa e suas articulações, mas também pelas diferenças dentro do grupo de atingidos. No Bom Parto há uma espécie de afirmação identitária, fomentada pela liderança da associação de moradores local, traduzida no não reconhecimento do MUVB como representante dos atingidos, pois este movimento nasce em 2021, depois do início da luta por realocação com indenizações justas travada pelas associações de moradores dos bairros atingidos.

Esse não reconhecimento pode ser lido também a partir das diferenças de raça e renda, que acabam comprometendo a politização do dano. O MUVB tem entradas facilitadas no quesito incidência política, por sua composição de maioria branca, com grau de instrução e posição social diferentes da maioria dos moradores da borda. Apesar disso é importante dizer que as brigas entre grupos não são de conhecimento amplo dos moradores dessas áreas, mas acabam impedindo a reunião de todos em atos públicos pela falta de articulação entre as lideranças.

As diferenças existentes e diferenciações fomentadas no bojo da luta por

reconhecimento são parte importante para a leitura do conflito, pois estabelecem hierarquias que passam a justificar ações do Estado, transformando-o em mero executor das ordens econômicas dadas pela empresa (Das e Poole, 2008; Feltran, 2010), que “privilegiam” uma área em detrimento de outra, por exemplo, excluindo propositalmente as bordas como legitimamente atingidas, passando a criar mecanismos que acentuam diferenciações e brigas internas e entre grupos que buscam por reconhecimento. A projeção dos Flexais como um caso emblemático, que muitas vezes aparecem no centro dos debates, em detrimento da situação do Bom Parto, que não recebe a mesma atenção da Braskem e do sistema de justiça é um exemplo de diferenciação criada para esfacelar a luta. Esse ponto merece ser tratado detalhadamente em trabalhos futuros.

Observou-se também que a luta tem assumido três maneiras mais evidentes, que chamamos de via cotidiana, via midiática e via institucional, e todas dependem da mobilização do sofrimento vivido, como forma a demonstrar o dano, ou seja, a ligação entre os efeitos da mineração e os problemas, tanto nas casas, como nas vidas das pessoas.

A via cotidiana é a luta pelo reconhecimento travada no dia a dia das comunidades, ela está traduzida na forma como cada uma se organiza e se mantém de pé para buscar o reconhecimento, sem ela, as outras duas vias não são acionadas espontaneamente. Já a via midiática depende dos moradores e de sua disposição para gravar vídeos autônomos¹⁰³, fazer protestos de rua ou mobilizar uma equipe de reportagem para dar visibilidade a seus pleitos. Por último, a via institucional depende da articulação das comunidades para estabelecer parcerias técnicas dispostas a traduzir e documentar os problemas vivenciados. Esse diálogo pela via institucional existe em função da supervalorização técnica que é dada pelo sistema de justiça no caso em tela, que desconsidera a palavra e o sofrimento do atingido, a exemplo dos acordos firmados sem a devida participação popular. A abordagem da questão neste ponto do trabalho buscará expor algumas ações ocorridas no segundo semestre de 2023, pois condensam e exemplificam bem a luta das bordas.

3.3.1 - A via cotidiana

O dia a dia das comunidades da borda pode ser tomado como a prática de resistência

¹⁰³ São exemplos de exposição do caso nas redes sociais: https://www.instagram.com/jacksondouglas_82/, <https://www.instagram.com/vitimasdabraskem/>, <https://www.instagram.com/sosflexal>, <https://www.instagram.com/sosflexalbebedouro/>, <https://www.instagram.com/sosbomparto/>, <https://www.instagram.com/valdemir.alves.98434997/>, <https://www.instagram.com/romualdooliveirada/>, https://www.instagram.com/cotidiano_fotografico/

básica e essencial ao exercício da cidadania da borda, como a luta para serem reconhecidas. A via cotidiana é exercida apesar de tudo, e pode ser caracterizada tanto pelo estado de alerta constante, mas também por ações que aparentemente não tem vinculação com desastre, mas que sem elas nenhuma outra via de luta existiria. Scott (2011), toca no ponto das resistências cotidianas como aquelas que estão mais situadas no discurso e ações ocultas, produzidos a partir da utilização da “máscara da submissão”, mas não é desse tipo específico de resistência que este ponto do trabalho visa tratar, apesar de sabermos que ela existe também no conflito provocado pela mineração da Braskem, aqui nos concentramos na tarefa assumida pelas comunidades em trazer à tona as injustiças cometidas.

Viver na periferia é exercitar diariamente as táticas de protestos, em contexto de desastre isso é aprofundado sobremaneira, descreveremos algumas delas aqui, analisando esses dados a partir do conceito de cidadania insurgente tratados por James Holston (2013), para ele a cidadania insurgente é aquela que desestabiliza o entrincheirado, é um espaço de não acomodação dos parâmetros e limites que a cidadania diferenciada coloca. Por cidadania diferenciada ele entende: “A concepção dos direitos como privilégio de certos tipos de cidadãos tem sido, de formas variadas, a base do sistema de cidadania diferenciada. Enquanto isso perdurar, a cidadania permanece sobretudo como forma de distribuir e legitimar a desigualdade (Holston, 2013, p. 341).

As bordas contam com alguns exemplos de resistência que a cidadania insurgente pratica, Holston (2013) analisa que a autoconstrução é um deles. Com muros e fachadas pichadas contra a revitalização proposta no acordo entre MPF, MPE, DPU, Prefeitura e Braskem, os Flexais dão um exemplo disso, como mostra as fotos da figura 65:

Figuras 65: Fachadas com os protestos por realocação são a marca dos Flexais.



Fonte: fotos da autora, Flexais, novembro de 2022.

O domínio da autoconstrução, muito comum nas periferias, é, segundo aquele autor, muito mais do que a única alternativa possível para morar, trata-se da construção de seu lugar na cidade pelas próprias mãos das comunidades periféricas. Além da autoconstrução ter relação com as formas utilizadas para construir, ela também diz respeito aos usos dados a esses muros-protestos. É importante que se registre, apesar de parecer óbvio, que é incomum ver inscrições pichadas pelos próprios moradores nas fachadas de suas casas, uma vez que, há todo um esforço para o cuidado e embelezamento delas, pois são fruto de muito trabalho. As inscrições nos Flexais, soam como um grito de socorro. Diante de uma região geográfica difícil, entre uma encosta, uma área de preservação ambiental e uma área arrasada pela mineração, restou àqueles moradores e moradoras, deixar mais que evidente o desejo quase unânime pela saída do lugar.

Além das inscrições os muros, os Flexais e a Marquês de Abrantes são exemplos de áreas onde a necessidade de reparo das casas é parte da rotina. Encontramos água minando na rua e no piso de algumas casas do conjunto Padre Pinho, figura 66.

Figura 66: Afloramentos de água no conjunto Padre Pinho, na região da Marquês de Abrantes.



Fonte: fotos da autora, Marquês de Abrantes, fevereiro de 2023.

Na rua, que havia recebido calçamento recente, daquele conjunto, localizado na região da Marquês de Abrantes, uma água corre com uma espécie de espuma, segundo o morador ela é cheia de “minador”, esses afloramentos de água tomam conta da calçada e entrada das casas fotografadas acima, o morador relatou que mora na região desde 1996, e que o problema iniciou em 2021, mas só tem se agravado, por isso a solução encontrada foi aterrar a casa, o batente após o pequeno terraço demonstra o reparo, ao entrar na casa o piso se alterna entre chão batido e área já cimentada, que inclusive já apresenta alguns pontos úmidos.

No Bom Parto a autoconstrução está refletida de muitas formas, conversando com uma moradora do bairro, dona Anunciada, isso fica muito evidente, foi ela quem deu entrada na antiga Companhia Energética de Alagoas - CEAL, há mais de 20 anos, para requerer o poste que ilumina próximo à sua casa, na rua São Francisco, no dia 30 de novembro, ela nos contou:

Olha esse poste aqui, foi eu que botei, eu não né? Adquiri! Pela CEAL, fui lá três vez, aí a CEAL veio e botou, eu trabalhava na Guri nesse tempo, era 14 casas tudo no escuro, só no candieirin e na vela, aí minha colega disse assim: oia mulher, se tu for lá, eles dão o poste pra botar na tua rua, eu disse: será mulé? ela disse: vai! Ela me deu o nome do homem no papel, e eu fui-me embora de pé. Larguei da Guri e me danei pra lá, duas horas da tarde, cheguei lá, procurei o homem e entreguei o papel, aí ele disse: venha tal dia, fui de novo, aí ele disse: olhe, tá uma confusão, entre a senhora, as casas que a senhora trouxe e uma casa no Reginaldo, a da senhora é 14 e a de cá é 7, aí quando eu fui de novo ele disse: a senhora ganhou o poste, aí eu: vixe que benção! Tinha um bêbo que catava lixo, aí ele disse: se a senhora ganhar esse poste, trazer a luz pra gente, eu vou lhe dar um guaraná, eu disse: não meu filho, precisa não, eu quero que vocês tudinho fique aí no claro, quando dei fé o caminhão dando ré com o poste, ele deu tanto pulo, que ficou doido. Ele era alto (apontando pro poste), olha como tá baixo, porque aqui a terra vai descendo, aí botaram esse poste aí, ligou pras casas, ficou uma benção!

Ela contou também sobre a “evolução” da rua, e da fartura da lagoa no passado, mesmo assim, ao final de uma de nossas conversas ela disse que a beira da lagoa precisa ser

desocupada, para ela, só dessa forma a lagoa pode voltar a viver:

A beira da lagoa tem que ficar desocupada que é pra criar o peixe, sururu, massunim que acabou foi tudo e ninguém sabe nem onde tá, tenho vontade de comer essas coisas, mas não tem...eu pescava pra criar os meus filhos, tirava sururu lá no Trapiche minha fia, tirava de saco assim, dizem que nem no Trapiche tem mais... Se for pra sair nós sai, com fé em Deus. Deus tá no controle, eu digo todo dia a minha filha, eu só não quero ir pra apartamento, porque eu não tenho condições, não gosto de vizinho que faz zuada, às vezes a pessoa pega um vizinho que fuma droga na cara da pessoa, oxe isso é falta de respeito! Eu quero sossego, um cantinho, oxe lá no meu quintal é cheio de planta, tem pé de abacate, tem pé de goiaba, tem pé de manga, no meu quintal, e se eu não morrer ainda vou chupar manga ainda, e aqui é minhas planta de remédio, (fala pegando nos galhos da planta medicinal que cultiva na frente de casa), faço chá todo dia com essa... eu saio plantando as minhas coisas, (eu digo: no apartamento não tem como né?), oxe, tem não meu amor, e a pessoa tá com vizinho ruim é mesmo que uma doença, é melhor a pessoa morrer logo, eu gosto de ter paz na minha vida.

Apesar de todas as dificuldades encontradas na periferia, o espírito construtor, de cuidar do que é seu, confere às falas de moradoras e moradores, muita segurança e inventividade, essas pessoas ousam quando dizem seus desejos e repulsas, num cenário de precariedade extrema. Essa inventividade é percebida durante as conversas com a população local, e andando pelo bairro. Chama atenção a fachada revestida com espelhos na Travessa Dr. Leite Júnior ou o muro de uma casa com a jante de bicicleta como elemento construtivo, na Rua São Francisco. Os três exemplos de autoconstrução denotam uma comunidade ativa e dotada de capacidade de luta, uma vez que, demonstram o pertencimento àquele território (figuras 67a, b e c),

Figura 67a, b e c: O Poste e fachadas como uma conquista individual e coletiva – Bom Parto



Fonte: a) Campos, dezembro de 2023, b) e c) fotos da autora, outubro de 2023.

Como detalha Holston (2013):

...essa autoconstrução se tornou um domínio de elaboração simbólica. Ela expressa narrativas coletivas e igualitárias do estabelecimento das periferias e narrativas individuais de realizações desiguais...dessa forma, a autoconstrução transformou as periferias em espaços de futuros alternativos, produzidos nas experiências de se tornar proprietários, de organizar movimentos sociais, de participar de mercados consumidores e de fazer julgamentos estéticos sobre as transformações das casas. (Holston, 2013, p. 24)

A autoconstrução observada nos Flexais, Marquês de Abrantes e Bom Parto se comunicam no sentido de serem a alternativa que resta diante da situação imposta pela empresa e instituições às bordas, ela é a saída protesto dos Flexais em seus muros pichados e a única forma de morar possível, pois pela autoconstrução busca-se ainda atenuar os problemas de rachaduras vivenciados pelas três áreas. Chama-se atenção para as formas de reconhecimento através dessa estratégia, é ela que permite que os moradores sigam reconstruindo suas vidas enquanto há pressão do sistema de justiça e da Braskem para invisibiliza-las. A ocupação do espaço e o simbolismo da reconstrução fazem parte do conflito ambiental ali presente. Outro significativo exemplo de luta cotidiana por reconhecimento dessas comunidades se deu quando os moradores se recusaram a sair de suas casas, na ação coordenada pela Defesa Civil municipal na noite do dia 29 de novembro de 2023, que previa a alocação das famílias dos Flexais e da beira da lagoa no Bom Parto, de forma temporária, em escolas destinadas a funcionarem como abrigo, enquanto a situação de risco de colapso de uma das minas de sal, na região do Mutange (a mina 18) era averiguada. No dia seguinte o clima de medo estava instalado nas duas áreas (Bom Parto e Flexais), pois além da abordagem ter sido feita no horário noturno, ela não explicou com detalhes os riscos e as garantias que os moradores teriam quanto ao reconhecimento de que são atingidos, culminando na relocação e indenização justa.

Pode-se dizer que ambas as regiões são também alvo do racismo institucional, aquele “definido como o fracasso coletivo das instituições em promover um serviço profissional e adequado às pessoas por causa da sua cor.” (Oliveira Junior e Araújo Lima, 2013), pois sempre foi uma região de maioria negra e pobre, entre os bairros atingidos, segundo dados do censo 2010, o Bom partu contava com 65,5% da população negra e Bebedouro 62,8%. O racismo institucional praticado pelo poder público não enxerga as potencialidades da área por seu estigma construído ao longo de todo esse tempo. Como ressalta Jesus (2020): “O racismo institucional, também denominado de racismo sistêmico, corresponde ao mecanismo

estrutural de exclusão racial seletiva no acesso aos benefícios gerados pelo Estado e usufruídos pelos grupos raciais privilegiados.” (Jesus, 2020, p.4)

O Bom Parto fica próximo ao centro de uma cidade em expansão, todos os anos, na quadra chuvosa, a região passa pelos mesmos problemas e a solução apresentada é sempre paliativa, famílias são levadas para ginásios enquanto esperam as águas baixarem. Somado à destruição causada pela Braskem, este cenário gera um quadro de profundo abandono, que impõe aos moradores duas opções: ficar tentando sobreviver apesar de tudo, ou sair por conta própria, alternativa igualmente difícil pelas condições econômicas da comunidade, mas algumas vezes adotada por alguns moradores com parentes em outras áreas da cidade, esse movimento vai desfazendo o bairro aos poucos.

A mineração em área urbana só é possível pela avaliação da empresa e do estado, de que há gente que nem é gente, e por isso não entra na contagem para os “projetos do futuro.” Bom Parto Flexais e Marquês de Abrantes são comunidades esquecidas de forma proposital e não é de agora. As zonas de sacrifício são territórios apropriados a essa gente pobre e de cor, esquecidas por serem quem são. A vida nas áreas de borda vai se tornando cada vez mais inviável, mas isso tem pouca ou nenhuma importância aos dominantes, restando a essas comunidades a decisão de abandonar a disputa (buscando novo endereço por conta própria), ou agir para se colocarem no centro dos debates.

Trabalhar enfatizando as diferenças entre as áreas é o trunfo utilizado pela Braskem de tempos em tempos. A revitalização dos Flexais, é uma dessas formas, e não indica que aquela comunidade está mais assistida em seus pleitos, como já dito aqui, sua grande maioria desaprova e exige a realocação. Numa conversa em novembro de 2022, durante uma reunião de moradores, um morador revelou o que pensa sobre a ideia de revitalização, mas só consegui compreender melhor sua ideia depois de algumas idas às áreas, ele disse que estão tratando aquela população como cobaia. O argumento do morador está baseado na cláusula 13ª do “Termo de Acordo para implementação de medidas socioeconômicas destinadas à requalificação da área do Flexal” que versa sobre discutir o acordo caso seja configurado o não afastamento da condição de ilhamento depois de dois anos do início das ações de revitalização.

Em nossa conversa ele disse que perguntou às procuradoras do MPF: “Quem é que vai dizer se deu certo ou não? A Braskem? Se for a Braskem, já deu! Vocês estão fazendo a gente de cobaia!” sua hipótese é de que a Braskem quer manter alguma coisa em Bebedouro “para mostrar que a empresa consegue, pra mostrar que ela pode”. Segundo ele, para revitalizar

gasta-se mais do que num processo de realocação.

Essa hipótese levantada pelo morador, aponta a leitura popular de uma empresa que tenta mostrar seu poder insistentemente há quase 50 anos no Estado de Alagoas, essa “experiência” de revitalização consiste nisso, numa nova modalidade de demonstração de poder, onde a empresa, não satisfeita com a destruição provocada, mede forças com uma população empobrecida, adotando o que Raquel Oliveira chama de uma geopolítica do risco, ou seja “a “ação congruente dos agentes do Estado e do mercado na produção de hierarquias territoriais.” (Oliveira, 2016, p. 5) que se traduz numa constante invalidação dos interesses dos moradores em detrimento da manutenção e demonstração dos privilégios da empresa.

3.3.2 - A via midiática

A via midiática, se dá na exposição contínua dos problemas do dia a dia em redes sociais e programas policiais locais, os únicos que tem dado espaço às demandas cotidianas de sofrimento (como a falta e/ou afloramentos de água e rachaduras nas casas), essa exposição ocorre tanto nos Flexais e Marquês de Abrantes, como no Bom Parto.

O começo de uma sequência de acontecimentos importantes e exemplares da via midiática ocorreu dia 31 de agosto de 2023, quando a população do Bom Parto organizou um protesto para cobrar a revisão do mapa, a iniciativa consistia em ocupar a área em frente ao portão da empresa localizado na Av. Major Cícero de Góes Monteiro. O movimento foi persuadido a não ocorrer, a liderança comunitária nos contou, naquela oportunidade, que na noite do dia anterior as procuradoras do MPF tentavam convencê-la a desmarcar a atividade:

“Elas dizem que estamos correndo perigo fechando pista, sendo que estamos correndo perigo todo dia...Agora estão preocupados com a nossa segurança? Enquanto a gente mendigava atenção quase todo santo dia pra nossa comunidade e até agora não saiu nada, só ofícios e ofícios e decisão nenhuma...”.

O protesto durou toda a manhã e se estendeu até o começo da tarde, o corpo de bombeiros foi acionado e orientou sobre a toxicidade das chamas dos pneus (figura 68), a polícia também esteve no local e observou de longe, recomendando a liberação do acesso ao portão da empresa.

Figura 68: Protesto no Bom Parto cobrava realocação



Fonte: Foto da autora, Bom Parto, agosto de 2023.

A revolta dos moradores estava traduzida em faixas que diziam: “A comunidade do Bom Parto pede socorro - Divulgação da atualização do mapa e realocação”, “Estamos abandonados pelo prefeito JHC com aval do MPF e demais órgãos.”, “Vai precisar morrer mais moradores para tomarem as providências: MPF, Prefeitura e Defesa Civil municipal Civil” e também na forma como organizaram rapidamente a pilha de pneus, galhos secos e móveis velhos para atear fogo e assim chamar atenção para a urgência e seriedade dos pedidos.

Em 11 de setembro de 2023, moradores do Bom Parto e na sequência, (dia 13 de setembro de 2023) moradores dos Flexais, bloquearam os acessos aos portões da Braskem, montando acampamento em frente a eles (figuras 69 a e b).

Figura 69 a, b, c e d: Bloqueios nos portões principais da Braskem





Fonte: fotos da autora, setembro de 2023.

No dia 14, em decisão conjunta, os moradores resolveram bloquear os acessos às frentes de trabalho localizadas no Pinheiro, estive percorrendo todos esses pontos naquele dia chuvoso, a firmeza dos moradores somada ao espírito de solidariedade demonstraram que aquelas ações iriam durar algum tempo, mas esses novos bloqueios duraram pouco, pois era difícil mobilizar moradores para ficarem em locais onde o tráfego de pessoas e veículos estava reduzido, aumentando o risco da permanência nesses locais (figuras 69 c e d).

No dia seguinte (15/09/2024), uma Ação de interdito proibitório¹⁰⁴ foi movida pela empresa Braskem, nela, o pedido pela intimação de três lideranças (do Bom Parto, dos Flexais e da rua Marquês de Abrantes) foi documentado e aceito como procedente pelo juiz da 29ª Vara Cível da capital, José Afrânio dos Santos Oliveira, que instituiu multa diária no valor de R\$1.000,00 (mil reais) e responsabilização criminal em caso de desobediência à decisão de que os intimados não podem realizar ato de agressão na área de posse da Braskem, por agressão a intimação descreve ameaças de invasões, ou seja, os acampados deveriam desocupar a área. A determinação autorizava o uso da força policial em caso de resistência.

Alegando ser um protesto pacífico, os acampamentos foram mantidos, o do Bom Parto durou 26 dias e o dos Flexais durou 49 dias. No Bom Parto, os moradores preparavam refeições, jogavam dominó, assistiam TV, e partilhavam uma rotina de espera e solidariedade (figura 70a), mulheres, crianças e idosos eram escalados para ocupar durante o dia e no horário noturno era a vez dos homens eram maioria. Em Bebedouro, além do compartilhamento das refeições, ocorreram exibições dos filmes de Carlos Pronzato¹⁰⁵ (figura 70b).

¹⁰⁴ Segundo o CNJ, é uma ação preventiva em caso de ameaça de invasão em uma propriedade. disponível em: <https://www.cnj.jus.br/saiba-definicao-de-manutencao-de-posse-reintegracao-e-interdito-probitorio/> acesso em 27 de março de 2024.

¹⁰⁵ São dois filmes: A Braskem passou por aqui: A catástrofe de Maceió de 2021, e a Braskem também passou por aqui: a tragédia dos Flexais de 2023.

Figura 70a e 70b: Cenas do cotidiano nos acampamentos



Fonte: fotos da autora, a) Bom Parto e b) Flexais, setembro de 2023.

Ainda em setembro e durante os acampamentos em Bebedouro e Bom Parto, a via midiática de exposição do sofrimento foi acionada muitas vezes, equipes de reportagens da TV Gazeta (figura 71a) e da TV Pajuçara (figura 71b), foram até o Bom Parto para registrar a água que estava minando dentro das casas.

Figuras 71a e 71b: Água que brota em diversas casas no Bom Parto.



Fontes: a) AL TV (20/09/2023) e b) Fique Alerta da TV Pajuçara (22/09/2023)¹⁰⁶

Na reportagem do programa Fique Alerta, da TV Pajuçara, o senhor Abelardo, coordenador da Defesa Civil municipal, foi entrevistado ao vivo, e repetiu algumas vezes que o caso diz respeito a um fenômeno natural, além de mencionar sobre um possível padrão construtivo incorreto. Mesmo assim, o repórter insistiu e ao final da entrevista perguntou diretamente: “Não há relação com o problema do afundamento de solo da região?” o coordenador foi categórico e respondeu: “Não, é bom lembrar que o problema de afundamento do solo, você tem um processo que tá há 1.000 metros de profundidade e nenhuma das patologias a serem provocadas pelo processo de movimentação do solo, você teria afloramento de água potável na superfície”.

¹⁰⁶ Disponíveis em: <https://globoplay.globo.com/v/11963447/> e <https://www.youtube.com/watch?v=mWQJdM21vs4> Acesso em 21 de março de 2024.

As formulações e ações do coordenador da Defesa Civil municipal civil e seus técnicos parecem não atentar para as leituras mais atualizadas sobre desastres, tema caro ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, e que abarca formulações mais aprofundadas sobre o problema do tecnicismo aos grupos afetados por desastres. Segundo Valêncio (2014) o tecnicismo é deflagrador de um “sofrimento social multidimensional” (Valêncio, 2014, p. 3637), pois pelo crivo estritamente técnico, vivências são desconsideradas, e o clima de constante incerteza e insegurança em vez de cessado é reforçado na vivência de grupos já vulnerabilizados. A autora chama esses grupos de refugio humano, ou seja, o grupo social onde paira o medo da morte, pelo desabamento de uma parede e pelo medo do afastamento da convivência com seu território, a chamada morte social, exemplificada por frases como: “a gente não escuta mais o barulho dos alunos... não tem mais vizinhos” ditas por uma das moradoras da Av. General Hermes, rua que teve mais da metade das casas condenadas. A moradora citada assiste o desfazimento de vínculos e convivência de uma vida inteira, sua situação a intriga, pois a igreja de Nossa Senhora do Bom Parto, foi condenada, assim como todas as casas em frente a sua e outras do seu lado, apesar disso sua casa não entrou no mapa de realocação.

Uma demonstração da operacionalização da via midiática aconteceu logo após o colapso da mina 18, ocorrido às 13h15 do dia 10 de dezembro de 2023. Em contato com alguns moradores do Bom Parto, num dos muitos diálogos daquela tarde, um deles tentava articular a ida de alguém da imprensa para a região:

Morador 1: Não teve Defesa Civil, não teve ninguém aqui, e **a gente tamos aqui, desse jeito, sem ninguém se manifestar**, aí a gente tamos correndo perigo de todo jeito, e ninguém não teve aqui, não liga, e as coisa acontece num piscar de olho.

Comento então que é importante que a Defesa civil esteja no local para passar informações corretas aos moradores.

Morador 1: Mas isso Juliane, **a Defesa Civil não vai falar isso, eles escondem, tem coisa que eles não vão falar**, tem coisa que eles não fala, quem tá falando é os povo, tá filmando e tá jogando, quem for esperar pela defesa civil eles não faz nada, comprovar que eles não teve aqui, aconteceu isso e ninguém não tava sabendo, se não for o povo tá com a boca no trombone, e vocês também tá ajudando.

Morador 1: Se tu tiver contato de alguém, **manda alguém vir aqui**, algum amigo teu, **fazer uma reportagem**, alguém vir aqui, nessa beira de lagoa. Que eu já tava assustado, agora tô mais assustado ainda, eu só vim saber através de um colega meu, e você tava fazendo a pergunta, eu também tava sem entender, agora que eu vim realmente entender, que um colega meu falou, um amigo da minha filha falou. Mas você já tava sabendo né, mas você não quis assustar, modo de a gente não ficar com mais medo ainda, num foi?

Morador 1: Não tem ninguém aqui, ninguém pra vir aqui, eles não tão nem ai! Se não fosse primeiramente Deus e segundo vocês e a gente, ninguém não sabe de nada, **estamos todos aqui, esquecido**.

O relato desesperado de quem tem medo, clama por socorro e ainda busca forças para agir, é a demonstração de como as bordas têm se comportado durante todo esse massacre promovido pela empresa Braskem e seus apoiadores. Enquanto a mina colapsava, não havia ninguém nas bases de apoio ao morador nos Flexais e Bom Parto. O desespero dos moradores com quem conversei por telefone naquela tarde foi acompanhado também pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH, numa visita que havia sido articulada pela CDDH-OAB/AL meses antes, em face dos relatórios juntados durante 2022 e 2023, produzidos por aquela comissão. O CNDH chegou em Maceió no dia do colapso da mina, as atividades de visita às áreas estavam previstas para iniciar no dia seguinte, dia 11 de dezembro (segunda-feira), mas por ocasião do colapso, os técnicos foram à campo, no bairro do Bom Parto assim que chegaram.

Sem ter com quem se apegar, no dia do colapso da mina, alguns moradores compartilhavam informações entre eles e com alguns pesquisadores mais próximos da comunidade, o que revela a importância da construção de uma ciência engajada e preocupada não só com a análise da realidade, mas dotada de humanidade suficiente para enxergar seus interlocutores como parceiros na construção de um outro futuro, mesmo que essa construção não se apresente como factível imediatamente¹⁰⁷, e não como meros objetos de pesquisa.

3.3.3 - A via institucional e o diálogo com esta pesquisa-ação

Pode-se dizer que a via institucional utilizada pelos atingidos da Braskem em Maceió, tem ocorrido a partir da iniciativa das comunidades, associações e movimentos de moradores e empreendedores, para a produção de laudos e pareceres, custeados por eles mesmos, ou em parceria com pesquisadores da Universidade Federal de Alagoas, buscando provar por vias técnicas que são atingidos. Além da produção de laudos, os atingidos têm buscado a OAB/AL e a Defensoria Pública Estadual, esta última, no cenário das instituições do sistema de justiça tem sido a única a brigar judicialmente pela realocação da borda.

Esse caminho de busca por reconhecimento é difícil no sentido de que poucas são as instituições que estão abertas para receber demandas, denúncias e pedidos, devido aos acordos

¹⁰⁷ Após o pedido do morador, para que eu ajudasse falando com alguma equipe de reportagem, tentei contribuir com o contato que tinha do pessoal do canal Mídia Caeté, página de jornalismo independente e comunitário de Alagoas. A jornalista Wanessa Oliveira prontamente conversou comigo, pegou o contato do morador e foi até a comunidade documentar o que estava acontecendo.

fechados desde 2020 com a Braskem. Buscando mapear e sistematizar algumas das ações realizadas pela iniciativa dos moradores, movimentos e associações, assim como algumas respostas a elas, elaborou-se a tabela 01 (no final da seção), onde constam relatórios, laudos, pareceres e suas respectivas incidências. Primeiramente, iremos contextualizar como se inicia esse processo de construção o qual chamamos via institucional trilhada por reconhecimento como atingido, e no decorrer das explicações explicitar como esta pesquisa tocou e foi tocada por essa via.

Pode-se dizer que o início dessa movimentação aconteceu a partir do laudo feito por um engenheiro contratado pelo movimento Luto por Bebedouro¹⁰⁸, que reunia moradores da parte central do Bairro e dos Flexais e Marquês de Abrantes, ainda em setembro de 2020, após a divulgação do mapa versão 2 (junho de 2020), que abarcava uma pequena parte dos Flexais. Esse laudo foi fundamental para compor o requerimento feito junto ao Ministério Público Federal - MPF, pedindo nova investigação do Serviço Geológico do Brasil - SGB na região dos Flexais. Em dezembro de 2020 o mapa foi atualizado, incorporando parte da área apresentada no laudo.

No começo de 2021, o Movimento Unificado das Vítimas da Braskem - MUVB foi criado, ele tem representado grande parte da busca pela via institucional dos atingidos e atuado na elaboração de requerimentos nos mais diversos campos tocados pelo desastre-crime, segundo conta uma das integrantes do movimento:

O MUVB surgiu a partir de uma reunião realizada no início de 2021 com lideranças dos 5 bairros afetados. Nessa ocasião o ex-vereador Jorge Sexto de Bebedouro (que fundou o SOS Bebedouro no ano anterior) colocou a proposta em votação. O objetivo era unir forças tendo a representatividade dos 5 bairros afetados pela Braskem.”.

Em fevereiro de 2022, o MUVB, e os moradores dos Flexais e Marquês de Abrantes, se organizaram para contratar novo laudo e tentar ampliar o entendimento sobre os riscos apresentados pela Defesa Civil municipal, no Relatório que a mesma elaborou sobre a região, constatando o ilhamento social. Os moradores pleiteavam a consideração de outros riscos para além do risco geológico, o único considerado pela Defesa Civil Municipal. O MPF pediu a avaliação do referido laudo pelo Serviço Geológico do Brasil, que emitiu nota técnica demonstrando alguns problemas no documento, e suas próprias limitações no que tange a

¹⁰⁸ Este movimento não existe mais, pois como já foi dito aqui, 30% daquele território foi arrasado, ou seja, não conta mais com moradores, havendo apenas ruínas ou áreas demolidas.

avaliação de outros riscos importantes a serem considerados no caso em tela, o Risco de Prejuízos Econômicos (associados indiretamente aos riscos físicos acima) – RPE, e o Risco de Prejuízos Sociais (associados indiretamente aos riscos físicos acima) - RPS, como é possível ler no trecho abaixo:

3.12. Assim, muito embora sejam nítidas as consequências psicológicas e econômicas do processo, devido à natureza de alta complexidade do tema, o SGB/CPRM não é capaz de mapear os impactos ou riscos psicológicos das populações que ocupam as áreas adjacentes ou próximas às áreas atingidas pelos processos físicos em si, tampouco a avaliação da abrangência dos impactos econômicos. Tal constatação não implica na inexistência de populações expostas a riscos psicossociais, e econômicos, mas na incapacidade institucional para que sozinho o SGB/CPRM conduzisse a realização desses estudos na completude necessária no presente momento.

Por todo o documento é possível perceber o reforço à ideia de que um desastre da magnitude do vivido em Maceió precisa de uma leitura holística, considerando outras ciências para lidar com as questões psicológicas, econômicas e socioambientais, por exemplo. Na conclusão apresentada, o SGB corrobora a ideia de que em um cenário de gestão de desastre, a participação popular é importante no processo de tomada de decisão, dois trechos são categóricos quanto a isso:

8.4. Muito embora a remoção de moradores de áreas de risco seja considerada um último recurso (Carvalho, 2020), os próprios representantes locais, através de organização espontânea, já manifestaram tal vontade popular. A participação popular na tomada de decisão é considerada de suma importância na gestão de desastres (Toshihisa 2021, Kaneko 2016), sendo recomendável a avaliação do poder público sobre a possibilidade de incorporação das demandas populares sempre que economicamente e tecnicamente possíveis, independente se por estabelecimento de acordo ou de iniciativa direta do Poder Público. (BRASIL, 2022, p 21 e 23)

9.3.4. Conforme examinado também no Capítulo 3 se a “A incerteza quanto ao risco de desastre não constituirá óbice para a adoção das medidas preventivas e mitigadoras da situação de risco.” (Lei 12.608/2012 Art.2º “§ 2º), ainda que incerta a medida e extensão dos prejuízos do RPE e RPS, tal incerteza não deve refrear medidas intempestivas para a gestão do desastre. Ainda, mesmo que a doutrina jurídica tradicionalmente avalie a realocação como último recurso em gestão de risco (Carvalho, 2020), em se tratando de demanda popular e prevendo a Lei a participação popular na tomada de decisão (Decreto nº 10.593 Art. 26 IV), seria uma opção aceitável dentre as opções de gestão a serem adotadas pelo Poder Público Municipal. Reiterando que tais medidas podem ser tomadas havendo ou não incorporação ao acordo extrajudicial.

Percebe-se o cuidado e dedicação na construção de uma nota técnica baseada não só na expertise do SGB, como também baseada em leis e decretos¹⁰⁹, mesmo assim, o MPF

¹⁰⁹ São citados no documento: Decreto nº 10.593 Art. 26 IV, Lei 12.608/2012 Art.2º “§ 2º e 26º.

arquivou o inquérito aberto e desconsiderou tanto o laudo do engenheiro apresentado pelo MUVB, como a nota do SGB, levando em conta apenas que os valores de subsidência na área são baixos, não sendo possível afirmar, com os dados obtidos até aquele momento que a mineração é a causadora das patologias encontradas nas casas dos Flexais, mesmo que as patologias das casas sejam as mesmas das encontradas nos imóveis das hierarquias áreas realocadas. O MPF, o MPE e a DPU consideram que a remoção de moradores só deve ocorrer em último caso, dando assim prosseguimento às tratativas para a elaboração do termo de acordo para a revitalização dos Flexais. Entre o segundo laudo e a nota técnica do SGB, foi apresentado à comunidade dos Flexais e Marquês de Abrantes o estudo feito pelos pesquisadores e professores da UFAL, Prof.^a Regla Toujaguez & Prof. Dr. Emerson Carlos Soares (CECA-UFAL), tratava-se de *“Estudos Geoquímicos na área de influência das atividades de extração de sal em Maceió-AL e sua relação com o ilhamento socioeconômico das comunidades Flexal de cima e Flexal de baixo”*. Este estudo, assim como os outros listados na tabela 2, fazem parte da Ação Civil Pública movida pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas - DPE, em favor da comunidade.

É importante dizer que alguma esperança de realocação daquela população, se deu especialmente depois do que foi prometido pela própria Prefeitura de Maceió em uma “rodada de conversa com os moradores”¹¹⁰, uma espécie de escuta pública promovida pela DPE e pela Prefeitura de Maceió, em 15 de fevereiro de 2022, onde a população, perguntada sobre se queria realocação ou requalificação, votou pela primeira opção e imediatamente ouviu a seguinte declaração do então Coordenador do Gabinete de Gestão Integrada dos Bairros em afundamento - GGI dos Bairros, Ronnie Mota: “O posicionamento da Prefeitura vai ser a partir de agora, realocação!”, mas tal posicionamento não durou muito, pois em outubro do mesmo ano, o acordo pela requalificação dos Flexais foi homologado, com a assinatura dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, Defensoria Pública da União, Prefeitura de Maceió e Braskem, prevendo a execução de obras pela Prefeitura com o custeio da empresa.

Em setembro de 2022 a CDDH-OAB/AL realizou inspeção na comunidade dos Flexais, a pedido do senhor Sr. Valdemir Alves, morador do Flexal de cima. Em novembro do mesmo ano nova inspeção foi requerida pelo senhor Romualdo, morador da rua Marquês de Abrantes e nesta inspeção participamos, Camila Dellagnese Prates, Carlos Eduardo Lopes e eu, em virtude de nossas pesquisas sobre a temática do desastre-crime, o convite para acompanharmos essa inspeção de forma voluntária, partiu do presidente da CDDH-OAB/AL,

¹¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MT0eR43G18g&t=39s> Acesso em 02 de abr. de 2024.

Roberto Moura, (como já apontado no início deste trabalho), tendo a possibilidade de uma entrada em campo por outra via, a do sistema de justiça a qual a OAB faz parte.

Esse relatório foi o início da construção de uma aproximação de campo para além da que já tínhamos, é com ele que começa a ser desenhada a possibilidade da pesquisa-ação como método a ser utilizado para obtenção de dados e incidência direta no campo, como já relatado na seção dedicada à metodologia deste trabalho. Com exceção do Dossiê crítico sobre o Diagnóstico produzido pela empresa de consultoria contratada pela Braskem, Diagonal, todos os outros tratam especificamente da borda que tem mantido a luta por reconhecimento ativa.

Esta pesquisa participou da elaboração de sete documentos/laudos entre novembro de 2022 e abril de 2024 (em negrito na tabela 02 na página 151), com incidências variadas, resultando numa ampliação das redes em busca do reconhecimento dos atingidos, saindo de uma incidência a nível local, com relatórios que afirmavam a necessidade de revisão do mapa de linhas e ações prioritárias, buscando diálogo e alteração nas decisões que os atingidos consideram injustas, com as instituições que atuam no caso, em Alagoas (MPF, MPE e DPU) e em dezembro de 2023 a incidência foi ampliada, com a missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH, em Maceió, onde também colaboramos durante as escutas à população, reuniões com órgãos públicos e elaboração do relatório final, que foi apresentado ao relator da CPI da Braskem em abril de 2024.

Pode-se dizer que a via institucional buscada pelos atingidos ou reflexo de sua atuação está presente em 66,7% dos laudos produzidos de 2020 até 2024, como mostra o gráfico abaixo, que traz os produtores ou solicitantes e a porcentagem de documentos elaborados ou requeridos por eles. Do total de quinze laudos, onze foram construídos por iniciativa dos moradores e treze deles consideram importante levar em conta a percepção dos moradores quanto à permanência ou não nas bordas, até mesmo quando elaborados a pedido de instituições que definiram o contrário, como os dois laudos solicitados pelo MPF, um feito por técnico da própria instituição (Relatório Antropológico - Parecer Técnico Nº 02/2021 - MPF/AL) que considera a solução híbrida para o caso dos Flexais, e o outro, elaborado pelo SGB, que foi requerido dentro do inquérito para apurar a condição de ilhamento dos Flexais (já detalhado aqui).

Quadro 02: Produção de Laudos de 2020 a 2024

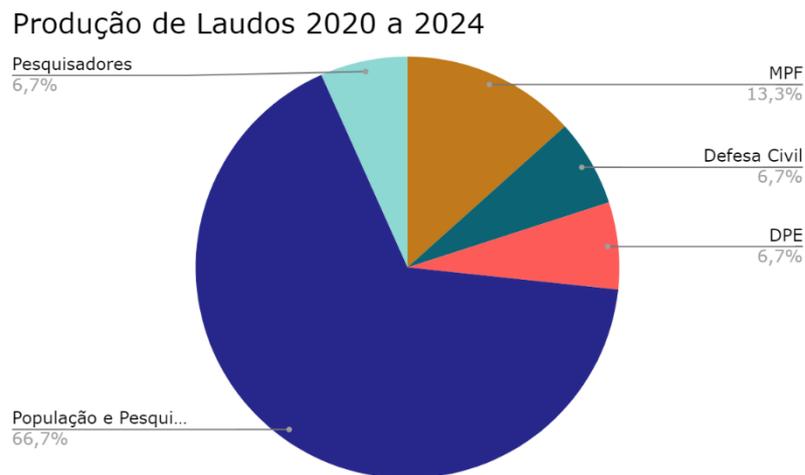
	Laudos/Relatórios	Mês e ano	Temática tratada	Resultado
1	Laudo técnico de inspeção - Flexal de baixo e Flexal de cima - Engenheiro Alec Moura Sampaio, (contratado pelo movimento Luto por Bebedouro)	08/2020	Mapeamento de condições patológicas dos imóveis	Considerado para a inclusão de uma parte dos Flexais de Baixo e de Cima no programa de realocação da Braskem e, conseqüentemente, no Programa de Compensação Financeira - PCF. Compôs a Ação Civil Pública 0801886-75.2023.4.05.8000 movida pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas - DPE/AL
2	Relatório de avaliação socioeconômica do Flexal de cima, do Flexal de baixo e parte da Rua Marquês de Abrantes - Realizado pela Defesa Civil de Maceió/AL	04/2021	Levantamento das condições socioeconômicas da região	Considerado no Termo de Acordo para Implementação de Medidas Socioeconômicas Destinadas à Requalificação da Área do Flexal, homologado em outubro de 2022.
3	Relatório Antropológico - Parecer Técnico Nº 02/2021 - MPF/AL	10/2021	Identificar os anseios da comunidade afetada, sobre a realocação ou revitalização, na região do Flexal, bairro do Bebedouro	Compôs o Termo de Acordo para Implementação de Medidas Socioeconômicas Destinadas à Requalificação da Área do Flexal, homologado em outubro de 2022.
4	Laudo técnico de inspeção - Bairro do Bebedouro - Flexal de cima e Flexal de Baixo - Engenheiro Lucas Mattar Protásio Nunes	02/2022	Diagnóstico para classificação e mapeamento de residências com patologias individuais ou externas	Compôs a Ação Civil Pública 0801886-75.2023.4.05.8000 movida pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas - DPE/AL
5	Estudos Geoquímicos na área de influência das atividades de extração de sal em Maceió-AL e sua relação com o isolamento socioeconômico das comunidades Flexal de cima e Flexal de baixo - Profa. Dra. Regla Toujaguez & Prof. Dr. Emerson Carlos Soares (CECA-UFAL)	04/2022	Discutir e apontar elementos para inclusão da área total dos Flexais no Plano de Compensação Financeira.	Compôs a Ação Civil Pública 0801886-75.2023.4.05.8000 movida pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas - DPE/AL

6	Nota Técnica nº4, do Serviço Geológico do Brasil - aos questionamentos feitos pelo MPF sobre os laudos apresentados por representações de moradores da região dos Flexais e Marquês de Abrantes e Defesa Civil	07/2022	Considerações sobre os estudos apresentados e rápida análise dos resultados recentes da leitura de interferometria, que suscitam discussão sobre novos métodos de levantamento da subsidência. (Devido à insuficiência dos resultados do relatório elaborado pela Defesa Civil Municipal)	Compôs o Inquérito 1.11.000.000826/2021-72 de Autoria do MPF instaurado para apurar possível ilhamento socioeconômico das áreas adjacentes ao Mapa de Linhas de Ações Prioritárias e Arquivado quando da homologação do Termo de Acordo para Implementação de Medidas Socioeconômicas Destinadas à Requalificação da Área do Flexal, homologado em outubro de 2022 Relatório de inspeção dos Flexais, CDDH-OAB/AL e ICS/UFAL,
7	Diálogo a respeito das inconsistências de um laudo - Prof. Edson Bezerra a pedido da Defensoria Pública do Estado de Alagoas - DPE/AL e Comissão Especial de Acompanhamento do Caso Pinheiro	09/2022	Apontar as ambiguidades, e os limites epistemológicos presentes no laudo elaborado pelo MPF/AL	Faz parte da Ação Civil Pública 0801886-75.2023.4.05.8000 movida pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas - DPE/AL
8	Relatório da inspeção realizada na comunidade dos Flexais e Adjacências - CDDH - OAB/AL	09/2022	Verificar as condições de acesso à saúde, educação, transporte, comércio, lazer, segurança, e outros direitos fundamentais preconizados na Constituição de 1988.	Faz parte da Ação Civil Pública 0801886-75.2023.4.05.8000 movida pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas - DPE/AL. Enviado ao Conselho Nacional de Direitos Humanos para embasar a solicitação de auxílio na busca de informações e tomada de providências para “apuração das denúncias de graves violações de direitos humanos”, ocorridas na capital alagoana.
9	Relatório da inspeção realizada na Rua Marquês de Abrantes - CDDH - OAB (com a participação de sociólogos vinculados ao ICS/UFAL)	11/2022	Verificar as condições de acesso à saúde, educação, transporte, comércio, lazer, segurança, e outros direitos fundamentais preconizados na Constituição de 1988.	Faz parte da Ação Civil Pública 0801886-75.2023.4.05.8000 movida pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas - DPE/AL. Enviado ao Conselho Nacional de Direitos Humanos para embasar a solicitação de auxílio na busca de informações e tomada de providências para “apuração das denúncias de graves violações de direitos humanos”, ocorridas na capital alagoana.
10	Dossiê crítico sobre as “escutas públicas” da empresa Diagonal, no âmbito do Diagnóstico Técnico-Participativo do Plano de Ações Socio urbanísticas – PAS.	04/2023	Expor as falhas, omissões e lacunas dos estudos apresentados pela empresa Diagonal e informar a sociedade sobre os potenciais impactos socioambientais que não estão dispostos no documento construído pela Diagonal	Entregue ao Ministério Público Estadual, Disponível em: https://www.agenciatatu.com.br/wp-content/uploads/Dossie_12-de-abril_OK-1.pdf Acesso em abr. de 2024.

11	Relatório de inspeção dos Flexais, CDDH-OAB/AL e ICS/UFAL	07/2023	Observar o que mudou no período de 10 meses fazendo uma comparação das condições de moradia e de serviços básicos, como à saúde, transporte, comércio, segurança pública, educação, e outros direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.	Faz parte da Ação Civil Pública 0801886-75.2023.4.05.8000 movida pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas - DPE/AL. Enviado ao Conselho Nacional de Direitos Humanos para embasar a solicitação de auxílio na busca de informações e tomada de providências para “apuração das denúncias de graves violações de direitos humanos”, ocorridas na capital alagoana.
12	Parecer da situação urbanística dos Flexais - FAU/UFAL	09/2023	Responder tecnicamente o questionamento, da Defensoria Pública do Estado de Alagoas: “Se, em face da geografia peculiar da região, no caso de realocação daquela comunidade, geraria novas bordas (em sequência) a área de risco, num processo de mutilação da cidade com mais casos de realocação sem fim, como numa reação em cadeia.”	Faz parte da Ação Civil Pública 0801886-75.2023.4.05.8000 movida pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas - DPE/AL
13	Relatório do Bom Parto, CDDH-OAB/AL e ICS/UFAL	11/2022	Mapear e descrever a realidade vivenciada por parte da comunidade do bairro do Bom Parto e buscar o reconhecimento, junto ao Poder Público e ao sistema de justiça sobre as condições de moradia nas áreas atingidas, ainda não consideradas nos mapas que definem as áreas de risco.	Enviado ao Conselho Nacional de Direitos Humanos para embasar a solicitação de auxílio na busca de informações e tomada de providências para “apuração das denúncias de graves violações de direitos humanos”, ocorridas na capital alagoana.
14	Nota Pública da Missão em Maceió/AL sobre violações de Direitos Humanos	12/2023	Apresentar preliminarmente um panorama da missão ocorrida entre 10 e 13 de dezembro de 2024, indicando algumas recomendações.	Publicização das ações da missão em coletiva de imprensa. Faz parte da Ação Civil Pública 0801886-75.2023.4.05.8000 movida pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas - DPE/AL
15	Relatório do Conselho Nacional Dos Direitos Humanos Sobre denúncias de violações de direitos humanos na cidade de Maceió em decorrência da atividade da empresa mineradora Braskem - CNDH/CDDH-OAB/AL	04/2024	Apuração das denúncias de graves violações de direitos humanos em Maceió em razão dos desdobramentos da mineração de sal-gema pela empresa Braskem.	Entrega ao Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito da Braskem - CPI da Braskem

obs.: em negrito os relatórios que esta pesquisa ajudou a construir.

Gráfico 03: Produção de Laudos de 2020



Fonte: Elaboração própria

Dos onze laudos movidos/provocados pela comunidade, cinco tiveram a participação desta pesquisa, totalizando seis documentos (com a inclusão do dossiê crítico), de contestação à versão da empresa de que a borda não foi atingida.

A busca por reconhecimento como atingido por essas vias vai empurrando a política para o centro do debate ainda com muita dificuldade, mas gerando interesses partidários do mero jogo eleitoral, que precisam ser manejados de maneira sagaz por parte dos atingidos, sob o risco de reduzir a luta. Ocorre que as janelas políticas que se abrem com o interesse de certos atores desse campo, servem como uma ampliação da rede importante para a visibilidades e mudança na condição de injustiçadas que as comunidades se encontram. Rancière analisa:

Um sujeito político não é um grupo que "toma consciência" de si, se dá voz, impõe seu peso na sociedade. E um operador que junta e separa as regiões, as identidades, as funções, as capacidades que existem na configuração da experiência dada, quer dizer, no nó entre as divisões da ordem policial e o que nelas já se inscreveu como igualdade, por frágeis e fugazes que sejam essas inscrições. (Rancière, 1996, p.52)

Diante do que acompanhamos durante 1 ano e meio de pesquisa, é possível dizer que os moradores percebem a importância em dar vazão midiática a todo o sofrimento vivido, esse apelo contribui na construção de um outro imaginário local sobre a presença marcante da empresa em Alagoas, mas só as vias cotidiana e midiática não são suficientes para tentar desestabilizar a rede que a empresa conseguiu montar durante todo o tempo de atuação no estado, a ainda conquistar reconhecimento, é preciso ampliar as redes dos atingidos, numa mobilização política da questão, para recolocá-la como parte importante no conflito, como

ressalta Rancière (1999), por isso a ampliação das redes pela via institucional também é necessária.

Cabe reforçar que as buscas empreendidas por essas vias, são resultado da percepção por essas comunidades da injustiça ambiental que sofrem, definida por Herculano (2002) como: “o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis.” (Herculano, 2002, local. 3) . Essa injustiça se torna ainda maior pela naturalização dos efeitos negativos do desenvolvimento, pela visão dominante sobre o que seria um problema ambiental, ligada à escassez e a necessidade da sustentabilidade, uma visão que se coloca num polo oposto ao da “distribuição do poder sobre os recursos ambientais (Acsehrad, 2002, p.51).

3.4 - Avaliação da pesquisa-ação

A condução e atuação desta pesquisa, possibilitada também pela entrada institucional no campo, só aconteceu pela recepção que os moradores das bordas visitadas oferecem desde o começo. É importante dizer que a confiança conquistada durante a pesquisa não significou uma recepção acrítica dos moradores, em alguns momentos, quando estive realizando inspeção com a comitiva da OAB, moradores reclamaram sobre a atuação do órgão no caso, pois aguardavam resultados mais efetivos após a conclusão dos primeiros relatórios. Isso se deve ao descrédito que as instituições de maneira geral acabam tendo num processo de distanciamento entre instituições públicas e população, e negação contínua de direitos, essas críticas não inviabilizaram o trabalho, pois as dificuldades e limitações de nossa atuação como colaboradoras e pesquisadoras independentes e voluntárias também eram compartilhadas num diálogo franco e aberto.

Depois de algum tempo frequentando as bordas desse desastre-crime, sinto como se a escuta ativa e o interesse pelos relatos de moradoras e moradores funcionassem para eles como um afago de valorização diante de um cenário de completo abandono, encontrei em campo uma receptividade própria da vulnerabilização e da necessidade de demonstrar o sofrimento social vivido há tantos anos, questão que pôde ser percebida durante as interlocuções, onde Deus é sempre invocado para resolver o que parece impossível, ouvi frases do tipo: “Primeiramente Deus, né minha filha e secundamente vocês que vem nos ajudar, pra vê se esses homem olha pra nós.” ou “você acha que a gente sai daqui?”, nesses momentos que são

recorrentes, procurei explicar que nosso trabalho também é difícil, mas que seguimos tentando, assim como eles seguem resistindo.

É pela necessidade de se fazer contar, que os atingidos recorrem à parceria com a academia, e conversam facilmente, abrindo espaço para falar sobre suas vidas e casas deterioradas, neste ponto se faz necessário dizer que esta pesquisa se desenhou também como uma pesquisa-ação, para dar conta da inquietação pessoal sobre que tipo de conhecimento produzir, num território periférico. A resposta chegou rápido, durante o dinamismo que o intenso trabalho de campo impõe. Passei a acompanhar grande parte das movimentações das bordas pelo contato direto que estabeleci com as comunidades já nas primeiras idas às áreas.

Fals Borda (1973) observou em um de seus escritos sobre estudo-ação que a escolha por esse tipo de abordagem, implica na concepção do trabalho junto aos “grupos de referência” (nesse caso os atingidos), numa produção técnica “para eles e em seus próprios termos”, e um idioma “muito mais claro e honesto que o acostumado na ciência sofisticada da sala de aula”, além disso, ressalta que as hipóteses devem encontrar sua confirmação ou rejeição em “contato com a realidade”. (Borda, 2016, p. 776 e 777)

Durante esta pesquisa-ação, a todo momento foi considerada a importância da aproximação efetiva nos trabalhos dentro das bordas atingidas, onde as pessoas interlocutoras puderam falar livremente e indicarem o que desejassem que fosse relatado, especialmente quando nossa presença se fez em momentos críticos, como nos momentos pré-colapso e imediato pós-colapso, uma prática incomum nas pesquisas sobre este desastre-crime, como relatei na entrevista ao pesquisador Roberto Lima (Prates et al. 2023). Os relatos das moradoras e moradores compõe os relatórios de forma que as comunidades se reconheçam naquilo que irão ler.

Em vários momentos recebi mensagens de moradores perguntando sobre quando retornaria à campo, além de vídeos informando sobre alguma situação extrema, atípica ou de denúncia, importantes a serem descritas, isso se deve ao fato da pesquisa não estar restrita às idas para inspeção, que na verdade representa pouco¹¹¹ diante de todas as vezes em que estive nas áreas de borda pesquisando.

A via institucional de ação para o reconhecimento como atingido, também foi percorrida por esta pesquisa, resultando em alguns ganhos, como a ampliação das redes e do debate em favor dos atingidos e maior imersão no caso, possibilitando enxergar o desastre-

¹¹¹ Das 21 vezes que estive nas bordas em contato direto com a população, 5 delas foram cumprindo a agenda da CDDH, as atividades de campo estão detalhadas no anexo 02.

crime não só do ponto de vista acadêmico, mas também aproximado das comunidades e da instituição, o que gerou a compreensão do conflito em sua dinamicidade, além da ampliação da compreensão sobre a importância da verdadeira política operada nos locais, por meio das movimentações dos atingidos.

Algumas limitações também se apresentaram, uma delas se refere à necessidade de construção do conhecimento em conjunto com a comunidade, no sentido da apropriação da categoria de atingido, já consagrada em outros conflitos minerários brasileiros, que possibilita uma atuação mais enérgica, segura e independente das comunidades, além de outras leituras em conjunto. As demandas pela construção de documentos, firmando essa categoria e demonstrando o que ela significa na prática a partir dos relatos, se colocaram com uma urgência maior pela precariedade e vulnerabilidade encontrada em campo, e pelo grande desequilíbrio de forças, o que não impede que nos desdobramentos futuros dessa pesquisa, essa demanda importante não seja atendida.

As limitações científicas também precisam ser consideradas no contexto desse desastre-crime, dentre tantas é possível dizer que ainda não há um grupo de pesquisa local dedicado em pesquisar o conflito e seus desdobramentos no campo da sociologia, em áreas correlatas e com uma atuação engajada semelhante a que este trabalho se propôs a fazer, assim como não há atuação de advogados populares no caso, esses seriam pontos importantes para a ampliação da rede de construção do conhecimento coletivo junto às comunidades, uma vez que, uma pesquisa de mestrado, de apenas dois anos, no contexto já apresentado aqui, não tem pernas suficientes para mitigar os prejuízos de tantos anos de livre atuação da empresa no Estado. Encaramos como uma das potencialidades da atuação científica engajada o desenvolvimento da cartografia social junto às comunidades, como citado no início deste trabalho. Esta pesquisa contou com a elaboração de mapas¹¹² a partir das visitas às áreas, que apesar de demandadas pela população não significam dizer que os atingidos os tenham elaborado. Com tempo e pesquisas mais longas é possível construir uma atuação de impactos maiores beneficiando as comunidades atingidas.

¹¹² Elaborados em parceria com a Engenheira Agrimensora voluntária, Rosane Verissimo Albuquerque Lima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que o desastre ambiental em Maceió é resultado de um projeto desenvolvimentista que priorizou os lucros em detrimento da vida e do meio ambiente. A análise histórica revela a intensificação da exploração dos recursos naturais, atualizando práticas coloniais de apropriação da natureza, como aponta Assis (2014). A construção de um consenso social, como analisado por Dahrendorf (1982), permitiu à Braskem moldar a narrativa do conflito, minimizando seus impactos e maximizando seus lucros.

O conflito entre diferentes formas de apropriação da natureza, estabelecido desde o início da implantação da indústria, foi maquiado e não contribuiu para o aprimoramento da vida social na cidade. A relação entre passado e presente se coloca com muita força no cenário, e seus reflexos não vistos na experiência cotidiana atual, onde o desalento dos moradores das bordas é invisibilizado. As formas de escamotear o conflito do passado mudaram à medida que o conflito foi reduzido a uma transação econômica em grande escala, atingindo quase 60 mil pessoas.

A Braskem, hoje, opera essa maquiagem de maneira muito livre, se colocando como uma empresa comprometida com a cidade. A empresa domina propagandas em vários veículos de informação, como se seu compromisso fosse com o bem de Alagoas, e especificamente de Maceió. As campanhas publicitárias com o nome “Braskem Explica” mudaram para “Compromissos Braskem”, onde os problemas causados viram a oportunidade de crescimento da cidade. Há uma busca pelo estabelecimento de consensos nas peças publicitárias, fenômeno identificado também na atuação do sistema de justiça, pressupondo: “o desaparecimento de toda distância entre a parte de um litígio e a parte da sociedade.” (Ranciére, 1996, p.105).

A construção de imagem visa a desvinculação com a face mais abandonada da cidade, resultado do desastre-crime, que são as bordas. A empresa utiliza táticas como a escolha de uma das bordas para passar a ideia de que há compromisso também com elas, enquanto outras bordas, como o Bom Parto, são negligenciadas. A estratégia de dividir para enfraquecer, somada aos interesses governamentais, força a saída voluntária dos moradores das bordas, sem onerar a empresa e o Estado.

A análise histórica da presença da atividade minerária de sal-gema em Maceió aponta para a “distribuição discriminatória dos riscos ambientais” (Acselrad, 2002), pois além de manter a região minerada como uma das mais precarizadas da cidade, condenou os moradores

dessas regiões à duas situações extremas: expulsão e permanência compulsórias. É nítida a ligação entre a destruição ambiental e injustiça social nas duas situações.

As bordas, vulnerabilizadas desde sempre, têm a difícil tarefa de articular ações políticas sinérgicas que desestabilizem o confortável cenário da empresa. Como salienta Rancière (1996), é a política que faz os pobres existirem enquanto entidade. O risco político é contabilizado pela Braskem, assim como é por todas as empresas do setor minerário e petroquímico. Manter o conflito ativo é a única forma de tentar frear suas ações e o conjunto de injustiças que elas carregam consigo.

A busca pelo reconhecimento como atingido tem sido realizada dentro dos limites impostos pela desigualdade ambiental. A construção de redes é fundamental para a ampliação da visibilidade dessa luta, e essa rede conta inclusive com apoios da chamada política partidária, que precisa ser usada estrategicamente. Esses desafios ainda se colocam nos caminhos trilhados pelas bordas e requerem ainda mais doses de energia.

Este estudo, fruto de uma longa pesquisa-participante, revela a complexidade do conflito ambiental em Maceió e a necessidade de aprofundar a análise sobre a atuação dos grupos de atingidos, o racismo ambiental e a influência da publicidade na construção da narrativa empresarial. Os resultados desta pesquisa podem contribuir para o fortalecimento das lutas por justiça ambiental e social, inspirando novas pesquisas e ações políticas que visam a responsabilização das empresas e a reparação dos danos causados. A luta por justiça ambiental em Maceió é um exemplo de como a desigualdade social se entrelaça com a destruição ambiental, e como a resistência das comunidades afetadas pode gerar mudanças significativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSERLARD, H. Justiça Ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 5, p 49-60, Jan/jun. Editora UFPR, 2002.

ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relumé Dumará; Fund. Heinrich Boll, 2004.

ACSELRAD, H; Herculano, S; Pádua, J A, **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. (2004b)

ACSELRAD, H; Mello, C C.A. e BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond. 2009.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

ACSELRAD, H. **Meio ambiente e justiça: estratégias argumentativas e ação coletiva**. São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/Publica%C3%A7%C3%B5es_da_COEDU/Referencial_Te%C3%B3rico/RT01b_ACSELRAD_Meio_Ambiente_e_Justica.pdf . Acesso em 09 de jun 2023.

ACSELRAD, H **Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil**. *Sociologias*, 16(35), 84–105. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/MPqVy7HmLgCNZCf85YyGQpf/#> Acesso em 14 jun 2023.

ACSELRAD, H Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana. **O Social em Questão** Ano XVIII, n. 33, 2015. Disponível em http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_33_1_Acserald.pdf Acesso em 14 de mar 2024.

ACSELRAD, H. (Org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades. O neoextractivismo e a gestão empresarial do “social”**. Rio de Janeiro: Garamond. 2018.

ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Elefante, 2016b, p. 46-85.

AMARAL, C.; PIMENTEL, E. (EDS.). Segue a novela sem fim entre a população, poder público e Braskem. [s.l.] **Revista Painel Alagoas** ano IV, 05/2023. v. 69

AVILA, M. R. R.; MATTEDI, M. A. As dimensões políticas da produção de desastres: o caso do território do Vale do Itajaí/SC. In: **Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território**. Santa Cruz do Sul, 9-11 de set., 2015.

Afundamento do solo em bairros de Maceió, AL. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/56a-legislatura/afundamento-do-solo-em-bairros-de-maceio-al/apresentacoes-em-eventos/VictorHugo.pdf>. Acesso em 09 de jun 2023.

Agência Nacional de Mineração (ANM). **Consulta ao processo 006.648/1965**. Disponível em: <https://sistemas.anm.gov.br/SCM/Extra/site/admin/dadosProcesso.aspx> Acesso em 09 jun 2023.

ALMEIDA, J; PREMEBIDA, A. **Histórico, relevância e explorações ontológicas da questão ambiental**. Sociologias. Porto Alegre: v. 16, p. 14-33, 2014

ASSIS, W. F. T. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, v. 27, n. 72, p. 613–627, set. 2014.

ASSIS, W. F. T.; LAGES, A. S. Desprovincializar o desenvolvimento: enunciação subalterna e resistência nas bordas da acumulação capitalista na Amazônia. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 2, p. 389–409, maio 2017.

ASSIS, W.F.T. Justificativas da mídia: estratégias para ambientalização da produção de etanol através da publicidade. **Ambiente & Sociedade**, v. 3, pág. 67–86, jul. 2016.

ASSIS, W. F. T.; ACSELRAD, H. Os sentidos dos diagramas nas estratégias empresariais do capitalismo extrativista. **Sociologias**, [S. l.], v. 26, n. 63, p. e-soc119818, 2024. DOI: 10.1590/18070337-119818. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/119818>. Acesso em: 6 maio. 2024.

AZEVEDO, E. M. A.; JÚNIO, A. C. F. O desastre-crime do caso Samarco: o balanço quinquenal da responsabilidade penal ambiental da pessoa jurídica; **Revista UFMG**, Belo Horizonte, V. 27, nº 2, p. 638, 2020.

BACHELARD, G., 1884-1962 **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Tradução Esteia dos Santos Abreu. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. Disponível em <http://astro.if.ufrgs.br/fis2008/Bachelard1996.pdf> Acesso em 10 jun 2023.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Trad. Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2002

BARROS, F. R. A. **ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. 2v.

BECKER, B. K. **Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas**. Bol. Mus. Paraense Emílio Goeldi. Ciência. Hum. Belém, v.5, n.1, p.17-23, jan-abr, 2010.

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BERNARDINO, G. Começa demolição de prédios com risco de desabamento no pinheiro | **Gazeta de Alagoas**. 08 abr 2020. Disponível em: <https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/272152/comeca-demolicao-de-predios-com-risco-de-desabamento-no-pinheiro>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BEZERRA, E. Elementos para uma sociologia do desastre ou a destruição dos arcos da memória, In. FRAGOSO, E. (org). **Rasgando a cortina de silêncios, O lado b da história do sal-gema de Maceió**, Maceió: Instituto Alagoas, 2022.

BEZERRA, Edson. “Diálogo a Respeito das inconsistências de um Laudo”. Maceió. 2022.

Bolados, P., & Jerez, B. Genealogía de un desastre: la historia ambiental de una zona de

sacrifício en la bahía de Quintero, Chile. **Pensamento crítico latino-americano. Reflexões sobre políticas e fronteiras**, 2019. Belém, Annablume Editora–CLACSO.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P; EAGLETON, T A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

RODRIGUES BRANDÃO, C.; CORREA BORGES, M. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, n. 1, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. Decreto nº 59.356, de 4 de outubro de 1966. **Autoriza o cidadão brasileiro Euvaldo Freire de Carvalho Luz a pesquisar salgema no município, de Maceió, Estado de Alagoas**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/10/1966, Página 11704. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59356-4-outubro-1966-400012-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 06 jun. 2023.

BRASIL. Decreto nº 66.718, de 15 de junho de 1970. **Retifica o artigo 1º do Decreto nº 65.175, de 17 de setembro de 1969**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 16/6/1970, Página 4484. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66718-15-junho-1970-408394-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 06 jun. 2023

BRASIL. Decreto nº 69.037, de 9 de agosto de 1971. **Retifica o art. 1º do Decreto n.º 66.718, de 15 de junho de 1970**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/8/1971, Página 6283. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69037-9-agosto-1971-410828-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 06 jun. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Relatório da Delegação Brasileira à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente**. Brasília, 1972. Disponível em: https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2013/12/estocolmo_72_Volume_I.pdf. Acesso em: 05 jul 2022.

BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**: 1971/74. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1972. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/34>

BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**: 1975/79. Rio de Janeiro: IBGE, 1974. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/24>

BRASIL. **III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**: 1980/85. Brasília: Secretaria de Comunicação Social, 1980. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/34>

BRASIL. SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (CPRM). **Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió-AL: relatório síntese dos resultados nº 1**. Brasília, 2019, vol. 1

BRASIL. Ministério Público Federal - MPF. **Termo de Acordo Para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco**, Maceió, 2019

BRASIL. Ministério Público Federal - MPF. **Segundo Termo Aditivo ao Termo de Acordo Para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco**, Maceió, 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal - MPF. **Termo de Acordo para Extinguir a Ação Civil Pública Socioambiental**, Maceió, 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. Secretaria de perícia, pesquisa e análise centro nacional de perícia assessoria nacional de antropologia **Parecer técnico n° 02/2021** – SPPEA/CNP/ISF, 2021.

BRASIL. Ministério Público Federal - MPF. **Termo de acordo para implementação de medidas socioeconômicas destinadas à requalificação da área do Flexal**, Maceió, 2022.

BRASIL. Serviço Geológico do Brasil (CPRM). **Nota Técnica n.º 4/2022/DIGEAP/DEGET/DHT/PR/CA**, Brasília, 2022.

BRASKEM S.A. **Relatório Anual 2018, 2019**. Disponível em: braskem.com.br/Portal/Principal/arquivos/relatorioanual/2018/2019_06_18_Braskem_RAS2018_portugues_interativo_v6.pdf. Acesso em: jun. 2023.

BRASKEM S.A. **Balanco Programa de compensação financeira e apoio à realocação. Braskem Alagoas**. Disponível em: <https://www.braskem.com/balancopcf>. Acesso em: 11 abr. 2024.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Empresas multinacionais e interesses de classe, Encontros com a Civilização Brasileira, n.4, outubro 11-27. 1978. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/papers/1978/78-EmpresasMultinacionais.pdf> Acesso em 26 de mar 2024.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII - os jogos das trocas**. São Paulo: Martins Fontes. v.2. 1996.

FALS B, O. (1972). Reflexiones sobre la aplicación del método de estudio-acción en Colombia. **Simposio sobre Política de Enseñanza e Investigación en Ciencias Sociales**, (8), 19-24.

BULLARD, R. D. 1990. **Dumping in Dixie: Race, class, and environmental quality**. Boulder, CO: Westview. Disponível em: <http://www.ciesin.org/docs/010-278/010-278chpt2.html> Acesso em 11 abr. de 2024

BULLARD, R D., Wright, B. **Race, Place, and Environmental Justice After Hurricane Katrina: Struggles to Reclaim, Rebuild, and Revitalize New Orleans and the Gulf Coast**. Boulder, US: Westview Press, 2009. Disponível em: https://serve-learn-sustain.gatech.edu/sites/default/files/documents/Toolkit-Docs/EJ-Resources/wright_bullard_raceplaceandtheenvironmentinneworleans.pdf Acesso em 11 abr de 2024.

BULHÕES, J. A. **Colapso Urbano? Narrativas de moradores do Pinheiro sobre a subsidência do solo em Maceió-AL**. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

BUTTEL, F. H. A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana. **Perspectivas**, São Paulo, n.º. 15, p. 69-94. 1992. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1961/1599> Acesso em: 9 Jun 2023.

BÉNARD CALVA, S. M. **Autoetnografia: una metodología cualitativa**. México: Universidad Autónoma de Aguascalientes & El Colegio de Sant Luis, 2019

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 14 mar. 2024.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Decolonizar la Universidad: La hybris del punto cero y el diálogo de saberes”, In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GOSFROGUEL Ramón (Comp). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre, 2007. p. 79-91

CAVALCANTE, J. **Salgema: do erro à tragédia**. Maceió: Editora Cescmac, 2020.

CAVALCANTI, R. C. **A relevância dos métodos autocompositivos: considerações sociojurídicas sobre o “Caso Pinheiro” em Maceió**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Direito). Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Direito de Alagoas. Maceió, 2022.

CAPRETZ BORGES DA SILVA MANHAS, A. A Perda do Patrimônio Cultural em Decorrencia do Maior Desastre Ambiental em Curso no Mundo: o caso da subsidência dos bairros em Maceió (AL). **Revista Jatobá**, Goiânia, v. 4, 2022. DOI: 10.5216/revjat.v4.73021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revjat/article/view/73021>. Acesso em: 29 jun. 2023.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CNDH. Relatório do Conselho Nacional Dos Direitos Humanos Sobre denúncias de violações de direitos humanos na cidade de Maceió em decorrência da atividade da empresa mineradora Braskem, 2024.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **Conflito de extrema complexidade entre população de Maceió e mina de salgema da Braskem envolve danos irreparáveis**. 2020. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/conflito-de-extrema-complexidade-entre-populacao-de-maceio-e-mina-de-sal-gema-da-braskem-envolve-danos-irreparaveis/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

COMPARATO, Fábio Konder. Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro. **Instituto Humanitas Unisinos**, ano 12, nº 205, vol. 12, 2014.

COUTINHO, C. N.; COMPARATO, F. K.; OLIVEIRA, F. DE. Como pensar? **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, n. 54, p. 87–132, 2001.

COUTINHO, Elenice. **A produção de desastres da mineração em Minas Gerais: a barragem de fundão e a contaminação de paisagens**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, 2022.

DAHRENDORF, R. Estrutura social, interesses de grupos e grupos de conflito. In. **As classes**

e seus conflitos na sociedade Industrial. Brasília. Editora UNB, 1982.

DAS, V; POOLE, D. El estado y sus márgenes. Etnografias comparadas. In: **Cuadernos de Antropología Social**, 2008.

DENEALT, A. As empresas multinacionais: um novo poder soberano inscrito na ordem das coisas. In. ACSELRAD, H (org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

DIEGUES JUNIOR, M. **O Banguê nas Alagoas. Traços da Influência cultural na vida e cultura regional.** 3a. ed. Maceió: Edufal, 2006

DIODATO, R. V. **Da concepção de um polo cloroquímico ao desenvolvimento da cadeia produtiva da química e do plástico em Alagoas.** Maceió, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - UFAL, 2017

DIRETORES DA BRASKEM VISITAM TV ALAGOAS. **Canal da TV Ponta Verde no Youtube**, 2011. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6JOAADtJJg> Acesso em: 16 abr. 2023.

DUARTE, R. O. **O protagonismo e a sedução do mar e da laguna em Maceió e o Feldmanimaginário das águas na cidade.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas. Maceió 2019. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5382> Acesso em: 18 jun 2023.

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHNER, Arthur P. Autoetnografía: un panorama. In: CALVA, Silvia M. B. (org.). Autoetnografía: una metodología cualitativa. Aguascalientes: Universidad Autónoma de Aguascalientes, 2019, p. 17-41

Estudo que aponta origem de rachaduras em casas e ruas do Pinheiro deve sair em 90 dias - 19/02/2018. **AL TV**, 2. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6515764/?s=0s> Acesso em: 18 jun. 2023.

FARIAS, M. Moradores protestam em avenida do bairro do Mutange. **G1 AL** Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/11/28/moradores-protestam-em-avenida-do-bairro-do-mutange.ghtml>. Acesso em: 29 jun. 2023.

FELDMAN, S.; GEISLER, C.; SILBERLING, L. Moving Targets: displacement, impoverishment and development. **International Social Science Journal**, v. 55, n. 175, p. 7-13, 2003.

FERNANDES, E; GUIMARÃES, B. de A; GLÓRIA, A. M. da S. **O setor de soda-cloro no Brasil e no mundo.** BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 29, p. 279- 320, mar. 2009

FERRARA, L. D. **Leitura sem palavras.** 5. ed. São Paulo: Ática, 2007

FERREIRA, L. C. **Ideias para uma sociologia da questão ambiental: teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade.** In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 10, p. 77-89, jul./dez. 2004. Editora UFPR.

FERREIRA, A. Instalação da indústria no pontal foi imposição de americanos. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 18 jul 2020. Política. Disponível em <https://d.gazetadealagoas.com.br/politica/278459/instalacao-da-industria-no-pontal-foi-imposicao-de-americanos> acesso em: 23 jun. 2023.

FLEURY, L. C. **Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte em perspectiva**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J.; PREMEBIDA, A. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, v. 16, n. 35, p. 34–82, jan. 2014.

FLORENCIO, C. P. **Geologia dos Evaporitos Paripueira na Sub-Bacia de Maceió, Alagoas Região Nordeste do Brasil**. São Paulo, Tese (Doutorado em Geociências) - USP, 2001 Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/44/44133/tde-27102015-142649/publico/Florencio_Doutorado.pdf Acesso em: 16 jun. 2023.

FILHO, J. R. G. De B. et al. **A indústria mineral de sal-gema e a formação da cidade de Maceió – AL**. Anais do XIV ENANPEGE... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/78578>. Acesso em: 16 abr. 2023.

FRAGOSO, E. O lado b da exploração do sal-gema de Alagoas, In. FRAGOSO, Elias (org). **Rasgando a cortina de silêncios, O lado b da história do sal-gema de Maceió**, Maceió: Instituto Alagoas, 2022.

FERRARA, L. D. **Leitura sem palavras** - 5ªed. EDITORA: Ática, 2007.

FERREIRA, L. da C. Ideias para uma sociologia da questão ambiental: teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, p. 77-89, jul./dez. 2004. Editora UFPR.

FERREIRA, M. B. M. & Salles, A. O. T. (2016) **Política Ambiental Brasileira: Análise histórico - institucionalista das principais abordagens estratégicas**. Revista de Economia, 43(2), (ano 40). Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2682/1/BS%2029_O%20setor%20de%20soda-cloro%20no%20Brasil_P.pdf

FORTES, Cynthia Nunes da Rocha. **Para além do guia dos navegantes: o farol de Maceió (1827-1951)**. 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996.

GAVIRIA, E. M. A “licença social para operar” na indústria da mineração: uma aproximação a suas apropriações e sentidos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 138, 2015. DOI: 10.22296/2317-1529.2015v17n2p138. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4950>. Acesso em: 22 abr. 2024.

GUIMARÃES, R. P. O desafio político do desenvolvimento sustentado. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 35, p. 113–136, 1995.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2021.

GALINDO, A. Aspectos técnicos de uma mineração desastrosa, In. FRAGOSO, E. (org). **Rasgando a cortina de silêncios, O lado b da história do sal-gema de Maceió**, Maceió: Instituto Alagoas, 2022.

GAVIN, MI; HAUSMANN, R. Nature, Development, and Distribution in Latin America: Evidence on the Role of Geography, Climate, and Natural Resources. Working Paper, No. 378 Inter-American Development Bank, Office of the Chief Economist, Washington, DC, 1998

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GONÇALVES, V. M. M. **Relembrar o passado, reconhecer o presente: a identidade do Pontal da Barra pelas lembranças dos moradores idosos**. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Alagoas. Maceió-AL, 2009.

GUSTIN, M. B. de S; DIAS, M. T. F. D. **(Re)pensando a pesquisa jurídica**. 4. edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

Há quase 38 anos, maceioenses saíam às ruas contra ampliação da Salgema. **082 notícias**, 27 mar. 2023. Disponível em: <https://082noticias.com/2023/03/28/ha-quase-38-anos-maceioenses-saiam-as-ruas-contr-a-ampliacao-da-salgema/>

HANNIGAN, A. John. **Sociologia Ambiental. A formação de uma perspectiva social**. Editora Instituto Piaget, 1995.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HERCULANO, Selene (2002). **Risco e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil**. I Encontro ANPPAS, Indaiatuba. São Paulo. Disponível em: https://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Riscos_v4_e_desigualdade_social.pdf. Acesso em 02 mai. 2024.

Histórias do Subsolo. Disponível em: <https://historiasdosubsolo.org/>. Acesso em: 13 jun. 2023.

HOBBSAWM, E. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Tradução Maria Tereza Lopes Teixeira, Marcos Penchel. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

JESUS, V. DE. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da

população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. *Saúde e Sociedade*, v. 29, n. 2, p. e180519, 2020.

JÚNIOR, Almir de Oliveira; LIMA, Verônica Couto de Araújo. Segurança Pública e Racismo Institucional. *Boletim de Análise Político-Institucional*, Brasília, ed. 4, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/1301017_boletim_analisepolitico_04.pdf. Acesso em: 2 mai. 2024.

LAGO, A. A. C. do. **Conferências de desenvolvimento sustentável**, Brasília: FUNAG, 2013. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://funag.gov.br/loja/download/1047-conferencias-de-desenvolvimento-sustentavel.pdf> Acesso em: 06 jul 2022.

LASCHEFSKI, K. A. Rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho (MG): Desastres como meio de acumulação por despossessão. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 98, 2020. DOI: 10.48075/amb.v2i1.23299. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/23299>. Acesso em: 30 jun. 2023.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LERNER, A. P. The Economics and politics of consumer sovereignty. **American Economic Review**, Pittsburgh, n. 62, p. 258-266, May, 1972.

LIMA, W. M.S. **Do conflito à re-volta: o deslocamento campo-cidade-campo entre camponeses em Alagoas**. 2020. 158 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

LIMA, G. F.; MENDONÇA I. Q.; BULHÕES J. A.; SANTOS C. G. M. **Mobilização x imobilização no território: as lutas dos movimentos sociais pós subsidência do solo em Maceió-AL** In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XX, 2023, Belém. Anais. Belém: 2023

LIMA, R. V. A. Mapa do abairramento de Maceió. Maceió, 2024. 1 mapa 21 x 29,7 cm.

LIMA, R. V. A. Mapa da área arrasada pela mineração. Maceió, 2024. 1 mapa 21 x 29,7 cm.

LIMA, R. V. A. Mapa das áreas de borda atingida pela mineração. Maceió, 2024. 1 mapa 21 x 29,7 cm.

LIMA, R. V. A. Mapa de áreas de borda visitadas. Maceió, 2024. 1 mapa 29,7 x 42 cm.

LIMA, R. V. A. Mapa da Evolução das áreas de realocação e monitoramento, 2024. 1 mapa 21 x 29,7cm.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 31–64, jan. 2006.

LOPES, C.E.S. **Vidas e lares destruídos: território e memória, uma fotoetnografia após a tragédia causada pela Braskem**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências

Sociais) Universidade Federal de Alagoas, 2022.

LUSTOSA, M. C. J. **O Pólo Cloroquímico de Alagoas**. Maceió: Edufal, 1997.

Mais de 12 mil imóveis são desocupados em bairros de Maceió afetados por afundamento do solo. **G1 Alagoas**. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/05/07/mais-de-12-mil-imoveis-sao-desocupados-em-bairros-de-maceio-afetados-por-afundamento-do-solo.ghtml> Acesso em: 06 jul 2022.

MACEIÓ, Prefeitura Municipal de. **Mapa de Ações Prioritárias é atualizado e amplia área de monitoramento**. Disponível em: <<https://maceio.al.gov.br/noticias/mapa-de-acoes-prioritarias-e-atualizado-e-amplia-area-de-monitoramento>>. Acesso em 06 jul 2022.

MACHADO, F. D.; CARLOS, M. **História econômica de Alagoas: a indústria cloroquímica alagoana e a modernização da dependência**. Maceió: EDUFAL, 2016

MACIEL, O. B. A. 2004. **Filhos do Trabalho, Apóstolos do Socialismo: Os Tipógrafos e a Construção de uma Identidade de Classe em Maceió (1895/1905)**. Dissertação de Mestrado, História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

Maldonado-Torres, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.), **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. 2007. pp. 127-167. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores.

MARQUES, J. G. Braskem além das rachaduras: memórias de um tempo quase esquecido, In. FRAGOSO, E. (org). **Rasgando a cortina de silêncios, O lado b da história do sal-gema de Maceió**, Maceió: Instituto Alagoas, 2022.

MARROQUIM, F. M. G. **Produção habitacional de Maceió-AL: transformações espaciais da habitação de interesse social de 1964 a 2014**. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmica do Espaço Habitado) – Maceió, 2017.

MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: o processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTEDI, M. **Dilemas E Perspectivas Da Abordagem sociológica Dos Desastres Naturais**. *Tempo Social* 29 (3):261-85. 2017 <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.111685>.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

MELO, P. R. C. **Método de lavra por dissolução subterrânea empregado pela Salgema mineração LTDA**. 1977 Disponível em: <http://sites.poli.usp.br/geologiaemetalurgia/Revistas/Edi%C3%A7%C3%A3o%2042/artigo42.8.pdf>. Acesso em 21 mai 2023.

MELO, P. R. C.; CARVALHO, R. S.; PINTO, D. C. Halita. IN: **Rochas e Minerais Industriais no Brasil: usos e especificações**. 2.ed. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2008. p. 551-584.

MELO, T. S. **A localização dos pobres nas cidades brasileiras: um estudo sobre a**

situação dos assentamentos humanos às margens da Lagoa Mundaú em Maceió, Alagoas. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

MIGNOLO, W. **Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MILANEZ, B. **Mineração, ambiente e sociedade: impactos complexos e simplificação da legislação**. Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA), v. 16, p. 93-101, 2017.

MILANEZ, B. (2021) Desastres ambientais: uma breve discussão a partir da Ecologia Política. Versos - **Textos para Discussão PoEMAS**, 5(3), 1-8.

MOORE, J. W. (org) **Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do Capitalismo**. São Paulo: Elefante, 2022.

Moradores do Bom Parto, em Maceió, protestam por inclusão no mapa de realocação dos bairros afetados por afundamento do solo. **G1 AL**. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/06/21/moradores-do-bom-parto-em-maceio-protestam-por-inclusao-no-mapa-de-realocacao-dos-bairros-afetados-por-afundamento-do-solo.ghtml>. Acesso em: 29 jun. 2023.

Moradores do Bom Parto estão assustados com aparecimento de sal nas casas. **TV Pajuçara**. 29 de nov. de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cAHQhbsZLRw>. Acesso em: 29 jun. 2023.

MUVB - Movimento Unificado das Vítimas da Braskem. Requerimento à Defensoria Pública do Estado de Alagoas. Maceió, 2022.

OAB. Relatório da inspeção realizada nos dias 15 e 16 de setembro de 2022 na comunidade dos Flexais e adjacências, 2022a.

OAB. Relatório Da Inspeção realizada no dia 19 de novembro De 2022 na rua Marquês de Abrantes, bairro do Bebedouro – Maceió/Al, 2022b

OAB. Segundo relatório de inspeção realizada nos Flexais, 2023.

OAB. Relatório da inspeção realizada no bairro do Bom Parto, em outubro de 2023.

ONU. Special Rapporteur on contemporary forms of racism, racial discrimination, xenophobia and related intolerance, A/77/549. ACHIUME E. T. Ecological crisis, climate justice and racial justice. 2022. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/a77549-report-special-rapporteur-contemporary-forms-racism-racial>. Acesso em 12 de mar 2024.

OLIVEIRA, J. C. F. **Biometeorologia: estudo de casos em Maceió, Alagoas: efeitos de elementos meteorológicos na qualidade de vida urbana e na saúde humana**. Maceió: Fundação Manoel Lisboa: Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas, 2005

OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista. **O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, L. Moradores do mutange devem aceitar R\$ 81,5 mil ou negociar com Braskem **Gazeta de Alagoas**. Disponível em:

<https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/246990/moradores-do-mutange-devem-aceitar-r-815-mil-ou-negociar-com-braskem>. Acesso em: 2 de maio. 2024.

OLIVEIRA, R. S. TEIXEIRA. A gente tem que falar aquilo que a gente tem que provar: a geopolítica do risco e a produção do sofrimento social na luta dos moradores do bairro Camargos - Belo Horizonte/MG. In: 40 Encontro Anual da ANPOCS, 2016, Caxambu. 40 Encontro Anual da ANPOCS, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/36902>. Acesso em 12 abr de 2024.

ORTEGA, Francisco. (2008). Rehabilitar la cotidianidad. Em Ortega Francisco (ed.). **Veena Das: Sujetos del dolor, agentes de dignidad**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas: Pontificia Universidad Javeriana. Instituto Pensar.

PERUZZO, C.M.K. Epistemologia e método da pesquisa-ação. Uma aproximação aos movimentos sociais e à comunicação. In: XXV Encontro Anual da Compós - Assoc. dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2016, Goiânia, GO. XXV Encontro Anual da Compós. Goiânia: UFG, 2016. v. 1. p. 1.

PIMENTEL, T. O Estatuto Epistemológico da Pesquisa-Ação: uma Releitura Realista Crítica. Revista Espiga, 18(37), 66-98, 2018.

PIMENTEL, E. Reportagem de 1985 fez alerta sobre situação no Pinheiro. **Tribuna Hoje**, 12 jan. 2019. Disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2019/01/12/71925-reportagem-de-1985-fez-alerta-sobre-situacao-no-pinheiro>. Acesso em: 13 jun. 2023.

PINTO, Raquel Giffoni. Conflitos ambientais, corporações e as políticas do risco. Rio de Janeiro: Garamond, 2019

PRATES, C. D. **Desestabilizando caixas-pretas: o licenciamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte em disputa**. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PRATES, C. D.; NUNES, N.; PADILHA I. **Dossiê crítico sobre as “escutas públicas” da empresa Diagonal, no âmbito do Diagnóstico Técnico-Participativo do Plano de Ações Socio urbanísticas – PAS**. Maceió, abril de 2023. Disponível em: https://www.agenciatatu.com.br/wp-content/uploads/Dossie_12-de-abril_OK-1.pdf Acesso em abr. de 2024.

PRATES, Camila. D.; LIMA, J.V. A; LOPES, C. E. S.; LIMA, R. C. Abrindo a caixa-preta do Desastre da Braskem: as vozes dissonantes em Maceió. **Ambivalências**, v. 11, p. 167-199, 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>. Acesso em: 05 jul. 2022.

Rachaduras surgem no bairro do Pinheiro após fortes chuvas e intrigam Defesa Civil de Maceió. **AL TV**, 15 fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/rachaduras-surgem-apos-fortes-chuvas-e-intrigam-defesa-civil-de-maceio.ghtml> Acesso em: 18 Jun. 2023.

RAFAEL, U. N. Xangô rezado baixo: Um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912.2004. 274f. (Doutorado em antropologia) Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: RJ, 2004.

RANCIÈRE, J. **En los bordes de lo político**. Soporte digital en: www.philosophia.cl /Escuela de Filosofía Universidad ARCIS, 1999.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento** - política e filosofia / Jacques. Rancière; tradução de Ângela Leite Lopes. — São Paulo: Ed. 34, 1996.

RODRIGUES, H. G. E. Afundamento do solo em Maceió pode durar até 10 anos; entenda a formação dos bairros fantasmas. Jornal **G1 AL**, Maceió, 05 set. 2021. Maceió, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/09/04/afundamento-do-solo-em-maceio-pode-durar-ate-10-anos-entenda-a-formacao-dos-bairros-fantasmas.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo, Studio Nobel/Fapesp, (1997).

SANTOS, T. **Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994

SANTOS, E. G. **Para além das rachaduras: as ações da comunidade no enfrentamento da situação de risco socioambiental no bairro do Pinheiro em Maceió-AL**. Dissertação (mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Psicologia. Maceió, 2021.

SCOTT, J. C. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa/Fortaleza: Livraria Letra Livre/Plebeu Gabinete de Leitura, 2013.

SILVA, M. A. M. da., SCHREIBER, B. C., SANTOS, C. L. dos. (2000). Evaporitos como recursos minerais. **Revista Brasileira De Geofísica**, 18(3), 338–350. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbg/a/8VG7F6yKGBNs7bmqV4jyZyc/#> Acesso em: 22 de Jun 2023

SIMMEL, G. **A natureza sociológica do conflito**. In. Georg Simmel: sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p.122-134.

SOUZA, A. G. Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras – (Re)Qualificando a questão para Salvador- BA. **Cadernos MetrÓpole**, [S. l.], n. 05, p. 63–89, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9297>. Acesso em: 27 jun. 2023.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**. Sao Paulo: Cosac e Naify, 2015.

_____. Reativar o animismo. Trad. Jamille Pinheiro Dias. *Caderno de Leituras*. n. 62. p. 1-15. Belo Horizonte: Chão de Feira, mai/2017.

SURUAGY, D. **Os ventos estão inquietos**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1992.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro

ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J.(orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Elefante, 2016, p. 140-171.

TEIXEIRA, A.F.D.M; NASCIMENTO.C.H.D. V; SILVA.C.D. S; LIMA.J.R.B.D. FRAGOSO, M.L.B. A lógica do discurso ambientalista empresarial: da extração de sal-gema aos impactos no ambiente urbano. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, Volume 9, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/julia/Downloads/243613-176333-1-PB.pdf Acesso em 20 Mar 2023.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez,1986.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, R. F. DE.; JACOBI, P. R. Pesquisa-ação e educação: compartilhando princípios na construção de conhecimentos e no fortalecimento comunitário para o enfrentamento de problemas. *Educação & Sociedade*, v. 34, n. 122, p. 155–173, jan. 2013.

Tubulações antigas da Casal passam por reparos após rachaduras surgirem no Pinheiro. **AL TV**, 2. 20 fev. 2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6518863/?s=0s> Acesso em: 18 Jun 2023.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas Alagadas – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008, p.39-63

VALENCIO, N; SIENA, M; MARCHEZINI, V; GONÇALVES, J. C. **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: Rima Editora, 2009.

VALENCIO, N. 2014. **Desastres, Tecnicismos e Sofrimento Social**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(9): 3631-3644.

VAZAMENTO em petroquímica intoxica 152 pessoas em Maceió; danos ambientais serão avaliados. **UOL notícias**, 2011. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/05/22/vazamento-em-petroquimica-intoxica-152-pessoas-em-maceio-danos-ambientais-serao-avaliados.htm> . Acesso em: 03 jul 2022.

VIEIRA, M. do C. **“Daqui só saio pó” ... Conflitos urbanos e mobilização popular: a Salgema e o Pontal da Barra**. Maceió: EDUFAL, 1997.

VIEIRA, T. A. P.; NAU LITERÁRIA, C. E. Navegando pelos “causos” de Matarandiba: o oral como ressignificação. **Nau Literária**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2013. DOI: 10.22456/1981-4526.43394. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/view/43394>. Acesso em: 19 mar. 2024

WANDERLEY, L. J. D. M. **Conflitos e movimentos sociais populares em área de mineração na Amazônia brasileira**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008

WANDERLEY, L. J. M. Deslocamento compulsório e estratégias empresariais em áreas de mineração: um olhar sobre a exploração de bauxita na Amazônia. **Revista IDEAS**, 3, 475-509, 2009. Disponível em: r1.ufrj.br/cpda/ideas/ojs/index.php/ideas/article/view/3/

WALLACE, D. F. **Ficando longe do fato de já estar meio que longe de tudo.** Tradução de Daniel Galera e Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ZHOURI, A. (Org.). **Mineração, violências e resistências: Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil.** Marabá - PA: Editorial iGuana; ABA, 2018.

BARROS, J. G. C. Glossário de termos geológicos e ambientais aplicados às geociências – Brasília: ESMPU, 2006. 138 p. Disponível em:
https://www.cnpm.mp.br/portal/images/Comissoes/CMA/links/mineracao/Hiperlink_05_-_Apendice_VI_A_-_GlossariodetermosgeologicosambientaisdoMPF.pdf

ANEXOS

Anexo 1

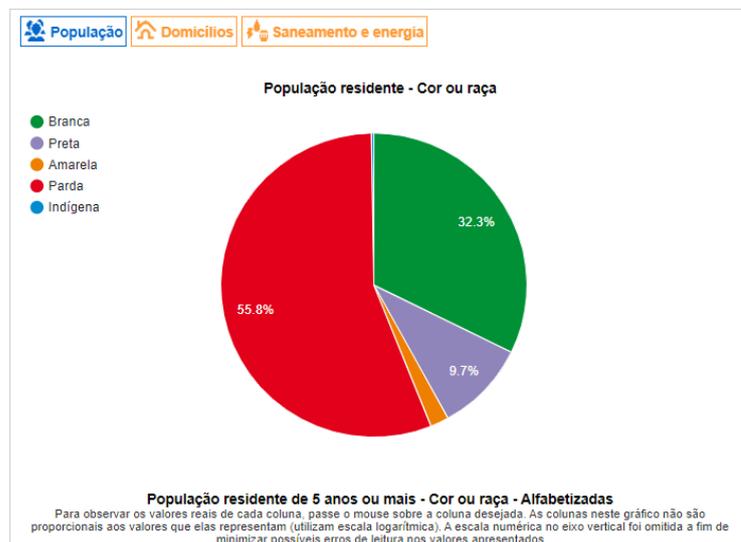
Comparação da composição por cor e raça entre Bom Parto e Ponta Verde

Bom Parto

Brasil > Alagoas > Maceió > Bom Parto

Síntese dos dados

[Dados em formato painel](#)

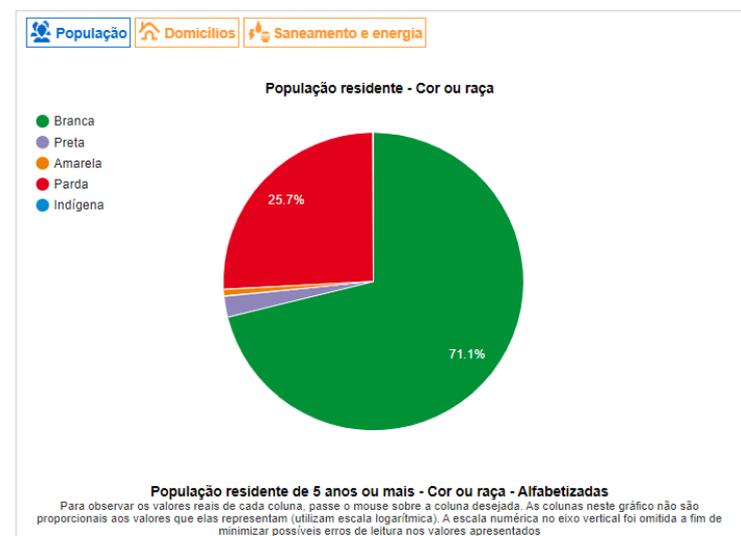


Ponta Verde

Brasil > Alagoas > Maceió > Ponta Verde

Síntese dos dados

[Dados em formato painel](#)



Fonte: Censo 2010 - IBGE

Anexo 2

Atividades de campo realizada nos dois anos de pesquisa:

Tipo de Campo	Datas	Atividade realizada
Eventos para visibilizar o caso	21/06/2022	Lançamento do livro rasgando a cortina de silêncios
Eventos para visibilizar o caso	10/09/2022	Cine debate - exibição do filme A Braskem passou por aqui de Carlos Pronzato, e exposição de alguns professores sobre o caso.
Audiências/reuniões públicas e inspeções	10/10/2022	Audiência pública para apresentação do contra-laudo do professor Edson Bezerra - Encontro com as áreas da borda (marquês de Abrantes e Flexais) - OAB
Idas às áreas atingidas	26/10/2022	Passagem de ônibus pela região atingida - conversa com ex-moradora de Bebedouro.
Idas às áreas atingidas	08/11/2022	Ida ao Flexal após a assinatura do termo de acordo para revitalização dos Flexais (tarde)
Idas às áreas atingidas	09/11/2022	Reunião de moradores dos Flexais (noite)
Idas às áreas atingidas	15/11/2022	Encerramento das atividades na Igreja de Santo Antônio em Bebedouro
Audiências/reuniões públicas e inspeções	19/11/2022	Inspeção na Rua Marquês de Abrantes
Eventos para visibilizar o caso	23/11/2022	Apresentação de trabalhos no Encontro unificado de Ciências Sociais - UFAL
Eventos para visibilizar o caso	25/11/2022	Congresso Unificado do CSO, exibição do Documentário A Braskem passou por aqui, com debate pós filme e roda de conversa com os movimentos sociais.
Idas às áreas atingidas	27/11/2022	Parque municipal - Fotos do Riacho do Silva
Eventos para visibilizar o caso	04/12/2022	Lançamento do site Histórias do Subsolo
Idas às áreas atingidas	09/12/2022	Passando de carro pelo Pinheiro em direção ao Tabuleiro
Eventos para visibilizar o caso	10/12/2022	Seminário de Direitos humanos - OAB - Exposição do caso e falas de moradores
Idas às áreas atingidas	25/01/2023	Trem- Baldeação- trem até Rio Largo
Audiências/reuniões públicas e inspeções	04/02/2023	Visita à Marquês de Abrantes - CDDH e grupo da UNIT (análise da água)
Idas às áreas atingidas	05/02/2023	Ida à Coqueiro Seco
Eventos para visibilizar o caso	04/03/2023	05 anos 05 Bairros - ato no CEPA
Audiências/reuniões públicas e inspeções	07/03/2023	Escutas públicas dia 01
Audiências/reuniões públicas e inspeções	14/03/2023	Escutas públicas dia 02
Audiências/reuniões públicas e inspeções	17/03/2023	Audiência pública - preparativos para o plano diretor de Maceió - chamada pública do vereador Dr. Valmir

Audiências/reuniões públicas e inspeções	21/03/2023	Escutas públicas dia 03
Idas às áreas atingidas	25/03/2023	Visita ao planetário no CEPA
Audiências/reuniões públicas e inspeções	28/03/2023	Escutas públicas dia 04
Audiências/reuniões públicas e inspeções	04/04/2023	Visita do Defensor Público Estadual nos Flexais (conversa no Parque da Lagoa)
Audiências/reuniões públicas e inspeções	05/04/2023	Reunião com o senador Renan Calheiros na sede do MDB
Audiências/reuniões públicas e inspeções	17/04/2023	Audiência para entrega do Dossiê no Ministério Público e ao Governador do Estado - Acompanhando pelos grupos
Audiências/reuniões públicas e inspeções	08/05/2023	Audiência Senado - CDDH-OAB/ALrelações exteriores (venda da Braskem)
Audiências/reuniões públicas e inspeções	22/05/2023	Visita do Senador Renan Calheiros aos Flexais e reunião com os moradores
Idas às áreas atingidas	27/05/2023	Colônia de pescadores e Demolições
Audiências/reuniões públicas e inspeções	30/05/2023	Reunião montada pela diagonal para apresentação das ações do projeto de revitalização no Flexal de Baixo
Idas às áreas atingidas	07/06/2023	SEMED - Bom Parto - fotos da descida pelo Bom Parto
Idas às áreas atingidas	29/06/2023	Procissão de São Pedro no Flexal
Eventos para visibilizar o caso	12/07/2023	Apresentação de trabalhos no Congresso da SBS (Juliane e Carlos)
Idas às áreas atingidas	21/07/2023	Fotos Sonar na quebrada
Eventos para visibilizar o caso	25/07/2023	Entrevista para o Plantão Alagoas sobre as condições de moradia nos Flexais
Audiências/reuniões públicas e inspeções	25/07/2023	Inspeção nos Flexais com a CDDH-OAB/ALdireitos humanos
Audiências/reuniões públicas e inspeções	07/08/2023	Reunião entre MPF, DPU, OAB e ICS
Audiências/reuniões públicas e inspeções	14/08/2023	Reunião nos Flexais com Renan Calheiros e Secretária de Assistência Social do Estado - Kátia Born
Idas às áreas atingidas	14/08/2023	Visita à única casa ocupada na rua Augusto Barreto - Flexal de baixo
Eventos para visibilizar o caso	14/08/2023	Mesa Bial - Desastre, Pandemia e práticas diversas de vulnerabilidades contemporâneas
Eventos para visibilizar o caso	15/08/2023	Mesa Bial - Lançamento do Livro Caso Pinheiro da FDA / UFAL
Eventos para visibilizar o caso	16/08/2023	Mesas Bial - Patrimônio cultural/ Mesa Bial: Como viabilizar a sustentabilidade ambiental
Eventos para visibilizar o caso	17/08/2023	Mesa Bial: Vidas afundadas por um crime sem castigo? Wendell Ficher, Camila Prates, Neirevane Nunes e Juliane Verissimo
Eventos para visibilizar o caso	18/08/2023	Exposição Bial: Aqui Morava uma família

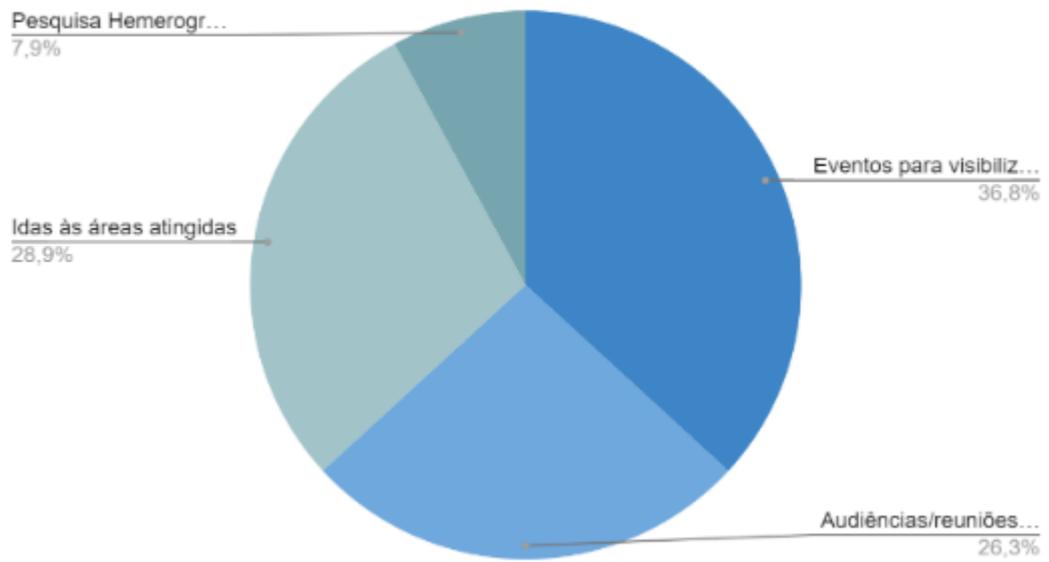
Eventos para visibilizar o caso	31/08/2023	Manifestação com bloqueio de pista - Bom Parto
Idas às áreas atingidas	14/09/2023	Visita aos acampamentos do Flexal e Bom Parto
Idas às áreas atingidas	14/09/2023	Noite - Culto com pastor Wellington no Bom Parto
Idas às áreas atingidas	18/09/2023	Visita ao acampamento do Bom Parto com turma de Arquitetura- UFAL
Idas às áreas atingidas	20/09/2023	Visita ao acampamento do Bom Parto (Atividades com as crianças / aguardando a desocupação)
Idas às áreas atingidas	23/09/2023	Passagem pela área impactada com o plano de mobilidade - Antares
Idas às áreas atingidas	30/09/2023	Exibição do filme de Carlos Pronzato, no acampamento em Bebedouro
Audiências/reuniões públicas e inspeções	03/10/2023	Inspeção da CDDH-OAB/AL no Bom Parto
Pesquisa Hemerográfica	10/10/2023	Arquivo público
Pesquisa Hemerográfica	17/10/2023	Arquivo público e Biblioteca pública
Pesquisa Hemerográfica	18/10/2023	Biblioteca pública e Museu Histórico e Geográfico de Alagoas
Eventos para visibilizar o caso	26/10/2023	Fórum: Nas Bordas do desastre (Esocite)
Eventos para visibilizar o caso	26/10/2023	Diálogos Sociológicos: Quem sabia? Mineração desastrosa em solo urbano - O caso Braskem em Maceió - Apresentação à turma de controle ambiental do IFPB
Eventos para visibilizar o caso	15/11/2023	O Caso Braskem e a contínua vulnerabilidade das vítimas - III Congresso de Evaluación de Impacto Social (Chile)
Eventos para visibilizar o caso	23/11/2023	Semana de arquitetura - Mineração em Maceió: Violação de direitos e Implicações econômicas e socioambientais
Eventos para visibilizar o caso	23/11/2023	Semana de Antropologia - Paisagens em transição - UFSE
Idas às áreas atingidas	30/11/2023	Visita ao Bebedouro, Flexais e Bom Parto após ameaça de colapso da mina 18
Eventos para visibilizar o caso	04/12/2023	Visita ao Bom Parto para acompanhar fotógrafa Maira (NatGeo, Bloomberg)
Eventos para visibilizar o caso	06/12/2023	Ato na Av. Fernandes Lima (parada em frente ao MP-AL)
Audiências/reuniões públicas e inspeções	11/12/2023	Missão CNDH - pós colapso da mina 18 - Escuta de moradoras/es da comunidade de Flexais/ Escuta de moradoras/es atingidos pela ordem judicial de despejo com uso de força policial
Audiências/reuniões públicas e inspeções	12/12/2023	Missão CNDH - Reunião com DPU
Audiências/reuniões públicas e inspeções	13/12/2023	Coletiva de Imprensa na sede da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Alagoas
Eventos para visibilizar o caso	29/12/2023	Ato na Praia (noite)

Pesquisa Hemerográfica	16/02/2024	Biblioteca Pública do Estado
Pesquisa Hemerográfica	20/02/2024	Biblioteca Pública do Estado
Eventos para visibilizar o caso	27/02/2024	Evento Psicologia - exibição do Curta Nós fomos felizes aqui - UFAL
Pesquisa Hemerográfica	27/02/2024	Biblioteca Ufal
Eventos para visibilizar o caso	03/03/2024	Ato em memória das vítimas - Via Crucis pela região atingida
Eventos para visibilizar o caso	05/03/2024	CPI da Braskem - Abel Galindo, José Geraldo Marques e Natallya Levino (Docentes - UFAL)
Eventos para visibilizar o caso	05/03/2024	Lançamento do livro colapso da mineração em Maceió - Atividade do MAM - Bom Parto
Eventos para visibilizar o caso	06/03/2024	CPI da Braskem - Thales Sampaio (Geólogo, ex trabalhador do Serviço Geológico do Brasil)

Anexo 3

Gráfico das atividades de campo realizadas durante a pesquisa

Atividades de campo



Anexo 4

As linhas de inferência - Revisitando o passado



Fonte: arquivo pessoal 1996/2018 (fotos e montagem da autora)